

**PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
GEOGRAFIA**

**VINICIUS DE PAULA ISMAEL**

**MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ESTUDO DO PROCESSO  
MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA O BRASIL (2013-2019)**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

**RIO CLARO**

**2021**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

VINICIUS DE PAULA ISMAEL

MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ESTUDO DO PROCESSO  
MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA O BRASIL (2013-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro – SP

2021

183m

Ismael, Vinicius de Paula

Mobilidade espacial da força de trabalho no capitalismo contemporâneo : estudo do processo migratório venezuelano para o Brasil (2013-2019) / Vinicius de Paula Ismael. -- Rio Claro, 2021  
195 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro  
Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Migração. 2. Mobilidade do trabalho. 3. Geografia da população. 4. Geografia política. 5. Venezuela. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

VINICIUS DE PAULA ISMAEL

MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ESTUDO DO PROCESSO  
MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA O BRASIL (2013-2019)

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (orientador)

IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profª. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite

CFCH/UFPE/Recife (PE)

Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa

UESPI/Teresina (PI)

Conceito: Aprovado

Rio Claro, 18 de outubro de 2021

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, Júlio e Solange, e a meu irmão, Lucas, por estarem sempre a meu lado em todos os momentos e por me apoiarem tanto na vida pessoal como na vida acadêmica, assim como também agradeço a meus outros familiares.

Quero também agradecer a todos os meus amigos e amigas, de dentro e de fora da universidade, com os quais criei laços ao longo destes anos, mesmo aqueles dos quais me afastei em decorrência dos desencontros desta vida. Agradeço especialmente Ramon, João (Dourado), Guilherme, Laura, Marina, Anna, Monique, Giuseppe, Luiz, André, Cauê, Igor, Gracie, entre tantos outros.

Agradeço também a Nicole, que mesmo conhecendo há pouco tempo, tornou-se uma pessoa muito especial para mim.

Gostaria de agradecer também a todas as amigas e amigos da Comissão de Eventos da Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Assim como agradecer aos alunos, professores e funcionários do Cursinho Avante de Piracicaba, onde lecionei como professor colaborador durante o ano de 2019.

Por fim, também quero agradecer ao meu orientador de mestrado, Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy, que trouxe contribuições vitais para que este trabalho pudesse ser desenvolvido. Agradeço também à Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite e ao Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa, que aceitaram compor a Comissão Examinadora desta dissertação e trouxeram vários apontamentos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para minha formação enquanto geógrafo crítico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Objetivamos nesta pesquisa compreender o complexo processo migratório venezuelano para o Brasil no período recente, desencadeado sobretudo a partir de meados da década de 2010, tendo como fio condutor uma análise pautada na crítica do modo de produção capitalista e de seu processo de acumulação ampliada – através da expansão territorial – sobre novos espaços a serem incorporados à dinâmica de reprodução do capital, processo que tem se intensificado e pode ser observado através da ofensiva do capital sobre a América Latina e, particularmente, sobre a Venezuela nos anos recentes. Guiados por estes pressupostos, buscamos entender como o movimento migratório venezuelano para o Brasil se relaciona com o contexto de crise estrutural da sociabilidade capitalista que tem se agudizado a partir das últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI e como a migração venezuelana se configura enquanto um processo de mobilização espacial da força de trabalho imigrante decorrente dessa crise associada a acumulação ampliada do capital. Observa-se que a crise venezuelana, fortalecida sobretudo através da ofensiva do capital, tem desencadeado um processo de mobilização forçada da força de trabalho venezuelana, que emigra de seu país na busca de garantir sua própria sobrevivência através da exploração de sua mais-valia em um contexto de precarização das condições de trabalho na periferia capitalista.

Palavras-chave: Migração. Mobilidade do trabalho. Venezuela. América Latina.

## **ABSTRACT**

In this research, we aim to understand the complex Venezuelan migratory process to Brazil in the recent period, triggered mainly from the mid-2010s, having as a guiding thread an analysis based on the criticism of the capitalist mode of production and its process of expanded accumulation – through territorial expansion – on new spaces to be incorporated into the dynamics of capital reproduction, a process that has intensified and can be observed through capital's offensive on Latin America and, particularly, on Venezuela in recent years. Guided by these assumptions, we seek to understand how the Venezuelan migratory movement to Brazil is related to the context of structural crisis of capitalist sociability that has worsened from the last decades of the 20th century and the first decades of the 21st century and how Venezuelan migration configures as a process of spatial mobilization of the immigrant labor force resulting from this crisis associated with the increased accumulation of capital. We can observe that the Venezuelan crisis, strengthened above all through the capital's offensive, has triggered a process of forced mobilization of the Venezuelan workforce, which emigrates from their country in search of guaranteeing their own survival through the exploitation of their surplus value in a context of precarious working conditions in the capitalist periphery.

Keywords: Migration. Mobility of labor. Venezuela. Latin America.

## ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

### FIGURAS:

<b>Figura 1:</b> Imigrantes venezuelanos nas Américas (até julho 2020).....	12
<b>Figura 2:</b> Imigrantes venezuelanos na América Latina (até julho 2020).....	13
<b>Figura 3:</b> Desenvolvimento do conceito de mobilidade do trabalho.....	29
<b>Figura 4:</b> Taxa de mais-valia e o preço da força de trabalho.....	46
<b>Figura 5:</b> Passagem do trabalho a domicílio para a manufatura.....	48
<b>Figura 6:</b> Os caminhos do fluxo do capital.....	88
<b>Figura 7:</b> Venezuelanos residentes no Brasil segundo municípios (Censos 2000 e 2010).....	148
<b>Figura 8:</b> Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil por ano e município de residência (2000-2016).....	151

### TABELAS:

<b>Tabela 1:</b> Venezuelanos maiores de 10 anos de idade segundo nível de instrução no Censo de 2010.....	148
<b>Tabela 2:</b> Trabalhadores venezuelanos segundo principais setores de atividade no Censo de 2010.....	149
<b>Tabela 3:</b> Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil por ano, segundo unidade da federação (2000-2016).....	152
<b>Tabela 4:</b> Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil, residentes no estado de Roraima, segundo ocupação (2000-2016).....	152
<b>Tabela 5:</b> Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil, residentes no estado de São Paulo, segundo ocupação (2000-2016).....	153



**Tabela 6:** Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para os venezuelanos, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019.....172

**Tabela 7:** Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por ano, Brasil, segundo principais países de origem 2016 a 2018.....173

**Tabela 8:** Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019.....174

**Tabela 9:** Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados ocupados, segundo principais países, Brasil – 2019.....176

**Tabela 10:** Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados não ocupados, segundo principais países, Brasil – 2019.....176

#### **GRÁFICOS:**

**Gráfico 1:** Número de Migrantes Venezuelanos no Brasil 2005-2016.....146

**Gráfico 2:** Venezuelanos registrados através do RNE (2000-2016).....150

**Gráfico 3:** Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil (2010-2017).....150

**Gráfico 4:** Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, por condição de ocupação, Brasil, 2011 – 2019.....175

#### **QUADROS:**

**Quadro 1:** Solicitações de refúgio ativas no CONARE em 9 de outubro de 2019, segundo nacionalidade (mais de 1.000 solicitações).....14

**Quadro 2:** Diferenças entre os enfoques neoclássico e neomarxista no estudo das migrações.....39

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS**

**ACNUR:** Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

**AD:** Ação Democrática

**AGROFANB:** Agropecuária da Força Armada Nacional Bolivariana

**ALBA:** Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

**ALCA:** Área de Livre-Comércio das Américas

**BANFANB:** Banco da Força Armada Nacional Bolivariana

**CDRS:** Comitês de Defesa da Revolução

**CLAP:** Comitês Locais de Abastecimento e Produção

**CNDH:** Conselho Nacional dos Direitos Humanos

**CONARE:** Comitê Nacional para os Refugiados;

**COPEI:** Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

**CRNM:** Carteira de Registro Nacional Migratório

**EMILTRA:** Empresa Militar de Transporte

**ENAP:** Escola Nacional de Administração Pública

**ENCOVI:** Encuesta Nacional de Condiciones de Vida

**EUA:** Estados Unidos da América

**FAB:** Força Aérea Brasileira

**FGV:** Fundação Getúlio Vargas

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IMDH:** Instituto Migrações e Direitos Humanos

**ITPS:** Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

**Mercosul:** Mercado Comum do Sul

**MUD:** Mesa da Unidade Democrática

**NAFTA:** Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

**NEPO-UNICAMP:** Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas

**NIEM-RJ:** Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro

**OEA:** Organização dos Estados Americanos

**OIM:** Organização Internacional para as Migrações

**OMC:** Organização Mundial do Comércio

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PDVSA:** Petróleos de Venezuela S.A.

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PNUD:** Programa da ONU para o Desenvolvimento

**PT:** Partido dos trabalhadores

**R4V:** Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela

**RNE:** Registro Nacional de Estrangeiro

**SIDOR:** Siderúrgica do Orinoco

**SINCRE:** Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros

**TVFANB:** Televisora de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana

**UFRR:** Universidade Federal de Roraima

**UNASUL:** União de Nações Sul-Americanas

**UNFPA:** Fundo de População da ONU

**USSOUTHCOM:** Comando Sul dos Estados Unidos

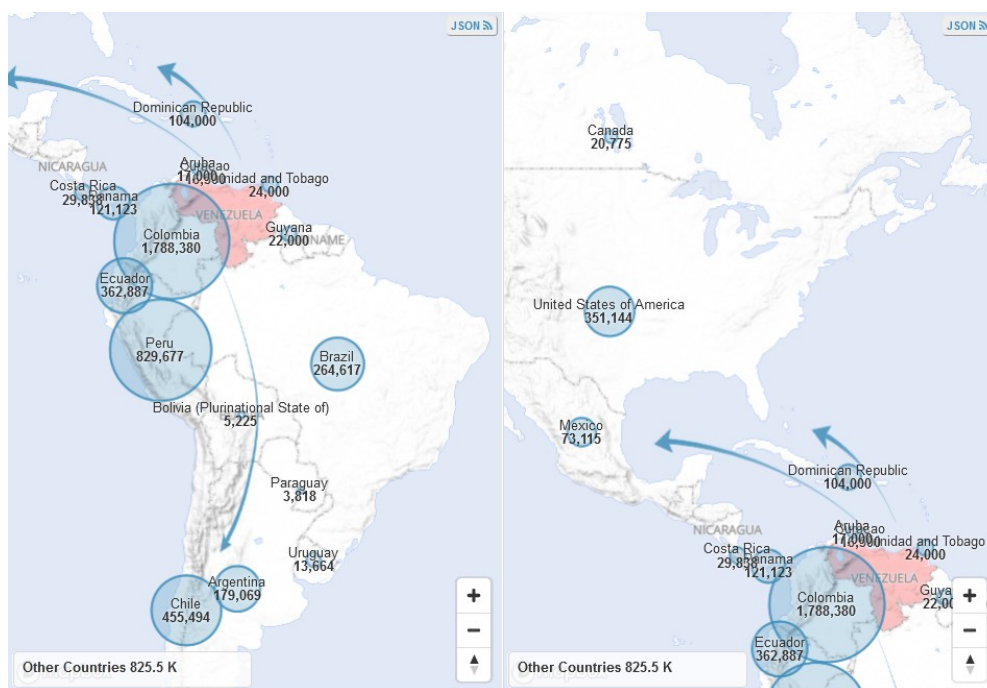
## SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SEU ESTUDO: DA ABORDAGEM CLÁSSICA À ABORDAGEM MARXISTA DA MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO.....	22
2.1. As diferentes concepções teóricas sobre as migrações.....	23
2.1.1. Concepções clássicas e neoclássicas.....	26
2.1.2. A abordagem histórico-estrutural.....	33
2.1.3. A abordagem da mobilidade do trabalho.....	37
2.2. O conceito de mobilidade do trabalho.....	40
2.2.1. Mercadoria força de trabalho e sua mobilidade.....	42
3. A MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO.....	55
3.1. A mobilidade espacial da força de trabalho.....	55
3.2. A mobilidade da força de trabalho no capitalismo contemporâneo.....	64
3.2.1. A crise contemporânea do capitalismo.....	66
3.2.2. As mudanças no mundo do trabalho.....	74
3.2.3. As migrações internacionais e o papel do imperialismo.....	81
4. OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	94
4.1. O Brasil no contexto das migrações internacionais.....	94
4.1.1. Processos migratórios internacionais na República Velha (1889-1930) .....	95
4.1.2. Crescimento das migrações internas (1930-1980) .....	97
4.1.3. Migrações internacionais no capitalismo financeiro.....	101
5. O PROCESSO MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA O BRASIL.....	116
5.1. Venezuela: Dependência econômica do petróleo, geopolítica e crise.....	116

5.1.1. Economia petrolífera: do <i>Punto Fijo</i> ao governo Hugo Chávez..	116
5.1.2. Governo Nicolás Maduro (desde 2013): crise econômica e política.....	128
5.1.3. A geopolítica venezuelana e a ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos.....	131
5.2. A migração venezuelana para o Brasil como mobilidade forçada da força de trabalho.....	142
5.2.1. A problemática do refúgio.....	154
5.2.2. A xenofobia.....	159
5.2.3. A lei de migração de 2017 e as mudanças em relação ao Estatuto do Estrangeiro.....	161
5.2.4. O papel do Estado brasileiro e o processo de interiorização.....	165
5.2.5. A integração ao mercado de trabalho e a superexploração da força de trabalho venezuelana mobilizada.....	170
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184

## 1. INTRODUÇÃO

A crise econômica, política e social pela qual passa a Venezuela nos últimos anos, e que se agravou a partir de 2013, tem tido como uma de suas manifestações um exponencial crescimento das migrações para outros países da América Latina (notadamente Colômbia e Peru), os quais têm registrado um aumento expressivo na entrada de imigrantes a partir de suas fronteiras. Segundo dados recentes *da Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (R4V)*, até 5 de julho de 2020, o número de venezuelanos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mundo era de 5.202.270, ainda que a própria plataforma indique que esse número possa ser ainda maior<sup>1</sup>. Entre esses, os dados de 5 de julho de 2020 apontam que 2.663.925 dos migrantes possuem permissão de residência e de estadia regular nos países receptores. Além disso, o número de solicitantes de refúgio era, em junho do mesmo ano, de 896.374. Nas figuras 1 e 2 podemos ter uma ideia dos países que mais receberam imigrantes venezuelanos nas Américas.



**Figura 1:** Imigrantes venezuelanos nas Américas (até julho 2020)

Fonte: Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (R4V). Disponível em: <http://R4V.info>. Acesso em 27 julho 2020.

<sup>1</sup> Os dados disponibilizados pela plataforma representam a soma de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio publicadas pelos governos dos países que receberam os venezuelanos. Uma vez que os países receptores possuem diferentes metodologias para processar os dados estatísticos, alguns não levam em conta os venezuelanos sem um *status* migratório regular.



**Figura 2:** Imigrantes venezolanos na América Latina (até julho 2020)

Fonte: Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (R4V). Disponível em: <http://R4V.info>. Acesso em 27 julho 2020.

Conforme vê-se nas figuras 1 e 2, a Colômbia possuía, em julho de 2020, o maior número total de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio (1.788.380), seguida por Peru (829.677), Chile (455.494), Equador (351.144), Estados Unidos (351.144), Brasil (264.617), Argentina (179.069), Panamá (121.123), República Dominicana (104 mil) e outros (que possuem menos de 100 mil venezuelanos).

Em termos de porcentagem, a *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida* (ENCOVI) de 2019-2020<sup>2</sup>, aponta que entre o total de migrantes, 42% se dirigiram à Colômbia, 21% ao Peru, 12% ao Chile, 8% ao Equador, 3% à Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

No Brasil, sexto país em números totais de migrantes venezuelanos, em dezembro de 2019 o número de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos era de 264.617, sendo que o país possuía (até novembro do mesmo ano) 129.988 solicitantes de refúgio e, em dezembro de 2019, 130.692 venezuelanos com visto temporário ou definitivo de residência. Apesar de ser também o sexto país em número de venezuelanos com visto temporário ou definitivo de residência, o Brasil era o segundo país com o maior número de solicitantes de refúgio, atrás apenas do Peru (com 482.571). Além disso, o Brasil era, até 31 de janeiro de 2020, o país com o maior número de refugiados reconhecidos (37.177), seguido pela Espanha (35.243), enquanto cada um dos demais países possuíam menos de 10 mil refugiados reconhecidos.

Ainda sobre o Brasil, os dados do *Atlas temático das migrações internacionais em São Paulo* (2020), mostram que das 204.361 solicitações de refúgio ativas no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em 9 de outubro de 2019, 120.467 eram de venezuelanos, o que representava mais da metade do total de solicitações. Os principais países de origem dos solicitantes nesse período podem ser observados no quadro 1.

**Quadro 1:** Solicitações de refúgio ativas no CONARE em 9 de outubro de 2019, segundo nacionalidade (mais de 1.000 solicitações).

Nacionalidade	Total de solicitações
Venezuela	120.467
Haiti	23.133
Cuba	9.291
Senegal	5.993
Angola	4.983

2 A ENCOVI se trata de uma pesquisa sobre condições de vida realizada em parceria entre três universidades venezuelanas: as universidades públicas Central de Venezuela (UCV) e Simón Bolívar (USB) e a privada Católica Andrés Bello (UCAB) A pesquisa é realizada anualmente desde 2014. Mais dados podem ser vistos em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>.



Bangladesh	4.966
China	4.435
Síria	4.289
Nigéria	2.881
Gana	2.077
Congo	1.732
Líbano	1.586
Paquistão	1.565
Guiné Bissau	1.503
Colômbia	1.083
República Dominicana	1.060
Outros (abaixo de 1.000)	13.317
<b>Total</b>	<b>204.361</b>

Elaborado por Vinicius de Paula Ismael. Fonte dos dados: BAENINGER *et al.* (2020).

Garcia (2018) afirma que o fenômeno migratório da Venezuela foi desencadeado a partir de 2015, e entre 2015 e 2018, pelo menos 10% da população venezuelana deixou o país.<sup>3</sup> Já Del Vecchio e Almeida (2018) afirmam que a intensificação da migração cresceu com maior intensidade a partir de 2016 e a maior parte dos venezuelanos adentrou o território brasileiro a partir da fronteira Santa Elena de Uaiare, na Venezuela, e Pacaraima, município localizado no estado de Roraima. Os mesmos evidenciam que o Brasil, em muitos casos, é um país rota de passagem de venezuelanos, que preferem adentrar outros países, como Peru, Chile e Argentina. Justamente por não contar os imigrantes que usam o país como rota de passagem e aqueles que regressaram à Venezuela, o Brasil se encontra em posições abaixo de outros países do continente. Tanto Pacaraima, município brasileiro localizado no estado de Roraima, como a capital Boa Vista, são duas cidades que receberam, de início, o maior número de imigrantes venezuelanos, por estarem em área de fronteira.

Um dos principais processos que desencadearam a crise econômica na Venezuela, como destacam vários jornais da imprensa (EL PAÍS, OPOVO, G1, ESTADÃO, PRAGMATISMO POLÍTICO) foi a queda vertiginosa do preço do barril de petróleo nos últimos anos, que é a base da economia do país e configura uma grande

<sup>3</sup> Dados do *Migration Data Portal* apontam que a população total da Venezuela, em 2018, era de 28,9 milhões, e a taxa de crescimento populacional do país, no mesmo ano, era de -1,8%. Tais dados podem ser observados em <https://migrationdataportal.org/>

dependência econômica nesse setor. Vários autores concordam que a dependência econômica da Venezuela ao petróleo é histórica (O'CONNOR, 1964; MARINGONI, 2009; MENDES, 2012; SILVA, 2016) e mesmo os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro não foram capazes de desenvolver uma atividade produtiva que garantisse maior estabilidade econômica.

Em uma audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em agosto de 2019<sup>4</sup>, o professor de Relações Internacionais e autor de livros sobre a Venezuela, Gilberto Maringoni, afirmou, com base em dados do Banco Central da Venezuela, que o Produto Interno Bruto (PIB) do país sofreu uma queda de 56% entre 2011 e 2019. Nesse mesmo período, a inflação passou de 56% para 130.000%, a produção de barris de petróleo caiu de 2.800.000 barris diários para 740.000, e o desemprego atingiu por volta de um terço da população economicamente ativa.

Sobre o petróleo, Maringoni afirmou, na mesma audiência, que em 2014 houve grande baixa de seu preço no mercado internacional. O preço, que alcançou seu auge em julho de 2007 (148 dólares o barril), no ano de 2014 chegou a 30 dólares o barril. Essa oscilação dos preços está ligada à especulação financeira sobre o preço do petróleo, que também existe sobre outras *commodities*.

Ainda apontou o professor que o país, em 2019, tinha 97% de sua exportação ligada à produção de petróleo. Essa queda no preço que levou a Venezuela a uma crise, conforme Maringoni, não é apenas em decorrência da crise da alta das *commodities* (que também ocorreu no Brasil), mas também devido a questões geopolíticas, já que o país possui a maior reserva de petróleo do mundo, com cerca de 300 bilhões de barris. Atrás da Venezuela estão países como Arábia Saudita (263 bilhões), Canadá (173 bilhões), Irã (157 bilhões) e Iraque (143 bilhões).

Os conflitos geopolíticos nos quais se insere a Venezuela se dão sobretudo contra países como os Estados Unidos (maior consumidor de petróleo do mundo), Arábia Saudita (grande produtor petrolífero) e outros aliados do governo norte-americano. Esses conflitos também refletem na dinâmica política interna do país, que desde a subida de Hugo Chávez à presidência (1999-2013) e sua sucessão por Nicolás Maduro (desde 2013), tem exposto uma disputa entre os interesses da burguesia local

---

4 Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/577435-especialistas-divergem-sobre-causas-da-crise-na-venezuela/>

(representada pelos opositores aos governos chavistas) e os das classes trabalhadoras (representadas pelos chavistas). Além disso, desde 2002 a oposição, alinhada aos interesses dos Estados Unidos, tem tentado derrubar os governos populares em vista a tomar controle sobre a produção do petróleo, realizada através da empresa *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), que desde 1999 é de propriedade estatal (SILVA, 2016).

Deve-se levar em conta ainda, em relação aos problemas geopolíticos internos e externos, que desde 2015, segundo aponta o dossiê nº17 do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social* (ITPS, 2019), a Venezuela tem sofrido uma ofensiva neoliberal comandada pelos interesses dos Estados Unidos, que tem buscado intervir com maior força nos países da América Latina, utilizando de diversas armas para aumentar sua influência sobre os diferentes territórios da região. Tentativas de derrubada de governos menos submissos com intervenção militar, golpes de Estado, associação com partidos opositores aos governistas são alguns desses mecanismos que estão presentes tanto na Venezuela como no Brasil.

No contexto venezuelano, medidas tomadas pelos governos norte-americanos também incluem a imposição de embargos econômicos ao país, como, por exemplo, na dificuldade da compra de equipamentos modernos para melhorar a tecnologia da PDVSA<sup>5</sup>. Também podem se destacar as sanções econômicas impostas ao país em agosto de 2017 pelos Estados Unidos, proibindo a realização de transações com títulos da dívida venezuelana e de comprar bônus de sua empresa estatal petroleira<sup>6</sup>. Ou mesmo a sanção total aplicada pelo então presidente norte-americano, Donald Trump, em agosto de 2019, congelando todos os bens do governo venezuelano nos Estados Unidos e proibindo todo tipo de transação<sup>7</sup>. Essas medidas são responsáveis por enfraquecer a economia venezuelana, dependente da renda do petróleo, e influenciam diretamente na qualidade de vida da população<sup>8</sup>.

---

5 MARINGONI, G. Como e por que Maduro se sustenta e não dá sinais de cair no curto prazo. Diário do Centro do Mundo. 15 setembro 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-e-por-que-maduro-se-sustenta-e-nao-da-sinais-de-cair-no-curto-prazo-por-maringoni-da-venezuela/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

6 MARCO, D. G. Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?. BBC Mundo. 26 agosto 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 10 jul. 2020.

7 EUA impõem sanções econômicas totais contra o governo da Venezuela. G1. 05 agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/05/eua-impoe-sancoes-economicas-totais-contr-o-governo-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

8 CAPRIGLIONE, L. Mídia hegemônica mente e esconde crimes dos EUA contra a Venezuela. Jornalistas Livres. 07 maio 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/midia-hegemonica-mente-e-esconde-crimes-dos-eua-contr-a-venezuela/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Dentro desse contexto, o grande aumento da imigração de venezuelanos para o território brasileiro tem causado mudanças nas dinâmicas territorial e populacional tanto no estado de Roraima, fronteira com a Venezuela, como também nos outros estados do Brasil. Os problemas desencadeados desse fenômeno, como a falta de emprego e moradia para os venezuelanos, têm exposto as deficiências nas políticas de caráter migratório do Brasil, que historicamente pouco desenvolveu políticas dentro desse setor e priorizou ações com base em problemas emergenciais, como percebido também na imigração dos haitianos (FERNANDES; FARIA, 2017).

Outras questões associadas a este processo migratório também emergem, como a inserção precária dos imigrantes em um mercado de trabalho impactado pelas reformas neoliberais – que fazem crescer a exploração da força de trabalho pelo capital, a problemática referente à concessão do refúgio e as disputas geopolíticas relacionadas a ela, a xenofobia sofrida pelos venezuelanos, o papel do Estado brasileiro enquanto responsável pela gestão desse processo migratório, a mudança legislativa relacionada à adoção da nova Lei de migração em 2017 entre diversas outras problemáticas.

Visto isso, para analisar a realidade concreta do objeto de estudo que nos propomos a estudar, a migração venezuelana para o Brasil no período recente (entre 2013 e 2019), emerge a necessidade de compreender como este processo se desencadeou e quais relações se estabelecem entre o mesmo, a crise econômica e política na Venezuela (recentemente intensificadas), a crise estrutural do modo de produção capitalista e o processo de expansão territorial do capital. Assim, acreditamos ser imprescindível analisar quais são os principais elementos que estão associados a este complexo movimento migratório, que vão desde a esfera das especificidades desse território, como as relações sociais de classe internas, até os principais determinantes do movimento de reprodução ampliada do capital, em busca de novos territórios a serem inseridos na dinâmica da sociabilidade capitalista para a realização da mais-valia e valorização do valor, considerando também as relações geopolíticas que se fazem entre os diferentes territórios, sobretudo entre os países do centro capitalista e os da periferia, especificamente da América Latina e da Venezuela no período recente, em que tem se intensificado a ofensiva do capital sobre essa região.

Nesse sentido, procuramos na presente pesquisa partir de uma análise crítica calcada no marxismo para compreender como o recente processo migratório venezuelano para o Brasil se relaciona com o contexto de crise estrutural da

sociabilidade capitalista que se agudiza a partir das últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI e como a migração venezuelana se configura enquanto uma mobilização espacial da força de trabalho imigrante decorrente desse processo de crise associada a acumulação ampliada do capital. Para a compreensão deste processo, nos guiaremos pelo conceito de mobilidade do trabalho desenvolvido por Jean-Paul de Gaudemar (1977) através da leitura de *O Capital* de Karl Marx e como ele pode explicar os processos migratórios no capitalismo enquanto expressão de uma sujeição do trabalho (tornado a mercadoria *força de trabalho*) ao capital.

No primeiro capítulo, iniciamos com uma análise crítica das principais correntes teóricas que buscam interpretar os diferentes movimentos migratórios ao longo da história do capitalismo, desde as fundamentações teóricas do pensamento econômico clássico, passando pelas formulações neoclássicas e atingindo as abordagens histórico-estrutural e da mobilidade do trabalho, essas duas últimas que partem do pensamento crítico e marxista para compreender a mobilidade populacional. A seguir, focaremos nossa análise na perspectiva da mobilidade da força de trabalho, desenvolvida por Gaudemar (1977), e como podemos partir da análise dos processos migratórios, enquanto mobilidade espacial da força de trabalho, para compreender como tais movimentos de população se dão no atual período de crise do capitalismo. Procuramos assim analisar, através da abordagem desenvolvida por Gaudemar em *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977), como funciona o processo de mobilização da força de trabalho tendo como fio condutor o conceito de *mobilidade do trabalho* formulado pelo referido autor com base em sua leitura de *O Capital* de Marx, na qual o autor descreve de maneira elegante como se dá o processo de transformação do trabalho na mercadoria força de trabalho dentro da sociabilidade capitalista e como a força de trabalho, uma mercadoria especial, é mobilizada para atender a produção de mais-valia absoluta e relativa e garantir o processo de reprodução do capital.

O segundo capítulo objetiva analisar com maior profundidade a forma *espacial* do conceito de mobilidade da força de trabalho, que corresponde ao processo de migração dos trabalhadores. Para isso, analisaremos como se configuram os processos migratórios dentro da sociedade produtora de mercadorias, como tais processos se materializam na dinâmica de produção e reprodução do espaço geográfico e como atuam no processo de valorização capitalista do espaço, nos guiando pela análise de autores marxistas do campo da geografia, tais como Moraes e Costa (1984), Harvey

(2004, 2005, 2013), Godoy (2018) entre outros para estabelecer relações entre o processo de mobilização espacial da força de trabalho, a geografia histórica do capitalismo em sua expansão territorial e o papel do imperialismo nesta dinâmica. Assim, buscaremos entender a atual crise global do capitalismo, desencadeada sobretudo a partir da década de 1970, e como ela impacta e conduz ao desenvolvimento de novas configurações no mundo do trabalho e também na mobilidade da força de trabalho, que tem se mostrado mais intensa no século XXI, em especial em sua forma *espacial* – as migrações.

No terceiro capítulo buscamos trazer uma leitura dos processos migratórios e de seu papel na geografia histórica do capitalismo no Brasil, analisando como se deram tais movimentos, sobretudo desde o período da adoção do regime de *trabalho assalariado* em território brasileiro, no findar do século XIX, identificando três períodos distintos em que se deu a mobilização espacial da força de trabalho no Brasil. Desta forma, iniciamos com uma investigação sobre a mobilização espacial da força de trabalho no período entre o final do século XIX e a década de 1930, em que há a predominância de movimentos migratórios internacionais – sobretudo de países europeus. A seguir, focaremos no período entre as décadas de 1930 e 1970, no qual há uma predominância de movimentos migratórios internos, especialmente entre regiões do território brasileiro, e como esse processo de mobilização guarda relações com a adoção de políticas migratórias, por parte do Estado, que vão no sentido de restringir a entrada de imigrantes internacionais no Brasil. Por fim, analisaremos o período que se inicia em meados da década de 1970, em que se nota uma complexificação dos movimentos migratórios internos e internacionais – tanto no Brasil como no mundo, que está intrinsecamente ligada ao movimento de expansão territorial da acumulação capitalista em um contexto de crise estrutural dessa sociabilidade. Estudaremos, ademais, os principais movimentos migratórios que se realizam no Brasil nesse período recente (sobretudo no século XXI) e o contexto no qual tais processos se dão.

Por fim, o quarto capítulo tem como objetivo analisar o recente movimento migratório venezuelano para o Brasil enquanto um processo de mobilização espacial da força de trabalho. Para isso, iniciamos com uma análise sobre a Venezuela, abarcando a histórica dependência desse território à produção de petróleo e como essa relação se deu ao longo das últimas décadas, sobretudo no período que se inicia em 1999, com os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, mais alinhados aos interesses da classe

trabalhadora venezuelana, e a conseqüente crescente pressão dos Estados Unidos e do capital internacional sobre a Venezuela, que se intensificou a partir de 2013 e que tem, através de diversos mecanismos e aliada à queda dos preços do petróleo, levado a uma crise econômica e política sem precedentes nesse país, que guarda forte vinculação a intensificação dos movimentos emigratórios da Venezuela nesse período. Entendendo tal processo migratório enquanto uma mobilidade forçada da força de trabalho venezuelana, analisaremos, por fim, como tem ocorrido a migração venezuelana para o Brasil desde então, tentando abarcar alguns dos diferentes elementos e dinâmicas que emergem desse processo, como o refúgio, o papel do Estado, a adoção de uma nova legislação migratória através da Lei de migração de 2017 e a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, relacionando tais dinâmicas com a intensificação da exploração do trabalho pelo capital – sobretudo do trabalho imigrante – que tem se expressado através das reformas neoliberais implantadas em peso após o golpe de Estado de 2016.

## **2. OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SEU ESTUDO: DA ABORDAGEM CLÁSSICA À ABORDAGEM MARXISTA DA MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO**

Neste capítulo buscamos trazer uma discussão crítica sobre as diferentes abordagens teóricas que tratam sobre os movimentos migratórios dentro do modo de produção capitalista. Assim, num primeiro momento discutiremos sobre as abordagens clássicas e neoclássicas, que se calcam no pensamento econômico clássico para explicar os fenômenos migratórios - com base sobretudo em autores como Adam Smith e David Ricardo, e traremos algumas considerações críticas a respeito de tais concepções. A seguir, analisaremos a abordagem histórico-estrutural e seus avanços em relação ao pensamento neoclássico, elaborando críticas sobre alguns de seus postulados. Por fim, nos aprofundaremos sobre a abordagem da mobilidade da força de trabalho, que tem como base a análise marxista da crítica do modo de produção capitalista, e que é tratada principalmente por Jean-Paul de Gaudemar. Esta última abordagem guiará o desenvolvimento deste trabalho, como base para nossa análise crítica sobre o processo migratório venezuelano para o Brasil.

Os movimentos migratórios historicamente são responsáveis por promover mudanças e transformações tanto nos espaços dos quais eles se desassociam como nos espaços para onde se dirigem (HARVEY, 2013). Além disso, os diferentes processos históricos pelos quais passam as várias formações territoriais conferem à diferentes conteúdos e particularidades nos processos migratórios. É por isso que necessário se faz um estudo sobre as migrações que leve em conta tais processos históricos e concretos e como eles se relacionam com os diferentes movimentos migratórios. Nesse sentido, é mister relacionar os contextos, tanto gerais, mas também os específicos, em que inseridas estão as migrações. Como bem lembra Heinz Dieter Heidemann (2010):

É indispensável partir de uma análise do processo histórico, social e concreto, que produziu esse novo tipo de movimentos migratórios sócio-econômicos. A migração não é um processo possível de ser explicado, a partir de si mesmo; não é um fenômeno de uma mudança meramente cultural, na qual se demonstra um novo caráter "nômade" ou até aquela "essência humana" propriamente nômade, como alguns filósofos pós-modernos afirmam. Portanto, a migração pode ser explicada apenas como fenômeno da história social concreta (HEIDEMANN, 2010, p. 4).



Nessa perspectiva é que podemos inferir que as migrações estão intrinsecamente relacionadas também às diferentes formações econômicas, políticas e modos de produção nos quais elas emergem. No modo de produção capitalista, os movimentos migratórios adquirem várias novas determinações, desde seus períodos predecessores, como na acumulação primitiva, passando pelo período de desenvolvimento do capitalismo fabril e, nas últimas décadas, no capitalismo monopolista e financeiro (ANTUNES, 2015; HARVEY, 2005).

Ao longo do processo histórico, vários foram os estudos a respeito dos movimentos migratórios, partindo desde aqueles majoritariamente empíricos e descritivos - como evidencia Gaudemar (1977) - até os estudos com base em diferentes concepções teóricas que se desenvolveram na medida em que o capitalismo e as teorias sobre seu funcionamento são propagados. Buscamos, assim, trazer e analisar *a priori* algumas das diferentes abordagens a respeito dos movimentos migratórios, para compreender como elas se desenvolveram e como buscaram explicar as determinações e motivações para tais movimentos.

## 2.1. As diferentes concepções teóricas sobre as migrações

Desde o período do capitalismo comercial, foram desenvolvidas várias abordagens teóricas sobre as migrações, em especial as relacionando com os sistemas econômicos que predominavam nas sociedades onde foram formuladas tais abordagens.

É nessa lógica que, tratando sobre os fenômenos migratórios, Peliano (1990) salienta que as formas e métodos de estudá-los evoluíram historicamente em consonância com o desenvolvimento do pensamento econômico, refletindo a ideologia predominante daqueles que a desenvolveram e do momento histórico em que foram elaboradas.

Se pautando na descrição da Organização Internacional para as Migrações (OIM) sobre o conceito de migração<sup>9</sup>, Celso Amorim Salim (1992) o define como:

---

9 A OIM, associada à Organização das Nações Unidas (ONU), define em seu *Glossário sobre migração* que essa ideia exprime um “Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos” (OIM, 2009, p. 40).

Fenômeno de mobilidade espacial de determinada população entre unidades administrativas ou geográficas distintas, resultando em mudança de residência dos indivíduos e incluindo as variáveis distância percorrida e tempo de permanência, qualquer que seja a magnitude do fluxo que se deslocou (SALIM, 1992, p. 120-121).

Segundo o *Dicionário crítico de migrações internacionais* (2017, p. 453), o termo migração designa uma “mudança permanente de residência entre locais distantes”. Para que tal deslocamento seja considerado migração, ele deve seguir critérios *temporais* (quanto tempo o indivíduo permanece no local) e *espaciais* (uma distância mínima entre os locais de origem e destino). Tais critérios excluem da definição *migração* as mobilidades espaciais concernentes às viagens (turismo, negócios e de estudo), movimentos pendulares ou sazonais. Ainda que de difícil delimitação, esses critérios levam em conta sobretudo uma permanência, daquele que migra, de pelo menos alguns meses (tempo) e em uma unidade administrativa diferente da de origem, como um município, estado ou país (espaço).

O mesmo dicionário (*idem*, p. 461) define a *migração forçada* como subcategoria da migração internacional (entre países diferentes), e inclui movimentos de refugiados, deslocados internos e solicitantes de refúgio e sofre influência de relações políticas e geográficas de poder.

Devemos apontar, contudo, que ambas as definições promovidas pelo dicionário e pela OIM não são totalmente precisas, uma vez que os movimentos migratórios abarcam uma série de dinâmicas complexas e contraditórias que dificultam a elaboração de generalizações puramente descritivas.

Nesse sentido, faz-se necessário pontuar que Salim (1992) destaca a inexistência de uma unanimidade entre os critérios para classificar as diferentes correntes teóricas dos estudos sobre migração, sendo difícil mesmo de estabelecer uma linha cronológica de desenvolvimento das teorias sobre esse fenômeno. O que se vê nesse tema é uma série de antagonismos que dificulta a busca por uma unidade conceitual. O único aspecto comum a todas as abordagens, conforme o mesmo autor, é o fato de os movimentos migratórios terem como principal indutor um desequilíbrio espacial de origem econômica que produz diferenças na renda e no emprego entre os espaços de origem e destino.

Lussi (2015) salienta que o papel das teorias das migrações consiste na tarefa de tentar compreender as forças fundamentais que conduzem os processos migratórios, e aprofundar o conhecimento a respeito deles é fundamental. Alejandro Portes (1997), analisado pela autora, defende que seja feita a construção de uma teoria das migrações que relacione articuladamente as diferentes abordagens desses fenômenos em cada área do conhecimento que os estuda<sup>10</sup>.

Uma vez que os fenômenos migratórios abarcam uma série de elementos e problemáticas, em alguns casos particulares a determinado país, a autora destaca que nenhuma teoria explica toda a realidade da mobilidade humana. Dessa forma, uma teoria sobre as migrações nunca esgota o conteúdo do fenômeno, sendo sempre necessário que tal teoria se transforme para abarcar os novos elementos que surgem na realidade estudada<sup>11</sup>.

Salim (1992) identifica, na falta de unanimidade de uma classificação entre as diferentes correntes teóricas, vários exemplos de diferentes autores que buscaram organizar as variadas correntes (SALIM, 1992, p. 122):

Modelos neoclássicos contemporâneos e mobilidade da força de trabalho (Gaudemar, 1977); análises empiristas e escola histórico-estrutural (Gonzalez, 1979); análises sociológicas derivadas dos enfoques histórico-estruturalista e da modernização (Oliveira & Stern, 1980); modelo de equilíbrio da migração e a perspectiva histórico-estrutural (Wood, 1982); as perspectivas demográfica, econômica, sociológica – incluindo a teoria da modernização – e histórico-estrutural (Raczynski, 1983); estudos quantitativistas, micro e macro-sociológicos (Aramburu, 1983); correntes psicologizantes face à concepção comportamental-racionalista e correntes estruturais com enfoques da modernização e histórico-estrutural (Ferreira, 1986).

---

10 Para formar tal teoria, Portes (1997) parte de algumas críticas, que são indicações metodológicas, como é destacado por Lussi (2015, p. 56-57): “a) Muita informação não produz teoria; esta nasce de uma capacidade suplementar de cruzamento e análise aprofundada e intuitiva dos dados recolhidos; b) os sujeitos implicados nos processos estudados, não tem, necessariamente, a percepção dos significados e da qualidade das situações que vivem; c) tipologias, asserções, narrativas não são teorias, mas podem ser uma etapa que favorece a elaboração de uma teoria; d) não é viável uma teoria inclusiva de tudo o que o conhecimento pode dizer sobre a migração”.

11 Por abranger uma série de aspectos multidisciplinares, já foi pretendida por alguns autores, como o demógrafo francês Hervé Domenach (1998), a criação de uma “Migratologia”, que seria uma área do conhecimento destinada a analisar os diferentes aspectos dos movimentos migratórios, para além das análises estatísticas, empíricas e de coleta de dados exaustivamente presentes na maior parte dos estudos da atualidade. A criação dessa nova disciplina, conforme Domenach defende, poderia desenvolver as duas dimensões analíticas das migrações: “espaço-tempo” e “fluxos-estoques”. Dessa forma, superaria a tendência dos estudos migratórios de seguirem um caminho baseado apenas nos dados e também se pautaria numa análise em que os conceitos emergiriam da realidade estudada.

Vista essa grande diferenciação em cada autor estudado, Salim (1992) propõe elaborar três troncos teóricos para agregar e explicar as diferentes escolas que se integram nesses troncos:

- *modelos neoclássicos contemporâneos*, que se preocupam com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra;
- *perspectiva histórico-estrutural*, vinculada à tradição dialética do marxismo e responsável por vasta produção crítica sobre a migração na América Latina;
- *mobilidade da força de trabalho*, cuja releitura dos economistas clássicos procura “reinventar” a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista (SALIM, 1992, p. 122).

Autores como Helion Pova Netto (1997), no artigo *Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual*, e Carlos Vainer (1997) concordam com os três troncos propostos por Celso Amorim Salim. Assim como Leite, Giavarotti, Kluck *et al.* (2017) também evidenciam sua contribuição.

Para o presente trabalho, buscaremos analisar, nas próximas seções, estes três diferentes troncos teóricos elencados por Salim (1992), divididos entre aqueles influenciados pelo pensamento econômico liberal (neoclássicos) e aqueles desenvolvidos a partir do pensamento crítico marxista (perspectiva histórico-estrutural e da mobilidade da força de trabalho). Deste modo, trataremos, num primeiro momento, sobre as concepções clássicas e neoclássicas, para então analisar as abordagens histórico-estrutural e da mobilidade da força de trabalho.

### **2.1.1. Concepções clássicas e neoclássicas**

As primeiras contribuições para o estudo das migrações se dão no período histórico de desenvolvimento do capitalismo comercial, entre os séculos XVI e XVIII, elaboradas por pensadores mercantilistas. Os debates de tal temática, no entanto, se fortalecerão a partir da emergência, no século XVIII, das grandes migrações transoceânicas em decorrência do desenvolvimento dos meios de transporte, em um período de crescimento industrial do modo de produção capitalista. Segundo Gaudemar (1977), nesse período surgem diversos autores que discutem as diferentes visões a respeito do trabalho e de sua produtividade para a economia. Os principais precursores dessas discussões são Richard Cantillon, os economistas fisiocratas (como François Quesnay) e também Adam Smith (em seu *A Riqueza das Nações*), que colocam destaque no trabalho como formador de riquezas. Ainda não se há nesse momento um

desenvolvimento da noção espacial enquanto abstração, mas a relação entre a natureza e o homem, que se apropria da terra para produzir riquezas, é o fator central. O trabalho nesse sentido é estudado sempre nas suas formas concretas.

No entanto, nesse período já se estudam as estruturas do trabalho, como a repartição espacial da população e as formas de mobilidade social, trazendo uma premissa de um possível surgimento do conceito de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977)<sup>12</sup>.

Além disso, o próprio conceito de mobilidade, como aponta Gaudemar na obra citada, só passa a ser utilizado para explicar os movimentos migratórios a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, embora muitos estudos sobre as formas concretas de tal mobilidade já existissem (migrações). Após a segunda guerra os economistas começaram a analisar tal área tomando o caminho que havia sido aberto pela demografia no fim do Século XIX.

As concepções clássicas a respeito dos movimentos migratórios estão diretamente relacionadas às teorias econômicas de autores da economia clássica. Entre os principais teóricos desse período, deve-se destacar Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say e Thomas Malthus.

Adam Smith é o principal autor que conduz, com seu *A Riqueza das Nações* (1776) ao desenvolvimento da teoria econômica clássica, e também possui uma importância fundamental, na concepção de Gaudemar (1977), para o desenvolvimento dos dois troncos teóricos que passarão a estudar a mobilidade do trabalho.

Influenciado por autores como Cantillon (1755), Smith traz para o debate a relação não mais apenas entre o homem e a natureza (como era trabalhada pelas formulações anteriores), mas também a relação entre os homens (social). A noção do autor sobre a mobilidade é que ela é uma propriedade do trabalho que o torna capaz de ser produtivo e satisfazer as necessidades de acumulação do capital (desenvolvimento do mesmo), necessidades tanto na qualificação do trabalho como na repartição social e setorial dos trabalhadores, determinando várias formas de mobilidade (GAUDEMAR, 1977; VAINER, 1998). Portanto, a mobilidade é a expressão de liberdade do homem, é

---

<sup>12</sup> Vale esclarecer aqui que a concepção de Gaudemar sobre a mobilidade do trabalho engloba tanto seu aspecto espacial (migrações) como o temporal, que serão melhor aprofundados mais a frente.

uma mobilidade perfeita, que promove o desenvolvimento da economia e da riqueza (GAUDEMAR, 1977).

Adam Smith apresenta em seu estudo a primeira aproximação conceitual da mobilidade do trabalho, através de uma reflexão não apenas sobre o trabalho, mas sobre o espaço onde ele se exerce, trazendo uma contribuição de Cantillon nessa ideia. É também Smith o primeiro autor a esboçar uma possível problemática a ser tratada pelo conceito de mobilidade do trabalho. Dessa forma, é ele quem promove o desenvolvimento de tal conceito que, com a consolidação do capitalismo, assume novas formas e sua interpretação se divide em dois ramos distintos, o que Gaudemar propõe-se a analisar<sup>13</sup>.

Embora tenham divergências em alguns aspectos, Ricardo e Say concordam na ideia de que a mobilidade do trabalho é essencial em se tratando das diferentes formas que o trabalho se sujeita às necessidades do capital, tanto na transformação em suas funções como nos locais em que se exerce. A visão de Say a respeito da mobilidade do trabalho é que ela está presente, como um meio, nas medidas das políticas econômicas destinadas a assegurar um equilíbrio econômico e social. Defendendo tal hipótese de mobilidade perfeita, o autor, no entanto não aprofunda uma teorização sobre ela. Já David Ricardo traz em sua análise uma justificativa para a mobilidade perfeita do trabalho, baseada na ideia de que o trabalho se configura como uma mercadoria. A mobilidade perfeita do trabalho exprime, então, a necessidade de o trabalho possuir uma característica para ser uma mercadoria. É aqui que Gaudemar pontua que Ricardo busca uma axiomatização da mobilidade do trabalho (que mais tarde será promovida pelos neoclássicos).

Malthus, por sua vez, se afasta dessa perspectiva de “axiomatização da mobilidade” (que a configuraria como mobilidade perfeita), trazendo uma concepção mais concreta do modo de funcionamento do capitalismo em que não é possível que o mercado se autorregule (como defendem os outros teóricos clássicos como Say e Ricardo). O pensamento de Malthus, nesse sentido, se afasta do defendido por Ricardo e Say, e se aproxima da teorização de Jean de Sismondi. Este, conforme Gaudemar (1977) analisa, é o único autor pré-marxista que rompe com a ideia predominante de uma

---

13 Com o século XIX e o desenvolvimento do capitalismo industrial, uma série de autores liberais (clássicos) trazem suas ideias. Embora a mobilidade não seja, em seus trabalhos, explicitamente teorizada, sua noção está presente nas obras de tais autores, como Malthus, Ricardo e Say, dentro das reflexões a respeito do trabalho como também no destaque de algumas formas concretas de mobilidade.

mobilidade do trabalho que deve ser incentivada e colocada a serviço da acumulação do capital. Trazendo uma crítica ao capitalismo e sua atuação a partir da mobilidade do trabalho, Sismondi introduz em sua análise com mais intensidade a noção de espaço, bastante ocultado concretamente pelos autores clássicos, e, por isso mesmo, ignoradas por eles as contradições presentes em tais espaços. Mesmo sem grande aprofundamento teórico, o autor, com sua ruptura, abre caminho para Marx desenvolver sua teoria de tal modo de produção (GAUDEMAR, 1977).

Com Marx e os marxistas, a mobilidade do trabalho passa a ser estudada sobretudo em seu aspecto estrutural, algo que o próprio Gaudemar analisa posteriormente. Em resposta e como crítica a visão marxista, surgem também os pensadores neoclássicos, que defendem a mobilidade do trabalho com base nas ideias dos autores clássicos, especialmente Ricardo e Say, axiomatizando a teoria de equilíbrio geral dos autores.

De maneira geral, Gaudemar (1977) traz um resumo do processo histórico de desenvolvimento do conceito de mobilidade do trabalho e como a contribuição de Adam Smith foi essencial para a formação de dois ramos diferenciados de análise desse processo, filiados a escolas econômicas diferentes:

O tronco conduz ao longo do século XVIII, através da complexidade do período de transição para o capitalismo, de Cantillon a Smith passando pelos fisiocratas. Smith constitui a bifurcação a partir da qual se efectua a separação em dois ramos distintos, um que se dirige para Sismondi, depois para Marx e os marxistas, o outro para os clássicos, Walras e os neoclássicos, atravessando cada um destes dois ramos, de modo diferente, a mesma cronologia, porque colocando-se diferentemente face ao desenvolvimento capitalista (GAUDEMAR, 1977, p. 100).

Com base nessa abordagem de Gaudemar, pode-se dividir o desenvolvimento do conceito de mobilidade do trabalho em três fases diferentes, como elencado na figura 3.



**Figura 3: Desenvolvimento do conceito de mobilidade do trabalho.**

Elaborado por Vinicius de Paula Ismael. Fonte: GAUDEMAR (1977).

Gaudemar, deste modo, realiza uma análise dos dois troncos que tratam, já no período de domínio capitalista, sobre a mobilidade do trabalho: De um lado, os autores neoclássicos, como Walras, que axiomatizam tal ideia com base na contribuição dos autores clássicos e na escola do liberalismo econômico; e de outro lado, Marx e os marxistas, que aprofundam sua análise no aspecto estrutural da mobilidade do trabalho, enquanto aspecto central do modo de produção capitalista e de sua reprodução ampliada.

Becker (1997) também analisa o desenvolvimento do conceito de mobilidade do trabalho, para ela o referido conceito, estudado há tempos, tem como principais abordagens a neoclássica e a neomarxista. A primeira tem como base a economia clássica, e vê a mobilidade com um enfoque nas decisões individuais daquele que migra, quase sempre se utilizando as análises de elementos quantitativos, e, dentro de um contexto espacial, de uma estatística dos fluxos e aglomerações em detrimento de uma análise histórico-geográfica da formação social. A abordagem neoclássica foi predominante desde os fins do século XIX até meados da década de 1970, quando surgem esforços para analisar a mobilidade humana com base no referencial teórico marxista.

A teoria neoclássica tem como base fundamental a teoria econômica clássica de Adam Smith, e defende que os movimentos migratórios ocorrem em decorrência da decisão dos próprios trabalhadores, que são agentes livres que escolhem migrar com base em cálculos de custo-benefício, se transferindo para lugares onde podem obter melhor salário. Dessa forma, a visão dos neoclássicos, como destacam Leite, Giavarotti, Kluck *et al* (2017, p. 9) pensa “os movimentos populacionais como mobilidade geográfica dos trabalhadores em um espaço econômico *isomórfico*, motivados nomeadamente pelos desequilíbrios existentes na oferta de emprego e renda”.

Oliveira (2006) salienta que os neoclássicos defendem que os deslocamentos humanos estão inseridos numa lógica de oposição entre pobreza e oportunidades: enquanto uma região pobre e rural seria um fator de expulsão das pessoas, as oportunidades dos centros urbanos, dotados de maiores possibilidades de obtenção de renda, lazer, educação etc. dariam a esses lugares uma atração para os deslocamentos, sendo que o desenvolvimento tecnológico agiria como um atenuante para tais fluxos. Dessa forma, esse raciocínio se baseia especialmente no diferencial de renda dos diferentes espaços, que influenciaria o movimento migratório. O indivíduo então, que



segundo essa interpretação pode mover-se livremente pelo território, irá se deslocar para um local onde haja maior vantagem para a venda de sua mão-de-obra (OLIVEIRA, 2006).

Nesse sentido é que Gaudemar (1977) afirma que para os neoclássicos, em especial Stanley R. Dennison, a migração é o mecanismo que promove o equilíbrio entre oferta e procura:

O postulado de mobilidade perfeita do trabalho funda assim a tese que diz: quando os homens se sentem bem onde estão, seja em que sítio for, nenhuma migração modifica este estado máximo da sua satisfação, desde que os rendimentos se mantenham inalteráveis. Consequentemente, as formas espaciais da mobilidade do trabalho não são mais do que mecanismos que permitem ao indivíduo aceder ou manter-se em locais em que sua satisfação, reduzida à sua transparência monetária, é máxima, não sendo a mobilidade do trabalho mais do que o postulado de comportamento de um fator de produção, tornando possível a existência destes mecanismos (GAUDEMAR, 1977, p. 145).

A perspectiva neoclássica – ou enfoque, como define Becker (1997), tem como principal pioneiro Léon Walras, que buscou realizar a axiomatização do conceito de trabalho e de sua mobilidade a partir das teorias de autores da economia clássica, principalmente as de David Ricardo. Walras considera que a partir da axiomatização é possível considerar a mobilidade do trabalho uma mobilidade *perfeita*, uma vez que os movimentos migratórios tenderiam a equilibrar as ofertas de salário e emprego nos países de origem e de destino dos migrantes (LUSSI, 2015). O autor, dessa forma, abre o caminho para interpretações dos movimentos migratórios com base na teoria econômica burguesa e utilizando-se de processos matemáticos para definir seus componentes.

Ernst Georg Ravenstein é outro pensador a se destacar, autor de *As leis da migração*, de 1885, primeiro trabalho acadêmico reconhecidamente sobre teoria das migrações, conforme Lussi (2015) argumenta. Nesse artigo, o autor estuda as migrações internas na Grã-Bretanha do século XIX com base no empirismo e em dados do Censo inglês de 1881. A partir de uma série de leis sobre o fenômeno, Ravenstein teve grande destaque durante esse período. Além disso, é contemporâneo de Walras e considerado pertencente à escola neoclássica (BECKER, 1997; OLIVEIRA, 2006), ainda que autores como Pereira Neto (2019) discordem de tal aceção.

Após Ravenstein, destacou-se a teoria migratória da Escola de Chicago, que predominou nos estudos sobre migrações por quase um século e trouxe uma metodologia para seu estudo. Tal teoria (que se originou no estudo das migrações internas norte-americanas) teve grande destaque nas décadas de 1920 e 1930 e predominou até a década de 1960. Larry Sjaastad e Theodore Schultz se inserem como representantes dessa escola de pensamento.

Além desses, vários outros autores contribuíram para o debate dentro da teoria neoclássica da migração, como Alfred Weber, Weigmann, August Lösch, e o já referido Stanley R. Dennison, entre outros. Nessa perspectiva, Pereira Neto (2019) afirma sobre a visão neoclássica:

Como idealizado pela teoria neoclássica, num mundo de concorrência perfeita, o livre jogo do mercado, sem interferência do Estado, seria responsável por alocar eficientemente os fatores de produção, inclusive o fator trabalho. Portanto, o trabalhador somente ficaria desempregado se não aceitasse o nível de salário vigente no mercado (PEREIRA NETO, 2019, p. 492).

Becker (1997) ainda destaca que a teoria neoclássica predominou durante quase cem anos, defendendo que poucos avanços foram trazidos após o trabalho de Ravenstein (1885). A maioria dos estudos utilizavam-se dos pressupostos da teoria neoclássica, mas sem trazer novas ideias e avanços. A partir da década de 1940 alguns novos aspectos foram trazidos, como o uso de equações matemáticas para analisar a migração, como por Stouffer (1940). Em 1966, Lee elencou várias hipóteses a respeito da migração, trazendo diversos fatores positivos e negativos nos lugares de origem e de destino dos migrantes como elemento dessas hipóteses. As hipóteses, analisadas por Becker (1997), se dão sobre o *volume da migração, fluxo e refluxo migratórios e características dos migrantes*.

A autora supracitada salienta, no entanto, que o trabalho de Lee não possui um componente social, ignorando os problemas crônicos de desemprego e subemprego nos países pobres. Todaro (1969), outro autor de base neoclássica, trabalha sobretudo com a mobilidade campo-cidade, em que o crescimento industrial nas cidades (modernização) move o processo migratório do campo para a cidade. A visão neoclássica, portanto, apresenta a migração como um processo de causas e efeitos, isolando os diferentes processos migratórios uns dos outros e mascarando seu caráter histórico-estrutural, indo contrariamente ao que a perspectiva histórica e dialética defende (BECKER, 1997).

Algumas releituras da teoria neoclássica foram elaboradas na segunda metade do século XX, em especial entre as décadas de 1960 e 1970, que buscaram abarcar um número maior de possibilidades para os movimentos populacionais<sup>14</sup>.

Vários autores já estabeleceram críticas a essa teoria (GAUDEMAR, 1977; SALIM, 1992; BECKER, 1997; OLIVEIRA, 2006; LUSI, 2015; PEREIRA NETO, 2019), que no geral apontam o fato de existir uma ligação entre a teoria neoclássica das migrações com as teorias demográficas clássicas, que priorizam a relação entre os fatores de expulsão do país de origem e os fatores de atração do país de destino (*push-pull theory*). Segundo Lussi (2015), as críticas detalham que tal abordagem foi desenvolvida para explicar os movimentos migratórios durante a era industrial, e por isso não podem ser utilizadas para explicar a complexa dinâmica do atual período histórico do capitalismo.

É também bastante limitada tal teoria neoclássica pois não consegue incorporar em seu discurso os contextos políticos e econômicos internacionais e também nacionais, que influenciam as decisões de migrar ou não. A crítica ao fato de ser levada em conta fundamentalmente a visão *individual* na decisão de migrar é também essencial. Nesse sentido é que Gaudemar (1977) afirma ser a teoria neoclássica das migrações fundamentalmente uma teoria elaborada para os interesses do capital e de sua acumulação.

É com base nessa necessidade de incorporar um leque maior de fatores nas análises migratórias é que se desenvolvem, a partir das décadas de 1970 e 1980, trabalhos que se apoiam principalmente na visão marxista do modo de produção capitalista, sobretudo ligados às teorias histórico-estrutural e da mobilidade do trabalho.

### **2.1.2. A abordagem histórico-estrutural**

A abordagem histórico-estrutural apresenta um caráter macroestrutural e histórico (SOARES, 2014), significa que busca fazer oposição à análise neoclássica ao não mais considerar apenas as decisões individuais dos migrantes face a uma possibilidade de se mover com total liberdade, mas considera que os fatores estruturais

---

<sup>14</sup> Lussi (2015) realiza um apanhado de tais concepções, analisando entre elas *A teoria da nova economia das migrações, teoria da migração familiar e da seletividade da migração, e teoria do duplo mercado de trabalho*.

(contextos históricos e geográficos específicos) são determinantes para a migração, já que pressionam os grupos e classes sociais e não garantem a eles liberdade de deslocamento. Deste modo, o indivíduo não possui liberdade para decidir sobre sua migração, pois está engendrado em uma conjuntura histórica e estrutural específica.

Segundo destaca Becker (1997), com a análise do caráter histórico, empenhada pela teoria histórico-estrutural para compreender a migração, a ideia de mobilidade espacial da população expande seu arcabouço analítico. A autora salienta a importância de Singer (1973) para trazer o fator histórico em conta, definindo a migração como “fenômeno social historicamente condicionado, tornando-se o resultado de processo global de mudanças, separado do qual não deveria ser analisado” (SINGER, 1973 *apud* BECKER, 1997).

Conforme Salim (1992), existe um grande número de estudos feitos dentro dessa abordagem, e por isso mesmo há uma dificuldade em sumarizar tais trabalhos sob apenas um enfoque, algo também destacado por Oliveira (2011). Alguns pontos em comum, contudo, são identificados por Salim: caracterização da migração a partir dos elementos estruturais presentes no espaço geográfico em que se apresenta; foco nas questões econômicas como majoritárias (relações de produção, modos de produção e mecanismos de exploração); análise de outros tipos de migração além da rural-urbana (como as migrações temporárias); definição de classes sociais com base nas relações de produção dominantes, levando em conta as desigualdades promovidas pelo capitalismo.

Alberto de Oliveira (2006) pontua sobre o trabalho de Singer (1980), um dos autores da linha histórico-estrutural, que defende que as migrações internas são movidas pelas desigualdades regionais, uma vez que o desenvolvimento desigual e combinado das regiões faz com que os trabalhadores que vivem em áreas desfavorecidas se empobrecem na medida em que os excedentes são transferidos para as regiões economicamente mais ricas. Há para Singer (1980 *apud* Oliveira, 2006) dois tipos de fatores de expulsão da população nas áreas mais pobres: os de mudança e os de estagnação. Os fatores de mudança estão associados à introdução das relações de produção capitalistas que retiram dos camponeses seus meios de trabalho e aumentam o nível de produtividade do trabalho; os fatores de estagnação dizem respeito à uma crescente pressão populacional sobre áreas de cultivo cada vez menos disponíveis (em decorrência da estrutura agrária e da qualidade inferior dos terrenos). Singer destaca, no entanto, que no primeiro fator haveria a possibilidade de um efeito positivo com o

aumento da produtividade do trabalho para a população, desde que os atores políticos e sociais locais garantissem a repartição da renda excedente produzida.

Como continua Singer (1980), a piora nas condições de vida e trabalho transformaria essas regiões empobrecidas em *viveiros de mão-de-obra*, que são espaços em que a população sobrevive com base em uma economia de subsistência durante os períodos em que seu trabalho não é requisitado para cobrir a demanda por mão-de-obra, estando assim essas regiões disponíveis de acordo as necessidades do capital. Essa ideia de viveiros de mão-de-obra está associada ao conceito de superpopulação relativa, que é inerente ao modo de produção capitalista.

Para Singer (1980) portanto, essas forças de expulsão vão definir as áreas onde se originam os fluxos migratórios, que irão se destinar a áreas que apresentem forças de atração, essas estão associadas a atração de força de trabalho com base na dinâmica do capital (OLIVEIRA, 2006). Ainda como Singer (1998) destaca, em se tratando da migração interna, ainda que a afirmação a seguir também possa caber às migrações internacionais, o autor salienta que “Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento” (SINGER, 1998, p. 52). O referido autor defende que tais causas estruturais são quase sempre de ordem econômica.

Além disso, sobre as causas e motivos das migrações, é necessário distinguir ambas, conforme Singer (1998): os motivos, que são de ordem individual, se manifestam dentro de um quadro geral de determinações socioeconômicas que induzem a migrar, que são as causas. Nessa lógica, as causas, que são de ordem social e econômica (de classe), se constituem como primeira determinação da migração, depois seguida pelos motivos (SINGER, 1998).

Uma vez que a migração é um processo social, e por isso a unidade migratória não é um indivíduo, mas sim um grupo social, ela deve ser estudada para além de apenas um movimento de indivíduos em um dado período entre dois pontos:

Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendidos o fluxo, as suas causas e os fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os

movimentos unitários, e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele (SINGER, 1998, p. 54).

Como crítica ao enfoque histórico-estrutural, Vainer (1998) traz uma análise do processo histórico da acumulação primitiva do capital, em que teve-se o uso de mecanismos de coerção por parte do Estado, como a violência que expropriou os camponeses e os enviou para a fábrica e para os bairros operários das cidades. Para a visão histórico-estrutural, segundo Vainer (1998), essa violência, no entanto diminui à medida que o capitalismo se desenvolve, dessa forma os mecanismos de coerção e violência mostram-se essenciais no período pré-capitalista, mas não em seu desenvolvimento a partir do período industrial.

Assim, o autor destaca que tanto a abordagem neoclássica como a estrutural mostram-se incapazes de analisar o papel da coerção, da violência e das relações de poder na produção e reprodução dos deslocamentos no movimento de acumulação capitalista já no período de seu domínio. Dessa maneira, os deslocamentos compulsórios e as restrições à circulação correspondem a um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem apenas manifestação da estrutura, mas sim um lugar do conflito e do exercício do poder (VAINER, 1998). Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2011) concorda com as afirmações de Vainer, e salienta a importância de se analisar o papel da coerção e das relações políticas entre os Estados nacionais para compreender as migrações.

Ademais, apesar de estabelecer críticas à perspectiva neoclássica, a abordagem histórico-estrutural acaba por utilizar de elementos presentes na primeira, sobretudo quando se fala nos fatores de mudança e de estagnação (SINGER, 1980, 1998), que pouco se diferenciam dos fatores de atração e expulsão da teoria *push-pull*.

Como também critica Salim (1992), tal abordagem vê a migração como reflexo do espaço transformado, e não como agente de transformação de tal espaço, justamente por isso se faz a diferenciação principal em relação à abordagem da mobilidade do trabalho. Os autores trabalhados acima concordam com a necessidade de um enfoque que seja diferente do neoclássico e do histórico-estruturalista, é esse o caminho que toma a teoria da *mobilidade do trabalho*, chamada por Becker (1997) de enfoque *neomarxista*.

### 2.1.3. A abordagem da mobilidade do trabalho

A abordagem marxista da mobilidade do trabalho surge como crítica a ambos os postulados anteriores, baseando-se sobretudo na crítica marxista dos deslocamentos espaciais e fundamentada na teoria do trabalho de Marx. Vários autores analisados (SALIM, 1992; BECKER, 1997; BRUMES, 2011; KLUCK, 2011; SOARES, 2014; TELES, 2014) concordam que Gaudemar (1977) é um dos nomes mais importantes a formular tal abordagem, promovendo uma análise pautada na relação entre capital e trabalho, tanto na produção como na reprodução dessa relação. Nesse sentido, a mobilidade do trabalho é enxergada como central no processo de acumulação capitalista e no desenvolvimento das forças produtivas (TELES, 2014). Becker (1997) traz que essa nova abordagem considera a migração como uma mobilidade forçada do trabalho pelas necessidades do capital em sua busca por reprodução ampliada e valorização do valor.

É através de Gaudemar (1977) que a análise da migração passa a considerá-la como uma crescente sujeição do trabalho ao capital. Passa-se a se falar em mobilidade *forçada* como resposta à ideia neoclássica de uma mobilidade livre e determinada pelo próprio indivíduo. Essa mobilidade, como Becker (1997) destaca em Moreira (1978), tanto no geral como especificamente a espacial é ao mesmo tempo determinada e determinante do processo de acumulação capitalista, e não pode ser totalmente compreendida senão nesse contexto.

Assim sendo, a mobilidade do trabalho se dá dentro do contexto do modo de produção capitalista, e por isso mesmo depende da transformação da força de trabalho em mercadoria para poder se realizar. Como destacam Leite, Giavarotti, Kluck *et al* (2017), foi Gaudemar quem atribuiu à mobilidade uma característica da força de trabalho, de extrema importância enquanto uma dimensão de análise para a crítica ao processo de reprodução ampliada do capital. A ideia principal, segundo os autores, que o economista francês defende em sua obra é o estudo sobre:

Quais condições históricas produziram a possibilidade de que os capitalistas, de posse de recursos assim passíveis de serem transformados em capital, encontrassem no mercado uma mercadoria disponível cujo valor de uso consiste na virtude particular dela ser fonte de riqueza, enquanto seu valor de troca se reduz simplesmente aos custos de sua reprodução. E não apenas disponível para ser consumida, mas mobilizável em todas as suas dimensões de circulação e utilização, de modo a viabilizar o processo de acumulação capitalista. (LEITE, GIAVAROTTI, KLUCK *et al*, 2017, p. 12).

Gaudemar (1977) vai além, e destaca que a constituição do capitalismo dependeu do fato de o trabalho ganhar a qualidade de ser móvel, o que possibilitou a transformação do trabalho em mercadoria: a *força de trabalho*. Assim, o trabalho se transforma, com o capitalismo, em *força de trabalho*, possuindo como uma de suas qualidades a capacidade de ser móvel, espacialmente ou socialmente.

Concernente a tal aspecto, como Heidemann (2010) destaca do texto de Jean-Paul de Gaudemar, a respeito da presença da mercadoria força-de-trabalho no mercado e de sua dupla determinação (uma liberdade positiva e uma negativa):

Em primeiro lugar, o trabalhador deve ser uma pessoa livre e poder dispor à vontade da sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, deve encontrar-se livre também de qualquer outra possibilidade de reproduzir sua existência e de qualquer outra mercadoria que possa vender, portanto, não tendo outra hipótese que não seja vender sua força de trabalho. Esse caráter, ao mesmo tempo positivo e negativo, da liberdade do trabalhador submetido ao capital, encerra a "liberdade de trabalho": o trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender. Dessa liberdade de compra e venda da força de trabalho define-se o caráter capitalista da mobilidade do trabalho. Podemos falar da mobilidade forçada (HEIDEMANN, 2010, p.14-15).

Como continua o autor, sobre a dupla liberdade do trabalhador em Gaudemar:

A dupla liberdade conduz ao caráter móvel da força de trabalho que pode escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo, mas está submetido sempre às exigências do mercado e da concorrência assim como a qualquer momento um trabalhador pode ser despedido ou as condições em que esse exerce seu trabalho podem ser modificados. Ser móvel significa, portanto, estar apto para os deslocamentos e modificações no emprego, na realização de trabalho abstrato, como também ser indiferente ao conteúdo do trabalho, tanto quanto o capital o é, desde que tenha êxito no processo de valorização do valor. (HEIDEMANN, 2010, p.15)

Becker (1997), que faz um pequeno histórico a respeito da mobilidade, salienta as diferentes funções assumidas pelo conceito de mobilidade em relação aos diferentes períodos e modos de produção vigentes. Enquanto na antiguidade a mobilidade respondia a uma necessidade de sobrevivência das populações nômades para encontrar novos espaços para coletar e cultivar seus alimentos, no capitalismo a mobilidade configura-se como um meio para a reprodução do capital, já que necessita de uma mão-de-obra livre e móvel para produzir o excedente de capital. Sendo assim, a migração se coloca como um mecanismo na produção de força de trabalho ao atrelar “áreas de



diferentes escalas espaciais (regional, nacional, internacional) objetivando a expansão do mercado de trabalho” (BECKER, 1997, p. 342).

A autora supracitada também explica a diferença essencial na categoria de análise dos estudos da mobilidade entre os enfoques *neoclássicos* e *neomarxistas* (da mobilidade marxista do trabalho). Enquanto os neoclássicos partem de uma análise dos *indivíduos* propriamente ditos, a visão neomarxista estuda as *classes sociais*, ou determinados grupos sócio-econômicos. Além disso, o elemento inicial que promove as migrações, para os neomarxistas, se constitui como os fatores estruturais determinados pelo processo de acumulação do capital, e não as condições subjetivas dos indivíduos que migram. Outras diferenças entre as duas abordagens são abordadas pela autora em um quadro (Quadro 2).

<b>Enfoque neoclássico</b>	<b>Enfoque neomarxista</b>
<p><b>Decisão de migrar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ato de caráter individual, de livre escolha e não determinado por fatores externos;</li> <li>- <b>Pretensamente neutro e apolítico.</b></li> </ul>	<p><b>Decisão de migrar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital.</li> </ul>
<p><b>Significado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elemento de equilíbrio nas economias subdesenvolvidas;</li> <li>- <b>Industrialização e modernização são forças positivas que alavancam a migração.</b></li> </ul>	<p><b>Significado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultado de um processo global de mudanças;</li> <li>- Expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.</li> </ul>
<p><b>Metodologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno;</li> <li>- <b>Enfoque causal, isolado e pontual das migrações;</b></li> <li>- <b>Características individuais predominam.</b></li> </ul>	<p><b>Metodologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise histórico-estrutural dos processos;</li> <li>- Enfoque dialético;</li> <li>- Predominam os grupos sociais na análise</li> </ul>
<p><b>Categoria de análise:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indivíduo.</li> </ul>	<p><b>Categoria de análise:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupos sociais.</li> </ul>
<p><b>Dimensão espaço-temporal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deslocamento entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas);</li> <li>- Mercado de trabalho homogêneo e pontual.</li> </ul>	<p><b>Dimensão espaço-temporal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento de um grupo em um certo período do tempo e sobre o espaço geográfico, é um processo que pode ser em vários pontos e com duração variada;</li> <li>- Mercado de trabalho multidimensional e em transformação no tempo e espaço.</li> </ul>

**Quadro 2: Diferenças entre os enfoques neoclássico e neomarxista no estudo das migrações.**

Elaborado por Vinicius de Paula Ismael. Fonte: BECKER (1997).

Como pode ser observado no quadro elaborado por Becker, muitas diferenças são notadas entre os dois enfoques tratados por ela. É nesse sentido que um estudo que se baseie nas categorias e conceitos do pensamento marxista para explicar os fenômenos migratórios deve analisá-los com base nas relações conflitantes que se dão entre o trabalho e o capital dentro do modo de produção capitalista. Uma vez que Jean-Paul Gaudemar é um autor de grande importância para o desenvolvimento da abordagem da mobilidade do trabalho, faz-se necessário, aqui, um aprofundamento da leitura de sua obra principal, *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, para compreender seus pressupostos essenciais e realizar uma interpretação, a partir deles, do problema central de nossa pesquisa, que é o recente processo migratório venezuelano para o Brasil. É o que buscaremos empreender a seguir.

## 2.2. O conceito de mobilidade do trabalho

Já no início de seu “*Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*” (1977), temos a reflexão de Gaudemar sobre o conceito de trabalho, que se pauta a partir de uma interrogação sobre a mobilidade do trabalho. Sua pergunta principal é justamente no sentido de questionar o porquê de a força de trabalho se prestar à utilização extensiva e intensiva para produzir mais-valia absoluta e relativa, ou como ele salienta: “De que natureza é então esta força de trabalho que se presta a tal uso tanto extensivo como intensivo? Como designar tal qualidade?” (GAUDEMAR, 1977, p. 15). Rapidamente, o autor supracitado responde que essa qualidade é justamente o que ele define como *mobilidade do trabalho*. O que ele objetiva é justamente formular um conceito que possa designar o uso capitalista da mercadoria força de trabalho, que defina a *qualidade* da força de trabalho, que se não existisse, não haveria uso capitalista (que produz mais-valia).

Com base no emprego de Marx sobre o termo, Gaudemar (1977) acredita que apenas o conceito de mobilidade parece dar conta das várias aptidões necessárias à força do trabalho para ela ser utilizada para a produção da mais-valia. O principal processo migratório dentro do contexto no qual o economista francês desenvolveu sua pesquisa (décadas de 1960 e 1970) se deu no movimento dos trabalhadores do campo para as cidades francesas, em que se destaca o grande papel do Estado francês para promover tal movimento. A base teórica na qual a maioria dos estudos sobre as migrações, bem

como as políticas estatais, se pautavam era a, previamente analisada aqui, teoria *neoclássica*, que enxerga apenas uma mobilidade desejada tanto pelos trabalhadores como para o bem-estar de todos. No entanto, não é sob esse prisma que se deu tal processo na realidade, como analisado por Gaudemar. O que se viu foi uma grande polarização econômica dos espaços regionais franceses, onde algumas cidades e regiões desenvolveram-se em detrimento de outras (especialmente Paris), recebendo um grande número de migrantes do campo, e, mesmo que com um crescimento industrial, não conseguiram incorporar toda a mão-de-obra vinda do campo.

Como o autor prossegue, os imigrantes são uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada entre empresas ou mesmo ramos econômicos, como o próprio autor afirma em relação à mobilidade forçada dos imigrantes: “todas as suas deslocações geográficas, profissionais ou sectoriais, são submetidas à dupla exigência da lei e das necessidades do capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

Além disso, novas formas de organização do trabalho também são evidenciadas por Gaudemar (1977). Na época em que escreveu seu livro, estava em franco crescimento a forma de organização de trabalho *toyotista*, e com ela a adoção do neoliberalismo enquanto política econômica. Dentro desse contexto, reformas trabalhistas para flexibilizar contratos e precarizar as condições de trabalho começam a se disseminar por vários países capitalistas, buscando sobretudo o aumento das taxas de mais-valia. Todos esses elementos objetivam tornar o trabalhador mais polivalente e, por isso mesmo, mais móvel, o que contribui para uma ainda maior exploração de sua força de trabalho e de sua mobilidade. “Assim podem surgir, numa primeira vista de olhos sem pretensão exaustiva, os diferentes elementos de uma estratégia de mobilidade forçada característica da evolução do capitalismo contemporâneo” (GAUDEMAR, 1977, p. 31). Essas mudanças no mundo do trabalho serão melhor explicadas, mais a frente, no tópico 3.2.2.

Gaudemar (1977) deixa claro que sua abordagem tem como fundamento teórico basilar o pensamento marxista, com a intenção de formular uma crítica à economia política da mobilidade capitalista. O autor identifica que até a década de 1970 pouco havia sido explorada a temática da mobilidade do trabalho pelos pensadores marxistas, é então necessário promover a discussão desse tema, que é tão essencial quanto os temas mais importantes presentes n’O Capital. Como destaca o autor, ainda sobre seu objetivo: “O que aqui está em jogo é o esboço de uma compreensão teórica e prática do modo

como o poder capitalista sujeita as forças do trabalho, isto é, os *corpos* dos homens, que ele pretende permanentemente dóceis” (GAUDEMAR, 1977, p. 49).

A dominação do modo de produção capitalista sobre os homens que o autor evoca tem como influência a ideia de Michel Foucault da disciplina como modo geral de dominação. Ela fabrica corpos submissos, treinados e dóceis, ao mesmo tempo aumenta as forças dos corpos (para utilidade econômica) e diminui suas forças ao subordiná-las politicamente, dissociando o poder do corpo (GAUDEMAR, 1977).

Em relação à mobilidade do trabalho, a disciplina do capitalismo promove a repartição dos homens no espaço, enquadrando tanto suas atividades e dos espaços para onde são deslocados e inseridos. Sendo a mobilidade do trabalho um dos principais dispositivos de disciplinação do modo de produção capitalista sobre o trabalhador, Gaudemar coloca tal dispositivo como chave-mestra do processo de acumulação:

Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão profissional, constitui o postulado implícito de toda a nomenclatura dita homogênia, portanto de toda a codificação das actividades; na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usa na multiplicidade dos processos de extorsão da mais-valia tanto absoluta como relativa (GAUDEMAR, 1977, p. 51)

É justamente com Marx que Gaudemar afirma que os paradigmas da mobilidade perfeita do trabalho, trazida pelos neoclássicos, são rompidos e a mobilidade do trabalho passa a ser vista como dispositivo de dominação dos trabalhadores para atender às exigências de valorização e acumulação do capital. Evocando como base o conceito de mais-valia e dos valores de uso e de troca, o economista destaca a possibilidade de compreender o uso produtivo do trabalho, em suas várias formas, pelo capital. A mais-valia se coloca como ponto de partida para compreender as várias formas econômicas de submissão dos trabalhadores ao capital. Em vista disso, Gaudemar, em seu estudo, aprofunda-se na leitura de Marx, para a partir dela compreender como o autor analisa a mobilidade do trabalho dentro do contexto do capitalismo.

### **2.2.1. Mercadoria força de trabalho e sua mobilidade**

Gaudemar (1977) inicia sua análise a partir da definição de Marx sobre a mercadoria, constituída de uma tripla característica: valor de uso, valor de troca e

presença no mercado. A utilidade da mercadoria funda apenas seu valor de uso, sendo uma condição de existência do valor e não sua medida. Sendo assim, o valor de troca é medido por Marx com base na quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Lança-se, assim, a pergunta: Como explicar o excedente de valor que vem do consumo produtivo do trabalho, uma vez que a circulação ou troca de mercadorias não produz valor? A partir dessa pergunta surge o conceito de *força de trabalho*, que é uma mercadoria que possui uma virtude específica: Produz, a partir de seu valor de uso, um valor de troca, Gaudemar explica tal conceito através do próprio Marx:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 2019. p. 197).

A força de trabalho se constitui, enquanto mercadoria que o homem possui, um conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que ele coloca em movimento para produzir coisas úteis; uma mercadoria dotada de capacidade de transformar dinheiro em capital (GAUDEMAR, 1977). Sendo uma mercadoria, essa força de trabalho possui um valor, que é medido pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, assim sendo, existe um processo de produção da força de trabalho.

Como continua o autor, para que o dinheiro se torne capital, é necessário que exista no mercado um trabalhador livre, livre em dois sentidos: “O de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender” (MARX, 2019, p. 199). Tais liberdades são na ótica de Gaudemar, calcado em Marx, uma dupla determinação: uma liberdade positiva e uma negativa, respectivamente. Ao mesmo tempo que o homem é livre para possuir sua própria força de trabalho, ele é obrigado a vendê-la para poder viver, pois se não vende sua força de trabalho, ele morre<sup>15</sup>.

---

15 Discorrendo sobre as liberdades positivas e negativas, Gaudemar afirma que a força de trabalho, em ambas as situações, deve ser sempre móvel, apta para atender os interesses de deslocação e modificação de seu emprego às vontades de maximização de lucros, sem importar o conteúdo do emprego, mas onde e o que possa trazer maior lucro.

Ao afirmar que a mobilidade da força de trabalho é condição do capitalismo, Gaudemar evidencia que ela conduz às condições de existência desse modo de produção, discorre então sobre a produção das forças de trabalho, a sua utilização no processo produtivo e a sua circulação entre as várias esferas de atividade<sup>16</sup>.

Gaudemar se propõe, em seu estudo, a ler Marx à luz da sua própria forma de expor as categorias de cunho econômico. Assim, ele busca indicar alguns caminhos para investigar os primeiros capítulos de *O Capital*, substituindo o termo mercadoria (geral) para o termo força de trabalho (específico) em sua determinação geral (a contradição valor de uso-valor de troca).

Na forma capitalista, o trabalho é uso da força de trabalho, ou seja, uso ou troca de uma mercadoria (força de trabalho) por outra mercadoria (produto). Nessa perspectiva, a relação social entre os homens toma uma forma de relação entre as coisas, mercadorias entre mercadorias (GAUDEMAR, 1977), o fetiche da mercadoria, que encobre as dimensões sociais do trabalho (relações sociais), dessa forma uma relação social (reificada) que assume uma forma fantasmagórica de relação entre coisas<sup>17</sup>.

A mercadoria força de trabalho possui duas particularidades em relação às demais mercadorias, relacionadas justamente ao fato de possuir como característica a mobilidade: ao mesmo tempo que o uso produtivo dessa força de trabalho cria um valor superior ao seu valor de troca, ela pode ir por si só ao mercado (diferentemente das outras mercadorias, que Marx afirma não poderem ir ao mercado por si só nem trocarem a si mesmas). O que garante essa particularidade é justamente o fato de o homem, através de sua mobilidade, poder deslocar-se ao mercado para vender sua força de

16 A produção das forças de trabalho é o momento em que Marx identifica como acumulação primitiva, em que é adquirida a mobilidade do trabalhador, não mais submetido aos modos de produção anteriores. Aqui, o dinheiro se torna capital e o trabalhador em assalariado, é quando surge o proletariado e o mercado de trabalho. Esse momento não é decorrente de uma ação natural, mas resultado de um desenvolvimento histórico anterior, surgido após o fim das formas de produção anteriores ao capitalismo. A utilização das forças de trabalho se refere ao momento em que a mobilidade do trabalhador é submetida às exigências do capital, modificada a partir das transformações da organização do processo de trabalho. Assim, a depender das necessidades, aumentam a intensidade, produtividade do trabalho e outros aspectos. Consequentemente, a mobilidade torna-se “uma capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

Já a circulação das forças de trabalho é o momento de submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, dependente do capital e de suas crises periódicas, se desloca de uma atividade para outra.

17 Aqui, Gaudemar traz a diferença entre o capitalismo e a idade média, em que as relações sociais no trabalho, por não serem mediadas pelas mercadorias, não se constituem como relações entre coisas, mas de fato entre pessoas. Deste modo, Gaudemar afirma que a mobilidade da força de trabalho, enquanto condição de sua mercantilização, tem participação na constituição da forma “fantástica” (fantasmagoria ou fetichismo) que tomam as relações sociais no capitalismo.

trabalho. Desta maneira, é a mobilidade da força de trabalho que comanda essa dupla particularidade. Além disso, devido ao fato de as mercadorias serem coisas e, portanto, não apresentarem resistência ao homem, a força de trabalho, tornada mercadoria, também não pode mostrar resistência frente ao capital, evidenciando aqui o papel da força e da coerção, utilizados por parte do capital (GAUDEMAR, 1977).

Tratando a seguir sobre o trabalho produtivo, aquele que *valoriza* o capital tanto diretamente como indiretamente para realizar a mais-valia, ele possui três formas: trabalho diretamente produtor de mais-valia; trabalho que assegura as condições de produção de mais-valia (condições de exploração da força de trabalho); e trabalho que assegura a transformação da mais-valia produzida em capital. É nesse sentido que Marx afirma que esse trabalho produtivo e suas formas asseguram a acumulação de capital. Gaudemar (1977) ainda destaca que Marx coloca como principal a primeira forma, trabalho diretamente produtor de mais-valia, já que se coloca como base no processo de produção e as outras formas/componentes são condicionadas por ela.

Sobre a mais-valia, Gaudemar (1977) afirma que a *mobilidade do trabalho* corresponde a um uso específico da força de trabalho em um sistema capitalista, este uso específico é que produz a mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Sendo assim, Gaudemar relaciona a mobilidade do trabalho com a produção de mais-valia.

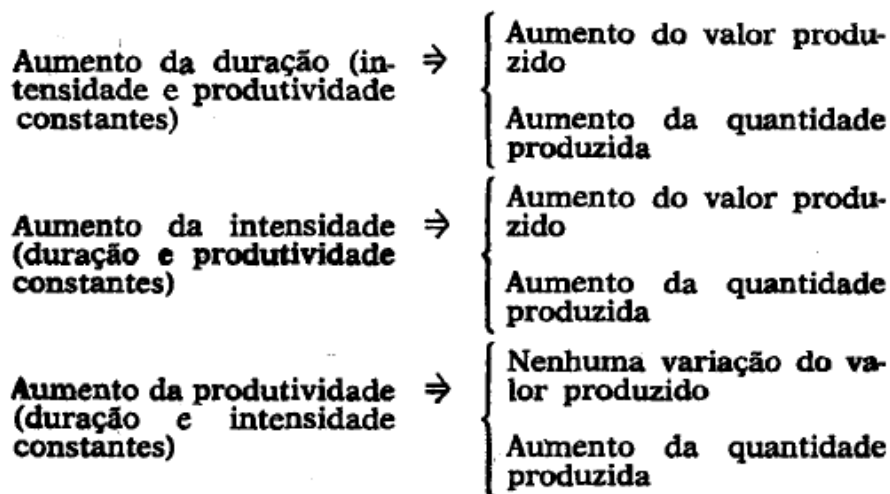
A mais-valia representa o excedente de valor apropriado pelo capitalista. A mais-valia absoluta é produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho. Enquanto a mais-valia relativa provém da redução do tempo de trabalho necessário devido a mudanças, tanto nas técnicas utilizadas como na divisão do trabalho. Como bem evidencia Marx sobre a produção de ambas:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 2018, p. 586).

Além disso, a união dos dois modos de mais-valia permite ver a relação entre a taxa de mais-valia e o preço da força de trabalho, como Gaudemar salienta:

Esta relação é efectivamente determinada por três factores: 1) a *duração* do trabalho ou a sua grandeza extensiva; 2) o seu grau de *intensidade* segundo o qual diferentes quantidades de trabalho são despendidas no mesmo tempo; 3) o seu grau de *produtividade*, segundo o qual a mesma quantidade de trabalho rende no mesmo tempo diferentes quantidades de produtos (MARX *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 214).

O primeiro fator corresponde a mais-valia absoluta (já que é o prolongamento da jornada de trabalho), enquanto os fatores 2 e 3 referem-se a mais-valia relativa (uma vez que provém de mudanças em intensidade e produtividade). Esses três conceitos: Duração, intensidade e produtividade, em relação à produção e ao valor, são analisadas através da Figura 4.



**Figura 4: Taxa de mais-valia e o preço da força de trabalho**

Fonte: GAUDEMAR (1977)

Exposta a relação entre esses três fatores da mais-valia, Gaudemar afirma que os dois modos de extração de mais-valia utilizam a mobilidade da força de trabalho, tanto no tempo empírico (mais-valia absoluta) como no tempo específico observado no ritmo do período de trabalho (relativa). Nesse sentido, o autor relaciona mais profundamente a mobilidade do trabalho com as duas formas de mais-valia.

Em relação à mais-valia absoluta, a mobilidade é correspondente ao tempo, uma vez que tal forma de mais-valia seja produzida pelo aumento da jornada de trabalho. A primeira forma manifesta, no tempo, da mobilidade da força de trabalho é no prolongamento máximo da jornada de trabalho total ou parcialmente legalizado. A segunda forma da mobilidade no tempo diz respeito à adoção, por parte das fábricas, do



trabalho em turnos, uma vez que devido ao fato de o ser humano não conseguir trabalhar 24 horas por dia sem descanso, uma parte do tempo sem produção acaba por diminuir as possibilidades de lucro do capitalista, que assim cria novas formas de explorar a mobilidade da força de trabalho por um maior tempo para produzir maior taxa de mais-valia.

Mesmo com essas mudanças, por muito tempo se observou que grande parte da mão-de-obra, explorada por grandes jornadas de trabalho, não resistia durante muito tempo à penúria do trabalho constante, o que diminuiu a oferta de mão-de-obra e causou efeitos aos salários e interesses capitalistas. Junta-se a isso o surgimento de uma série de movimentos de luta operários em prol de melhores condições trabalhistas que colocou a diminuição da jornada de trabalho um elemento necessário. Essa luta de séculos levou os capitalistas a diminuir progressivamente a jornada de trabalho, mas capitaneando um crescimento cada vez maior da intensidade e produtividade do trabalho: “O homem trabalha durante menos tempo mas mais depressa e com material mais aperfeiçoado. É-lhe pedido que aplique a sua capacidade de adaptação, a sua mobilidade, a outras exigências” (GAUDEMAR, 1977, p. 222). Nesse sentido, com o desenvolvimento da ciência e tecnologia passa-se a produzir mais em uma mesma jornada de trabalho.

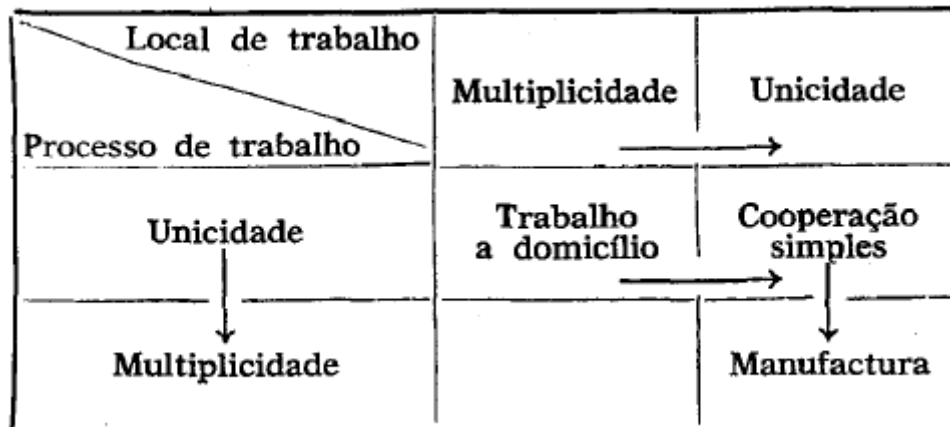
Expondo sobre a mobilidade do trabalho em relação à mais-valia relativa, Marx (2019) elenca três momentos em que, por combinações sociais diferentes e sucessivas, é produzida a mais-valia relativa e o papel da mobilidade em sua produção: Mobilidade do trabalho e cooperação simples; Mobilidade do trabalho e manufatura; Mobilidade do trabalho e grande indústria.

A cooperação é a primeira etapa do sistema fabril, quando o sistema de trabalho operário a domicílio é substituído pelas matérias-primas fornecidas pelo empresário. Aqui o trabalho, feito isoladamente no sistema anterior, passa a ser feito agrupado num único local, uma fábrica, onde também se desenvolve uma nova configuração da divisão do trabalho, gerando pessoas que coordenam e vigiam o trabalho dos operários, forma-se uma cooperação entre os trabalhadores para produzir os produtos, coordenada pelo capitalista.

Nesse momento, em que os trabalhadores se encontram fisicamente num mesmo espaço (a fábrica) e comandados diretamente pelo capitalista ou encarregados diretos, a mobilidade do trabalho se fortalece, e se antes disso ela se baseava na extensão da

jornada de trabalho, aqui ela assume um novo domínio, que se baseia em uma dupla dimensão: *Dimensão espacial e dimensão social* (GAUDEMAR, 1977)<sup>18</sup>.

Na manufatura, a cooperação simples evolui para uma mais complexa, agora com uma divisão maior das tarefas entre os trabalhadores, constitui-se então uma divisão diferencial do trabalho. A passagem do trabalho a domicílio para cooperação simples e depois manufatura é elencada por Gaudemar (1977) na Figura 5.



**Figura 5: Passagem do trabalho a domicílio para a manufatura**

Fonte: GAUDEMAR (1977)

Na manufatura, a hierarquia das forças de trabalho toma forma como forças de trabalho mais complexas ou menos complexas, que corresponde a uma escala diferenciada de salários. Aqui se forma a base do que tempos depois serão as carreiras individuais, com trabalhadores de determinadas áreas se “especializando” nelas e perdendo contato com o conhecimento de outras áreas.

O que Gaudemar observa é a diferenciação e especialização das forças de trabalho, e, ao mesmo tempo, a diferenciação e especialização dos instrumentos do trabalho, que constituem a base de uma revolução tecnológica que promove a criação de novos ofícios. No entanto, o autor salienta que ainda não há uma mais-valia relativa,

<sup>18</sup> A dupla dimensão espacial constitui o espaço onde se estende o trabalho, é mobilidade no espaço, ela cria uma melhoria das condições de circulação das mercadorias (inclusive ela própria) ao se apossar do espaço e nele criar meios de vida. É também o espaço em que se faz o processo de trabalho, onde concentra-se a força de trabalho para produzir. Essa conquista do espaço por parte da força de trabalho, no entanto, lhe retira sua autonomia, já que o trabalhador conquista o espaço, através do trabalho, apenas para o uso do capital. Já sobre a dupla dimensão social, para que ocorra a exploração da força de trabalho, é necessária uma organização social específica, aqui surge a estrutura hierárquica de poder nas oficinas, com o capitalista no patamar mais alto, seguido pelos imediatos e depois pelos trabalhadores. A mobilidade social do trabalho já se insere diretamente nessa dimensão.

mas uma forma embrionária de sua procura, e também não leva ainda ao extremo a mobilização das forças de trabalho no tempo e espaço.

Já no período da grande indústria observa-se o advento das máquinas, que substituem boa parte das ações antes manuais dos trabalhadores, e ganhos são observados em relação à mais-valia relativa, tanto na intensidade do trabalho (dada a continuidade ininterrupta dos processos) como na produtividade (grande número de máquinas que operam com maior velocidade que os trabalhadores manufatureiros).

Novas bases são dadas para a mobilidade do trabalho nessa nova fase, a força de trabalho deixa de ser apenas elemento subjetivo do processo de trabalho e passa a ser seu princípio regulador, o homem se submete à máquina e esta é produtiva a partir do uso do trabalhador. Forma-se aqui uma divisão do trabalho tecnológica, em que um grupo pequeno de especialistas (engenheiros, mecânicos) que ocupa uma posição maior na hierarquia, vigia e controla os processos feitos pelos operários.

O trabalhador se torna aqui um acessório consciente da máquina, que “define as *formas industriais da mobilidade do trabalho* como efeitos da plasticidade da força de trabalho face às exigências da grande indústria e da maquinaria” (GAUDEMAR, 1977, p. 241). Nesse ponto, o autor busca resumir tais formas a partir de um duplo efeito de *fluxo e refluxo* para e do espaço submetido ao capital.

Sobre o efeito de fluxo, com a máquina, tarefas que demandariam força física ou intelectual do operário são facilitadas, o que possibilita maior inserção da mão-de-obra feminina e infantil. Além disso, a penetração das máquinas e tecnologias no campo também faz com que os trabalhadores do campo percam espaço e se desloquem para as indústrias das cidades. O que se vê nesse sentido é a mobilização de novas forças de trabalho, que é reforçada pelo surgimento de novos ramos da indústria com o desenvolvimento capitalista. Com o crescimento das indústrias em vários ramos (bens de produção, de consumo e outros diversos ramos), a divisão social do trabalho se fortalece muito mais extensamente e o processo de acumulação de capital se amplia cada vez mais no espaço, incorporando cada vez mais trabalhadores, e, portanto, força de trabalho a ser mobilizada<sup>19</sup>.

---

19 Essas novas forças de trabalho, produzidas em decorrência do crescimento industrial, produzem mais-valia relativa e ao mesmo tempo mais-valia absoluta, que é co-extensiva à relativa, segundo Gaudemar, uma vez que ao mesmo tempo conduzem a um crescimento da produtividade e podem levar a um aumento da duração do processo de trabalho. A produtividade do trabalhador está alinhada ao ritmo da máquina, e a duração da jornada de trabalho relaciona-se com as normas legais fixadas (a partir do papel

A respeito do efeito de refluxo, os vários novos tipos de força de trabalho que são mobilizados crescem e na mesma medida cresce a baixa qualificação do trabalho operário. As máquinas rejeitam os “adultos”, aqueles que desempenham ofícios especializados e que eram maioria no período da manufatura e tomam seu lugar, as máquinas substituem uma série de ofícios antes humanos (como exemplo a máquina de tecelagem que toma o lugar do tecelão) e tomam da força de trabalho seu valor de uso e de troca. Esse processo conduz ao que Marx chama de *exército industrial de reserva*, uma população de fora do processo produtivo. As modificações técnicas que ocorrem na composição orgânica do capital levam a um crescimento do número de desempregados, que pode diminuir em momentos de interrupção e parada.

Neste momento, novas formas de mobilidade do trabalho emergem, como a *mobilidade espacial das migrações*, com o intuito de absorver a superpopulação operária desempregada, como destaca Gaudemar (1977) através do próprio Marx (2019, p. 513-514): “a indústria moderna, nos países em que está radicada, estimula e incita a emigração para países estrangeiros e sua colonização, convertendo-se assim em colônias fornecedoras de matérias-primas para a mãe-pátria”. Aqui o autor também identifica uma nova divisão internacional do trabalho, em que cada parte do mundo possui um papel, de produção agrícola ou industrial. A migração torna-se um fenômeno importante dentro do modo de produção capitalista.

Gaudemar retoma a ideia de Marx de que no capitalismo, diferentemente do período manufatureiro e anteriores em que o trabalhador tem domínio sobre seu trabalho, o trabalhador é submetido às leis de funcionamento da indústria e da maquinaria. Assim, com a indústria, o modo de produção capitalista começa a se tornar cada vez mais hegemônico, e a mobilidade da força de trabalho desenvolve formas mais complexas no sentido de garantir a maior acumulação de capital, num regime de reprodução ampliada do modo de produção capitalista.

Após trazer as três fases de instalação do capitalismo, Gaudemar parte a seguir para analisar a formação da força de trabalho no período de acumulação primitiva, buscando destacar se tais mecanismos da acumulação primitiva podem persistir até a atualidade (ainda que sob outras formas). O autor destaca que a mercadoria força de trabalho é produzida antes de o capitalismo se tornar dominante, ela é, em um primeiro

momento, extraída, no sentido de emancipação do trabalho existente nas estruturas pré-capitalistas, como exemplo extraída das antigas estruturas feudais da idade média.

Tratando inicialmente sobre a mobilidade primitiva, Gaudemar objetiva avaliar em que momento da história as forças de trabalho são mobilizadas para servir ao capitalismo e quais formas a mobilidade do trabalho assume no início do capitalismo. Para alcançar a resposta desse questionamento, o autor destaca que até juridicamente busca-se, por parte dos Estados nacionais no período de passagem para o capitalismo, tornar a força de trabalho livre, como evidenciado em leis que aboliram a servidão e, mais tarde, a escravidão (como no caso do Brasil, que veremos mais adiante).

Ao tornar-se livre e móvel com o fim das antigas estruturas, o trabalho torna-se também livre para ir sozinho ao mercado para se submeter ao capital, é aqui que Marx, segundo Gaudemar (1977), identifica o surgimento do mercado de trabalho. Nele, a força de trabalho (única mercadoria produtiva que se troca por capital) entra em circulação. É no momento em que o valor de troca se torna alma da produção que o mercado de trabalho surge, o valor de troca dissolve a produção essencialmente voltada a produzir valores de uso e suas formas de propriedade correspondentes. Ou seja: “O nascimento do capital como relação social implica a dissolução das diferentes formas nas quais ou o trabalhador é proprietário, ou o proprietário trabalha” (GAUDEMAR, 1977, p. 266)<sup>20</sup>.

Partindo para uma análise sobre a persistência ou não de uma mobilidade primitiva, Gaudemar (1977) retoma a lógica do pensamento marxista:

A mobilidade <primitiva> do trabalho conduz ao modo de *produção* da força de trabalho como mercadoria particular. *Produção de um fluxo, dos espaços submetidos formalmente ao capital, para os espaços que lhe estão realmente submetidos (no sentido destes conceitos, definidos mais atrás)*. A partir de então, este fluxo só pode parar com a extinção de toda a submissão formal, do reino generalizado da submissão real e da mais-valia relativa (GAUDEMAR, 1977, p. 273).

---

20 Ao ser libertada das antigas estruturas, a força de trabalho passa por dois processos de submissão ao capital: A submissão formal e a submissão real. A primeira explica a submissão de um modo de trabalho aliado a um modo de produção anterior à relação capitalista, é um processo de extração da força de trabalho de seu meio de origem e assim de extorsão de mais-valia absoluta. Já na submissão real é introduzida a produção de mais-valia relativa. É na passagem da submissão formal para a real que a mobilidade primitiva define-se e formam-se novas relações de produção, agora expostas na relação entre o capitalista e o proletário (GAUDEMAR, 1977).

Com base em Marx, o autor destaca que a acumulação primitiva (e as formas de mobilidade relacionadas) continua a existir mesmo que sob outras formas e contextos, já que é um elemento permanente do processo de acumulação. Ela já não é condição necessária para a submissão real do trabalho ao capital, mas agora é determinada pelas necessidades de reprodução ampliada do capital<sup>21</sup>.

Gaudemar identifica que, uma vez que o capitalismo não se apoderou de toda a produção nacional, existem esferas de acumulação primitiva, onde se estabelecem elementos da passagem da submissão formal para a real. Tais esferas são concernentes às atuais relações geopolíticas entre os países centrais e os dominados, onde evidenciam-se processos de expropriação dos camponeses<sup>22</sup> e também a migração. A acumulação do capital, portanto, é que explica hoje os movimentos migratórios.

Gaudemar analisa que as formas da mobilidade do trabalho estão inseridas no processo de acumulação de capital, que sempre reaplica uma parte da mais-valia extraída em capital constante ou variável. Por isso, uma vez que o capital sempre se valoriza, sendo reaplicado, o proletariado também se expande, mas não necessariamente o proletariado empregado, e sim uma superpopulação que constitui o exército industrial de reserva e que também busca um emprego. Sendo assim, é produzida força de trabalho sempre disposta a se vender para o processo de produção. É nesse contexto que Gaudemar (1977) julga necessário compreender o conceito de superpopulação relativa (exército industrial de reserva), que é fundamental para o processo de valorização do capital<sup>23</sup>.

Sobre a superpopulação relativa, Gaudemar (1977) afirma que são as formas da mobilidade do trabalho que garantem uma adequação entre os dois tipos de disponibilidade: A disponibilidade do trabalhador sem emprego e a disponibilidade conveniente ao capital. São essas formas da mobilidade que determinam a repartição da oferta de trabalho (GAUDEMAR, 1977). Assim, Gaudemar destaca que a acumulação de capital determina tanto a procura como a oferta de trabalho.

---

21 Aqui pode-se relacionar a ideia de acumulação por espoliação, formulada por Harvey (2004, 2005, 2013), que será melhor tratada mais à frente.

22 Gaudemar se refere aqui ao processo de êxodo rural ocorrido em vários países nas décadas de 1960 e 1970, quando grandes contingentes populacionais foram expulsos do campo e se deslocaram para os centros urbanos.

23 A escola constitui um papel nesse quesito, é aparelho de formação de mão-de-obra, produz assim trabalhadores assalariados para que estes se tornem “aptos” para o trabalho, é então produtora de força de trabalho e de superpopulação relativa.

Conforme o autor supracitado, Marx define quatro formas de superpopulação relativa: flutuante (nos centros da indústria moderna); latente (parte da população masculina demitida e que é obrigada a emigrar no seguimento da emigração do capital); estagnante (operários com ocupações bastante irregulares); e uma quarta forma que aglutina operários capazes de trabalhar, filhos de pobres ou órfãos, operários desmonetizados, operários de idade avançada e vítimas da indústria (doentes e inválidos). Essas quatro formas, segundo Gaudemar (1977), expõem o papel da mobilidade do trabalho e também dos outros elementos que configuram a acumulação do capital. O processo de acumulação capitalista ao mesmo tempo produz cada vez mais riqueza e cada vez mais força de trabalho para formar o exército industrial de reserva, expandindo tanto a oferta quanto à procura de trabalho.

Outro aspecto vital trabalhado por Gaudemar, através da obra de Marx, trata-se da relação entre a mobilidade do trabalho e da circulação do capital, o autor destaca que o processo de conjunto da acumulação capitalista possui todos os processos que asseguram a reprodução de um sistema social, e a circulação do capital atua para repartir as várias esferas sociais. Sob essa perspectiva, Gaudemar se pergunta qual o papel das formas da mobilidade do trabalho neste aspecto (circulação), tentando chegar a resposta guiado pela definição de Marx sobre os processos de circulação do capital: dentro da esfera de circulação, o capital se apresenta como *capital-mercadoria* e *capital-dinheiro*, e passa por dois processos de circulação, um processo de transformação da mercadoria em dinheiro (que realiza a mais-valia)<sup>24</sup>, e um processo de transformação de dinheiro em mercadoria (gera novos elementos de produção)<sup>25</sup>. Dadas essas informações, Gaudemar identifica dois aspectos da intervenção da mobilidade do trabalho, que são: 1) Processo de circulação da força de trabalho como mercadoria destinada ao processo de produção; e 2) Efeitos da circulação do capital (mercadoria) na

24 É o processo de realização da mercadoria (mais-valia), trata primeiramente das formas produtivas da mobilidade do trabalho, com o desenvolvimento desse processo e do capitalismo, podem surgir novas funções e profissões, que anteriormente eram só partes do trabalho do capitalista, e que agora se colocam como novas profissões improdutivas, que mesmo não criando produto ou valor, “permitem a realização do valor do produto a menor custo” (GAUDEMAR, 1977, p. 326), contribuindo para a diminuição dos custos de realização da mais-valia.

25 Processo em que a força de trabalho (M) circula em direção ao mercado de trabalho (D). Devido ao fato de existir uma superpopulação relativa, nem sempre essa força de trabalho está no ponto exato onde o capital irá incorporá-la, nem mesmo sob a forma em que o capital a incorpora. Aqui Gaudemar destaca que a mobilidade do trabalho deve responder essas duas necessidades. A primeira diz respeito às formas espaciais da mobilidade (migrações) que se fortalecem a partir da industrialização e são facilitadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte. A segunda necessidade diz respeito às formas qualitativas (profissionais) da mobilidade do trabalho, em que a força de trabalho só será totalmente utilizada pelo capital se possuir as condições que o mesmo necessita, num plano da qualificação profissional dessa mão de obra. Aqui aparece o papel da escola enquanto formadora profissional dessa força de trabalho.

estrutura da força de trabalho, formas qualitativas de mobilidade do trabalho que a circulação do capital necessita.

Ao trabalho de Gaudemar, vários pensadores que tratam sobre os fenômenos migratórios incorporam suas ideias, tanto se fundamentando nelas como desenvolvendo críticas a pontos de sua análise. Peliano (1990) traz uma crítica ao fato de Gaudemar tratar a mobilidade da força de trabalho como mobilidade do trabalho, uma vez que é a força de trabalho que possui possibilidade de se mobilizar, e o trabalho se constitui em força de trabalho em ação. Peliano, então, defende que se deve falar em *mobilidade da força de trabalho*, e não simplesmente mobilidade do trabalho<sup>26</sup>. Dessa forma, no presente trabalho buscamos utilizar a ideia de *mobilidade da força de trabalho*.

Após a análise realizada acima sobre as principais ideias trazidas na obra de Gaudemar (1977), agora nos focaremos na forma espacial da mobilidade do trabalho, essencial para nossa análise do processo migratório venezuelano para o Brasil.

---

26 Peliano (1990) ainda vai além, e não considera a mobilidade do trabalho como um conceito em si, já que está, segundo ele, implícito na ideia de mobilidade (expansão) do capital e presente na categoria de *trabalhador livre*. Para uma análise mais aprofundada, ver: PELIANO, J. C. Acumulação de trabalho e mobilidade do capital. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.



### 3. A MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO

Neste capítulo, buscamos realizar uma análise a respeito da forma *espacial* da mobilidade da força de trabalho e, sobretudo, dos movimentos migratórios enquanto aspecto essencial dessa forma de mobilidade. De início, discutimos sobre esse conceito partindo da análise de Gaudemar (1977) e passando por outros autores que também contribuem para o debate da mobilidade espacial do trabalho. Trazemos também a importância do pensamento de autores da denominada geografia crítica para relacionar as novas determinações do capitalismo, em seu período de crise recente, com os processos migratórios contemporâneos.

#### 3.1. A mobilidade espacial da força de trabalho

As formas espaciais da mobilidade do trabalho – em especial os movimentos migratórios – permitem, sob o ponto de vista da mercadoria força de trabalho, *a destruição do espaço graças ao tempo*. Quanto mais breve o tempo da migração, mais facilmente o espaço será destruído (GAUDEMAR, 1977, p. 328).

Essa citação de Gaudemar (1977) sobre as formas espaciais da mobilidade do trabalho permite observarmos o papel das migrações dentro do processo de reprodução ampliada do capital e de sua ação na produção e reprodução dos diferentes espaços através da lógica do modo de produção capitalista. Visto isso, podemos aqui trazer a contribuição vital da geografia para interpretar esse fenômeno.

Ao versar sobre o espaço, Moraes e Costa (1984) afirmam que ele é condição geral de produção. É um valor de uso (pois uma condição universal e preexistente do trabalho), e sua produção sempre será realizada sobre formas preexistentes (naturais ou sociais). Nesse sentido, a sociedade e o espaço se relacionam através de mediações do modo de produção em que se inserem (relação sociedade-espaço é mediada por determinações de um específico modo de produção em que estão inseridos).

O espaço se coloca, dessa forma, dentro do capitalismo, como objeto veículo e como produto do capital, e ao se relacionar com as determinações do capitalismo promove uma valorização pela valorização desse espaço. Além disso, uma vez que o espaço está materializado na realidade e se relaciona com o capitalismo, a desigualdade – característica desse modo de produção, também se materializa no espaço, por isso

mesmo existe desigualdade entre os diferentes espaços e seus conteúdos (MORAES; COSTA, 1984).

Segundo Perpetua e Thomaz Junior (2004) a reprodução ampliada do sistema de metabolismo social do capital atua na produção e reprodução do espaço geográfico, que se caracteriza como cada vez mais fragmentado, integrado, polarizado e desigual, fazendo parte de um processo de desenvolvimento desigual entre os diferentes territórios.

A análise dos referidos autores sobre a mobilidade do trabalho os permite afirmar que Gaudemar identifica que a mobilidade apresenta três planos de ocorrência não excludentes. Além dos planos no *Tempo* (produz mais-valia absoluta) e no *Ritmo/Intensidade* (produz mais-valia relativa), ambos anteriormente tratados por Gaudemar, o terceiro plano corresponde ao *deslocamento dos trabalhadores no espaço* (fluxo migratório). Sendo assim, esse plano se associa às duas formas anteriores, e também não tem nada de espontâneo, uma vez que constitui um produto das vontades da acumulação. Este processo ocorre na medida em que os trabalhadores são atraídos por novas possibilidades de emprego impostas pelas condições inerentes à sua sobrevivência, necessitando vender sua força de trabalho (GOMES, 2009, *apud* PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2004).

Dessa forma, os três elementos correspondem aos três artifícios que o capital usa para perpetuar seu processo de extração de mais-valia e acumulação ampliada, driblando as barreiras antepostas (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2004).

Para Oliveira (2006) o capital buscará sempre controlar e adequar a força de trabalho, o ser humano portanto deve tanto se deslocar em direção aos locais requeridos pelo capital (migração) como também ter suas habilidades adaptadas às mudanças econômicas (formação profissional e mudança de ocupação). Oliveira (2006) traz a ideia defendida por Gaudemar (1977) de que:

[...] os deslocamentos espaciais (e demais formas de mobilidade dos trabalhadores) dos indivíduos não ocorrem movidos pelo desejo de maximização da venda de sua força de trabalho no mercado; esses movimentos apenas cumprem o desígnio de ajustamento da mão-de-obra às necessidades do capital nos setores, nas funções ou em lugares que melhor atenderem ao imperativo do processo de valorização (OLIVEIRA, 2006, p. 122-123)

Sobre os movimentos migratórios, Becker (1997) é enfática ao entender a migração como a *mobilidade espacial* da população, que é um mecanismo que reflete as mudanças nas relações sociais de produção e também a relação entre ser humano e seu ambiente físico. Nesse sentido, os processos migratórios passam por modificações em suas formas e escalas a depender do período histórico e geográfico, estão sempre dentro de um contexto econômico, político e social. A partir da defesa de Gaudemar de que a mobilidade do trabalho possui duas dimensões, uma espacial (horizontal) e uma social (vertical), Becker (1997) define a forma espacial da mobilidade do trabalho:

Como mobilidade espacial ou migração, pode ser considerada a capacidade da força de trabalho de conquistar vastas extensões, o espaço geoeconômico, isto é, o espaço através do qual o trabalho se expande para formar o mercado de trabalho (BECKER, 1997, p. 334-335).

No entanto, uma vez que a força de trabalho se estende espacialmente, ela se concentra em pontos específicos, que são mais úteis para a produção capitalista (BECKER, 1997). Essa afirmação segue a lógica de que a mobilidade espacial da força de trabalho tem forte ligação com o desenvolvimento desigual que se observa nos diferentes espaços e formações sociais capitalistas. Sendo assim, necessário se faz o aprofundamento na contribuição da geografia para compreender tal desigualdade e as formas espaciais de mobilidade do trabalho associadas a ela.

Conforme destacam Moraes e Costa (1984) o capitalismo constitui-se como um modo de produção fundamentalmente expansionista, uma vez que se baseia num ciclo de reprodução ampliada em diferentes espaços. É também concentracionista e desigual. Seu caráter expansivo se dá pelo fato de que a acumulação do capital se dá no processo de produção, e não na circulação, e dessa forma necessita-se que cada vez mais o processo de produção e reprodução se amplie para novos territórios (mercados) para produção e consumo. Também pois o lucro, ao ser reinserido no processo produtivo, torna-se capital, e aumenta a quantidade (massa) de capital. Dessa forma, o capital se reproduz cada vez mais, permitindo identificar aí uma *reprodução ampliada do capital*, manifesta numa expansão contínua da produção de mercadorias, da mais-valia e do lucro (MORAES; COSTA, 1984).

Em *A produção capitalista do espaço* (2005), David Harvey pontua que a geografia histórica do capitalismo pode ser compreendida através do triplo imperativo

da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e de força de trabalho. Aqui ele elenca dois processos contraditórios: A circulação do capital só pode se iniciar com uma criação e mobilização anteriores dos excedentes, ao mesmo tempo em que a produção contínua desses excedentes na forma de lucros, somada aos desempregos causados pelas revoluções tecnológicas, colocam o problema de como absorver esses excedentes sem desvalorização. Paira sobre esse conflito a possibilidade de desenvolvimento de crises.

Desta forma, Harvey relaciona a mobilidade, tanto do capital quanto do trabalho, com o desenvolvimento das crises de superacumulação, inerentes ao modo de produção capitalista. Esses processos têm forte participação na produção das configurações espaciais.

Como continua o referido autor, com o desenvolvimento capitalista, a concentração geográfica e os vários processos de acumulação primitiva atuam como mecanismos para mobilizar os excedentes de capital e de força de trabalho. Ambos os excedentes podem ser mobilizados tanto fora da circulação do capital (em modos de produção não-capitalistas) como dentro. O crescimento populacional e a incorporação da força de trabalho feminina e infantil atuam também como mecanismos para fazer crescer o excedente de força de trabalho necessário ao capitalismo. Em períodos de crise, vale lembrar, contudo, tais excedentes não são absorvidos e são desvalorizados.

Tratando sobre a elaboração de uma teoria da geografia histórica do capitalismo, o autor aponta que nas ciências sociais a geografia é pouco explorada; mesmo entre os autores marxistas, as relações espaciais e geográficas pouco são consideradas na análise do capitalismo. Mesmo as noções espaciais presentes em Marx, como a de redução das fronteiras espaciais via desenvolvimento dos transportes, ou ainda a transformação e desenvolvimento do capitalismo ser diferente em cada lugar, não são amarradas entre si “em formulações teóricas, que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço” (HARVEY, 2005, p. 143).

Lenin (2008) em parte incorpora a noção espacial em sua análise do imperialismo, ao trazer as contribuições teóricas de Marx para o estudo das relações geopolíticas entre diferentes Estados nacionais. Ainda assim, Harvey considera que uma teoria da geografia histórica do capitalismo com base na teoria de Marx é de difícil empreendimento, embora busque uma forma de realizá-la.

Há uma série de processos, na concepção de Harvey, que definem coerências dentro de espaços regionais, assim como há também processos que destroem tal coerência. As coerências se dão entre a produção e consumo, oferta e procura de capital e trabalho, acumulação, lutas de classes, cultura e estilos de vida que configuram uma soma de forças produtivas e relações sociais. Conquanto aos processos corrompedores da coerência, Harvey aponta:

Em primeiro lugar, a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir e absorver excedentes de força de trabalho e capital, produzem pressões em uma região, que extravasam para o exterior (por exemplo, a exportação de capital), ou que atraem para o interior (por exemplo, a imigração). Em segundo lugar, as revoluções tecnológicas, que liberam tanto a produção como o consumo dos limites espaciais, além do aumento da capacidade de superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, tornam os limites de uma região muito porosos e instáveis. A especialização territorial e as conexões inter-regionais se desenvolvem com crescente facilidade em relação à integração espacial. Em terceiro lugar, a luta de classes em um território talvez force os capitalistas ou os trabalhadores a buscarem outros lugares com condições mais favoráveis para suas respectivas sobrevivências. Em quarto lugar, as revoluções nas formas capitalistas de organização (a ascensão do capital financeiro, das empresas multinacionais, das filiais de manufatura etc.) permitem maior controle sobre espaços cada vez mais maiores por capitalistas associados (HARVEY, 2005, p. 147)

Com esses fatores acima elencados, são realizados abalos na coerência das regiões, que podem se tornar dependentes de estruturas de fora de seu território; também são criadas dificuldades relacionadas a todos os aspectos que antes mantinham essa coerência: desigualdade em relação às outras regiões, enfraquecimento da cultura local, empobrecimento de determinados setores, mobilidade de capital e força de trabalho entre outros<sup>27</sup>.

Assim, tanto a mobilidade geográfica do capital como da força de trabalho depende da criação de infraestruturas fixas (capital fixo) e imobilizadas no espaço. A primeira necessita principalmente da presença de infraestruturas que facilitem sua circulação no espaço, como portos, rodovias, ferrovias, aeroportos entre outros. Já a mobilidade da força de trabalho depende, além da existência dos fixos já citados, de meios de transporte que possibilitem seu deslocamento pelo espaço no menor tempo possível.

---

27 Sobre o papel da geografia histórica do capitalismo para ajudar a compreender como esse modo de produção atua espacialmente, Harvey destaca: “As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar” (HARVEY, 2005, p. 150).

Sendo o modo capitalista de produção dinâmico e expansivo, ele sempre produz constantes mudanças no espaço, o processo de acumulação se constitui o principal elemento do capitalismo, uma vez que o capital busca sempre formas de se acumular e se expandir no espaço para aumentar sua acumulação. É sobre esse aspecto que Harvey (2005) se debruça, buscando descobrir em tal expansão o modo pelo qual se relacionam a teoria da acumulação e a produção das estruturas espaciais (HARVEY, 2005).

Inicialmente Harvey trabalha sobre o processo de circulação, que possui duas características: movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao de consumo; e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e as mediações sociais necessárias para que a mercadoria produzida chegue ao consumidor. Na visão de Marx, o primeiro aspecto diz respeito ao processo de produção, sendo gerador de valor, já o segundo não produz valor.

A indústria do transporte e da comunicação, conforme Harvey, são diretamente produtoras de valor, já que conectam-se à primeira característica e garantem o movimento da mercadoria entre a produção e o consumo. Busca-se sempre reduzir os custos para tal circulação no espaço, no sentido de fazer a mercadoria mais rapidamente ser consumida e, assim, desenvolver as forças de produção. Harvey, portanto, avalia que o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação são indispensáveis para a acumulação, pois anseiam a superação dos limites e barreiras espaciais, ou seja:

A redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte (HARVEY, 2005, p. 50).

Além disso, pelo fato de ser necessário maior tempo para a mercadoria circular até mercados distantes (em outros continentes por exemplo), o que reduz a realização da mais-valia, é necessário diminuir ao máximo possível o tempo da circulação, realizando o capital o que Harvey chama, com base nos *Grundrisse* de Marx, de *anulação do espaço pelo tempo* (através justamente do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação).

Tal processo, como Harvey indica, é carregado de contradições, uma vez que mesmo que tais mecanismos busquem a anulação do espaço pelo tempo, criam estruturas espaciais que mais tarde serão novas barreiras para a acumulação. Essas barreiras formadas, para serem superadas, necessitam de ser destruídas pelo capital, e é

sob tal prisma que o capitalismo transforma o espaço à sua imagem e semelhança, construindo novos espaços (capital fixo) para promover mais acumulação, e, quando colocadas novas barreiras para a acumulação, novamente as destrói.

David Harvey também promove essa discussão em *Os limites do capital* (2013), onde afirma que, com o modo de produção capitalista se expandindo em todos os pontos do mundo, as forças produtivas são produzidas e distribuídas no espaço, contudo não de forma igual, mas concentrada em alguns pontos (metrópoles, grandes centros) e dispersa em outros. Portanto, observa-se na geografia histórica do capitalismo um desenvolvimento geográfico desigual, visto que em algumas regiões são desenvolvidos os meios de produção em grande escala enquanto em outros espaços não.

Para tratar da produção da organização espacial, Harvey (2013) retrata a ideia de espaço como um atributo material de todos os valores de uso, que são convertidos, através da produção de mercadorias, em valores de uso social. Dessa forma, “temos de considerar como os atributos espaciais materiais dos valores de uso – a localização em particular – são convertidos em espaços sociais mediante a produção de mercadorias” (HARVEY, 2013, p. 479). Produção de mercadorias que abarca as relações entre valor de uso, valor de troca e valor, que se unem na produção e uso da configuração espacial. É com base nessas ideias que Harvey argumenta:

O trabalho útil concreto produz valores de uso em um local particular. Os diferentes trabalhos realizados em diferentes locais são conduzidos para uma relação um com o outro mediante atos de troca. A integração espacial – o vínculo da produção de mercadorias em diferentes localizações por meio da troca – é necessária para o valor se tornar a forma social do trabalho abstrato (HARVEY, 2013, p. 479).

A integração espacial, como continua o autor, tem como condições suficientes as mobilidades tanto do capital como do trabalho no espaço (mobilidade geográfica). Dessa forma, o interesse de Harvey aqui é explicar como se dá esse movimento do capital em suas diferentes formas, como *mercadoria*, como *dinheiro* e como *processo de trabalho*.

Sob a forma de *mercadoria*, a mobilidade do capital assume a capacidade para mover as mercadorias de um lugar para outro, o que depende do sistema de transporte, responsável por garantir a mudança de um ou vários produtos entre diferentes localidades, que é o que caracteriza a indústria de transportes como produtora de valor.

A maior e mais rápida circulação do capital em forma de mercadoria depende do grau de desenvolvimento e integração espacial dos sistemas de transporte, que por sua vez está ligado ao desenvolvimento das próprias forças produtivas, que permitem redução nos custos de transporte e garantem que o tempo de rotação do capital seja realizado em menor tempo. Esse aspecto já fora tratado anteriormente por Harvey (2005).

Em se tratando da mobilidade do capital *variável* e da *força de trabalho*, o autor supracitado relembra que embora seja mercadoria, a força de trabalho possui condições diferentes que comandam sua mobilidade. Sendo a única mercadoria que pode levar a si mesma no mercado, ela é vista pela economia burguesa (clássicos e neoclássicos) como dotada de grande liberdade, sendo a mobilidade a expressão de sua liberdade, o trabalhador sob esse ponto de vista pode se mover para onde e quando quiser.

No capitalismo, o trabalhador, obrigado a vender sua força de trabalho, exerce sua mobilidade geográfica em busca de escapar dos piores cenários produzidos pelo capital, em busca de sobreviver da menos pior maneira possível. Totalmente submisso ao modo de produção, Harvey considera que o trabalhador é aqui mero *capital variável*, um aspecto do capital. As leis que regem o movimento do capital variável estão inseridas dentro das leis que asseguram a mobilidade do capital e da acumulação no geral. Essa discussão de Harvey tem base principalmente no trabalho de Gaudemar (1977), já tratado anteriormente no presente trabalho.

Na visão de Marx, a liberdade de movimento que o trabalhador possui é na verdade o oposto disso. O trabalhador se vê obrigado a seguir o capital para onde quer que ele vá, a liberdade do trabalhador é reduzida à liberdade do capital. Nesses termos “a mobilidade geográfica livre da força de trabalho surge como uma condição necessária para a acumulação do capital” (HARVEY, 2013, p. 487).

Contudo, como continua Harvey, nessa “liberdade de movimento” existe uma contradição: Embora livres para o capital, os trabalhadores, em especial o exército industrial de reserva, para criar condições favoráveis à acumulação do capital, devem permanecer livres, mas em um lugar. Dessa forma, deve-se impedir que tais trabalhadores fujam de sua condição, por meio, por exemplo, de mecanismos legais e sociais, como a propriedade e renda da terra, que impedem que o trabalhador retorne à terra e escape do controle capitalista (HARVEY, 2013).



As estratégias para manter o exército de reserva em um determinado lugar são quase sempre elaboradas e aplicadas pelo Estado, como as políticas migratórias, que se destinam a controlar o fluxo de força de trabalho em benefício dos interesses dos capitalistas de manter a população excedente<sup>28</sup>. No entanto, uma série de conflitos e contradições surgem dentro desse panorama, mesmo conflitos entre diferentes facções da classe dominante, que em alguns momentos podem ser contraditórias à própria necessidade de acumulação.

A mobilidade da força de trabalho, ainda conforme Harvey, precisa ser entendida com base nos processos que garantem sua produção e reprodução, nesse olhar é que, enquanto humanos, os trabalhadores são produzidos ao longo de seu crescimento para se destinar ao mercado de trabalho. Embora a mobilidade geográfica dos trabalhadores os coloque em situação de dominados pelo capital, eles não veem a mobilidade geográfica sob essa perspectiva, mas sim como uma oportunidade de fugir da tirania e opressão de um território em busca de um novo lugar que possa trazer melhoria de suas condições (ainda que condições que favoreçam o capital). A respeito disso, várias formas de mobilidade geográfica se colocam como “opções” para os trabalhadores (mesmo obrigatórias), como enfatiza Harvey:

O trabalho, se não consegue escapar inteiramente das pressões do capital, fica diante de uma escolha amarga. Ele pode fugir e buscar uma vida melhor em outro lugar, ou pode permanecer no lugar e lutar. A escolha não é radical – migrações sazonais, periódicas e até mesmo relativamente de longo prazo (com remessas de dinheiro para cuidar das famílias deixadas para trás) são algumas das soluções intermediárias (HARVEY, 2013, p. 491)

Harvey salienta que se trata de solução intermediária justamente porque, no modo de produção capitalista, ela é uma solução dentro de um regime de trabalho assalariado, e a única forma de abolir tais contradições é abolir o trabalho assalariado. Não haverá, portanto, mobilidade livre do trabalhador enquanto ele estiver submetido ao trabalho assalariado, enquanto precisar vender sua força de trabalho para viver (HARVEY, 2013).

---

28 Sobre as políticas migratórias brasileiras, analisaremos com maior profundidade nos capítulos seguintes.

### 3.2. A Mobilidade da força de trabalho no capitalismo contemporâneo

Com a globalização do capitalismo, a partir da década de 1970, emergem novas dinâmicas dentro da sociedade do trabalho, como a crescente precarização do trabalho (ALVES, 2009; ANTUNES, 2009, 2015) correspondente à reestruturação produtiva e desenvolvimento do neoliberalismo como modelo econômico promovido tanto nos grandes centros capitalistas como na periferia. Com um crescimento da população excedente como elemento decorrente da globalização, o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor atender seus interesses. As migrações, nesse sentido, apresentam uma série de novas lógicas e determinações em decorrência dessa mudança interna dentro do modo de produção, mais internacionalizado, dotado de tecnologia e mais exploratório (BECKER, 1997; FERREIRA, 1997; GOMES, 2009; OLIVEIRA, 2011; LUSSI, 2015).

Como destaca Oliveira (2011), em concordância com Harvey (1992), o período *pós-fordista*, que segundo ele predomina desde 1973, se caracteriza por amplas mudanças na dinâmica de produção e reprodução do capitalismo, bem como nos regimes de acumulação (para uma acumulação flexível), o que impacta diretamente no mundo do trabalho, onde evidenciam-se mudanças no regime de trabalho, como a flexibilização e precarização de suas condições, abandonando o regime fordista de produção e adotando as premissas do *toyotismo*. A mobilidade espacial do trabalho também sofre os efeitos dessa mudança, e suas características passam por mudanças para atender às novas necessidades da lógica de reprodução ampliada do capitalismo (OLIVEIRA, 2011).

Ferreira (1997) aponta que as migrações internacionais no período de globalização do capital apresentam novas características. O fenômeno migratório, antes mais influenciado pelo papel do Estado, agora assume formas determinadas pelo mercado internacional, enfraquecendo o poder do Estado em promover as migrações e restringindo a ele a tentativa de controle. As novas causas dos movimentos migratórios, para o autor, se pautam sobretudo nas atuais determinações do modo de produção e reprodução ampliada do capitalismo, referentes às novas mudanças promovidas pela internacionalização e desregulamentação dos mercados, aumento do exército industrial de reserva e da exploração e precarização do trabalho, como também dos progressos na tecnologia e nos meios de transporte, que facilitam a possibilidade de deslocamentos humanos.

Peliano (1990), que é analisado por Ferreira (1997), associa à ideia de mobilidade do capital a *acumulação de trabalhadores*, que diz respeito à formação de um exército industrial de reserva que pode ser mobilizado em momentos em que a economia capitalista, em crescimento, precise, como também a formação de trabalhadores pouco utilizáveis e que, excluídos do processo produtivo, buscam trabalhos de fora da esfera do trabalho formal, como subempregos e terceirização, produzidos em maior escala em períodos de crise.

Gomes (2009) defende a atualidade do conceito de *mobilidade do trabalho* proposto por Gaudemar (1977), que pode explicar as problemáticas do capitalismo contemporâneo de um ponto de vista da crítica a esse sistema. Tal análise identifica novas características socio-econômicas da financeirização da economia e das novas configurações do trabalho (flexibilização, terceirização), bem como a adoção, pelos estados, de políticas econômicas de orientação pró-mercado (neoliberalismo), que a partir das décadas de 1980 e 1990 foram aplicadas na maioria dos países da América Latina.

As novas formas de trabalho que Gomes (2009) identifica no atual período são reflexos da mudança na utilização da força de trabalho (portanto sua mobilidade), que é controlada e mobilizada pelo capital no sentido de atender a uma possibilidade de garantir maior lucro para a reprodução do capital. Assim, o trabalhador se vê obrigado a se adaptar às novas lógicas do mundo do trabalho, adaptar sua força de trabalho para os interesses de acumulação de capital. Soma-se a isso a incorporação sucessiva de tecnologias na produção, que promove uma expansão da superpopulação relativa e aumenta o controle do capital sobre os trabalhadores, um período em que a reprodução ampliada do capital submete cada vez mais o mundo (do centro e da periferia) à produção capitalista. É nesse sentido que Gomes afirma serem a flexibilização e terceirização os novos instrumentos da mobilidade do trabalho.

Ainda afirma Gomes, sobre a importância do conceito de mobilidade do trabalho de Gaudemar para o período atual:

O conceito de Gaudemar de “mobilidade do trabalho” ganha maior evidência quando observamos, portanto, as formas com que o capital tem estabelecido relações com o mundo do trabalho e como ele impõe, a este último, novas determinações que envolvem qualificação profissional, migrações e rearranjos produtivos internos e externos às organizações (GOMES, 2009, p. 47).

Erige-se, assim, uma necessidade de analisar os fatores históricos e estruturais do capitalismo contemporâneo para buscar compreender os componentes da crise desse sistema (GOMES, 2009), que será melhor analisada a respeito de suas implicações no mundo do trabalho e conseqüentemente na mobilidade espacial do trabalho, em especial nas migrações internacionais.

### **3.2.1. A crise contemporânea do capitalismo**

Conforme Harvey (2005), Marx, em seus trabalhos, indica várias possibilidades de ocorrência de crises no modo de produção capitalista, como também algumas tendências que produzem tensões dentro do processo de acumulação, que podem ser melhor compreendidas, segundo Harvey, levando em conta alguns elementos da acumulação: em primeiro lugar, um excedente de mão-de-obra disponível para atender a expansão da produção, o que aqui indica a necessidade de mecanismos para garantir maior oferta de força de trabalho, como por exemplo, baseado em Gaudemar, o estímulo à mobilidade do trabalho (aquisição de força de trabalho via migrações ou incorporação de força de trabalho de modos de produção não-capitalistas); Em segundo lugar, existência, no mercado, de meios de produção que possibilitem expansão da produção caso o capital seja reinvestido; E, por último, a existência de um mercado que absorva as quantidades de mercadoria produzidas (que são crescentes).

Em cada um desses três aspectos (que correspondem à oferta da força de trabalho, oferta de meios de produção e infra-estrutura e a estrutura de demanda, respectivamente), que são produzidos pelo próprio capitalismo, é possível o surgimento de barreiras à própria acumulação do capital, que atingidas podem causar crises de natureza específica. É por isso que Marx destaca que o capital tende a produzir barreiras para o seu próprio desenvolvimento, e também por isso é possível dizer que as crises são inerentes ao processo de acumulação capitalista. As crises, ainda segundo Harvey, podem se manifestar em qualquer momento da totalidade do processo de produção (fases desse processo são a produção, distribuição, consumo e reinvestimento).

Vários autores concordam com a ideia de Marx de que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, e ocorrem desde seu período de desenvolvimento, desencadeando uma série de problemas associados e impactando diretamente o mundo

do trabalho. Nossa análise, nesse trabalho, está focada diretamente em uma crise, a crise estrutural do capitalismo que se desenvolve na década de 1970 e que reflete em diversas mudanças dentro do processo de acumulação capitalista e da sociabilidade desse modo de produção.

Antunes (2015) destaca que o atual período de crise é marcado pelo *neoliberalismo* e pela reestruturação produtiva, características da acumulação flexível, que tem um caráter destrutivo de grandes proporções. Nessa entoadada, Mascaro (2013) concebe o neoliberalismo como um *modo de regulação*, e junto a ele se estabelece um *regime de acumulação* baseado na financeirização (capitais financeiros internacionalizados). Essas novas condições estruturais geram um novo modo de desenvolvimento do capitalismo, denominado *pós-fordismo*.

Segundo Alves (2009) a atual crise estrutural do capital, diferentemente de outras, apresenta alguns aspectos gerais: é uma crise universal, pois é uma crise do sistema de metabolismo social, e não restrita em um único ramo (produtivo, financeiro, comercial); O alcance dessa crise de fato é global, e não apenas em uma região ou continente específicos; A temporalidade dessa crise é maior do que de todas as crises anteriores, que ocorriam em um espaço menor de tempo. Alves salienta que de fato apenas a crise que vivemos é estrutural, já que as anteriores eram restritas a determinadas partes do sistema. Além disso, a manifestação dessa crise (seu modo de se desdobrar) se dá a partir de várias pequenas crises que ocorreram desde meados dos anos 1970<sup>29</sup>.

Leiva (2009) também trata sobre a crise estrutural, salientando que, entre 1970 e 2005 (portanto não contando a crise de 2007-2008), ocorreram seis crises do capital, das quais quatro delas ocorreram entre 1991-2001, e nos anos de 1994 e 1997 registraram-se as primeiras crises na periferia capitalista, no México e no Sudeste Asiático, respectivamente.

Dentro da análise da *crise de superprodução*, Cipolla (2013) aponta o desenvolvimento dessa ideia na obra de Marx. Para designar as crises do modo de produção capitalista, Marx utiliza o termo de *superprodução*, que vai tendo seu significado alterado ao longo da história de sua produção teórica. Tal conceito parte

---

29 As crises de 1987, 1994, 1997, 2000 e 2007, administradas pelos Bancos Centrais dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) após o “estouro” das bolhas especulativas nesses anos, são exemplos trazidos por Alves, com base em Mészáros (2002).

inicialmente de uma ideia subconsumista em que os mercados mundiais atuam como absorvedores do excesso de produção de meios de consumo em relação as capacidades de consumo dos trabalhadores, tal noção passa por poucas mudanças nos *Grundrisse* e *Teorias da mais-valia* e apenas em *O Capital* a crise de superprodução é concebida como resultado interior do capital, fazendo parte do processo de acumulação de capital.

Em *O capital*, o termo superprodução ainda é utilizado por Marx, contudo, ele agora é resultado de um processo formado pelo crédito e pela especulação, denominado *superacumulação*, e está nos livros II e III de *O capital* a explicação sobre os fundamentos da teoria de superprodução enquanto teoria de superacumulação de capital produtivo através do crédito.

Nesse novo momento, Cipolla indica que, para Marx “é importante notar o fato de que inflação e superprodução ocorrem simultaneamente” (CIPOLLA, 2013, p. 85). Além disso, também afirma que “o significado de superprodução agora é a extensão da produção além dos limites estabelecidos pelo balanço entre injeções e vazamentos monetários” (CIPOLLA, 2013, 85). Aqui, aumenta-se a demanda de capital produtivo além da oferta de tal capital – causada pela concentração de capitalistas na fase de acumulação real de capital, tal processo causa inflação.

Trazidos os principais elementos da mudança de pensamento sobre o tema em Marx, Cipolla (2013, p. 86) resume:

Enquanto nas obras anteriores superprodução significava excesso de produção relativamente à capacidade de absorção do mercado externo, agora, depois do livro II, no qual se expõe a reprodução do capital agregado, já não é mais possível supor a restrição dos mercados externos para uma teoria da crise. Superprodução muda de conotação: produção além dos limites capitalistas significa agora produção além da unidade da reprodução do capital social total, unidade essa que é dependente do balanço entre capitais formadores de fundos de acumulação e capitais em processo de conversão de fundos monetários em acumulação real.

Outra passagem interessante de Cipolla diz respeito à produção de valor para se valorizar e sua relação com a crise:

É interessante acrescentar aqui que o processo de produção capitalista é a unidade do processo de trabalho (a produção de valores de uso) e do processo de valorização (a produção de mais-valia). O processo de valorização é o fim e o processo de produção de valores de uso é o meio. Em condições normais, o processo de valorização é simultaneamente processo de produção de riqueza material, valores de uso. Mas a fase de excitação do ciclo rompe essa unidade porque nela emerge a especulação: a tentativa de efetuar o fim que é

a valorização sem o meio que é a produção de valores de uso (CIPOLLA, 2013, p. 86).

Dessa forma, Marx desenvolve a sua explicação mais fundamentada da crise do capitalismo em *O Capital*, no qual ele considera que “a crise advém da recorrente tentativa do capital de ultrapassar seus próprios limites ao procurar acumular capital além do sobreproduto existente na forma de meios de produção” (CIPOLLA, 2013, p. 89). Assim “a teoria da crise evolui da concepção de excesso de produção de meios de consumo para excesso de demanda de meios de produção alavancados pelo crédito” (CIPOLLA, 2013, p. 89).

Tratando sobre a ideia de *superprodução*, que causa as crises, Harvey (2005) assinala que ela sempre é relativa e nunca absoluta, podendo se manifestar como subconsumo ou como superprodução de capital (excedente), ambos são formas da superacumulação, segundo Marx. Ademais, todas as formas de crise estão relacionadas à tendência de superacumulação. Além disso, tais crises funcionam como forma de colocar ordem à produção capitalista (ainda que não ordenadas).

A *superacumulação* é definida por Harvey “como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente” (HARVEY, 2005, p. 114-115). Sob tal panorama, o excedente pode se manifestar em diferentes formas: mercadorias, moeda, capacidade produtiva, força de trabalho e outras.

Sendo o processo de superacumulação fortemente ligado ao sistema de crédito, Mollo (2011) trata sobre a crise financeira, que é relacionada a lógica do modo de produção através do *crédito* e do *capital fictício*, e que tem sua origem no capital monetário (bolsa de valores, bancos). A autora salienta que o *capital fictício* não está relacionado à produção real (de mercadorias), e sua expansão depende do desenvolvimento do crédito. Assim, a autora procura definir e diferenciar essas duas ideias com base no referencial de Marx.

O sistema de crédito diz respeito ao dinheiro que é emprestado do capitalista financeiro e investido na *produção*, passando por tal processo produtivo, ele gera valor e se transforma em capital (dinheiro que se valoriza), capital portador de juros. A valorização do dinheiro em tal processo possibilita o pagamento de juro a quem o empresta, como bem explica Marx (1974) no livro III de *O capital*:

O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e a priori para o cessionário, é valor que possui o valor de uso de obter mais-valia, lucro.... (Marx, 1974, p. 397).

Dessa forma, o dinheiro emprestado converte-se em capital na produção e gera um excedente, o juro é uma parte de tal excedente. Constitui-se em juro do capital emprestado (MOLLO, 2011).

Já em relação ao capital fictício, ele passa por um processo de capitalização, tal processo decorre do uso já amplo e difundido do crédito:

Toda renda regular é capitalizada à taxa de juros vigente e a soma obtida é considerada capital, mesmo que não tenha sido convertida em meios de produção e força de trabalho, não gerando, portanto, valor novo. A esse não capital, Marx chama de capital fictício (MOLLO, 2011, p. 452).

Nesse sentido, o capital fictício não passa pelo processo produtivo, não gera valor novo maior e por isso ele é fictício. Na visão de Marx, tal capital está relacionado aos títulos da dívida pública e também a ações.

Mollo (2011) assim pontua que o crédito se diferencia do capital fictício pois é despendido na produção e gera mais-valia maior, promovendo uma reprodução ampliada do capital. Apesar disso, é o sistema de crédito o propulsor principal da superprodução e especulação, segundo Marx no livro III (MOLLO, 2011).

Carcanholo (2009) também trata sobre o capital fictício, apontando no atual período do capitalismo o crescimento de uma dialética do capital fictício (ou financeiro)<sup>30</sup>. A lógica desse capital fictício ao mesmo tempo que individualmente é real para seu proprietário (que o acumula), globalmente é fictício, já que pode nem completar seu processo de circulação, o que é prejudicial para o processo de

---

30 Carcanholo define capital fictício como “um desdobramento (complexificação) do capital portador de juros. O desenvolvimento da autonomização das formas do capital e a separação entre o capital-propriedade e o capital-função permitem o aparecimento do que Marx chamou de mercadoria-capital. É possível, a partir disso, que o capitalista-proprietário abdique de utilizar seu capital-dinheiro como meio para inserir-se no processo de produção de mercadorias e empreste seus recursos para outro capitalista que pretenda fazê-lo. Esse capital-função entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo essas mercadorias. A partir do resultado obtido, com a realização da mais-valia, esse capital-função poderá pagar o seu empréstimo, acrescido dos juros (remuneração do capital-propriedade, ou seja, do capital portador de juros), e mesmo assim poderá apropriar-se de um lucro. Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função” (CARCANHOLO, 2009, p. 259-260).



acumulação, já que não entrando no processo produtivo, esse capital não produz mais-valia, ainda assim, o próprio capital fictício influencia o processo de acumulação, constituindo assim o que o autor chama de dialética do capital fictício.

A maior massa de mais-valia produzida através da superexploração do trabalho, se aplicada em maior parte no processo produtivo, faz possível uma maior acumulação de capital, mas quando é aplicada no setor financeiro, amplia o capital fictício em detrimento do produtivo, o que pode gerar uma acumulação de capital “travada”, que tende a aprofundar a crise.

Neste cenário, tanto Carcanholo (2009), como Mollo (2011) e outros autores (HARVEY, 2005; ALVES, 2009; CIPOLLA, 2013; MASCARO, 2013) defendem que a visão marxista a respeito da crise atual aponta a relação fundamental de tal crise com a *financeirização* do capitalismo, como pontua Mollo:

Assim, o que causa a crise é a ausência de rendas para sustentar a demanda por ativos financeiros, iniciando a espiral deflacionária. A lógica de maximização do lucro no processo de acumulação explica o desenvolvimento do crédito no capitalismo, potencializando esse processo. Ao mesmo tempo, porém, permite o aparecimento e o desenvolvimento do capital fictício, resultado da tentativa de o capital desvencilhar-se dos limites impostos pela produção para desenvolver-se e ampliar lucros. A valorização na circulação, porém, tem seu desenvolvimento limitado pelas rendas provenientes da produção. A crise mostra exatamente tais limites (MOLLO, 2011, p. 459).

Como continua a autora supracitada, embora a crise seja elemento inerente ao capitalismo, a forma que o capital toma enquanto capital fictício e a crise de tal capital tem forte relação com o *neoliberalismo*, que desde os fins da década de 1970, quando ganhou força economicamente e politicamente, estimula o crescimento da financeirização da economia. As medidas trazidas pelo neoliberalismo (como privatizações, crescimento dos movimentos de capitais, desregulamentação da economia, desmonte de previdências públicas) promoveram o crescimento da especulação em detrimento da produção, investindo os capitalistas no mercado financeiro, por garantir lucros mais rapidamente do que o investimento no processo produtivo (MOLLO, 2011).

Mascaro (2013) também segue essa linha de raciocínio quando afirma que, nas condições pós-fordistas, o capital se reproduz a partir de fluxos muito maiores do que a produção de mercadorias dos períodos anteriores. Tais fluxos, orientados pela

especulação, se dirigem a novos espaços de acumulação, abertos justamente para receber o excedente de capitais concentrados nos países centrais.

As privatizações são um elemento dessa nova lógica, e se caracterizam tanto como compras de empresas estatais por grupos estrangeiros como também como espoliação, um modo de acumulação primitiva de capital que é explicado por Harvey (2004) e que estudaremos mais à frente. O Estado tem papel vital nesse processo de valorização do valor, já que financia e subsidia a majoração dos novos espaços de acumulação (MASCARO, 2013).

Em se tratando do papel do Estado, Mascaro (2013) traz uma rica análise a respeito do Estado enquanto *forma política* do capitalismo, e afirma que é essencial buscar compreender como os Estados atuam politicamente e economicamente dentro do modo de produção capitalista e nas formações sociais específicas. Dentro da análise dos processos migratórios é também fundamental considerar as relações entre os diferentes Estados e também, internamente, as disputas políticas dentro da esfera estatal para compreender suas influências sobre as migrações, como exemplo no controle sobre as políticas migratórias. Tais discussões serão melhor elaboradas nos capítulos seguintes.

Retomando a discussão sobre o atual período de financeirização do capitalismo, Leiva (2009) defende que não se deve caracterizar o período do capitalismo atual como totalmente dominado pelo setor financeiro, uma vez que o capital produtivo desempenha um papel importante na dinâmica da dominação do capital sobre o trabalho e a sociedade (exemplificada na flexibilidade do trabalho), especialmente na América Latina, estudada por ele.

Sobre a América Latina no período do capitalismo contemporâneo, tanto essa região como especificamente a Venezuela e suas relações dentro da geopolítica do capitalismo atual, serão melhor estudadas nos capítulos seguintes. Cabe aqui, contudo, alguns comentários prévios sobre a relação entre a atual crise do capitalismo e os aspectos econômicos e políticos dessa região, sobretudo a adoção do neoliberalismo enquanto doutrina econômica na maior parte dos países da região.

Wallerstein (2009) indica que o período que abarca o fim do Século XX, especialmente 1970-2001, foi marcado pelo início de uma crise no modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento característico do período pós-guerra (1945-1970) entrou em forte recesso em decorrência da sobreacumulação de capitais, o resultado foi

grandes desvalorizações e queda de lucro que fizeram países do centro do capitalismo transferirem várias unidades produtivas para países periféricos (que em grande parte possuíam, em suas legislações, poucos direitos trabalhistas garantidos), bem como resultou em desempregos em massa, concorrência entre EUA, Europa Ocidental e Japão, transferência de capitais da produção para o mercado financeiro (financeirização) e crises da dívida.

Os capitais dos bancos alemães e norte-americanos (mercado financeiro) foram emprestados em grande escala na década de 1970 para países do então Terceiro Mundo, que historicamente passaram por um desenvolvimento capitalista dependente e que possuíam, na época, problemas financeiros em decorrência das duas crises do petróleo (escaladas do preço). Na década de 1980, as dívidas desses países ficaram altíssimas, e grande parte entrou em períodos de recessão.

A solução imposta a esses países veio por meio da abertura de seus mercados para investimentos financeiros estrangeiros, seguindo a lógica do neoliberalismo de Margaret Thatcher (Inglaterra), Ronald Reagan (EUA), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e também do Banco Mundial, abertura essa que se materializou a partir do Consenso de Washington (publicado em 1989).

Com o consenso de Washington, os Estados Unidos (maior economia do mundo) garantiram a mudança da política econômica mundial do *desenvolvimentismo* para o *neoliberalismo*, essa medida fez o poder econômico (financeirização) dos EUA crescer sobretudo no Terceiro Mundo. A implantação do modelo neoliberal se fez através da Organização Mundial do Comércio (OMC), que buscou abrir os mercados dos países do Sul para a entrada de fluxos comerciais e financeiros do centro, os países ex-soviéticos implantaram diversas medidas neoliberais, bem como países da América Latina, via a implantação do *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA* em 1º de janeiro de 1994 (WALLERSTEIN, 2009).

As medidas, no entanto, foram desastrosas, a desigualdade nos países dependentes alarmou-se, assim como o desemprego, a concentração de renda, a desvalorização cambial e o enfraquecimento econômico. Leiva (2009) também reforça essas afirmações quando destaca que a América Latina, com a adoção do neoliberalismo, aprofundou seu subdesenvolvimento. Esse regresso, traduzido no aumento da pobreza e queda da distribuição de renda, tem como base o baixo

investimento de tais países para criação de empresas (sobretudo na indústria) e para produzir maquinário. Mesmo com lucros altos, os países latino-americanos aplicaram seus investimentos em novos ramos residenciais e turísticos.

Além disso, desde a década de 1990 os Estados da América Latina têm promovido uma desnacionalização de suas indústrias, as vendendo para grupos empresariais estrangeiros, junto a isso se vê um crescente fluxo de investimento estrangeiro no subcontinente, em especial a partir de 1995, quando governos começaram a vender com maior intensidade suas empresas, o investimento estrangeiro dessa forma foi baseado sobretudo em compra de empresas estatais, mas pouca criação de novas empresas.

Nesse sentido, Leiva (2009) destaca que na América Latina, o capital produtivo e o financeiro atuam conjuntamente, sendo que o investimento direto das empresas transnacionais (que produzem bens e serviços) dominam o panorama na América Latina, como o autor destaca:

O capital produtivo das transnacionais, em conjunto com o capital financeiro internacional e seus vínculos com os capitais e Estados nacionais da região, explica em grande parte o estrangulamento da reprodução econômica e social na América Latina e do Caribe (LEIVA, 2009, p. 160).

Conforme Wallerstein (2009), os retrocessos pelos quais a América Latina passou com a adoção do neoliberalismo resultaram em várias revoltas e também subida ao poder, em vários países periféricos, dos antigos partidos de esquerda, agora transformados em social-democratas (caso do PT no Brasil e da Venezuela com Chávez). Retomaremos essa questão quando tratarmos da Venezuela, no capítulo 3. Nosso foco agora será sobre a influência da atual crise estrutural no mundo do trabalho, especialmente as novas formas pelas quais o trabalho se apresenta neste período.

### **3.2.2. As mudanças no mundo do trabalho**

Autores como Antunes (2009, 2015), Alves (2009), Ianni (2001) e Harvey (2005, 2013) apontam várias mudanças dentro do mundo do trabalho no período contemporâneo do capitalismo, marcado pela financeirização da economia e reprodução ampliada da acumulação capitalista.

Segundo Antunes (2015), o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo apresenta uma série de processos e metamorfoses que condicionam a uma *precarização estrutural do trabalho em escala global*, que incluem uma diminuição da classe operária industrial nos países capitalistas avançados e um crescimento do trabalho assalariado no setor de serviços. Além desses, também vê-se um fortalecimento da subproletarização do trabalho a partir do crescimento do trabalho temporário, precário e terceirizado. Antunes identifica a existência de uma processualidade contraditória, marcada ao mesmo tempo pela redução do trabalho operário industrial e pelo crescimento do subproletariado, trabalho precário e do setor de serviços, além de uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, explícita no crescimento do trabalho feminino e exclusão dos mais jovens e mais velhos do mercado de trabalho formal.

Contextualizando historicamente, já na década de 1980 se percebe a diminuição do trabalho fabril em países avançados como Estados Unidos, França e Itália, tanto em decorrência da recessão econômica (ligada a financeirização) como do crescimento da automação. A subproletarização do trabalho também começa a crescer em várias modalidades vinculadas à informalidade, que apresentam empregos precários, mal remunerados, condições de trabalho desregulamentadas, regressão de direitos adquiridos além da ausência de proteção sindical. A tendência de se diminuir o número de trabalhadores “centrais” e aumentar a força de trabalho facilmente contratada e demitida já se fortalecia na Europa Ocidental na década de 1980.

Além dos aspectos tratados acima, Antunes (2015) também identifica um processo de assalariamento dos setores médios devido a expansão dos serviços, que desde a década de 1980 têm crescido e se transformado no setor que mais ocupa mão-de-obra. O autor destaca, no entanto, que ainda que o emprego nesse setor seja predominante, os serviços ainda são dependentes da produção industrial, que é a que garante a realização da mais-valia mundialmente, uma vez que no setor de serviços predomina o caráter improdutivo do trabalho.

Uma consequência no interior da classe trabalhadora se dá em uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que impulsiona ao mesmo tempo para uma *maior qualificação* do trabalho e para uma *maior desqualificação*. A primeira diz sobretudo à diminuição da dimensão variável (trabalho vivo) do capital e consequente aumento da dimensão constante (trabalho morto), que reflete, com base em Marx, na

tendência de o trabalhador se transformar em um “supervisor e regulador do processo de produção”. No entanto, como prossegue Antunes, a efetivação de tal tendência (que romperia a lógica do capital) é impossível em decorrência da própria lógica do capital, na qual apenas o trabalho é fonte criadora de valor. No entanto, o que ocorre é “uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social.” (ANTUNES, 2015, p. 70-71).

Como continua Antunes, além da qualificação, também se percebe a desqualificação do trabalho em vários ramos, tanto no operariado industrial, como na grande massa de trabalhadores divididos entre os empregos temporários, parciais, subcontratados, terceirizados e na economia informal, incluindo também os desempregados (subproletariado moderno). Nesse sentido:

Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o que é fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2015, p. 75).

A precarização estrutural pela qual a sociedade produtora de mercadorias passa, segundo Antunes (2015), pode ser percebida em diferentes espaços e países. No Norte se observam poucos traços do *welfare state*, enquanto no Sul do mundo os trabalhadores(as) buscam a todo custo um trabalho, quase independentemente de sua preferência.

No Brasil, a mudança se viu bastante fortemente na década de 1990, com a *desertificação neoliberal*, em que a abertura dos mercados incentivada pelo Consenso de Washington significou uma desregulamentação generalizada no trabalho, bem como na extensa privatização. Um elemento de destaque foi a significativa reestruturação produtiva na indústria e serviços, realizada em decorrência da nova divisão internacional do trabalho.

O processo de trabalho no Brasil (antes pautado no fordismo) passou por diversas modificações, vistas pela influência do *toyotismo* em processos como a acumulação flexível, formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, que passa por uma série de precarizações decorrentes das desregulamentações burladoras da legislação trabalhista, que se reflete num aumento do trabalho sem carteira assinada.

Em um período marcado pela informatização do trabalho (trabalho morto) e pela informalização do trabalho (trabalho vivo), vê-se novos tipos de trabalho, como o “colaborador” (multifuncional), o trabalho imaterial (comunicação, publicidade e marketing) que embora supérfluo, traz novas formas contemporâneas de criação do valor. O trabalho, cada vez mais precarizado, também assume formas ocultas, exemplificadas pelo “empreendedorismo” e “trabalho voluntário”. A classe trabalhadora brasileira se torna ainda mais heterogênea e multifacetada. E o trabalho, em um processo de precarização estrutural, ainda sofre as ameaças do desmonte da legislação protetora do trabalho, como bem aponta Antunes (2015, p. 130):

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

Dentro desse prisma, Antunes (2015) elenca os pontos centrais da crise contemporânea no mundo do trabalho, que “afetou tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua *forma de ser*, quanto a sua *subjetividade*, o universo dos seus valores, do seu ideário, que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 2015, p. 217). O processo produtivo das mercadorias, seguindo essa linha, também passa por sérias mudanças, a partir do avanço tecnológico, das formas de acumulação flexível, do desenvolvimento do *toyotismo* entre outros já citados anteriormente, que trazem importantes consequências sobre a classe trabalhadora<sup>31</sup>.

Alves (2009) realiza uma interconexão entre dois elementos: a forma de ser do desenvolvimento capitalista mundial e as metamorfoses do mundo social do trabalho. O primeiro diz respeito justamente à crise estrutural do modo de produção capitalista e o segundo às mudanças no mundo do trabalho, como o anteriormente analisado Antunes (2015) também pontua.

---

31 Entre elas, Antunes destaca a crescente redução do proletariado fabril (flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo característicos do toyotismo); Crescimento do subproletariado nas fábricas e serviços, formados por terceirizados, subcontratados entre outros (inicialmente a maior parte formada por imigrantes, hoje também inclui trabalhadores especializados e remanescentes do taylorismo-fordismo); Aumento do trabalho feminino; Aumento no número de assalariados médios e de serviços; Exclusão dos jovens e velhos no mercado de trabalho; Inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho (trabalho infantil), em especial em indústrias de países da periferia (Ásia, América Latina); Expansão do trabalho social combinado, em que há participação no processo de produção (e serviços) de trabalhadores de diferentes partes do mundo.

Com a crise estrutural do capital, diversas mudanças ocorrem na dinâmica capitalista, tanto na produção como na reprodução social, que caracterizam um *complexo de reestruturações capitalistas*. A totalidade concreta da reestruturação capitalista abarca diversos elementos de reestruturação (políticos, econômicos e sociais) que alcançam seu auge a partir das décadas de 1980 e 1990. Além dos elementos em conformidade com Antunes (2015) como a precarização do mundo do trabalho e a financeirização da economia, também identifica Alves (2009) um crescimento ainda mais acentuado da tecnologia (III Revolução industrial) e uma sociabilidade da barbárie.

A sociabilidade da barbárie que o autor supracitado evidencia se refere às novas condições históricas da reprodução expandida do capital (calcada em uma acumulação financeira/flexível/por espoliação) que fazem surgir um novo tipo de metabolismo social, que Alves (2009) denomina sóciometabolismo da barbárie, que implica na produção e reprodução de uma série de fenômenos de estranhamento e fetichismo.

Nesse sentido, Alves pontua que existe no atual período *uma Condição de proletariedade*, e para interpretar essa realidade ele lança mão das categorias de análise de *trabalho estranhado*, *estranhamento* e *fetichismo social*, que no atual período se agudizam.

Dentro dessa problemática, como Alves (2009, p. 219) destaca: “Nos tempos da globalização neoliberal, o que garante a reprodução social do sistema do capital é a agudização dos fetichismos sociais, que têm no fetichismo da mercadoria sua expressão primordial.” E como continua: “Na verdade, a intensificação [...] da crise da forma-mercadoria, sob as condições históricas da crise estrutural do capital, deriva da crise estrutural do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor, fundamento do valor de troca (ALVES, 2009, p. 219-220).

Esses elementos presentes na globalização neoliberal (promovida desde o início da crise estrutural) se apresentam enquanto crescentes processos de dessocialização (exclusão em massa, superexploração do trabalho, precarização), o que caracteriza o que Alves denomina *sóciometabolismo da barbárie*. Esse sóciometabolismo coloca em evidência as contradições do próprio modo de produção capitalista no atual período:

Por isso, Marx caracterizou o capital como sendo a “contradição viva”, tendo em vista que, se por um lado a sociedade burguesa, como observa Lukács, é a sociedade que se torna cada vez mais social (o que é um elemento do processo civilizatório), por outro lado, devido as suas crises sistêmicas, ela tende a obstaculizar, com intensidade e amplitude, o desenvolvimento do ser



genérico do homem, dessocializando-o pelo trabalho estranhado (ALVES, 2009, p. 222).

Ianni (2001), por sua vez, identifica nesse período de crise contemporânea aspectos fortemente ligados à mobilidade da força de trabalho, tanto em sua forma espacial (migrações) como profissional. Em seu *A era do globalismo*, o autor evidencia que desde a década de 1970 existe um padrão flexível de organização da produção, que muda as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abrindo possibilidades para uma mobilidade social vertical e horizontal. O trabalhador é levado a se ajustar às mudanças e novas exigências da produção de mercadoria, excedente, lucro e mais-valia. A flexibilização do trabalho e do trabalhador é uma nova racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital em escala global.

Além disso, com a globalização do capitalismo, desenvolve-se o mercado mundial de força de trabalho, e cresce o movimento de trabalhadores em escala regional, continental e mundial, mesmo dentro de cada nação os movimentos de trabalhadores tem influência da mundialização dos mercados, a despeito das barreiras políticas, raciais entre outras.

Os movimentos migratórios, dessa forma, têm suas direções multiplicadas pelos quatro cantos do mundo. Internacionalizando-se, o movimento do trabalho ainda é regulamentado em cada país pela ação dos Estados e governos, formando um exército mundial de força de trabalho. E esses milhões de trabalhadores potenciais, localizados sobretudo na América Latina, África e Ásia constituem uma superpopulação latente, que, em momento de crescimento econômico, são incorporados ao mercado de trabalho.

Assim, Ianni (2001) defende que no período atual os problemas sociais ocorrem em escala global (além das formas local, provincial, nacional e regional). Tais como desemprego cíclico e estrutural, crescimento das subclasses, superexploração da força de trabalho, discriminações, migrações entre outros elementos. É nesse sentido que o desemprego estrutural, associado à flexibilização do trabalho e das tecnologias, faz com que o trabalhador se mova pelo mundo atrás de um emprego, de modo a tentar sobreviver.

No mundo pobre, o desemprego estrutural também sofre influência das políticas das empresas transnacionais, que atravessam as fronteiras e soberanias nacionais, em países em que o Estado possui pouca força diante das exigências da reprodução ampliada do capital, em vários casos estes países acabam por se associar aos interesses desses grandes monopólios (IANNI, 2001).

Também associando à problemática da crise estrutural do capital as mudanças impostas ao trabalho, Harvey (2005) aduz que quando ocorre uma crise de superacumulação, além dos ajustes espaciais (que serão melhor explicados mais à frente), outras medidas são tomadas pelo capital para tentar resolver a crise, a partir de uma desvalorização do capital, que se manifesta em diferentes formas: sobre a moeda (inflação); mercadorias (superabundância no mercado); capacidade produtiva (infraestruturas e equipamentos ociosos ou subutilizados); e desvalorização da força de trabalho (diminuição do padrão de vida, flexibilizações no trabalho), estabelecendo uma linha de pensamento próxima a de autores como Antunes (2015).

É interessante destacar, para tratarmos da relação entre as novas determinações do capitalismo em seu período de financeirização, as mudanças sobre o processo de trabalho e a mobilidade espacial da força de trabalho, a afirmação de Harvey (2004) concernente a como se processa essa relação e como historicamente ela se desenvolveu.

Dessa forma, Harvey (2004) traz que a partir da década de 1970, o sistema monetário deixou de lado o ouro como base material dos valores monetários e os mesmos passaram a ser desmaterializados e tornados virtuais, tendo Nova York se tornado o centro financeiro mundial. Os Estados Unidos reafirmaram sua hegemonia, agora sobre o campo financeiro. No entanto, uma vez que para crescer o capital financeiro se faz necessário a abertura de mercados externos para investimentos, os Estados Unidos passaram a promover, a partir do Fundo Monetário Internacional, a adoção de práticas econômicas que favorecessem os investimentos financeiros norte-americanos em outros países, o modelo econômico adotado por vários países (incluindo o Brasil) foi o neoliberalismo.

Com esse novo modelo (baseado no Consenso de Washington), o setor produtivo da indústria acabou por sofrer abalos, uma vez que a burguesia optou pelo investimento nas finanças e no capital fictício; o trabalho passou a ser cada vez mais precarizado, os salários e conquistas sociais das décadas anteriores foram solapados,

bem como os movimentos da classe operária, enfraquecidos internacionalmente. Aliado a isso, o crescimento das tecnologias e das organizações permitiu que as manufaturas se tornassem mais fluídas e os transportes mais rápidos. O capital financeiro, nesse sentido, se fortaleceu na medida em que houve mobilidade geográfica dos capitais produtivos para outros espaços e territórios. Ocorreu um verdadeiro processo de desindustrialização nos EUA, com várias indústrias transferindo seus polos produtivos para outras regiões, principalmente no Sudeste Asiático, onde legislações trabalhistas garantem menos direitos à classe trabalhadora, que sofre uma forte exploração de sua força de trabalho para produzir maior volume de mais-valia.

Dessa leitura, podemos destacar que as novas determinações do modo de produção capitalista, em sua fase de financeirização e expansão mundial, influem diretamente sobre o trabalho e sua mobilidade, inclusive no caráter *espacial* de tal mobilidade, que analisaremos mais especificamente a seguir em vista a contribuir para nossa interpretação sobre o processo migratório venezuelano para o Brasil no período recente.

### **3.2.3. As migrações internacionais e o papel do imperialismo**

Em se tratando da mobilidade espacial do trabalho, já abarcada anteriormente no item 3.1 *A mobilidade espacial do trabalho*, reafirmamos a importância dos trabalhos estudados nesse item (GAUDEMAR, 1977; MORAES; COSTA, 1984; BECKER, 1997; HARVEY, 2004, 2005, 2013; OLIVEIRA 2006; GOMES, 2009, entre outros). Aqui buscaremos compreender, a partir dessas contribuições e sobretudo a de Harvey, a relação entre a crise de superprodução contemporânea do regime de acumulação capitalista, as mudanças pelas quais a força de trabalho é impactada e as formas *espaciais* que a mobilidade do trabalho assume nesse período.

Em seus trabalhos, Harvey (2004, 2005, 2013), baseado em Marx, denota a contradição inerente do modo de produção capitalista de produzir crises constantemente, indicando a existência de uma crise estrutural do capital. O autor visualiza que o capital sempre busca formas de tentar superar tais crises, ou seja, de superar suas próprias contradições, que ele mesmo produz em seu movimento característico de busca pela maior valorização do valor. Nessa tomada, Harvey salienta o papel da expansão geográfica:

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções). Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda uma gama de problemas econômicos e sociais (HARVEY, 2005, p. 64).

Em relação à expansão geográfica como forma de resolver as crises, o autor supracitado considera substancial o papel do *imperialismo* para promover tal processo. No entanto, aponta que a teoria do imperialismo nunca fora explicitamente elaborada e definida por Marx, o que faz Harvey afirmar que baseia sua ideia a partir de interpretações feitas sobre os textos de Marx, sobretudo em aspectos tratados pelo autor sobre os transportes, teoria da localização, estruturas espaciais entre outros. Com base em tal interpretação, Harvey (2005) defende que é possível visualizar que Marx tinha em mente um tipo de teoria geral da acumulação de capital em uma escala geográfica expansiva e intensificada. O imperialismo dessa forma, para Marx, se constituiria em uma necessidade de o capital se expandir e intensificar geograficamente. Não explica, contudo, como, quando e onde (HARVEY, 2005).

Harvey indica que as teorias do imperialismo surgidas após Marx buscam entender essa teoria geral da acumulação e como o capitalismo cria novos espaços para acumulação. A grande maioria das análises a respeito do imperialismo, como continua, surgem a partir de análises de situações históricas reais, como Harvey destaca nos teóricos dos países subdesenvolvidos (América Latina principalmente, como em André Gunder Frank e os teóricos da dependência, Frantz Fanon entre outros) que estudaram a dominação dos países periféricos pelos centrais. Devido ao fato de partirem de situações históricas específicas, tais teorias marxistas do imperialismo muitas vezes diferem entre si por considerarem um determinado aspecto da teoria marxista da acumulação e outro não. Indo além, Harvey também considera que a teoria marxista do imperialismo se separou da teoria da acumulação de capital e se tornou uma teoria “em si mesma”, já que considera apenas alguns dos aspectos da teoria da acumulação (a depender do autor que a promove), deixando de lado o fato de todos os aspectos serem vitais para a compreensão da teoria de acumulação de Marx.

Alguns teóricos do imperialismo citados por Harvey incluem Rosa Luxemburgo, André Gunder Frank, Paul Baran e Lenin. Falando sobre Lenin, tal autor considera o imperialismo como algo revelado através de uma análise materialista histórica, analisa assim esse fenômeno a partir da Primeira Guerra Mundial, vista por ele como uma guerra imperialista. Nesse sentido, o imperialismo seria uma forma assumida pelo capitalismo em um estágio específico de seu desenvolvimento histórico – entre o final do século XIX e início do XX. A expansão geográfica do capital tem forte relação, para Lenin, com o desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo, que corresponde também a um desenvolvimento desigual das lutas de classes mundial, tornando-se o capital, para se expandir em novos espaços, móvel (HARVEY, 2005).

Ainda sobre a teoria da acumulação de Marx em uma escala geográfica expansível, Harvey busca explicá-la através de vários escritos de Marx sobre as tendências do capitalismo à expansão, em especial nos *Grundrisse*. Através deles, Harvey destaca que a contribuição teórica de Marx é vital, que ela deve guiar as análises feitas pelos teóricos do atual período histórico, os quais devem relacionar tais concepções teóricas com os estudos materialistas das configurações históricas reais (HARVEY, 2005), situando historicamente a teoria do modo de produção capitalista para compreender a situação da realidade em que se vive.

Mascaro (2013) por sua vez, define o *imperialismo* como uma hierarquização dos espaços políticos e econômicos mundiais, esta hierarquização é construída materialmente a partir de relações sociais práticas e concretas de poder que articulam economia, política, sociedade e hegemonia tanto nos Estados dominantes como nos dominados.

Para o referido autor, as relações de imperialismo, embora originadas em períodos pré-capitalistas, no modo de produção capitalista se fazem através da forma política estatal. Atualmente, a relação de imperialismo se dá entre dois ou mais Estados, em que o Estado dominado é controlado economicamente e politicamente através da forma política estatal (elemento comum entre os Estados capitalistas) do território dominante, este apresentando uma forma política autônoma. Mascaro (2013) faz comentários importantes a respeito do imperialismo dentro da sociabilidade capitalista e como as relações entre os diferentes Estados nacionais são permeadas pelas membranas do imperialismo.

Com o intuito de garantir a valorização do valor, como continua Mascaró, as diferentes unidades políticas (Estados) promovem uma série de mecanismos em conjunto, como a criação de órgãos internacionais e multilaterais (como o FMI), além de acordos de comércio para facilitar a livre circulação do capital entre os territórios (NAFTA). Dentro desses aspectos, deve-se frisar que os países com maior concentração de capitais acabam por ter maior força política e decisória nestes acordos, bem como sobre Estados mais pobres, que acabam por ser influenciados a tomar medidas econômicas que favoreçam os interesses da reprodução do capital, o que significa na maioria dos casos em políticas de caráter impopular e de crescimento das desigualdades internas desses territórios.

Nessa tomada, o autor supracitado observa que uma vez que há profunda desigualdade material entre os territórios, as relações entre eles se dão por grandes dependências e fragilidades dos países pobres em relação aos ricos, que podem ser percebidas a partir da baixa soberania política dos territórios periféricos, obrigados, a partir de guerras, embargos, acordos econômicos e militares desfavoráveis, a se submeter ao interesse dos países dominantes, o que forma entre os Estados uma pluralidade necessariamente desigual (MASCARO, 2013).

É nesse sentido que o autor afirma que o imperialismo esteve presente em todas as fases do capitalismo, e evidencia a presença deste mecanismo, na atualidade, a partir da exploração do petróleo em países periféricos:

Atualmente, as permanentes situações de guerra em alguns países do mundo árabe, deflagradas ou apoiadas diretamente pelas principais potências mundiais, demonstram a apropriação do petróleo ainda como um motor imperialista do capitalismo contemporâneo (MASCARO, 2013, p. 103).

Harvey (2005) aponta que a forma de absorver os excedentes de *capital e força de trabalho* está nos deslocamentos *espacial e temporal* ou *Ordenação espaço-temporal*. O aspecto temporal diz respeito à absorção dos excedentes de capital e força de trabalho em investimentos a longo prazo, que garantem a acumulação e circulação de capital em períodos distantes e, portanto, em ritmo mais lento, o investimento em educação (bolsas de estudo e pesquisa) ou em infraestruturas físicas (capital fixo) aparecem como manifestações desse deslocamento temporal.

Retomando o questionamento sobre o aspecto espacial da *expansão geográfica* como possível forma de sanar a crise do capital (superacumulação e desvalorização),

três tópicos essenciais são elencados por Harvey para explicar as diferentes formas de expansão: mercados externos e subconsumo; exportação de capital para a produção (transferência para outro país para que esse o aplique em novas produções econômicas, sanando temporariamente a crise, já que no futuro haverá ali uma superacumulação de capital); e expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva (mobilização de novas pessoas, em territórios pré-capitalistas ou mesmo capitalistas, para formar um exército de reserva para a produção capitalista). Como afirma o próprio Harvey, com base em Marx: “O papel chave dos excedentes de mão-de-obra na busca do “ajuste espacial” relativo às contradições internas do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 120).

Harvey (2004, 2005) também afirma que o excedente de mão-de-obra pode ser importado do exterior, nesse sentido a importação de mão-de-obra excedente se baseia na livre mobilidade geográfica dos trabalhadores. Tanto a mobilidade através do espaço (migrações) como a mobilidade relacionada à acumulação primitiva atuam como forma de ajuste espacial para que o capital possa se expandir geograficamente para “desafogar” a crise. No entanto, como pontua Harvey (2004, 2005), tais medidas são temporárias, já que nesses novos territórios as relações sociais características da dialética interna do capitalismo se recriam, reproduzindo em uma escala geográfica mais ampla a luta de classes. Assim, mesmo sendo possível deslocar os excedentes de capital e força de trabalho para novos espaços, com o tempo as crises se tornam cada vez mais globais e os conflitos geopolíticos emergem como parte dos processos de formação e busca de solução da crise.

Nessa linha, o autor supracitado destaca uma problemática relacionada ao ajuste espacial: se feita a transferência de excedente de capital e força de trabalho para uma nova região de maneira a torná-la independente, ela tende a crescer, formar sua própria elite regional e a longo prazo se transformar em um território adversário economicamente, como ocorreu com os EUA após o investimento britânico e também em relação aos investimentos realizados pelos Estados Unidos, através do Plano Marshall, para a reconstrução dos países abalados pela Segunda Guerra Mundial. Uma forma de evitar tal crescimento é realizar um ajuste espacial que mantenha a nova região dependente do país de origem, esse território produz então apenas o que o país de origem necessita e seu desenvolvimento é controlado pelo interesse do país de origem. Como exemplo Harvey destaca a Índia e sua colonização pela Inglaterra, mas também

podemos evidenciar outros exemplos, como o de países do terceiro mundo, que desenvolveram-se enquanto economias dependentes dos países centrais do capitalismo.

O autor ainda afirma, a respeito dos ajustes espaciais relacionados à crise do capital, com base principalmente em Lenin, também se dão em lutas políticas, econômicas e militares entre os Estados-Nações:

Em tempos de desvalorização selvagem, a busca de ajuste espacial se converte em rivalidades interimperialistas, que sustentam o impacto da desvalorização. A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam as fichas num jogo ameaçador. As guerras comerciais, o *dumping*, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo do capital e ao câmbio exterior, as guerras associadas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, a subjugação e dominação de economias tributárias, a reorganização forçada da divisão do trabalho nos impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um país rival por meio da guerra, são algumas das opções à mão (HARVEY, 2005, p. 125).

Tratando sobre as ordenações do espaço, Harvey (2013) destaca os processos de produção e reprodução dos espaços (configurações espaciais) através da instalação de capitais fixos, na ótica de Harvey: “A criação de configurações espaciais e da circulação do capital no ambiente construído é, podemos concluir, com segurança, um momento extremamente ativo nos processos gerais da formação e resolução da crise” (HARVEY, 2013, p. 506).

Godoy (2018) considera a categoria *capital fixo* como fundamental para entender a relação entre valor e espaço. Quando o capital se apropria do espaço, o transforma em mercadoria, tal transformação (portanto valorização capitalista) é qualificada através do modo específico de circulação do capital fixo instalado no espaço, e que tem como mecanismo a incorporação de valor ao solo.

Harvey (2013) considera necessário entender o papel dessas infraestruturas para o processo de circulação do capital, entendido por ele como um processo contínuo de expansão do valor, sendo a circulação de capital através das infraestruturas um dos momentos desse processo maior de circulação.

A circulação do capital, através das infraestruturas, promove uma redistribuição geográfica do valor, que produz infraestruturas de diferentes tipos nos territórios para facilitar a maior produção de mais-valia, quer seja através da educação, centros de pesquisa, como da saúde (hospitais) ou mesmo em questões ideológicas (igrejas), que



embora não afetem diretamente a produção de mais-valia, melhoram as condições para que essa produção seja feita.

Discorrendo especificamente sobre a mobilidade espacial do trabalho em relação à criação dos capitais fixos, Harvey (2013) defende que na ótica do capital uma parte do capital tem de ser imobilizada para que os outros capitais possuam maior flexibilidade de movimento, é esse o papel designado ao investimento em capitais fixos, como rodovias, ferrovias, transportes e que contribui para a mobilidade tanto do capital (em outras formas) como da força de trabalho.

Assim, como afirma Godoy (2018) a respeito do *capital fixo*, ele não se constitui coisa, mas um processo de circulação do capital através do uso de objetos materiais, que são denominados capital fixo em decorrência de seu uso, e não pelo modo determinado de ser (fábrica só é capital fixo pois é utilizada para produzir mercadorias que entrarão em circulação).

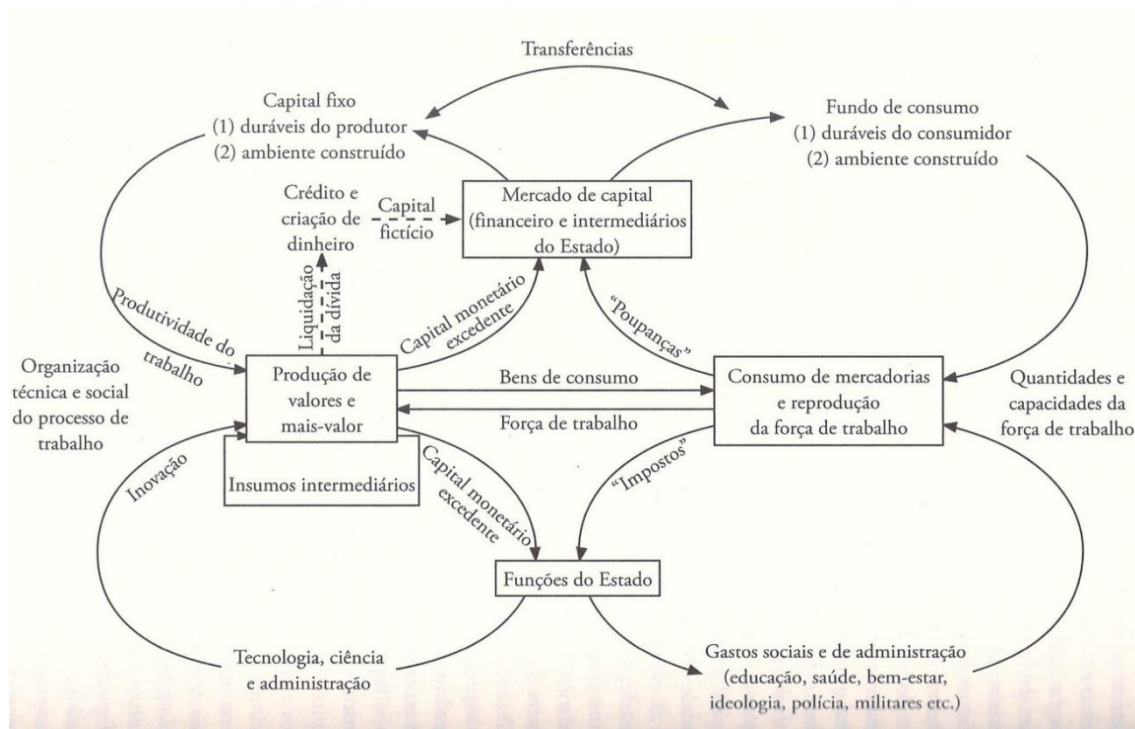
Dessa forma, Harvey (2013) considera que a transferência de capital e força de trabalho para outras regiões (mobilidade) pode ajudar a diminuir a superacumulação em uma determinada região em crise de modo temporário, desafogando a concentração de capital e de superpopulação relativa. A contradição, no entanto, se apresenta no fato de os investimentos nessa nova região abarcarem o crescimento de capital fixo e capital morto (ferrovias, rodovias), que colocam freios na mobilidade, uma vez que dificultam a circulação de capital.

Assim, Harvey resume tais processos da seguinte forma:

Onde quer que estejam, os capitalistas se comportam como capitalistas. Eles buscam a expansão do valor por meio da exploração, sem levar em conta as consequências sociais. Eles superacumulam o capital e, no fim, criam as condições que conduzem à desvalorização dos capitais individuais e da força de trabalho durante a crise. Entretanto, isso acontece dentro de uma estrutura de desenvolvimento geográfico desigual produzido por mobilidades diferenciais de vários tipos de capital e força de trabalho, todos juntos dentro das restrições temporais impostas pelo processo de circulação do próprio capital. Essas mobilidades moldam os processos de trabalho concretos individualizados em uma “totalidade de diferentes modos de trabalho abarcando o mercado internacional”, e assim definem o trabalho abstrato como valor (HARVEY, 2013, p. 536).

Dentro de uma perspectiva geral da mobilidade do capital e do trabalho, Harvey salienta que os vários processos de circulação devem estar ligados um ao outro, como

ele elabora na Figura 6, embora cada um deles tenha um ritmo temporal diferente. Nesse sentido é que o autor destaca o papel das crises, uma vez que “é essa unidade que, na análise final, sujeita as mobilidades geográficas divergentes dentro de um sistema de fluxos tão temporalmente desconexo a uma disciplina comum” (HARVEY, 2013, p. 516).



**Figura 6: Os caminhos do fluxo do capital**

Fonte: HARVEY (2013)

O que Harvey identifica é que mesmo em decorrência das várias formas diferentes da circulação e mobilidade, o capitalismo molda sua geografia histórica com base nas necessidades de acumulação, mas elas também intensificam as possibilidades de formação de crises. Harvey também indica que uma série de conflitos e contradições aparecem com a mobilidade do capital, uma vez que a mobilidade do capital de uma determinada área econômica pode favorecer ou enfraquecer outra área. Existe aqui campos de luta mesmo entre os capitalistas (das diferentes facções do capital), que possuem capitais de diferentes atividades.

A luta de classes também se exprime nessas contradições da mobilidade do capital e trabalho. Como defende Harvey, a respeito da mobilidade da força de trabalho:

Se os trabalhadores se engajarem em uma migração individual ilimitada dentro dos confins do sistema de trabalho assalariado, o melhor que podem esperar conseguir é a equalização nos padrões de vida e nas condições de

trabalho de um lugar para outro, em um nível médio consistente com a perpetuação da acumulação (HARVEY, 2013, p. 521).

No entanto, como o autor salienta, a mobilidade irrestrita do capital não produz os mesmos resultados que a mobilidade dos trabalhadores, uma vez que:

Os capitalistas são sensíveis ao valor da força de trabalho e à produtividade de mais-valor (representado pelas taxas de lucro). A equalização das taxas de lucro não produz necessariamente uma equalização nos padrões de vida materiais e nas condições de trabalho para os trabalhadores. Na verdade, os capitalistas se preparam para ganhar, como regra geral, caso os diferenciais no valor da força de trabalho e nas condições de trabalho sejam mantidos. A mobilidade irrestrita do capital é, portanto, mais apropriada para a acumulação do que a mobilidade irrestrita do trabalho – que pode ser responsável pela tendência no século XX para restringir a mobilidade da força de trabalho em relação àquela do capital (HARVEY, 2013, p. 521-522).

Tanto a luta de classes como também os conflitos entre as diferentes facções do capital em escala interna e externa (conflitos regionais) têm base material nos elementos de circulação do capital, como o que Harvey já havia delineado anteriormente. Formam-se alianças entre diferentes facções do capital (financeiro, produtivo, de determinada atividade) com setores dos trabalhadores e também do Estado, que disputam com outras facções o controle sobre os processos característicos da acumulação e circulação do capital, os conflitos territoriais, regionais, políticos e econômicos se manifestam como suas formas, embora, vale lembrar, o conflito central da luta de classes (capital-trabalho) permanece como essencial no capitalismo.

Todos os aspectos acima elencados atuam na produção e reprodução do espaço, uma vez que as lutas de classe e os conflitos entre facções do capital se manifestam necessariamente no tempo e no espaço, como defende Harvey (2013, p. 533):

A geografia histórica do capitalismo é um processo social que se baseia na evolução das forças produtivas e das relações sociais que existem como configurações espaciais particulares. Forças contrárias estão em ação, colocando a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho em uma geografia repleta de tensões e propensa a contradições.

Num mundo em que a lógica de acumulação e reprodução do capital se expande cada vez mais, as grandes corporações capitalistas se encontram com o poder dos Estados-nação e formam uma teia de relações contraditórias, em partes promovendo choques e disputas, e em outras, parcerias. Também se formam alianças internacionais entre facções do capital para garantir que a acumulação de capital em determinada

forma se agudize, como exemplo a formação do Fundo Monetário Internacional (FMI) através dos interesses da elite do capital financeiro.

Dessa forma, tratando sobre as relações dentro da hierarquia dos grupos que comandam (a partir das alianças entre as facções do capital e do poder público) a circulação do capital, Harvey enfatiza:

Mesmo quando não sucumbem à pura venalidade, os administradores dentro desse sistema hierárquico em geral possuem poder suficiente para influenciar tanto o ritmo quanto a direção da expansão geográfica. Isso é particularmente verdadeiro com relação às vastas empresas, às principais instituições financeiras e ao Estado, que têm o poder nominal de conter os fluxos de capital e de força de trabalho segundo os interesses da aliança territorial que os regulamenta (HARVEY, 2013, p. 543).

É também mister, para a compreensão da mobilidade da força de trabalho no atual período, considerar a relação do imperialismo com a ideia de *acumulação por espoliação*, tratada por Harvey (2004). O autor defende que para compreender a forma capitalista do imperialismo é necessário examinar de que maneira a relação entre a reprodução expandida do capital e os processos violentos de espoliação tem moldado a geografia histórica do capitalismo.

A acumulação primitiva, como descrita por Marx, é tida por Hanna Arendt (2013) como uma contínua força na geografia histórica da acumulação através do imperialismo, necessitando sempre o capitalismo de possuir um fundo de ativos (fonte de matéria-prima, terras) fora de seu “círculo” para contornar a superacumulação.

Para Marx, o processo de acumulação primitiva do capital se encerra depois de o capitalismo se tornar dominante, e seu processo passa a se constituir na reprodução expandida da acumulação, que, como avalia Marx, com a crescente liberalização dos mercados (em sua época o liberalismo e hoje o neoliberalismo) não se produz uma situação harmoniosa, mas sim níveis cada vez mais maiores de desigualdade social, como também instabilidades sérias que refletem em crises de superacumulação. No entanto, esses pressupostos de Marx (e depois seguidos por Luxemburgo) não são identificados enquanto acumulação primitiva (já que essa se encerrou), mas sim enquanto processo de reprodução expandida.

O que identifica Hanna Arendt (2013) e demais pensadores mais recentes, como o próprio Harvey, é que esses processos violentos presentes na acumulação primitiva

persistem nos dias de hoje (como visto no atual período neoliberal) e sempre estiveram presentes na geografia histórica do capitalismo. Dessa forma, Harvey vê como necessário analisar esse processo de acumulação primitiva nos dias de hoje, que ele prefere definir como “acumulação por espoliação”.

Como continua Harvey (2004), a acumulação primitiva, que teve como processos a transformação de vários tipos de propriedades em propriedade privada, privatização da terra, expulsão dos camponeses a transformação da força de trabalho em mercadoria e o assalariamento, a colonização, neocolonização e demais processos imperiais de apropriação de ativos (recursos naturais e outros), usura, dívida nacional e sistema de crédito. O Estado, enquanto forma política do capitalismo (MASCARO, 2013) é, portanto, parte essencial desses processos, a partir de seu monopólio da violência e arcabouço jurídico, seu papel desenvolvimentista “começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes” (HARVEY, 2004, p. 121).

Todos os elementos descritos acima, afirma Harvey, fazem parte da geografia histórica do capitalismo e até hoje persistem, como exemplos as privatizações de recursos (água) e de empresas, escravidão (ainda que não oficializada pelo aparato jurídico). O processo de proletarianização também existe, e se baseia em um conjunto de coerções e apropriações de relações sociais, hábitos, conhecimentos por meio de estruturas anteriores ao capitalismo e que são apropriadas pelo mesmo – família, relações de gênero, que atuam de forma a criar uma base consensual para a formação da classe trabalhadora (colonização do pensamento, da alma).

Alguns elementos presentes na acumulação primitiva foram fortalecidos e hoje tem maior importância na acumulação por espoliação do que no passado, como a *financeirização* e o *sistema de crédito*, que desde a década de 1970 passaram a dominar a economia capitalista e que são novas formas da acumulação primitiva (GODOY, 2018). O principal elemento constituinte da financeirização enquanto pioneira da acumulação por espoliação diz respeito aos ataques especulativos realizados por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro.

Além disso, como já trouxemos anteriormente, a acumulação por espoliação, na visão de Harvey (2004), como forma de resolver o problema da superacumulação (excedentes de capital ociosos). Para isso, ela libera um conjunto de ativos (inclusive

força de trabalho) a custo muito baixo, o capital superacumulado se apossa desses ativos e os aplica em um uso lucrativo. Como exemplo hoje se tem as privatizações (transporte, água, habitação social), que abrem vários campos para que o capital superacumulado se aproprie e os torne fontes de lucro.

Outro meio se trata de inserir matérias-primas baratas no sistema (como o petróleo), já que os custos de insumo seriam reduzidos e os lucros aumentados, diminuir o preço de mercado do barril de petróleo nesse sentido é vantajoso, algo que os governos dos Estados Unidos defendem.

Nessa tomada, Harvey também percebe que em vez de se aplicar o capital superacumulado em investimentos sociais e reformas internas, o mesmo é utilizado como motor da acumulação por espoliação, o que se cristaliza em promover internacionalmente a adoção de práticas neoliberais e de privatização, e em alguns casos, com o uso da força coercitiva, como as guerras. Aqui entra o papel dos EUA em invadir o Iraque para garantir a extração de petróleo para os EUA, processo estudado por Harvey (2004). Mas também pode-se aplicar em outros casos, como a relação dos Estados Unidos com a Venezuela, que trataremos mais à frente. O autor ainda afirma que “a acumulação do capital tem de fato caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente.” (HARVEY, 2004, p. 144). Portanto, como continua o mesmo autor:

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI, da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções (HARVEY, 2004, p. 147).

Uma vez que tais processos de “ajuste espacial” são tomados a cabo pelos países centrais do capitalismo sobre territórios dependentes e periféricos, a lógica do imperialismo se mostra com grande força.

É com base nessas contribuições que buscamos aqui tentar compreender o movimento migratório venezuelano para o Brasil no período recente, partindo de uma compreensão de que tal migração se constitui uma *migração forçada*, pois que diretamente inserida em um contexto de crise estrutural do capitalismo, que assume no

geral e também no caso específico da Venezuela, tanto uma crise do *regime de acumulação* (associada à crise estrutural do capital e da produção do petróleo) como do *modo de regulação* (conflitos geopolíticos, política econômica dependente do petróleo e imigração). Categorias essas trazidas e explicadas por Mascaro (2013). O regime de acumulação é referente as diferentes dinâmicas econômicas de cada fase interna do capitalismo; enquanto o modo de regulação se pauta em compreender as diferentes e específicas articulações entre a dinâmica econômica e os campos da política e sociais nas mesmas fases (MASCARO, 2013).

Devemos também considerar, à luz do exposto, como o Brasil se insere no contexto das migrações internacionais dentro do modo de produção capitalista e de seu movimento de reprodução ampliada em busca de acumulação. Deste modo, compreender a específica formação territorial dos dois países em debate (Brasil e Venezuela), e de sua geografia histórica de desenvolvimento capitalista dependente, enquanto territórios que compõem a América Latina, é de extrema importância. É o que faremos no próximo capítulo.

#### **4. OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NO BRASIL**

Neste capítulo buscamos realizar uma análise histórica e geográfica sobre os diversos processos migratórios que marcam a formação territorial do Brasil, com foco nos processos que se desenrolam a partir da implantação do trabalho assalariado, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro. Assim, analisaremos três períodos históricos nos quais a mobilização espacial das forças de trabalho se expressa de maneiras diferentes: um primeiro período que compreende o fim do Século XIX (com a adoção do trabalho livre) e a década de 1930, com a predominância das migrações internacionais; um segundo período, marcado pelo crescimento das migrações internas (de 1930 a meados dos anos 1970); e um terceiro período correspondente à expansão global do processo de valorização capitalista e à complexificação das migrações, período este em que se insere o recente processo migratório venezuelano e no qual aprofundaremos nossas reflexões no capítulo seguinte.

##### **4.1. O Brasil no contexto das migrações internacionais**

Os movimentos migratórios fazem parte da história da formação territorial do Brasil. Desde o período colonial, no Século XVI, uma série de povos se deslocaram ou foram deslocados para esse território. As migrações forçadas de vários povos africanos que foram escravizados dentro do modo de produção escravagista, em um processo histórico de acumulação primitiva pré-capitalismo, tiveram forte impacto sobre a geografia histórica do capitalismo no Brasil e de várias outras colônias nas Américas. Após o fim da escravidão, no século XIX, vários foram os movimentos migratórios destinados ao território brasileiro, especialmente de europeus e asiáticos.

Oliveira (2018) aponta que o sentido da colonização brasileira foi propriamente mercantil, essa é a ideia que Caio Prado Jr. dá ao processo histórico no qual o Brasil foi “descoberto” pelos ibéricos. Inicialmente com a extração da madeira do pau-brasil, e depois com a implantação da cultura da cana-de-açúcar. A estrutura fundiária do território da colônia foi formada inicialmente através do sistema de capitanias hereditárias, que mais tarde deram origem às sesmarias, um sistema fortemente



concentrador de terras, que formaram um dos pilares da estrutura econômica, social e política do Brasil (OLIVEIRA, 2018).

A escravidão foi outro desses pilares fundamentais para a formação do Brasil. 4 dos 10 milhões de africanos trazidos à força para as Américas (portuguesa, espanhola, central e do Norte) foram destinados ao Brasil, e esse par senhor-escravo foi responsável por formar a base do que se tornou a estrutura social do território brasileiro, ainda que no século XIX (centenas de anos após o início da escravidão) a imigração europeia tenha se tornado fundamental dentro deste processo histórico.

Para Mazzeo (2018) o Brasil se insere na lógica capitalista já no período colonial, fornecendo matérias-primas produzidas através do trabalho escravo, já como subalterno à lógica internacional.

Já no Século XIX, com o crescimento do trabalho assalariado e a passagem do Brasil de um país colonizado para uma economia capitalista, com uma mudança do regime de trabalho no território brasileiro (PRADO JR., 1976), a mobilização da força de trabalho passa a se destinar para o trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo. Tal mobilização, contudo, não diz respeito aos trabalhadores libertos da escravidão, mas sim a força de trabalho europeia imigrante.

#### **4.1.1. Processos migratórios internacionais na República Velha (1889-1930)**

Como aponta Soares (2014) a partir de Cogo e Badet (2013), entre 1819 e o final dos anos 1940, cerca de cinco milhões de imigrantes vieram para o Brasil, a maior parte constituída por italianos, mas também por portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírio-libaneses, russos entre outros. A mesma autora ainda afirma que o Brasil foi o terceiro país a receber o maior número de imigrantes europeus no período 1850-1950, marcado por grandes deslocamentos populacionais vindos da Europa, quando 60 milhões de europeus se encaminharam principalmente para o continente americano.

Entre 1914 e 1918 as migrações caíram devido a eclosão da 1ª Guerra mundial, voltando a subir após seu fim. Ainda que a partir de 1930 a entrada de imigrantes tenha caído, o autor aponta que entre 1931 e 1940 grande número de japoneses continuaram a adentrar o território brasileiro.

As então regiões Centro-Sul, Sul e Leste concentraram a maior parte dos imigrantes. Em 1920, 93,4% dos imigrantes estavam vivendo nessas regiões, e o Estado de São Paulo possuía mais da metade (52,4%) de todo o contingente de imigrantes no país. Entre as nacionalidades dos imigrantes no período 1887-1930, a maior parte era composta por italianos (35,5%), portugueses (29%), e espanhóis (14,6%). Os japoneses, embora em menor número, estavam bastante concentrados em São Paulo em relação às outras nacionalidades: no ano de 1920, 87,3% dos japoneses viviam no Estado paulista. Os espanhóis também se destinaram em maior parte à São Paulo (FAUSTO, 1995).

Prado Jr. (1976) afirma que grande parte dos imigrantes tiveram seu deslocamento e fixação no país através de uma política oficial de povoamento, e também a partir da iniciativa privada daqueles que ansiavam por mão-de-obra<sup>32</sup>.

Esse grande movimento migratório, segundo Moraes (2011), se deu em decorrência sobretudo da necessidade de mão-de-obra para as lavouras do café. Atividade econômica vital para o Brasil na primeira metade do Século XX, a economia brasileira teve, no Café, sua maior fonte de riqueza e também a gênese da concentração produtiva e populacional que persiste na atual estrutura territorial nacional (MORAES, 2011). Inicialmente na região do rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, a produção cafeeira se expandiu para o estado de São Paulo, em direção ao oeste e alcançou o norte do Paraná, transformando as estruturas e lógicas desses territórios, tornando-se o principal produto brasileiro e a mais importante mercadoria do comércio internacional até meados do século XX, quando o petróleo toma esse posto (OLIVEIRA, 2018).

Dentro da produção do café, os imigrantes foram inseridos em relações de trabalho através do *colonato*, em que os colonos (famílias imigrantes) cuidavam do trato dos cafezais e das colheitas, recebendo um pagamento anual pelo trato dos pés de café e outro no período das colheitas, dependendo o pagamento das vendas do café.

Ao estudar o estado de São Paulo, Silva (2008) aponta que os imigrantes do exterior se dividiam entre trabalhadores rurais, da manufatura e pessoas sem qualificação profissional que buscavam uma ocupação na crescente economia urbana puxada pelo crescimento industrial em São Paulo, assim como devido ao crescimento da

---

32 Os auxílios governamentais, segundo Fausto (1995) eram dados apenas para os imigrantes que se dirigiam ao campo (que era o destino da maior parte dos italianos, espanhóis e japoneses); aqueles que se dirigiram para as cidades (como os sírio-libaneses e judeus) não receberam tal auxílio.

economia cafeeira no mesmo estado. Silva (2008) pontua muito bem que o movimento migratório maciço não ocorreu de forma aleatória e sem planejamento, visto que:

Um crescimento prodigioso como este, além do mais, só poderia resultar da articulação dos interesses hegemônicos do capital, de um lado a suscitar a procura de trabalho e, do outro, literalmente, a controlar sua oferta. Um jogo compensatório cuja finalidade era impedir o encarecimento da mercadoria força de trabalho e permitir a máxima extração da mais-valia absoluta (SILVA, 2008, p. 32).

Nesse sentido, o mesmo autor salienta que a intensa mobilização de trabalhadores (força de trabalho) para as lavouras de café atendeu aos interesses das classes dirigentes cafeicultoras, identificando aqui a formação de um exército industrial de reserva na cidade de São Paulo, que nas décadas seguintes (especialmente a partir de 1930) foi vital para seu crescimento industrial.

Com o enfraquecimento e declínio da economia cafeeira, os movimentos migratórios também passam por mudanças. Entre 1920 e 1940 já se percebera a mudança do padrão dos movimentos migratórios no Brasil, com os deslocamentos internos tomando a frente em relação aos externos. O encerramento dos subsídios estatais para as forças de trabalho imigrantes de outros países, os eventos pós-crise de 1929 e a Constituição de 1934 (que estabeleceu quotas para a entrada de estrangeiros) agiram como formas de reduzir a entrada de imigrantes estrangeiros para o território brasileiro (SILVA, 2008; SOARES, 2014).

#### **4.1.2. Crescimento das migrações internas (1930-1980)**

Na década de 1930, Alves (2015) afirma que o Brasil deu uma virada política e ideologicamente em relação a seu papel na imigração, buscando um maior controle sobre a entrada de imigrantes estrangeiros. Aqui surge a ideia de *trabalhador nacional*, que passa a ser visto de forma predominante sobre o *trabalhador estrangeiro*, a imigração do exterior, assim, só seria encorajada na falta de força de trabalho nacional. A força de trabalho estrangeira, ademais, passaria a ser buscada de uma maneira seletiva, para atender às necessidades da modernização dependente tomada pelo estado brasileiro.

A mudança de visão em relação à força de trabalho estrangeira, por parte do Brasil, pode ser observada no decreto 19.482/1930, primeira medida legislativa referente à migração no governo Vargas, como é bem trazida por Alves (2015, p. 62):

Considerando que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores; considerando que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muito trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir tamanhas necessidades; considerando que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza [...]; considerando, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social.

Como observa Alves (2015) sobre tal medida, o imigrante passa nesse momento a ser usado, pela narrativa oficial, como forma de justificativa para os problemas econômicos e de classe existentes no território brasileiro. O imigrante é visto como alguém que ameaça a busca por emprego do trabalhador nacional, um concorrente que causa o desemprego dos trabalhadores brasileiros, característica dos discursos assumidos pelo então governo Vargas em sua política de base nacionalista:

Vê-se como a correlação entre trabalhador estrangeiro-nacional emerge como princípio guia do “fechamento” seletivo das fronteiras aplicado nesse período. Mais especificamente, a imigração foi colocada como uma das causas, ou seja, o “bode expiatório” para amenizar as pressões dos conflitos de classe no país. De fato, como será aprofundado, a seleção das entradas era bastante focada no critério político de prevenção de imigrantes contestadores da ordem vigente (ALVES, 2015, p. 62-63).

Nesse sentido, se até o fim do período comumente chamado de República Velha, a migração internacional tenha tido um caráter preponderante para o desenvolvimento capitalista do território brasileiro, a partir da passagem para a década de 1930 as migrações internas tornam-se mais massivas em relação aos movimentos internacionais.

A mobilidade espacial da força de trabalho, nesse período, manifesta-se de diferentes formas, sobretudo nas migrações entre regiões do território brasileiro e das áreas rurais para as urbanas, com um grande número de pessoas sendo mobilizadas para as indústrias e centros urbanos em franco crescimento. Tais movimentos estão ligados aos contextos políticos e econômicos do período histórico brasileiro, marcado pelo desenvolvimento da indústria a partir dos governos de Getúlio Vargas nos anos 1930 e

1940, as políticas econômicas de substituição de importações (crescimento da produção interna), passando pelos governos desenvolvimentistas seguintes.

Economicamente falando, Alves (2015) aponta que tal período histórico brasileiro é marcado por uma crise em seu setor econômico agroexportador (principalmente do café), e a medida tomada pelo governo Vargas foi de intervir e investir no desenvolvimento das bases para uma acumulação capitalista industrial (ANTUNES, 1982 *apud* ALVES, 2015).

Com o crescimento do processo de industrialização por substituição de importações, as migrações internas preponderantes (rota campo-cidade e entre as regiões brasileiras), desenvolvem-se sobretudo em decorrência da concentração do desenvolvimento industrial na região Sudeste do país – e o Estado de São Paulo especialmente, o que evidencia o desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões pelo qual o Brasil passou. A principal região que cedeu força de trabalho foi o Nordeste, incluindo nessa mobilidade todos os problemas relacionados ao racismo pelos quais sofreram as populações imigrantes (ALVES, 2015, SOARES, 2014). Percebe-se assim, nesse período, que a mobilidade da força de trabalho passa a atender também aos interesses do setor industrial, com grande fortalecimento de seu papel na economia capitalista brasileira.

O grande crescimento econômico puxado pelo processo de industrialização na região Sudeste e em São Paulo, no entanto, como pontua Silva (2008), não foi acompanhado de desenvolvimento social. Ao mesmo tempo em que a indústria extraiu cada vez mais riquezas, produzidas pela força de trabalho, para os capitalistas, a desigualdade atingiu as classes trabalhadoras - característica do modo de produção capitalista, produzindo ao mesmo tempo o desenvolvimento de alguns espaços e a miséria de outros. Um crescimento econômico que mobilizou grandes massas de trabalhadores para as cidades, mas que produziu uma grande pobreza, em que trabalhadores vendem sua força de trabalho em troca de um salário que, no limite, se destina a manter sua própria reprodução (SILVA, 2008). Isso sem falar da gama de estigmatizações dadas aos trabalhadores imigrantes (especialmente os nordestinos) por parte tanto da sociedade quanto dos membros das classes dirigentes, o que também tem produzido historicamente piores condições de renda para tais grupos sociais.

Importante destacar também, sob o prisma das lutas de classe, que tanto Alves (2015) como Silva (2008) destacam o crescimento das mobilizações populares da classe trabalhadora na medida em que se desenvolve o trabalho assalariado e também o processo de industrialização. Alves evidencia sobretudo o papel do Estado brasileiro em buscar enfraquecer qualquer possibilidade de mobilização dos trabalhadores por meio dos sindicatos, usando a violência como forma de conter qualquer ameaça de formação de sindicatos e outras organizações entre os trabalhadores (tanto nacionais como estrangeiros).

Em relação à imigração de estrangeiros, a contenção em sua entrada se dava sobretudo em cima dos operários pobres, sendo facilitada a entrada de estrangeiros ricos e com posses. Os parâmetros e medidas desse período predominaram até o período do pós-guerra (final dos anos 1940). Todavia, passaram a sofrer pressão econômica das classes dominantes da indústria (especialmente paulistas) já em fins dos anos 1940.

Os novos parâmetros tomados a partir daí foram no sentido de relaxar alguns critérios para permitir a entrada de imigrantes, mas ainda mantendo alguns dos pontos das políticas anteriores, como o forte racismo. Como bem destaca Alves (2015, p. 69) no decreto 7.967/45:

Atender-se-á, na admissão dos migrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

A busca por uma mão-de-obra mais qualificada, que correspondesse à crescente modernização e desenvolvimento dos meios de produção na agricultura e indústria, passa a ser utilizada como motivo para possibilitar a entrada de imigrantes, que ocupariam as vagas que não poderiam ser assumidas por uma mão-de-obra nacional com pouca qualificação. Tais medidas, ainda conforme Alves (2015), foram reafirmadas no final dos anos 1950, em um contexto de desenvolvimento da indústria pesada (e de vários outros ramos) em São Paulo e da aplicação da política econômica de substituição de importações.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o grande investimento em infraestruturas (capitais fixos), em especial na construção de rodovias – ancorado em seu Plano de Metas, garantiu a interiorização das atividades econômicas

principalmente para a região Centro-Oeste, onde fora construída Brasília, tal mobilização de capital para essa região também correspondeu à condução de um grande processo migratório em direção ao Centro-Oeste.

Ao longo do período de ditadura militar (1964-1985), a continuidade dos investimentos em infraestrutura também conferiu a vários processos de mobilidade espacial da força de trabalho, especialmente até os primeiros anos da década de 1970, no período do “milagre econômico”.

A partir dos anos 1970, observa Soares (2014), um crescimento dos movimentos migratórios da região Sul para o Centro-Oeste e Norte, em um contexto de expansão da fronteira agrícola brasileira nessas regiões. Assim, esse período foi marcado, de um lado, por deslocamentos do Nordeste para o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, e de outro pela mobilidade do Sul para Centro-Oeste e Norte. Essas diferentes rotas migratórias (e também diferentes tipos de deslocamento) desenvolvidas conferem a uma complexificação dos processos migratórios brasileiros, que estabelecem uma relação fundamental com os contextos econômico e político pelos quais o território brasileiro passou ao longo de seu desenvolvimento capitalista dependente.

Em relação aos movimentos migratórios internacionais, Alves (2015) pontua que durante a ditadura o imigrante passa a ser encarado como uma ameaça à segurança nacional. O decreto de lei 941/69 (vigente entre 1969 e 1980) passa a definir a situação dos imigrantes estrangeiros no Brasil, nas palavras de Alves (2015, p. 71) “a diretriz adotada era a automática criminalização da imigração que não se enquadrasse nos parâmetros legais das entradas”. Nesse sentido, têm-se aqui um papel do Estado bastante rigoroso e contrário à entrada de estrangeiros. Dentro do regime de trabalho, por exemplo, segundo a autora supracitada, apenas os imigrantes dirigidos pelo governo para áreas estratégicas poderiam exercer trabalho com remuneração.

#### **4.1.3. Migrações internacionais no capitalismo financeiro**

A partir da década de 1970, e mais intensamente nas décadas posteriores, com a reestruturação produtiva característica do início do período de financeirização do capitalismo, o Brasil passa por novas mudanças em seu caráter migratório, sobretudo São Paulo. Silva (2008) aponta uma intensificação dos processos migratórios, que

sofrem redefinições em seus ritmos, agora em um intervalo de tempo mais rápido no movimento entre os locais de origem e os de destino. Silva (2008) relaciona tais elementos com as mudanças econômicas e políticas pelas quais o território brasileiro passa a partir desse período, exemplificando no caso da metrópole de São Paulo:

A crise econômica e o relativo esgotamento da metrópole, nos anos 80, acabou influenciando diretamente a sua capacidade de atrair população, em vista da drástica redução da oferta de empregos formais, que nos anos 90 viria a acentuar-se com a saída de várias unidades fabris instaladas na região, notadamente no ABC, e também com a reestruturação produtiva poupadora de mão-de-obra, induzida e incrementada pela política de abertura comercial e financeira dos governos que se sucederam ao longo dessa década (SILVA, 2008, p. 43).

Também se colocam nesse contexto uma série de novos e complexos processos, como o desenvolvimento das indústrias e atividades relacionadas à economia agroexportadora, abertura de novas fronteiras agrícolas (associadas a essa atividade), crescimento das cidades médias, investimentos públicos em capitais fixos, como rodovias, para além da região de São Paulo e uma série de problemas associados à tais processos, como trânsito urbano, violência, desigualdades, segregação socioespacial entre outros.

As migrações, como afirma Silva (2008), também sofrem impactos em decorrência dessas mudanças, e apresentam alterações em suas rotas de deslocamento, com um crescimento das migrações da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Estado e as migrações de retorno como exemplos dessas novas dinâmicas de mobilidade espacial. A queda dos empregos na esfera industrial e crescimento no setor de serviços também são importantes para os deslocamentos populacionais. Aqui pode-se ver a influência direta da financeirização da economia capitalista em escala global, que confere a uma mudança significativa no mundo do trabalho, que passa por processos de transformação em seus conteúdos que faz crescer exponencialmente o trabalho improdutivo em relação ao produtivo, como vimos nos capítulos precedentes.

Tais mudanças não ocorrem exclusivamente no território brasileiro e não podem ser explicadas apenas por uma análise das determinações internas. Devemos, então, nos aprofundar também na análise da crise global do capitalismo e seu processo de acumulação cada vez mais expandida.



Alves (2015) aponta que com o neoliberalismo emerge um novo padrão de imigração, em que a imigração estrangeira em países da periferia ganha mais notoriedade em relação aos períodos anteriores do capitalismo, com uma modificação na base social dos deslocamentos humanos em escala mundial<sup>33</sup>, sobretudo por influência das mudanças trazidas pela expansão da reprodução capitalista por todo o mundo, como visto na reestruturação produtiva e na conseqüente reprodução das desigualdades e da pobreza, principalmente na periferia capitalista.

Percebe-se, assim, o crescimento das emigrações internacionais em países pobres, tanto devido a fatores econômicos como também políticos, guerras e desastres ambientais, relacionados diretamente à lógica de reprodução ampliada do capitalismo. Diversos autores reiteram essa mudança (BÓGUS; FABIANO, 2015, ROSSA; MENEZES, 2018; BAENINGER, 2018). Como enfatiza a própria Alves (2015, p. 82-83):

Como ocorrera no Brasil, ao lado de fluxos restritamente legalizados, ganhariam força os movimentos forçados de imigrantes e refugiados em busca de trabalho e melhores condições de vida, provenientes das periferias do capitalismo devastada pelo modelo de integração submissa no mercado mundial, quando não marcadas por regimes ditatoriais.

Dentro deste novo contexto, a autora supracitada também observa mudanças nas políticas migratórias dos Estados centrais, e a “aplicação de políticas econômicas neoliberais acompanha um marco restritivo das políticas imigratórias nesses territórios” (ALVES, 2015, p. 84). Nesse sentido, uma ligação essencial se faz entre as mudanças promovidas economicamente e a intensificação do controle estatal sobre os movimentos migratórios. As migrações dos países periféricos, contudo, se fortalecem, assim como a criminalização da migração estrangeira (evidenciada nos frequentes atos racistas e xenófobos) e a exploração do trabalho imigrante, sobretudo através da indocumentação.

Países com tradição de recepção de mão-de-obra imigrante, como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha (CASTLES; KOSACK, 1984, *apud* ALVES, 2015), passam a adotar medidas de controle e de restrição da chegada de força de trabalho

---

33 Na Europa do período pós-guerras (1945-1970), autores como Basso (2003) e Sayad (1991) (*apud* ALVES, 2015) identificavam uma maior abertura dos países do centro capitalista europeu às imigrações, com grandes movimentos populacionais oriundos dos países do sul europeu e também das ex-colônias africanas em direção ao crescente mercado de trabalho no centro capitalista. A maioria dos imigrantes, como apontam os autores supracitados, se destinavam a empregos pouco qualificados e socialmente vistos, pelos trabalhadores nacionais, como “inferiores”, indicando aqui que já predominava uma estratificação dentro do mercado de trabalho.

imigrante, usando como discurso a ideia de que não mais precisavam de mão-de-obra para incorporar seu mercado de trabalho. A imigração passa a ser encarada, pelos países centrais, como um problema.

Alves (2015) também aponta que o trabalho imigrante passa cada vez mais, em razão da crescente migração *indocumentada*, a ser condicionado a uma precariedade em suas condições. Como bem evidencia Shierup (2007, *apud* ALVES, 2015, p. 86):

O sistema hierárquico de subcontratação, a flexibilização e a informalização são indicados como elementos-chave para se entender as características do trabalho desses imigrantes indocumentados que, até então, atingiam em menor grau os nacionais daqueles territórios.

Com base nessas contribuições é que Alves (2015) afirma que a presença de imigrantes indocumentados em vários países diferentes atesta para um modelo político e econômico neoliberal dos fenômenos migratórios. É uma produção global da clandestinidade que é reproduzida através das políticas e leis migratórias em escala mundial, que servem à necessidade de valorização do capital (BASSO *et al.*, 2003, *apud* ALVES, 2015). É nessa tomada que a autora reafirma a citação de Dreher (2007):

Fronteiras abertas, mas sociedades fechadas são duas faces da mesma moeda no projeto neoliberal de construção do mercado global. Nós temos que ver isso como uma expressão do poder do capital móvel em âmbito global que, regulando de forma rígida o acesso aos mercados de trabalho nacionais, é capaz de regular as condições da oferta de trabalho global [...]. Nós devemos, portanto, ver o controle da imigração como parte do controle do trabalho em geral (DREHER, 2007, p. 207 *apud* ALVES, 2015, p. 88).

Dessa maneira, no Brasil, a partir da ditadura militar, se vê a manifestação desse fenômeno de ao mesmo tempo permitir a entrada de fluxos de capital (mobilidade do capital), e de controlar e restringir a entrada de imigrantes (mobilidade da força de trabalho), sobretudo de outros países da periferia capitalista. É dentro deste contexto que o Estado brasileiro elabora e adota o Estatuto do Estrangeiro, através da Lei n° 6.815/1980, na qual, segundo Alves (2015, p. 72):

A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

As medidas tomadas dentro desse contexto expressam as necessidades da acumulação capitalista, agora pautada sobretudo na lógica do capitalismo monopolista e financeiro. Se intensifica nesse momento, em decorrência da expansão capitalista em novos espaços, a desigualdade regional característica do movimento de reprodução ampliada do capital, analisada anteriormente nesta pesquisa através de autores como Moraes e Costa (1984) e Harvey (2004, 2005, 2013). Abrem-se, aqui, as fronteiras para o capital financeiro se valorizar. A mobilidade do capital, favorecida por parte de políticas econômicas, se expande e, principalmente na América Latina, se dá através de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). O regime ditatorial, dessa forma, teve papel essencial para permitir a abertura das fronteiras para a mobilidade de grandes capitais e filiais de grandes indústrias (ALVES, 2015) e ao mesmo tempo restringir a mobilidade de força de trabalho imigrante.

Tais mudanças permaneceram nos governos pós-ditadura, inseridos na nova divisão internacional do trabalho, promovida pelas necessidades do capitalismo de se valorizar em espaços cada vez mais extensos. A vigência de uma legislação migratória instituída no período ditatorial – o Estatuto do Estrangeiro – até o ano de 2017 (por um período de quase 40 anos), foi vital para propiciar a manutenção de uma lógica excludente e de superexploração da força de trabalho imigrante<sup>34</sup>.

A partir das décadas de 1980 e 1990 ainda, diversos movimentos migratórios caracterizados como *não documentados* passam a ganhar evidência, se expressando em deslocamentos entre países da periferia capitalista, incluindo, no caso brasileiro, as mobilidades espaciais originadas em países da América Latina (como os bolivianos), e também de países asiáticos, como Coreia do Sul e China.

Os imigrantes destes territórios, principalmente em períodos de crise nas décadas de 1980 e 1990, cumpriram o papel de uma força de trabalho que garantiria aos capitalistas (principalmente têxteis) uma diminuição do custo de produção através da superexploração dos imigrantes irregulares, uma vez que estes em sua maioria eram indocumentados. Dessa forma, o trabalho informal era, desde esse período, uma característica central do destino das forças de trabalho imigrantes (ALVES, 2015).

No Brasil também se expressa um maior volume de movimentos emigratórios especialmente para países europeus, para os Estados Unidos e para o Japão. Além das

---

34 Trataremos melhor da revogação do Estatuto do Estrangeiro e da adoção da nova Lei de Migração no próximo capítulo.

determinações externas acima trazidas, tal fenômeno tem forte influência da crise econômica pela qual o país enfrentou na década de 1980 e as sucessivas tentativas de ajuste econômico e financeiro devido ao crescimento da dívida externa (sobretudo em razão dos empréstimos contraídos do exterior durante a ditadura militar). Soares (2014) aponta que entre 1 e 2,5 milhões de brasileiros deixaram seu país na década de 1980.

Na virada do século, como observam também Bógus e Fabiano (2015), o Brasil volta a ter uma entrada crescente de imigrantes estrangeiros, tanto em razão da maior projeção internacional do país como também devido às maiores restrições impostas pelos países europeus e pelos Estados Unidos na entrada de imigrantes, que trazem ao Brasil pessoas tanto de países vizinhos que passam por crises econômicas e políticas como também de países que historicamente não tinham quantidade expressiva de imigrantes. Conforme destacam as autoras, a imigração no mundo aumentou 41% entre 2000 e 2015, quando alcançou a marca de 244 milhões de pessoas, 3,3% da população total do mundo.

Nesse novo período, as autoras supracitadas, a partir de López Cifuentes (2008), destacam que embora as fronteiras para o capital financeiro tenham se apagado, para os seres humanos elas ainda existem, e se vê crescentes segmentos da população excluídos do bem-estar material e marginalizados:

Como resultado, emerge o fenômeno de fluxos massivos de migrações forçadas, nos quais milhões de indivíduos buscam fugir não mais de perseguições políticas individuais, mas predominantemente da fome, da miséria e de conflitos armados. Para esses milhões de migrantes e refugiados, as fronteiras não desapareceram. Pelo contrário, para eles, os muros estão cada vez mais altos, principalmente as muralhas das nações mais influentes e responsáveis pelo processo de exclusão daqueles que buscam seus territórios para viver e trabalhar (BÓGUS; FABIANO, 2015, p. 129).

Com a crise global do capital entre 2007 e 2008, Alves (2015) e Fernandes e Sá (2018) concordam que as migrações do e para o Brasil sofreram mudanças, se caracterizando o Brasil como um país receptor de imigrantes e ao mesmo tempo como produtor de emigrantes. Em 2013, o Brasil contava com a presença de 1,5 milhão de imigrantes. Ainda que constituindo então apenas 0,3% da população total (de 200 milhões), essa porcentagem é considerada subestimada.

A distribuição dos imigrantes no território brasileiro, entre 2010 e 2016, concentrou-se sobretudo nas regiões Sudeste (58,8%) e Sul (21,3%), com o Estado de São Paulo recebendo 45,2% dessa população (OLIVEIRA, 2017).

No período 2011-2014, como aponta Alves (2015), através de dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Brasil foi o maior destino dos fluxos migratórios na América Latina.

Soares (2014) também observa uma migração de retorno dos brasileiros, sobretudo vinculada à crise do capitalismo de 2008, que em um momento de crescimento econômico brasileiro, teve forte influência sobre o significativo retorno de brasileiros a seu território, como também sobre o enfraquecimento das migrações para Estados Unidos, Japão e países europeus, que enfrentavam os efeitos da crise.

Alves (2015) ainda aponta que, até o golpe de Estado de 2016, podiam ser identificados cinco grupos diferentes de imigrantes que se deslocavam para o Brasil: O primeiro formado por pessoas de países do MERCOSUL (Argentina, Uruguai e Paraguai) e os demais da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Chile e Venezuela), que ganham peso depois da década de 1970; um segundo grupo formado por refugiados de vários países (Haiti, Síria) e imigrantes de países da periferia (África, Ásia e América Latina); um terceiro grupo constituído de imigrantes de países centrais que passavam pelos efeitos da crise de 2007-2008 (Espanha, Portugal); um quarto grupo referente aos imigrantes contratados pelo governo brasileiro na área da saúde (médicos cubanos) – expulsos após o golpe de 2016; e um quinto grupo oriundo de países asiáticos (principalmente as Filipinas) que se destinavam ao circuito legalizado.

O crescimento das migrações para o Brasil no Século XXI, evidenciado por vários autores (SOARES, 2014; ALVES, 2015; BÓGUS; FABIANO, 2015; MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018; FERNANDES; SÁ, 2018) é também expressão do crescimento econômico brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em que o país também ganhou prestígio no cenário internacional e se colocou como um destino para os movimentos migratórios recentes (REIS, 2011; SOARES, 2014; ALVES, 2015; BÓGUS; FABIANO, 2015; MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018). Nesse sentido, coloca-se como imperativo analisar com maior profundidade o contexto

político-econômico e geopolítico em que se insere a dinâmica recente dos movimentos migratórios no Brasil e na América Latina.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores ao poder com a vitória nas eleições de 2002 se insere em um contexto de êxito dos partidos progressistas e alinhados a um discurso de caráter popular na América Latina, no qual Hugo Chávez foi o pioneiro, após vencer o pleito na Venezuela em 1998. Essa ascensão se dá, entre outros condicionantes, pelos reflexos das políticas neoliberais aplicadas na América Latina sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, que intensificaram a exploração da força de trabalho e sua mobilidade e reproduziram as desigualdades de um capitalismo ainda mais exploratório.

Ao assumir o cargo no primeiro dia de 2003, o Presidente Lula herdou os problemas econômicos do governo anterior, e para garantir a confiança dos investidores ligados ao capital financeiro, promoveu uma política de ajuste fiscal (MARINGONI, 2017), nomeando uma equipe ortodoxa para o comando do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que elevou a taxa de juros e fez cortes no investimento público para atingir um superávit primário exigido pelo FMI, medidas tomadas para atender aos interesses do capital financeiro internacional (ANDERSON, 2020)<sup>35</sup>.

Contudo, as políticas sociais – especialmente o Bolsa Família, as novas linhas de crédito e crescimento real do salário-mínimo, resultaram num crescimento do mercado interno, garantiram maior fonte de renda e a possibilidade de maior consumo por parte da população. Além disso, o governo triplicou o investimento em educação e o acesso às universidades dobrou (MARINGONI, 2017). O Presidente Lula teve a seu lado, também, a volta ao crescimento econômico do país, com o PIB crescendo de 4% a 6% ao ano entre 2004 e 2006, isso se deveu ao salto da demanda chinesa sobre a soja e minério de ferro brasileiros, em um período de crescimento do preço das *commodities* (que também se fez na Venezuela). Tais políticas sociais e o crescimento econômico levaram a uma diminuição drástica da pobreza e miséria no Brasil durante os governos petistas (ANDERSON, 2020).

Já durante o segundo mandato, Anderson (2020) aponta que o Presidente Lula (menos amarrado aos investidores financeiros) conduziu uma política de estado mais forte, com ainda mais distribuição de renda, e enfrentando a crise de 2008 com políticas

---

35 Maringoni (2017) e Anderson (2020) concordam que a *Carta ao povo brasileiro*, elaborada durante a campanha de Lula em 2002, foi um aceno justamente à classe econômica financeira.

anticíclicas e motivando a população a consumir em maior escala. No fim de seu segundo mandato, já se apontava um crescimento anual de 7% do PIB (Em 2010, o crescimento do PIB alcançou essa marca).

Internacionalmente, cresceu a busca por uma soberania do país, que levou à formação e comando do Mercosul e maior proximidade de países de fora do centro capitalista dominante (EUA e Europa). As relações em torno dos BRICS demonstraram maior independência diplomática do Brasil, que buscou estreitar laços com países de economia crescente como China, Rússia, Índia e África do Sul, além de países latino-americanos.

Lamas, Finazzi e Nasser (2017) apontam que a atuação diplomática do Brasil no governo petista se baseou numa conciliação entre a promoção da inclusão social e enfrentamento da pobreza e políticas neoliberais de exportação (mobilidade) do capital brasileiro e parcerias de investimento para o país. Um dos casos evidenciados pelos mesmos foi a expansão bélica no Haiti sob a justificativa de uma missão humanitária (ROSSA; MENEZES, 2018).

Foi no período do governo Lula que o Brasil voltou seus olhos à América Latina (BASTOS, 2017; ANDERSON, 2020), aproximando-se de governos considerados mais radicais que o petista, como no caso da Venezuela. Lula demonstrou apoio ao governo chavista e buscou aumentar a participação de empresas brasileiras (empreiteiras) em território venezuelano (MARINGONI, 2017). Mesmo a imprensa internacional reconheceu os méritos do governo Lula – obviamente nas políticas pró-mercado – ao mesmo tempo que criticava com força o presidente venezuelano Hugo Chávez<sup>36</sup>.

Apesar dos relativos avanços sociais, os governos Lula se mantiveram alinhados aos interesses do capitalismo financeiro internacional e, desse modo, à reprodução ampliada do capital (PAULANI, 2017)<sup>37</sup>.

---

36 A imprensa hegemônica brasileira, contudo, seguiu sempre uma narrativa recheada de críticas à Lula. Tal imprensa, desde a ditadura militar, teve forte participação na eleição de políticos que atendessem a seus interesses e da burguesia associada ao capital internacional (BOITO JR., 2017). A figura de Lula, para tais grupos, significava uma ameaça à suas vontades. Era o primeiro presidente eleito a não ter sido apoiado pelo conglomerado de mídia brasileiro. A imprensa corporativa e os partidos opositores – sobretudo o neoliberal PSDB, se colocaram ao longo de todo o governo petista como oponentes de Lula, utilizando ampla e exaustivamente de todo tipo de artimanhas para deslegitimar o PT e seus avanços e inflamar os discursos anticorrupção (o Mensalão e a Operação Lava Jato foram dois destes artifícios).

37 O mercado de ações e o agronegócio cresceram em grande escala. A manutenção da economia exportadora de commodities, como soja, petróleo e minério de ferro, tomada pelo governo Lula, foi uma forma de o Brasil se ajustar às exigências do capital, como aponta Perry Anderson (2020), o que o faz relembrar da ideia de hegemonia às avessas formulada por Chico de Oliveira (2018) para explicar um

O primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014) experienciou uma queda no crescimento do PIB. Após os mais de 7% em 2010, os anos de 2011 e 2012 apresentaram crescimento de 2,7% e 1%, respectivamente, e no ano de 2014 tal crescimento foi nulo.

Em seu segundo mandato, o governo passou a realizar políticas de corte de gastos e pró-cíclicas. O Banco Central aumentou a taxa de juros para 14,25% e as medidas econômicas mais pareciam as do PDSB do que do próprio PT, uma vez que se assemelhavam com as propostas da oposição (BASTOS, 2017; VALENTE, 2017). As medidas levaram a um enfraquecimento ainda maior da economia, com queda de investimentos, aumento do desemprego entre outros. Já não existiam mais os dois elementos que favoreceram o sucesso das medidas do governo PT – o superciclo dos preços das *commodities* e o *boom* do consumo interno – durante o período 2005-2011.

A queda do preço das *commodities* primárias, principal produto de exportação, foi intensa. De 2011 a 2016, o preço do minério de ferro foi de 180 a 55 dólares a tonelada; a soja teve seu preço diminuído de 40 a 18 dólares por saca; e o petróleo bruto caiu de 140 para 50 dólares o barril (ANDERSON, 2020). A queda do consumo interno também foi vertiginosa, com um enfraquecimento do poder de compra da população e dos créditos.

O governo da Presidenta Dilma, através do Ministério da Fazenda, passou, no segundo mandato, a conceder vários benefícios para grupos estrangeiros e bancos públicos, como ofertas de taxas preferenciais de juros. Cresceram também os créditos para a especulação imobiliária e para a construção civil (aumentou vinte vezes de 2005 a 2014)<sup>38</sup>. Além disso, com a inflação acima de 6% e o Banco Central aumentando os juros em 2013, somado à subida de preço dos transportes públicos em SP e RJ, começaram vários movimentos contra a qualidade dos serviços públicos, a queda da

---

lado obscuro do fenômeno do lulismo. Oliveira (2018) acredita que as ações do governo Lula foram o oposto do que poderia ser considerado uma hegemonia (no sentido *gramsciano* do conceito). Enquanto a hegemonia em Marx e Engels seria formada a partir da força mais o consentimento, a hegemonia às avessas do governo Lula parecem possuir apenas o consentimento, já que os supostamente dominados (na figura do PT) tornam-se dominadores, mantendo a lógica dos interesses do capitalismo financeiro, mas promovendo políticas de caráter social compensatórias à exploração capitalista (como o Bolsa-Família).

38 Bastos (2017) acredita que a intenção do governo Dilma era de aproximar a burguesia bancária do governo, para impedir a formação de uma unidade entre as direitas, uma vez que não é possível para um governo de esquerda governar o capitalismo em oposição a uma elite unificada, seria necessário dividir tal elite.



economia e a ineficiência do governo. Esses processos, com ajuda da imprensa<sup>39</sup>, se transformaram em movimentos opositores ao próprio governo, resultando numa grande queda de popularidade da presidenta e abrindo caminho para uma ofensiva contra o governo, que tomou forma com o Golpe de Estado em 2016, articulado pelas classes dominantes brasileiras, o capital financeiro internacional, os veículos de mídia hegemônicos (associados à burguesia), partidos opositores e inclusive o próprio vice-presidente, Michel Temer<sup>40</sup>.

Logo que Michel Temer assumiu o cargo, foram votadas e aprovadas reformas de cunho neoliberal: corte de gastos públicos por 20 anos, Reforma Trabalhista (cortando direitos) e Reforma da Previdência. Todas essas reformas destinadas a gerar lucros para o pagamento da dívida pública. As reformas trazidas por Temer acabaram por trazer um crescimento econômico pífio, e todos os processos que buscavam investigar a ligação de Temer com casos de corrupção foram detidos pela Câmara, que votou a favor do presidente em todas elas (ANDERSON, 2020).

Com a subida de Jair Bolsonaro, figura de extrema-direita, ao poder nas eleições de 2018<sup>41</sup>, aprofundaram-se as reformas neoliberais, tendo o governo Bolsonaro como Ministro da Economia Paulo Guedes, que havia trabalhado no Chile de Augusto Pinochet e que, ao voltar ao Brasil, teve atuação no mercado financeiro, um ultraliberal a serviço do processo de valorização do capital e de sua expansão.

À luz das análises sobre o contexto político e econômico brasileiro, podemos evidenciar que mesmo durante os governos petistas (2003-2016) a precarização estrutural do trabalho, vinculada ao grande desenvolvimento técnico que objetiva a valorização do valor (ANTUNES, 2018), tem se consolidado. Nesse sentido é que a crítica fundamental de Oliveira (2018) ao PT é que o partido, ao assumir o governo,

---

39 A partir de 2014 a atuação da imprensa se intensificou, passando a divulgar exaustivamente as ações da operação Lava Jato, as prisões de empresários e políticos, e atacando o governo.

40 Tão logo assumiu o cargo, Temer montou uma coalizão entre PMDB, PSDB, PP e partidos menores para aprovar políticas pró-mercado e de corte de gastos públicos, atendendo às necessidades impostas pelo capital internacional e classes dominantes associadas a ele e expressas no documento *Uma ponte para o futuro* (BOITO JR., 2017; PAULANI, 2017).

41 Mesmo após o golpe contra Dilma, a ofensiva neoliberal não cessou fogo. A Operação Lava Jato, capitaneada por Sergio Moro e exaustivamente defendida na imprensa corporativa, pautou-se na perseguição à Lula com o objetivo de impedir seu retorno à disputa presidencial em 2018. Em meio aos constantes casos de corrupção divulgados pela imprensa e sua narrativa de “combate à corrupção”, os principais partidos brasileiros perderam força e cresceu a figura de Jair Bolsonaro que - sob um discurso antipetista e supostamente de fora da política tradicional (ainda que sendo político profissional há décadas), amparado por uma avalanche de *fake news* e pela prisão de Lula (o favorito ao pleito e impedido de disputá-la) - foi eleito.

atendeu aos interesses do capitalismo global, o que pode ser observado na crescente precarização do trabalho, nas desregulações e na exploração cada vez maior do trabalho assalariado. Um país periférico inserido em um jogo global de competição entre os comandantes do capital financeiro.

Com o golpe de 2016, a ofensiva neoliberal se consolidou no Brasil, através das reformas promovidas pelo governo Temer em consonância com o capital financeiro. Após a crise de 2007-2008, como lembra Alves (2018), tornou-se essencial para o capital o aumento da taxa de exploração da força de trabalho ou redução do custo de trabalho, as reformas foram impostas justamente nessa intenção.

Diante da realidade concreta, Alves (2018) aponta uma tendência de desenvolvimento do novo (e precário) mundo do trabalho na década de 2020. Isso a partir do aprofundamento do trabalho flexível, consolidando a *nova precariedade salarial*, que envolve novas formas de contratação precária, novas formas de organização da jornada de trabalho, de gestão e controle do trabalho através do *toyotismo*, novos modos de remuneração salarial e expansão de uma nova base técnica informacional-digital nos espaços de trabalho.

Assim, intensificam-se no mundo, e também no Brasil, as novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, aliadas ao desenvolvimento tecnológico. Amplia-se assim, em escala planetária, a imposição de formas de trabalho flexível e precarizado no intuito de garantir a reprodução ampliada do capital e sua valorização. E, dentro desse contexto, os próprios imigrantes constituem-se enquanto um novo polo de destaque do novo proletariado global, como bem salienta Antunes (2018, p. 89) sobre “os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios, ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados em escala planetária”. O que vemos, nessa tomada, é uma mobilização de força de trabalho imigrante – ainda mais precarizada – que atende à necessidade do capital de se valorizar.

É nesse contexto histórico e geográfico da realidade concreta que os movimentos migratórios, enquanto mobilidade espacial da força de trabalho – como nos lembra Gaudemar (1977) – se complexificam e se expressam em diferentes modalidades de movimentos de migração. Entre tais modalidades, Baeninger (2018) destaca as

*migrações sul-sul, migrações transnacionais de refúgio e migrações transnacionais fronteiriças.*

Embora se expressem em diferentes formas e identificadas sob diferentes definições (migração de crise, migração econômica, migração política), devemos entender que não se pode explicar tais formas de mobilidade a partir de si mesmas, autonomizando suas causas e buscando uma explicação específica para cada uma delas (como as abordagens clássicas e neoclássicas fariam). Devemos compreender, nesse sentido, que essas modalidades são manifestações da mobilização espacial das forças de trabalho para atender à necessidade de exploração da mais-valia e de acumulação do capital. Baeninger (2018) destaca que o Sul Global tem passado por um crescimento de sua importância no cenário das migrações internacionais no Século XXI.

Em um mundo regido pela expansão do processo de valorização capitalista, a crise global dos refugiados tem se expressado com cada vez mais intensidade nos países periféricos em relação aos ricos. Como aponta Souza (2015), mais de 14 milhões de refugiados se dirigiram, em 2015, para países da África Subsaariana e Oriente Médio, enquanto menos de um milhão pediram refúgio na Europa no mesmo ano. Em meio a contextos permeados por guerras, desigualdade e pobreza, os países periféricos são os que mais recebem refugiados e os que mais sofrem com os problemas econômicos reproduzidos pelo capitalismo. Esses territórios ao mesmo tempo enfrentam guerras e crises de toda ordem que levam pessoas a emigrar como também recebem refugiados e migrantes de outros países que também encaram estes problemas.

Neste ponto, é interessante trazer uma crítica à abordagem histórico-estrutural e sobretudo à ideia defendida por Singer (1980) de que os fluxos migratórios – originados em espaços onde haveriam forças de expulsão – se destinam para áreas que apresentam forças de atração. Ora, se seguirmos o que essa perspectiva defende, como então explicar o fato trazido acima, de que os refugiados de países da periferia se destinam, em sua maioria, para países também da periferia? Podemos ainda nos lembrar aqui da crítica a essa abordagem, desenvolvida por autores como Vainer (1998) e Oliveira (2011), que defendem que a visão histórico-estrutural não leva em conta os aspectos da coerção e da política para compreender as migrações. Estes aspectos, a nosso ver, diferentemente do que a perspectiva histórico-estrutural entende, são vitais para poder se analisar os movimentos migratórios, eles têm desempenhado um papel fundamental dentro dos processos migratórios, tanto aqueles processos do passado (como analisamos

no caso brasileiro anteriormente) como os da atualidade, e especificamente de nosso objeto de estudo, a Venezuela.

Além disso, evidencia-se no atual momento histórico tanto o endurecimento das políticas migratórias nos territórios centrais do capitalismo (sobretudo à entrada de indocumentados e pobres de países periféricos) como o crescimento dos serviços e das cidades globais (muitas no Sul), aumentando a atratividade desses territórios para a imigração internacional, inclusive de trabalhadores com conhecimento técnico de áreas específicas para atuar em setores financeiros e de outros serviços. Apesar disso, cresce também uma esfera econômica de empregos precários e de baixa qualificação, para onde são destinados imigrantes pobres (VILLEN, 2012 *apud* SILVA, 2018).

O Brasil se coloca, nesse contexto, como destino de migração de duas demandas: de imigrantes qualificados de países do norte e sul global, mas também de imigrantes pobres direcionados ao trabalho precário, sobretudo advindos da América Latina. Essa dinâmica migratória se mostra predominante desde fins do século XX e nas primeiras décadas do século atual (SILVA, 2018). Podemos destacar, como veremos no próximo capítulo, que a imigração venezuelana recente tem apresentado, ao mesmo tempo, imigrantes qualificados e imigrantes não-qualificados, destinados principalmente ao trabalho precário. Analisaremos melhor esse contexto no capítulo subsequente.

Nesse sentido é que esses novos movimentos migratórios ganham força e emergem no Brasil, sendo identificados por Magalhães, Bógus e Baeninger (2018) como *migrações sul-sul*. Destacam-se entre eles os de bolivianos, senegaleses, peruanos, chineses, haitianos e venezuelanos.

De maneira geral, e com base no anteriormente exposto, também devemos lembrar que pode ser observado nesse novo contexto um paradoxo da globalização, evidenciado por John Smith (2020, p. 34): “um mundo sem fronteiras para tudo e todos, exceto para os trabalhadores”. Assim, o que se vivencia é uma globalização em que, ainda mais intensamente em relação aos estágios anteriores da evolução imperialista do capitalismo, impera a mobilidade do capital e crescem as restrições fronteiriças à mobilidade dos trabalhadores, com a militarização e securitização das fronteiras e a xenofobia (SMITH, 2020). Ao mesmo tempo, novas situações de mobilidade humana emergem e também se fortalece a criminalização das pessoas que migram (ROSSA; MENEZES, 2018).

Além disso, com base em autores como Rossa e Menezes (2018), podemos observar que o papel do Estado no reconhecimento e proteção aos imigrantes tem se baseado menos em fundamentos jurídicos e mais em critérios políticos. Ou seja, a esfera política influencia as políticas migratórias como também o processo de refúgio. Angola, Bangladesh e Haiti são exemplos usados pelas autoras de que o Estado pode caracterizar alguns imigrantes como refugiados e outros não. É possível conectarmos isso com o fato de o Brasil (através do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE) ter passado a reconhecer em maior quantidade os imigrantes venezuelanos como refugiados a partir de 2019, algo que exprime os fatores políticos dessa decisão pelo fato de Nicolas Maduro ser adversário político de ambos os presidentes que governaram o Brasil após o golpe de 2016, Michel Temer e Jair Bolsonaro, este que polarizou ainda mais o discurso contrário ao presidente venezuelano, como veremos mais à frente.

Diante do que anteriormente já destacamos, para que seja possível compreender melhor o processo migratório venezuelano para o Brasil, as mudanças pelas quais ele passa, como se expressa em diferentes movimentos e dinâmicas e como estabelece mediações com a realidade concreta do capitalismo em seu processo de expansão territorial, acreditamos ser imprescindível uma análise e reflexão sobre a Venezuela, permeando os contextos geográfico, histórico, econômico e geopolítico de seu processo de desenvolvimento capitalista dependente à produção do petróleo.

## **5. O PROCESSO MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA O BRASIL**

Neste capítulo objetivamos analisar o recente processo migratório venezuelano para o Brasil e as diferentes contradições que abarcam esse processo de mobilização espacial da força de trabalho venezuelana através de uma perspectiva calcada no marxismo, sobretudo através do conceito de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977) e trabalhado nos primeiros capítulos da presente pesquisa.

Inicialmente, partimos de uma análise crítica sobre a Venezuela, abordando os contextos geográfico, histórico, econômico e geopolítico de seu processo de desenvolvimento capitalista dependente à produção do petróleo. Nosso foco se dará no período recente, sobretudo nos governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (desde 2013), nos quais analisaremos a ofensiva imperialista do capital, comandada pelos Estados Unidos, sobre o território venezuelano e que tem, associada a outros fatores, levado a uma desenfreada crise econômica e política sobre este país e que guarda fortes relações com o crescimento abrupto e recente do movimento migratório venezuelano para outros territórios.

Finalmente, realizaremos uma análise do recente processo migratório venezuelano para o Brasil, abarcando os diferentes elementos, dinâmicas e contradições que compõem esse complexo fenômeno, como as mudanças no perfil socioeconômico dos imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, a gestão do Estado brasileiro sobre a migração e os aspectos geopolíticos associados à mesma, a xenofobia e preconceito em relação aos imigrantes, e a problemática do refúgio e seus aspectos geopolíticos, sem a pretensão de esgotar tal discussão e reiterando a necessidade de um maior aprofundamento da reflexão sobre cada um desses aspectos e as contradições que os mesmos exprimem.

### **5.1. Venezuela: Dependência econômica do petróleo, geopolítica e crise**

#### **5.1.1. Economia petrolífera: do *Punto Fijo* ao governo Hugo Chávez**

Segundo O'Connor (1964), antes do descobrimento de petróleo no Lago Maracaibo, em 1917, a Venezuela era um país com 2 milhões de habitantes e possuía uma economia quase feudal, produzindo café, cacau e gado, com pouco dinamismo na atividade exportadora de bens primários, diferentemente de outros países sul-americanos. Até 1917, a Venezuela possuía 85% de sua população vivendo no campo e poucas cidades existiam. A mudança, segundo Santos (2018), se dá a partir do descobrimento de petróleo nesse território em 1917, e em apenas nove anos, em 1926, tal item se tornou o principal produto de exportação do país, com uma receita que crescera de 6 milhões de bolívares em 1924 para 300 milhões em 1930.

Dentro de um contexto histórico do capitalismo em sua expansão imperialista, o território venezuelano não fugiu à regra do domínio capitalista, e a política e economia venezuelanas foram totalmente controladas pelos interesses de valorização do capital. Nessa tomada, Silva (2016) aponta o papel dos principais países do centro capitalista no sentido de garantir a entrada de investimentos em territórios de grande produção de petróleo, bem como de fazer os países petroleiros permitirem uma atuação dos países imperialistas em suas políticas internas, constituindo a Venezuela um desses territórios:

Governantes venezuelanos administravam internamente o país com objetivos de criar condições satisfatórias à exploração petrolífera, mesmo que estas situações representassem o combate interno das liberdades, a despreocupação com ganho social e um aparelhamento militar do Estado (SILVA, 2016, p. 35).

Juan Vicente Gómez, ditador que governou a Venezuela entre 1908 e 1935 (quando morreu), foi alçado ao cargo de presidente após um golpe militar promovido pelos Estados Unidos, e concedeu a exploração do petróleo – através da Corporación Venezolana de Petróleo (CVP) – a pessoas próximas que renegociavam com empresas transnacionais, notadamente Standard Oil e Shell, que juntas controlavam 85% dessa atividade ao final dos anos 1930 (SANTOS, 2018). Os donos do petróleo, Standard Oil, como apontou O'Connor (1964), apresentavam na época um poder político sobre o país maior que os próprios governos, e dentro de seus conselhos administrativos não existia um único venezuelano. A soberania nacional, quase nula, exprimiu o forte imperialismo promovido pelas companhias norte-americanas nesse território.

A riqueza produzida nos campos de petróleo, dessa forma, não significava a repartição desses lucros. Enquanto a cidade de Maracaibo (capital do petróleo)

apresentava um crescimento econômico surreal, o interior venezuelano, onde vivia dois terços da população do país, em sua maioria vivendo de subsistência no campo, era um território marcado pela desigualdade na distribuição de terras, com apenas 10% de toda a população rural possuindo a posse de sua terra, enquanto mais de  $\frac{3}{4}$  das terras eram de posse de 4% da população rural. Essa Venezuela “real” como destaca O’Connor, existiu desde antes da descoberta do petróleo, e mesmo depois do crescimento econômico promovido por essa produção, persistia (O’CONNOR, 1964). Cunill Grau (1988, p. 89) observa que:

La explotación del petróleo a gran escala incentivó, a partir de 1922, grandes cambios espaciales, al iniciar una contrastada geografía del poblamiento manifestada en el dualismo entre los paisajes urbano-petroleros, con fuerte influencia de los estilos de vida introducidos por las compañías anglohollandesas y norte-americanas, y los paisajes rurales.

A atividade petrolífera e sua receita levaram, conforme Santos (2018), a uma valorização da moeda nacional, o bolívar, que elevou o preço dos gêneros agrícolas exportáveis e que, no contexto de recessão econômica do entre guerras, tornou a Venezuela uma importadora de alimentos, o que por sua vez conferiu a um processo de migração do campo para as áreas urbanas – uma mobilização espacial da força de trabalho. Tais fatos mostram, segundo Santos (2018), uma face de um processo determinante na constituição da Venezuela contemporânea: “o esvaziamento das atividades produtivas como desdobramento do modo como a receita do petróleo impactou as relações sociais legadas pela formação histórica do país” (SANTOS, 2018, p. 34), o que levou a uma situação que Celso Furtado (2008) caracterizou como “subdesenvolvimento com abundância de divisas”.

Com a importância da produção do petróleo, a construção da identidade de nação venezuelana esteve fortemente ligada ao petróleo, o que levou a consolidação de uma identidade nacional fortemente imbricada a essa atividade econômica. Não à toa, a expressão “Semear o petróleo” tornou-se uma das mais conhecidas da Venezuela contemporânea (SANTOS, 2018).

O petróleo esteve também fortemente ligado, contudo, aos diversos conflitos políticos e entre as classes dominantes na história venezuelana, tendo o período que vai da morte do ditador Gómez, em 1935, até a formação do Pacto de *Punto Fijo*, em 1958, sido marcado por diversos golpes de Estado pelo controle das rendas advindas da



produção de petróleo, visada pelos vários setores da classe dominante venezuelana (SANTOS, 2018). Nessa tomada, Silva (2016) observa que as políticas de Estado da Venezuela estabeleceram historicamente uma forte relação com os grupos que detiveram o poder, mesmo em caminhos opostos, como de Medina (1941-1945), Betancourt (1959-1964) e Hugo Chávez:

Deste modo, é perceptível no governo gomecista uma ditadura petroleira com forte liberação normativa. Em Medina, uma política de ordenação e unificação de leis tributárias sobre esta renda e implemento de refinarias. O acordo AD-COPEI, iniciado com Betancourt, procurou uma democracia aparente, liberalizante em termos de padrões normativos e inserida na acumulação do capital internacional e na exploração do produto. Entretanto, a tecnocracia de 1958-1998 não possuía como prioridade a participação da nação nas decisões sobre concessões ou política do petróleo. Aponta para um norte de que a posse destas decisões controlaria a nação politicamente (SILVA, 2016, p. 19).

É nesse sentido que Santos (2018) aponta que o padrão de luta de classes na Venezuela se baseia na disputa pelo Estado e pela forma com a qual o mesmo distribui a receita do petróleo, é assim caracterizada pelo rentismo petroleiro. Essa distribuição, obviamente, historicamente se deu de maneira desigual entre os diferentes estratos da sociedade.

Além disso, uma vez que há pouca produção interna de bens de consumo e baixa diversidade produtiva, o padrão de consumo venezuelano historicamente se baseou sobretudo na importação de bens. Assim como a burguesia nacional se constituiu sobretudo através do comércio, e não da produção.

Com um capitalismo historicamente baseado no tripé renda do petróleo/importação/latifúndio improdutivo (SANTOS, 2020), a produção petrolífera levou a constituição de uma burguesia rentista que vivia com base nos percentuais repassados pelas multinacionais petrolíferas e do aluguel de propriedades, uma classe média incipiente e alinhada à burguesia, e um proletariado urbano, pequenos e médios proprietários rurais e pescadores da costa caribenha, com embates de classes intensos e sindicatos e organizações políticas frequentemente perseguidas.

O Pacto de *Punto Fijo*, selado em 1958, significou a costura da divisão do aparelho de Estado entre os dois principais setores da ordem burguesa: O *Acción Democrática* (AD, fundado em 1941 e de inspiração social-democrata) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI, criado em 1946 e de

fundamentação democrata-cristã). Com essa ordem, os dois partidos passaram a se revezar no poder, enquanto as Forças Armadas foram atreladas aos privilégios petroleiros, os sindicatos foram controlados pelo AD e os comunistas e dissidentes, reprimidos. Apesar disso, Edgardo Lander aponta que ao mesmo tempo em que o *Punto Fijo* buscou não contrariar as classes dominantes, garantiu algumas demandas das classes populares, e isso pôde ocorrer principalmente em decorrência do excedente gerado pela economia do petróleo (LANDER, 2005, *apud* SILVA, 2016).

Algumas características essenciais desse período foram as políticas industriais, com formação de monopólios empresariais e latifúndios. A migração de mão-de-obra do campo para as cidades foi um reflexo dessas políticas (SILVA, 2016), como também ocorrera em território brasileiro, o que nos permite visualizar um processo de mobilização da força de trabalho intrinsecamente ligado à expansão urbana e a apropriação de terras. Como bem evidencia Cunill Grau (1988, p. 88): “Se acentuó el papel del poblamiento centralizado en Caracas y hacia otras ciudades, que comienzan a crecer por inmigraciones internas rurales”. Tais migrações, segundo o autor, deram-se sobretudo pelo fato de tais centros urbanos (favorecidos pela produção petrolífera) oferecerem melhores condições de trabalho para a força de trabalho imigrante vinda do campo.

Na geopolítica, esse pacto aproximou-se dos interesses dos Estados Unidos, através da Doutrina Betancourt, formulada no ano seguinte ao pacto pelo então presidente Rómulo Betancourt. Apesar da narrativa de uma democracia consolidada com esse pacto, a mesma mostrou-se pouco efetiva e muito mais alinhada ao rentismo petroleiro. Tal economia rentista mostrou-se totalmente imbricada em todas as esferas da sociedade venezuelana (TINKER SALAS, 2014).

A criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1960, foi um dos processos expressos nesse período. Venezuela, Arábia Saudita, Iraque, Irã e Kuwait foram os países a formar tal aliança, que buscou mecanismos de salvaguarda aos interesses dos países produtores e também a organização de políticas comuns entre eles (SILVA, 2016).

Em 1973, em um cenário de crise global do capitalismo, que segundo Mandel (1990) consistiu em uma crise de superacumulação – derivada do volume de excedentes produzidos e não simplesmente do petróleo – o preço do petróleo triplicou no mercado

internacional, possibilitando um fluxo crescente aos países produtores, tendo a Venezuela conseguido um grande crescimento de recursos financeiros, como afirma Silva (2016).

A grande entrada de recursos e investimentos no país na década de 1970 promoveu duas conjunturas, segundo Silva (2016): uma entrada de dólares que valorizou a moeda e encareceu o custo de produção, e uma acentuada discrepância entre a massa salarial nas atividades petrolíferas e a de outros setores. Com o aumento do bolívar, cresceu o poder de compra dessa moeda, o que possibilitou uma importação a preços mais baixos, em especial no setor de alimentos.

Conforme Furtado (2008, *apud* Silva, 2016), no ano de 1972, 40% do total de bens disponíveis ao consumo eram importados, e seria necessário um grande investimento de modernização para que as produções nacionais fossem competitivas com as internacionais, investimento esse concentrado na indústria do petróleo. Nesse sentido é que Santos (2018) aponta a difusão de um padrão de consumo de produtos importados e crescente endividamento público baseado na certeza de receitas futuras – através do petróleo – por parte do Estado.

Além disso, embora houvesse uma grande abundância de recursos não-renováveis (hidrocarbonetos), havia pouca quantidade de recursos renováveis (pecuária, solos bons para agricultura), e a absorção de tecnologias focou-se quase totalmente na produção do petróleo, deixando as demais áreas com poucas condições tecnológicas. A estrutura social do país, nesse sentido, pouco mudou mesmo com a grande entrada de recursos decorrentes do petróleo, em especial no longo prazo (SILVA, 2016).

Criada em 1975, a Petróleos de Venezuela (PDVSA)<sup>42</sup>, de início apenas nacionalizou o capital das empresas transnacionais, enquanto manteve o controle das mesmas sobre sua dimensão comercial, atrelada aos interesses mercantis e pouco alinhadas ao controle do Estado. Isso fez a PDVSA se consolidar como um “Estado

---

42 Com o vencimento das concessões de exploração às empresas estrangeiras em 1973, o governo venezuelano analisou qual seria a melhor opção: manter o sistema de concessões ou nacionalizar o petróleo, pagando indenizações de contrato às empresas transnacionais? A decisão venezuelana foi tomar uma posição intermediária em relação à nacionalização, buscando firmar convênios de associação com empresas privadas, mas com controle pelo Estado. A intenção do governo era não causar transtornos à atividade petrolífera e manter os níveis de eficiência, assim várias das empresas concessionárias antes privadas tornaram-se filiais (Creole → Lagoven, Shell → Maroven, Mobil → Llanoven), formando 14 filiais. Foi nesse contexto que a PDVSA foi fundada.

dentro do Estado” nas décadas seguintes, o que se aprofundou com as políticas de abertura petroléira na década de 1990 (SILVA, 2016; SANTOS, 2018).

A nacionalização do petróleo, ademais, não significou uma aplicação dos montantes de recursos em políticas vitais para o desenvolvimento interno (indústria, distribuição de renda, serviços). Nem mesmo aplicação na agricultura, que poderia trazer emprego a uma massa de trabalhadores que demandavam ocupação. Tornando-se bastante independente do Estado em razão de suas formas de planificação, a PDVSA buscou mais aumentar sua taxa de lucro do que propriamente devolver para a população a renda obtida na atividade petrolífera. A própria Venezuela, nesse sentido, acabou por abrir mão da oportunidade de realizar transformações internas com a renda do petróleo obtida na década de 1970 (SILVA, 2016).

Na década de 1980, com a queda do preço internacional do petróleo e a crise da dívida, a Venezuela perdeu grande quantidade de divisas, que levaram o país ao neoliberalismo. A desvalorização do bolívar, em 1983, foi um dos primeiros sintomas da crise. O primeiro pacote de medidas neoliberais foi imposto em 1984 pelo governo Lusinchi. Contudo, foi durante o governo de Andrés Pérez, entre 1989 e 1993, que se deu o estopim do *Caracazo*, sobretudo em decorrência da subida do preço da gasolina que impactou os preços dos transportes públicos, dentro de um conjunto de políticas de ajuste fiscal tomadas por Pérez (decorrente dos empréstimos do FMI) que incluíram corte de investimentos públicos e reestruturação produtiva baseada no neoliberalismo, em um período em que mais da metade das receitas do petróleo eram destinadas ao pagamento de credores (LÓPEZ MAYA, 2016; SANTOS, 2018).

O *Caracazo* significou um enfraquecimento de um Estado promotor de políticas neoliberais, que impactaram a classe trabalhadora, fizeram crescer as taxas de desemprego e informalidade, cortaram direitos e diminuíram o poder de compra da população, além da inflação (MARINGONI, 2009; SILVA, 2016). Entre 1980 e 1997, triplicaram as porcentagens referentes a famílias em situação de pobreza e também de extrema pobreza. Ao mesmo tempo, a PDVSA atuava cada vez mais no sentido de se distanciar do Estado venezuelano e se aproximar de investidores privados, formando um período de *apertura petrolera* ao longo da década de 1990.

Foi nesse contexto que Hugo Chávez tentou um golpe de Estado em 1992 e mais tarde, em 1998, venceu as eleições em que, depois de 40 anos, os dois partidos da ordem do *Punto Fijo* – AD e Copei, se coligaram em oposição à Chávez (SANTOS, 2018).

Hugo Chávez foi eleito presidente em dezembro de 1998, trazendo um discurso de superação da conciliação do *Punto Fijo*, feita pelas elites e representada nos partidos e políticos tradicionais. Chávez buscava superar os acordos econômicos e atingir uma integração econômica, política, social e cultural com os demais países da América Latina. A revolução bolivariana que defendia tinha esse sentido como base - trazer uma maior participação popular e soberania dos países latino-americanos, com base principalmente nas ideias de Simón Bolívar. Eram justamente a questão social e a integração os dois principais elementos que seu governo buscava assegurar (SILVA, 2016).

Colocada a necessidade de uma nova Constituição para substituir a ordem *puntofijista*, Chávez promoveu um plebiscito objetivando formar uma nova assembleia constituinte para elaborar a nova Constituição. Com o plebiscito favorável à ideia do governo chavista, foram realizadas eleições para a Assembleia, em que o Polo Patriótico, formado por partidos associados à Chávez, conseguiu 119 das 131 cadeiras da Assembleia, e aprovou, com 71% dos votos favoráveis, a nova Constituição. Com a nova Carta Magna, o país passou a se chamar “República Bolivariana da Venezuela” e adotou os poderes “cidadão” e “eleitoral”, ampliou direitos humanos e também assinalou várias formas de democracia direta (MARINGONI, 2009; SANTOS, 2018).

O conflito de classes foi evidente durante todo o governo Chávez, e o que mais desagradou a classe dominante e a oposição, como apontam Maringoni (2009) e Santos (2018), foram as *Leis Habilitantes*<sup>43</sup> do governo, e entre elas a Lei dos Hidrocarbonetos, na qual os ganhos da produção petrolífera reapropriados seriam destinados a políticas públicas. O golpe de Estado da oposição, tentado em 2002 (com apoio da mídia) foi decorrente desse desagradado, assim como o locaute (*paro petrolero*) da PDVSA em 2003, no qual as exportações de petróleo foram interrompidas.

---

43 Silva (2016) aponta que as 49 Leis Habilitantes buscaram assegurar uma maior participação estatal na economia venezuelana. Tais leis, segundo Maringoni (2009) se assemelham às medidas provisórias do Brasil. Além da Lei dos Hidrocarbonetos, outras medidas de destaque foram a Lei de Terras e a Lei de Pesca.

Após o fim desse locaute, o governo promoveu demissões em massa na PDVSA e aprofundou as políticas sociais, principalmente as denominadas *misiones*<sup>44</sup>, garantindo ganhos para as classes populares e formando uma base de apoio popular. A vitória de Chávez contra os golpistas se deu em um contexto de ascensão de forças democráticas em outros países da região, como Lula no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina, o que conferiu a um crescimento de popularidade das medidas progressistas.

Internamente, Chávez também promoveu medidas de estatização de empresas e de incentivos a empresários locais e formas cooperativas de produção rural e urbana. Além disso, também investiu em programas de habitação, de educação, de saúde popular entre outros.

Internacionalmente, a Venezuela buscou formas de integração com outras economias latino-americanas, tanto através de alianças como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – ALBA (criada em 2004), como a integração ao Mercosul em 2006. Também estreitou relações com governos como do Irã, Rússia, China entre outros.

Analisada com maior profundidade por Silva (2016), a política referente ao petróleo passou por mudanças nos governos bolivarianos. Chávez, desde o período de eleição, defendia uma mudança na forma como o Estado utilizava o petróleo, esclarecendo que iria contra as práticas de ordem neoliberal presentes no período da *apertura petrolera*. A primeira medida esteve presente na Constituição de 1999, que garantiu a posse da PDVSA e suas reservas pelo Estado venezuelano<sup>45</sup>, no entanto as parcerias com empresas filiais e estrangeiras permaneceu.

As medidas bem-sucedidas do governo Chávez, ancoradas pela bonança das *commodities* na segunda metade da década de 2000<sup>46</sup>, levaram o país a registrar grandes

44 As *misiones* tiveram três objetivos centrais: corrigir a injusta distribuição de renda e riqueza; superar o discriminatório acesso aos direitos humanos fundamentais (saúde, educação, alimentação); procurar o desenvolvimento de uma cidadania plena, sobretudo através de atitudes participativas e democráticas (LÓPEZ MAYA, 2005). Entre as principais *misiones*, destacam-se a *Barrio Adentro* e as Educacionais (*Robinson I e II, Ribas e Sucre*), melhores analisadas por Silva (2016).

45 As mudanças trazidas pela Lei dos Hidrocarbonetos - com uma série de regulações que incluem normativas, de propriedade, de aplicação em políticas sociais, garantia de poder regulador por parte do Estado e também da forma de captação fiscal da produção - alteraram a estrutura de fonte de renda, da sua arrecadação e de sua coordenação enquanto atividade, impactando setores da burguesia do petróleo e “iniciando uma etapa acirrada de luta hegemônica e de confrontação social” (SILVA, 2016, p. 78).

46 Maringoni (2009) relembra que o período 2004-2008 foi de grande força para as *commodities* e produtos primários no geral, com crescimento no PIB de vários países latino-americanos produtores desses gêneros (a Venezuela apresentou 8% de aumento ao ano a partir de 2005), que com maiores entradas de capital conseguiram investir em programas sociais e melhorar consideravelmente a situação

avanços em diversas áreas, com queda da pobreza e da extrema pobreza, crescimento econômico, queda da desigualdade, crescimento do número de pessoas escolarizadas, queda do desemprego, crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre outros. Maringoni (2009) destaca que de 2004 a 2007, o PIB da Venezuela cresceu em uma taxa de quase 10% ao ano, em razão principalmente pelo aumento do preço do petróleo internacionalmente.

Além disso, López Maya (2016) salienta que em 2011, a pobreza e pobreza absoluta haviam caído pela metade do que eram em 1998 (27,1%), e o índice de Gini também apontava uma grande queda da desigualdade no país, cresceram o emprego formal, o acesso à educação e foi reduzida por lei a jornada de trabalho. Houve também crescimento dos empregos públicos (que duplicaram) e de funcionários públicos na PDVSA (triplicaram).

Contudo, problemas como a dependência ao petróleo, criminalidade, corrupção, ineficiência estatal, cultura rentista, baixa soberania alimentar e padrão de consumo baseado na importação persistiram no país (SANTOS, 2018).

Devido à alta dependência da Venezuela de sua produção de petróleo, os momentos de baixas nos preços do produto refletem em prolongadas crises econômicas, sociais e políticas, como visto nas décadas de 1980 e 1990 (MARINGONI, 2009). Assim também é possível observar na década de 2010. Um aspecto que se soma ao problema da dependência é que, de maneira geral, mesmo os setores primários sendo os que produzem produtos de menor valor agregado, eles impõem sua dinâmica sobre o câmbio, uma vez que são muito importantes na pauta de exportações dos países não industrializados. E como destaca Maringoni (2009), evocando o pensamento de Bresser Pereira, a economia do petróleo, por empregar pouca mão-de-obra e inviabilizar o restante da economia de bens comercializáveis, traz efeitos desastrosos para a economia do país.

Fortemente vulnerável às baixas e altas cíclicas das cotações internacionais do petróleo, e também com dificuldades para desenvolver outras atividades que diversifiquem sua economia, a Venezuela historicamente não tem encontrado meios de diminuir sua dependência ao petróleo, como destaca Maringoni (2009), com base no historiador John Lombardi (2003):

---

socio-econômica, ainda que não tendo rompido com as amarras da economia capitalista.

Em uma dinâmica quase desesperada, o governo apoia o ciclo de exportação (dependente do petróleo), a fim de gerar entradas suficientes para fazer funcionar sua burocracia e, com o excedente, tenta melhorar a sociedade e diversificar sua pauta de exportações. A economia de extração (petroleira) o ata quase por completo aos preços do mercado de exportação, e estes flutuam em ciclos de curto prazo. Consequentemente, o governo tem pouco tempo para atuar antes que os preços caiam e tenha início um novo ciclo. Muitas vezes, solicita empréstimos para prolongar ou acelerar o desenvolvimento e, ao fazê-lo, se torna ainda mais dependente da economia de extração para gerar fundos que lhe permitam pagar a dívida do país (LOMBARDI, 2003 *apud* MARINGONI, 2009, p. 152).

Além disso, a dependência ao petróleo, conforme Santos (2018), vai além da seara econômica apenas, mas se expressa nas relações sociais do país, subsumidas ao rentismo petroleiro, como pode ser observado no já mencionado padrão de consumo baseado nas importações e subsídios estatais. Estas relações sociais têm origens, segundo o mesmo, no período colonial.

O objetivo de Chávez com o petróleo era utilizar a “principal fonte de recursos a partir de políticas para modificar o sistema econômico de capitalista exportador de um só produto, para um diversificado, participativo, de fácil acesso aos meios de produção, e por fim, socialista” (SILVA, 2016, p. 146). Chávez já trazia em seu discurso a necessidade de se superar o modelo monoexportador de petróleo, embora ainda não tivesse um plano estruturado para se realizar essa mudança. Como destaca Silva, uma contradição que se apresenta na realidade venezuelana e de sua economia:

Como mencionamos anteriormente, a renda petroleira significava uma fonte para as transformações ambicionadas pelo governo, mas significava concomitantemente uma força de inércia que dificultava uma divisão entre outros setores de promover uma pujança econômica. Portanto, à medida que aumentava o volume de recurso, o petróleo abrangia cada vez mais as forças produtivas impedindo às outras atividades uma importância como a sua (SILVA, 2016, p. 146).

Nesse sentido é que Santos (2018) afirma que a superação da dependência da renda petroleira é uma condição para que a Venezuela tome controle sobre seu próprio destino, uma premissa da Revolução. A renda do petróleo, dessa forma, “é a expressão venezuelana do problema da dependência, que é indissociável do padrão de luta de classes que reproduz o subdesenvolvimento” (SANTOS, 2018, p. 56) – ancorado aqui em Florestan Fernandes. Assim, pode-se afirmar que a luta de classes nesse país tem como uma de suas características principais a dependência do petróleo.



Sobre a luta de classes na Venezuela, Mendes (2012) realiza uma análise deveras interessante. O governo chavista, desde seu início, tem tentado constituir uma hegemonia das classes subalternas, superando a democracia pactuada do *Punto Fijo*. Essa luta por uma hegemonia persiste até os dias atuais, em que o governo Maduro tem tentado resistir à força dos movimentos pró-golpe.

A oposição, bastante heterogênea (mais do que os apoiadores do governo), não possui um partido ou político que lidere as atenções, mas várias lideranças isoladas. A elite econômica e uma boa parte da classe média, no período Chávez, formavam a oposição, e tinham como apoiador externo o governo George Bush. A mídia privada, de posse dos grupos econômicos pró-mercado, constantemente atacava Chávez, o denominando como ditador e com ideologia ultrapassada, a base para as críticas da imprensa se respaldava na evocação do imaginário do período de democracia venezuelana baseada no nacional-desenvolvimentismo, na década de 1970<sup>47</sup>. A suposta ineficiência e burocracia do governo, bem como as aspirações ditatoriais de Chávez, eram o fundamento das críticas feitas pela imprensa oposicionista (MENDES, 2012).

Apesar das medidas de maior participação política promovidas pelo processo bolivariano – como os Conselhos Comunais<sup>48</sup> – as contradições da sociedade venezuelana persistiram, como também a dependência econômica ao petróleo, que aumentou e, durante o governo Maduro, se expressa em quase 95% das exportações. Os Estados Unidos continuaram a ser os principais compradores, a despeito da crescente presença chinesa.

Entre outras contradições, o governo chavista trouxe poucas reformas de caráter tributário. Não há, por exemplo, impostos sobre ganhos financeiros (como há na Colômbia, com uma alíquota de 25%); e a Carga Tributária representa entre 9% e 12% do Produto Interno Bruto (No Brasil, alcança 35%).

---

47 Apesar da narrativa divulgada pela imprensa hegemônica de que Chávez era um ditador, Santos (2018) salienta que o governo Chávez promoveu diversos pleitos e referendos, 17 ao longo de 14 anos (em que só foi derrotado uma vez, em 2006), e formas de organizar as classes populares, pouco mobilizadas em tempos anteriores. Também investiu nos meios de comunicação estatais como forma de propaganda e de contraposição à mídia hegemônica privada, opositora de Chávez e alinhada aos interesses da burguesia nacional e do capital internacional. A Telesur foi o principal canal a cumprir esse objetivo, além do programa *Aló, Presidente*, apresentado pelo próprio Chávez para se comunicar diretamente à população.

48 A estratégia de Chávez se colocou sobretudo no campo político, a partir do Estado Comunal, que tem como base a democracia participativa protagônica através de variadas instâncias de poder popular: Conselhos Comunais, Comunas, Cidades Comunais. Essa estratégia do Estado Comunal colocou-se como um instrumento de construção do socialismo. Até meados de 2014, Santos (2018) aponta que existiam mais de 48 mil Conselhos Comunais e mais de 2 mil Comunas espalhadas pelo território venezuelano.

A própria consolidação dos instrumentos de maior participação também expressa contradições, já que foi apoiada pelo Estado e dentro da manutenção da ordem econômica, ainda que vislumbre, a maior prazo, uma possibilidade de mudança. O Estado Comunal, além disso, teve inspiração nos Comitês de Defesa da Revolução (CDRS) cubanos, associando democracia direta e territorialização do poder, segundo Briceño Mendez (2014).

Contudo, como destaca Mendes (2012), o apoio popular ao governo foi de grande ajuda para Chávez enfrentar os problemas econômicos e políticos pelos quais o país passava, baseado sobretudo nos eventos de paralisação em 2002. Contudo, esse apoio poderia se enfraquecer caso os efeitos da crise de 2008 persistissem no país (MENDES, 2012). Pode-se perceber aqui que tal afirmação de Mendes é bastante ponderada, em especial devido à recessão econômica vivida pela Venezuela desde 2013, já no governo de Nicolás Maduro.

Com a crise de 2007-2008, Maringoni (2009) observa que a fuga de capitais dos países produtores de *commodities* foi enorme, preferindo os especuladores investir em dólares ou ações mais seguras (economia dos EUA), esse processo resultou numa queda brusca dos preços das *commodities* a partir da segunda metade de 2008. O petróleo, que bateu o preço de 150 dólares por barril em julho de 2008, em dezembro do mesmo ano caiu para 40 dólares, que para Maringoni (2009) poderia significar um enfraquecimento nos investimentos sociais. Além disso, como expressão dessa crise, o preço do petróleo sofreu uma queda, especialmente devido à diminuição do consumo desse produto por parte de seus dois maiores consumidores, Estados Unidos e China.

### **5.1.2. Governo Maduro (desde 2013): crise econômica e política**

Após a vitória de Hugo Chávez nas eleições de 2012, Nicolás Maduro assumiu o cargo de presidente interino em decorrência da frágil saúde de Chávez, que veio a falecer em março de 2013. Novas eleições foram realizadas em abril do mesmo ano, dando a vitória a Maduro. A eleição foi acirrada, com pouco mais de 200 mil votos garantindo a vitória de Maduro sobre o opositor Henrique Capriles.

O resultado eleitoral de Maduro, com pouca diferença do adversário, somada a perda de Hugo Chávez, trouxe dúvidas sobre o futuro do chavismo sem Chávez, como

destaca López Maya (2016). Além disso, com a radicalização do discurso da oposição, cada vez mais crítica ao bolivarianismo e amparada pelos meios de comunicação privados e pela burguesia nacional, os conflitos políticos e de classe se acirraram, levando a uma crise política severa. Com a alegação da oposição de que era necessária uma investigação sobre a legitimidade do pleito, e a consequente recusa do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) em realizá-la, vários protestos contra Maduro e a suposta fraude na eleição se inflaram<sup>49</sup>.

Dentro da Assembleia Nacional, os diálogos com a oposição também enfraqueceram, e os deputados governistas (até 2015, em vantagem no plenário) promoveram medidas diretas contra a oposição, abrindo investigações contra nomes opositores como Henrique Capriles (candidato derrotado em 2013) e Leopoldo López. Tais medidas, como outras tomadas pelo governo, são vistas por López Maya (2016) como expressões do autoritarismo de Nicolás Maduro que se aprofundava<sup>50</sup>.

Em dezembro de 2015, ocorreram eleições para formar a Assembleia Nacional do período 2016-2021. O pleito teve como maior vitoriosa a frente opositora da *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), que passou a ocupar a maioria das cadeiras do Congresso, o que significou uma derrota do bolivarianismo e um acirramento dos conflitos políticos na Venezuela.

O país ainda passava por um contexto de agravamento da crise econômica. A queda do preço do petróleo foi catastrófica para a economia venezuelana, iniciando em meados de 2014. O preço do barril caiu de 99,11 dólares em junho de 2014 para 36,53 dólares em novembro de 2015. Os impactos da crise econômica foram intensos. Entre eles, o Estado ficou sem divisas para importar produtos básicos, como alimentos e remédios (MARTÍNEZ, PEDROSO, FRANZONI, 2018).

---

49 Os protestos recorrentemente tiveram uso de força por parte do governo para os reprimir, usando Maduro como justificativa a intenção da extrema-direita de o derrubar. Nesse contexto, o governo passou cada vez mais a se afastar da oposição e a utilizar de sua força para conter as investidas. Instrumentos de repressão jurídica e intimidação se desenvolveram através das polícias, da Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) e de grupos civis armados pró-chavistas. Brigas entre opositores e governistas também cresceram na Assembleia Nacional, e a oposição passou a não reconhecer a legitimidade da presidência (LÓPEZ MAYA, 2016).

50 Ao autoritarismo, López Maya (2016) salienta que outros dois problemas se somam: o nepotismo e a militarização do governo e de suas relações com a sociedade civil. As indicações de parentes e pessoas próximas a Maduro e outros membros do governo para cargos no Estado tornaram-se frequentes. Já a militarização se expressa na criação de órgãos como o Comando Político Militar, surgido em 2013, e que tem membros de alto escalão do governo em sua direção. O Plano *Patria Segura* também foi um instrumento criado que expressa a militarização, além do *Centro Estratégico de Seguridad y Protección de la Patria* (CESPPA), que também foi presidido por um membro do exército.

Esta queda do preço foi a gota d'água de uma dependência da economia venezuelana aos preços do petróleo internacionalmente, que são bastante voláteis. Esta dependência e falta de busca por diversificar a economia levaram o país novamente a padecer da *doença holandesa*:

En esta enfermedad un padecimiento típico de economías dependientes de la exportación de un solo producto primario, que colocan en el mercado internacional, y que puede producir, en momentos de alzas de precios, entradas masivas de divisas. Con ello se descontrolan los ritmos económicos internos y se sobrevalora la moneda propiciando importaciones de todo tipo de bienes, que van destruyendo el aparato productivo nacional. Al bajar los precios, la sociedad queda abruptamente empobrecida por no poder seguir importando los bienes para su sustento (LÓPEZ MAYA, 2016, p. 330-331).

A situação da Venezuela em dezembro de 2015, quando ocorreram as eleições parlamentares, era de grande instabilidade, como afirma Santos (2018): inflação estimada em 150%; um desajuste cambial alto (no câmbio oficial o dólar era cotado a 6,30 bolívares, no mercado paralelo era mais de 800) que levava a práticas especulativas e contrabando de diversos produtos; escassez de divisas; as reservas internacionais do país eram baixas (16 bilhões de dólares) e com liquidez baixa (80% das reservas eram em ouro).

A escassez de divisas levou a um crescimento do preço do dólar no mercado paralelo, onerando as importações e afetando, conseqüentemente, a inflação e o poder de compra dos salários, que passaram por uma desvalorização real.

Em meio a esse contexto de difusão da referência ao dólar em uma economia balizada nas importações, junto à queda no poder de compra dos salários, levaram os venezuelanos a buscar dólares para poder subsistir, caracterizando uma realidade em que muitos buscam complementar sua renda para manter seu padrão de consumo (SANTOS, 2018).

O governo, em meio a essa situação, buscou sanar esses problemas a partir de emissão de moeda e empréstimos, sobretudo da China, dando como garantia a hipotecação da produção petroleira futura. Internacionalmente, Maduro vislumbrou uma articulação com outros produtores de petróleo para subir os preços do petróleo, o que não ocorreu. Essas medidas mostram, segundo Santos (2018), que a tentativa de superar a crise por parte do governo se insere dentro da lógica do rentismo petroleiro – o próprio

objetivo do governo em aumentar a produção de petróleo progressivamente demonstra essa realidade<sup>51</sup>.

Um elemento central desta crise da sociabilidade venezuelana corresponde à ofensiva da reprodução ampliada do capitalismo na América Latina que tem se intensificado desde a segunda metade da década de 2010 e que se expressa geopoliticamente na queda e derrubada dos governos alinhados aos interesses populares que vinham governando a maioria dos países da região desde o início da década de 2000.

Na Venezuela, esse movimento se expressa no endurecimento das ações dos Estados Unidos (tanto nos governos Barack Obama como Donald Trump) contra a Venezuela, sobretudo através da imposição de sanções econômicas contra o país, mas também em outros aspectos (como na política migratória). Diante dessa realidade, urge realizarmos um aprofundamento da análise referente às relações geopolíticas da Venezuela com os Estados Unidos e a ofensiva imperialista sobre o país, considerando o contexto de avanço da reprodução capitalista, em crise estrutural, sobre a América Latina.

### **5.1.3. A geopolítica venezuelana e a ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos**

A inimizade entre o governo dos EUA e Hugo Chávez foi frequentemente referida pelo ex-presidente venezuelano em seus discursos, como é destacado por Silva (2016, p. 125-126):

*Es una agresión del imperio Yanqui contra Venezuela no es contra cualquier empresa petrolera, (PDVSA) é una de las empresas petroleras más grandes del mundo, y es contra un país que tiene las primeras reservas de petróleo comprobadas en el planeta. (CHÁVEZ, El Universal, de 07/06/2011 apud SILVA, 2016, p. 125-126)*

Como já destacamos anteriormente, a economia do petróleo historicamente tem sido importante para as relações geopolíticas do Estado venezuelano. A disputa pelo acesso à renda gerada pelo petróleo é também parte vital da luta de classes nessa

---

51 Tal objetivo está descrito nos Planos de Governo (*Plan de la Patria*) elaborados pelos governos Chávez e Maduro. O *Plan de la Patria 2013-2019* pode ser visualizado em: <https://observatorioplanificacion.cepal.org/es/planes/plan-de-la-patria-2013-2019-de-venezuela>.

sociabilidade dependente do rentismo, e se traduz principalmente na disputa entre a abertura dessa atividade para os interesses imperialistas e a manutenção dos lucros obtidos por ela pelo Estado, destinado a aplicar tais rendas em políticas sociais.

Chávez teve um grande oponente na figura de George Bush, presidente dos Estados Unidos entre 2001 e 2009, tendo inclusive suspenso a cooperação militar com os EUA, após acusá-los de influenciar o *paro petrolero* entre 2002 e 2003.

O discurso antagônico de Chávez a esse presidente norte-americano visava também conseguir aproximação com outros países adversários dos EUA, sobretudo em parte do Oriente Médio, Ásia e Norte da África, a partir de acordos reforçados sobre a política de preço do petróleo e da OPEP, como também se colocar como protagonista da disputa contra os EUA no intuito de não ser isolado.

Nesse sentido, a Venezuela buscou uma integração entre os países da América Latina e Caribe através do ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América) em resposta ao ALCA (ligado aos EUA).

Os governos de Chávez e Nicolás Maduro buscaram aumentar as parcerias com outros países (como com o Irã, que possui fábricas automotivas instaladas na Venezuela) para transferir tecnologias e aumentar o número de parceiros comerciais, em outros países, para diminuir a dependência de um só comprador, como ocorreu no período do *Punto Fijo*, quando os Estados Unidos cumpriam esse papel e influenciavam todos os aspectos da sociedade venezuelana.

Os conflitos com os Estados Unidos prosseguiram com as presidências de Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021), tendo se intensificado a partir de 2015. Durante o primeiro mandato de Obama, como destacam Pecequillo e Forner (2017), a política externa norte-americana focou seus esforços em questões como os conflitos no Afeganistão, Iraque e Estado Islâmico e a crise interna decorrente da crise global de 2008.

O governo Obama voltou seus olhos à América Latina principalmente em seu segundo mandato, tratando de questões como a retomada de relações com Cuba, problemas referentes a migração e tráfico de drogas e a disputa de espaços geopolíticos e econômicos na região com a China. A reinserção norte-americana na América Latina foi facilitada, segundo Pecequillo e Forner (2017), em decorrência tanto do

enfraquecimento das *commodities* e da queda das exportações para a China como das mudanças conservadoras ocorridas em países da região, que passaram a ter governos de orientação neoliberal e pró-Estados Unidos.

A retomada da influência norte-americana sobre a América Latina constituiu-se, assim, como estratégia da agenda para recuperar sua liderança internacional diante da ascensão chinesa e de governos nacionalistas que ameaçavam os interesses dos EUA. A forte investida se deu sobretudo através da nova Doutrina de Obama lançada em 2015 (NSS-2015).

O discurso da promoção de “democracia” e paz nos territórios latino-americanos permaneceu na doutrina norte-americana, que enxerga a necessidade de levar esses valores a países considerados pelos EUA como pouco democráticos (principalmente Venezuela e Equador). Permanecem, inclusive, os preceitos da Doutrina Monroe, de 1823, em que se busca reafirmar a influência geopolítica e geoeconômica dos EUA em sua zona de influência, a América Latina (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Tanto o Brasil como a Venezuela se enfraqueceram economicamente a partir de 2013, abrindo caminho para a ofensiva dos Estados Unidos. O apoio dos EUA à Aliança do Pacífico (formada por México, Colômbia, Chile, Costa Rica e Peru), programa de integração sobretudo comercial, se deu em oposição aos tratados firmados entre países com governos nacionalistas (como Mercosul e UNASUL).

A ofensiva neoliberal sobre países da América Latina, nesse sentido, é uma das medidas tomadas pelos governos dos Estados Unidos para reforçar a exploração sobre as economias latino-americanas, para intensificar a financeirização e transnacionalização da economia nesses territórios (ITPS, 2019). A ofensiva tem sido ainda mais intensa nos últimos anos, uma vez que o controle dos recursos naturais de tais territórios são vitais para os interesses americanos<sup>52</sup>.

Ainda segundo relatório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (ITPS, 2019) o controle da produção de energia, petróleo, água, terra, biodiversidade entre outros é de vital importância para os investimentos norte-americanos na região. A estratégia para esse controle tem sido feita, atualmente, tanto a partir de uma guerra convencional como guerras híbridas ou difusas. Tais guerras híbridas se constituem

---

52 No ano de 2010, Brukman (2011) aponta o grande peso da importação pelos EUA de alguns minerais produzidos em territórios da América Latina e Caribe: 93% do estrôncio, 66% do lítio, 61% da fluorita, 59% da prata, 54% do estanho, entre outros, eram fornecidos aos Estados Unidos.

através da exploração de debilidades e problemas políticos, militares e econômicos dos governos desses territórios, que são considerados pela burguesia financeira como hostis. O controle se faz através do apoio e fomento dos grupos de oposição, para garantir uma maior influência e controle dos Estados Unidos sobre as economias desses territórios, como também das rotas comerciais e redes de transportes desses espaços.

A Venezuela se coloca, nesse sentido, como um importante território estratégico, tanto em razão da presença da Floresta Amazônica em seus limites como também pelo fato de o país possuir imensas reservas de hidrocarbonetos. O mesmo território conta com as maiores reservas de petróleo do mundo atualmente, maiores que da Arábia Saudita, sua posição geográfica também é vital para os Estados Unidos, pois é bem mais próxima quando comparada com os países do médio-orient (ITPS, 2019).

Algumas das ações dos Estados Unidos, ainda no governo Obama, incluem as várias formas de bloqueio econômico que vêm sendo tomadas desde 2014. A primeira delas se deu em dezembro daquele ano, quando o Congresso norte-americano aprovou a Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº113-278. Outra medida foi tomada em março de 2015, quando Obama assinou a Ordem Executiva nº13692, na qual declarou a Venezuela como uma ameaça para a segurança interna dos Estados Unidos. Até outubro de 2020, o número de sanções contra a Venezuela era de 150: 62 dos Estados Unidos, 9 da União Europeia, cinco do Canadá e duas do Reino Unido<sup>53</sup>.

Também destacamos a iniciativa deliberada entre os EUA e seu aliado, Arábia Saudita, em abaixar os preços do petróleo através da OPEP<sup>54</sup> entre 2015 e 2016. Tal medida se deu através do aumento da produção saudita, que fez o preço internacional da *commodity* cair. O petróleo venezuelano caiu para 26 dólares por barril, prejudicando tanto esse país como a Rússia e o Irã, adversários norte-americanos (ITPS, 2019). Tal iniciativa se constituiu como uma estratégia política para impactar tais países, e a Venezuela acabou por se aprofundar ainda mais na recessão.

Outra medida do governo Obama se manifestou em 2016, quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou a Venezuela como uma

---

53 MELLO, M. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. Brasil de Fato. 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 18 dez. 2020.

54 Tal organização é responsável por definir o preço e controlar a cota que cada país membro da mesma pode produzir de barris por dia.



*ditadura*, o que levou a narrativa da mídia hegemônica, ligada ao capitalismo financeiro, progressivamente caracterizar o regime venezuelano como ditatorial, incluindo a imprensa brasileira.

Entre março de 2015 e 2019, o governo dos EUA editou mais de seis decretos penalizando atividades econômicas na Venezuela, bloqueando montantes disponíveis para importação de alimentos, medicamentos e bens básicos. Tais medidas forçam situações de crise humanitária, como apontam economistas como Mark Weisbrot e Jeffrey Sachs (2019). Além disso, o ITPS ainda aponta que são aplicadas multas e sanções a sócios que comercializam com a Venezuela, que chegam inclusive ao ponto de promover confisco de carregamentos comerciais.

Eleito em 2016, na esteira de um crescimento da extrema-direita, do neofascismo e de seus discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e antimigratórios, Donald Trump intensificou suas ações contra a Venezuela a partir de julho de 2017, quando aprovou sanções contra Maduro, congelando possíveis ativos de lideranças venezuelanas no país, impedindo também negociações entre essas lideranças e qualquer cidadão dos EUA (MARTÍNEZ, PEDROSO, FRANZONI, 2018).

O contexto em que tais sanções foram aplicadas era de um enfraquecimento da oposição venezuelana, uma vez que Nicolás Maduro havia convocado uma Assembleia Nacional Constituinte para substituir o Legislativo do país, que desde 2015 tinha a maioria de suas cadeiras ocupadas pelo partido opositor MUD. A eleição para essa assembleia ocorreu no mesmo mês em que foram anunciadas as sanções. Em paralelo à votação oficial, a oposição convocou uma outra votação para mostrar a falta de legitimidade do pleito que Maduro promoveria poucas semanas depois, venezuelanos no exterior aderiram a esse pleito antichavista. A oposição angariou 7 milhões de votos favoráveis à não convocação da Assembleia Nacional Constituinte de Maduro, que mesmo assim foi realizada. A Assembleia convocada pelo governo venezuelano foi rechaçada pela oposição e vários países, como o próprio Estados Unidos.

Em 11 de agosto de 2017, Donald Trump declarou a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela. No mês seguinte, dada a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, Trump se juntou aos então presidentes de Brasil (Michel Temer), Colômbia, Panamá e a uma representante da Argentina para discutir a situação da Venezuela. Em agosto daquele ano, havia sido criado por esses

países o Grupo de Lima, que condenava o governo de Nicolás Maduro e seu autoritarismo (MARTÍNEZ, PEDROSO, FRANZONI, 2018).

A atuação do governo Trump, segundo Cepik (2019), se pauta em um corolário que ataca com ainda mais força os governos da América Latina, sem utilizar discursos como “uma necessidade de parceria entre os territórios”, como utilizado por Obama (ainda que na prática os governos democratas também desempenhem intensas ofensivas imperialistas). O corolário Trump, assim:

Mescla retórica anticomunista, valores sociais neofascistas e interesses patrimoniais e tecnocráticos. Seu método político (chamemos assim) é fundado em coação grosseira para forçar governos e grupos de interesse (aliados e competidores) a realizar concessões econômicas e políticas unilaterais. Uma implementação que alija a diplomacia e as instituições, operada por um grupo político *ad hoc* (mas alinhado ideologicamente ao presidente), amparado pelo protagonismo direto do aparato de segurança nacional (Forças Armadas, polícias, ministério público, forças constabulares e serviços de inteligência) em defesa de interesses e empresas. Trata-se de um corolário que modifica para pior a Doutrina Reagan, mais até que a Doutrina Monroe (CEPIK, 2019, p. 248-249).

O mesmo autor ainda salienta que, com Trump, tem sido crescente o protagonismo das Forças Armadas e outros órgãos de segurança nacional na criação e aplicação da política externa americana sobre a região. Um desses órgãos, o Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), já trazia antes de 2018 alguns dos elementos que constituem o corolário de Trump para a região, que incluem “a securitização da presença chinesa “ameaçadora” da hegemonia regional exercida por Washington, a “crise humanitária” causada pelo regime venezuelano e a imigração como vetor criminogênico (“drogas e violência”)” (CEPIK, 2019, p. 253). Nesse sentido, a narrativa do governo Trump trata a Venezuela como uma ditadura tirânica, da mesma forma como trata Cuba e Nicarágua<sup>55</sup>.

Conforme Curcio (2018) destaca, as ferramentas de intervenção norte-americana na Venezuela possuem três dimensões: produtiva-distributiva, comercial e financeira. A mesma autora ainda lembra que as medidas foram explicitadas pelo então chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, Kurt Kidd, em um texto denominado *Golpe Mestre*:

---

55 Em relação à China, o discurso de Trump defende que a mesma tem aumentado sua “má influência” sobre governos da América Latina, como também apoiado governos tiranos como de Maduro. A atuação do corolário é no sentido de derrubar o governo Maduro, considerado pelos elaboradores dessa doutrina como o elo mais frágil na região. Eles também acreditam que, derrubando o governo venezuelano, enfraqueceriam o governo cubano e traria mais força à Trump (CEPIK, 2019).

Incrementar a instabilidade interna a níveis críticos, intensificando a descapitalização do país, a fuga de capital estrangeiro e a deterioração da moeda nacional, mediante a aplicação de novas medidas inflacionárias que incrementem essa deterioração [...] obstruir as importações e ao mesmo tempo desmotivar os possíveis investidores estrangeiros (CURCIO, 2018, p. 27).

Dentro da dimensão produtiva-distributiva, a Venezuela, bem como os demais países da América Latina, possui uma estrutura produtiva orientada para a exportação de bens primários, e o petróleo é o principal item nesse quesito. A produção de bens para consumo interno obteve um crescimento nos anos de Chávez, mas não o suficiente para abastecer a demanda. Isso significa que o país possui uma dependência das importações de bens de consumo, que historicamente são controlados por empresas estrangeiras, como evidencia Vielma (2018).

Nesse aspecto percebe-se a presença da hiperinflação como forma concreta de guerra econômica. A hiperinflação, nesse caso, possui dois elementos principais: desabastecimento de produtos básicos e especulação com a moeda. Quem controla a hiperinflação a partir desses dois mecanismos é a grande burguesia, responsável por controlar os alimentos e que pressiona a alta dos preços com base nesses dois mecanismos (CURCIO, 2018).

A partir de 2017, os preços dos alimentos aumentaram em média diariamente mais de 2%, apresentando picos em 2018 e no início de 2019. Conforme Curcio (2018) mais de 90% do aumento dos preços dos alimentos é em decorrência do aumento realizado pelos grandes fornecedores de alimentos com base na cotação do dólar. Os fornecedores também retêm alimentos com preços regulados, não os colocando nas gôndolas dos mercados, o que resulta em uma escassez induzida desses alimentos.

A segunda dimensão, comercial, também tem forte relação com a dependência econômica da América Latina ao capitalismo global, em que o crescimento econômico depende da obtenção de uma grande quantidade de divisas para realizar gastos de consumo necessários. Assim, “sem a entrada de dólares para financiar o processo de crescimento de produção de bens, em geral, e de alimentos, em particular, nossas economias se veem impossibilitadas de acelerar seus processos de crescimento” (ITPS, 2019, p. 16).

Na dimensão financeira, os Estados Unidos têm, desde 2015 e mais intensamente a partir de 2017 (com o governo Trump), impedindo operações financeiras da Venezuela enquanto estado soberano (como emissão da dívida e de instrumentos financeiros). Também não permite transferência de títulos do governo nos mercados financeiros e proíbe a PDVSA de emitir instrumentos para obter financiamento em dólares em vários mercados. Isso levou a problemas como a recusa das organizações financeiras internacionais em realizar transações da ou para a Venezuela (ITPS, 2019).

Desde que assumiu o cargo em 2017, o governo Trump assinou quatro decretos contra a Venezuela, como aponta o relatório do ITPS<sup>56</sup>. É nesse sentido que o próprio relatório evidencia a clara estratégia do imperialismo norte-americano sobre o país, que é realizada para desestabilizar cada vez mais a Venezuela: “Sem dúvida, a conjunção de hiperinflação, escassez induzida, limitações à obtenção de dólares comerciais e bloqueio financeiro tenciona a crise que asfixia o povo venezuelano” (ITPS, 2019, p. 17).

A ideia de provocar tal guerra híbrida está exposta diretamente em falas de nomes do governo norte-americano, como dito por um ex-embaixador dos Estados Unidos, William Brownfield, em 2008<sup>57</sup>.

Um outro aspecto do intervencionismo sobre a Venezuela se dá na estratégia de apontar a existência de uma crise humanitária no país, resultante da escassez de alimentos, remédios, energia e outros bens em decorrência de falhas do governo. Trata-se de uma construção de um cenário de emergência para justificar a necessidade de uma intervenção externa através da ajuda humanitária. Alguns países já passaram por casos parecidos, como Síria, Líbia e na América Latina o expoente principal é o Haiti.

Às ajudas humanitárias estão inseridos objetivos de penetrar, nos territórios fragilizados, os interesses do centro capitalista, que mascara e legitima sua atuação através do pretexto da ajuda humanitária (em parceria com diversas ONGs). Dessa forma, é colocada de lado a discussão sobre o papel dos próprios países do centro, através do imperialismo, para promover medidas antipopulares que causam as severas

---

56 “Ordem Executiva nº 13827, de março de 2018 contra o criptomoeda Petro (tentativa de resolver o problema de câmbio, Teruggi, 2018); Ordem Executiva nº 13835, de maio de 2018, contra as contas a receber e outras operações da Venezuela; Ordem Executiva nº 13850, contra as operações de comercialização de ouro da Venezuela; e a Ordem Executiva nº 13857, que estabelece o bloqueio/congelamento dos ativos da CITGO (PDVSA) nos EUA” (ITPS, 2019, p. 17).

57 “A campanha de pressão contra a Venezuela está funcionando. As sanções financeiras que temos imposto [...] obrigaram o governo a começar a cair em default, tanto quanto à dívida soberana como na dívida da PDVSA, sua companhia petrolífera. E o que estamos vendo [...] é um colapso econômico total na Venezuela” (ITPS, 2019, p 17-18).

crises e desigualdades nesses territórios. Tais ajudas são, como defende o documento, formas brandas de políticas neocoloniais (ITPS, 2019).

Dentro desse contexto, com o acirramento da pressão do capital sobre a Venezuela e as lutas de classe internas, concretamente a situação de crise do país se aprofundou.

Em maio de 2019, um relatório do Banco Central da Venezuela estimava uma inflação em 2018 de 130.000% e entre o período abril de 2018 a abril de 2019, tal porcentagem era de 282.000%. Santos (2018) aponta que no início de 2019 a dívida externa era de 184,5 bilhões de dólares, valor sete vezes maior que as exportações em 2017 e mais de vinte vezes o volume de reservas nacionais em 2018. A produção de petróleo passara de três milhões de barris diários para pouco mais de quinhentos mil barris por dia. Apenas um terço da capacidade industrial instalada no país era utilizada e o déficit fiscal era maior que 20% do PIB.

Com a queda das receitas, o Estado passou a emitir moedas, o que fez crescer a hiperinflação. A desvalorização da moeda levou a uma dolarização da economia, com o governo imprimindo bilhetes de cinquenta mil bolívares. O salário-mínimo era por volta de 6 dólares mensais. Além disso, com a queda das importações, a escassez de alimentos e medicamentos, assim como problemas no transporte, hospitais e falta de energia elétrica, se tornaram frequentes (SANTOS, 2018).

Em meio a essa situação ocorreram eleições presidenciais em maio de 2018. A MUD boicotou a eleição alegando que se tratava de um protesto contra a repressão do governo. Com a participação de 46% do eleitorado, Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos válidos, derrotando os opositores Henri Falcón (20,9%) e Javier Bertucci (10,8%). O resultado do pleito foi contestado pela Assembleia Nacional que, controlada pela oposição, declarou Maduro ilegítimo e o cargo vacante no dia de sua posse para o segundo mandato, em 10 de janeiro de 2019 (CEPIK, 2019).

Nesse mesmo mês, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó – opositor do governo, autoproclamou-se presidente da república, recebendo apoio dos Estados Unidos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), dos países que formam o Grupo de Lima e por vários países europeus.

Essa ação foi orquestrada, salienta Santos (2018), pela oposição venezuelana com apoio dos Estados Unidos, e seu então presidente Donald Trump, e de governos como Ivan Duque (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil), sem qualquer respaldo popular e com a intenção de derrubar Nicolás Maduro, eleito democraticamente. Este processo mostrou-se um circo diplomático e midiático com objetivos imperialistas, promovendo uma escalada de tensão em um país com graves problemas econômicos e uma intensificada luta de classes. Além disso, segundo Santos (2018), a adesão da maior parte dos países da União Europeia a essa conspiração expõe uma destruição dos valores que constituem a política internacional em um mundo que rumo à barbárie.

Em abril de 2019, mais uma tentativa de golpe por parte da oposição, comandada por Juan Guaidó e com apoio dos Estados Unidos e da imprensa corporativa, fracassou. Santos (2018), Maringoni (2019) e outros afirmam que tanto o autoproclamado presidente como a oposição possuem pouca base de apoio popular, que é mais favorável a Maduro.

Apesar desse fracasso, a investida dos Estados Unidos permaneceu, e em agosto de 2019 novamente Donald Trump impôs sanções sobre a Venezuela. Nessa nova investida, os Estados Unidos bloquearam o acesso a todas as contas e propriedades venezuelanas em território americano, o que se traduz em um saque dos bens públicos do país no exterior. Trump ainda defendeu impor sanções aos países que comercializassem com Maduro. Com isso, muitas empresas deixariam de vender mercadorias para a Venezuela por estarem ameaçadas de receber sanções, levando o país a um maior isolamento econômico e político<sup>58</sup>.

Como, diante de toda a situação econômica, política e geopolítica e da crise profunda pela qual passa a Venezuela, o governo de Nicolás Maduro persiste e com apoio popular? Santos (2018) acredita que a resistência de Maduro se calca em dois pilares: o exército e as organizações populares (em grande parte vinculadas às comunas). Enquanto os militares atuam no comércio de alimentos e no comércio exterior, as organizações populares – sobretudo os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), atuam na distribuição de cestas básicas e outras políticas públicas (SANTOS, 2018).

---

58 MELLO, M. Quais os impactos do "bloqueio total" de Donald Trump contra a Venezuela? Brasil de Fato. 21/10/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/21/video-or-quais-os-impactos-do-bloqueio-total-de-donald-trump-contra-a-venezuela>. Acesso em: 18 dez. 2020.

Os CLAP foram criados em 2016 como reação à crise econômica e como forma de frear seu impacto sobre a população mais pobre. Junto ao *Carnet de la patria*, são na prática os mecanismos que substituíram as *misiones*, duramente impactadas pela crise. Segundo Maringoni (2019)<sup>59</sup>, o *Carnet de la patria* é um documento de identidade que garante um auxílio financeiro quinzenal, sendo semelhante ao Bolsa Família brasileiro.

López Maya (2018) vê tais políticas como circuitos clientelistas para manter o apoio popular ao governo. Contudo, cerca de 87,5% dos lares venezuelanos acessam os itens fornecidos pelas CLAP. O que Santos (2018) observa é que de fato o que se visualiza é uma *lumpenização* da população venezuelana, bastante dependente das ajudas promovidas pelo poder público.

Dada essa realidade, Santos (2018) observa que a oposição, embora esbraveje, tem pouca penetração popular e não realiza trabalho de base nas periferias, onde dominam o chavismo ou o crime organizado, ou mesmo os *colectivos*, milícias armadas bolivarianas (SAUDA, 2018, *apud* SANTOS, 2018).

Sobre os militares, que também garantem a permanência de Maduro no poder e a territorialização de suas políticas, Santos (2018) observa uma presença vital desse setor no seio do governo venezuelano. Nas eleições de 2017, por exemplo, oito dos dezenove governadores eleitos pelo bolivarianismo eram militares. Além disso, o exército controla as compras de armas, o setor elétrico, o transporte metroviário de Caracas, empresas de aço, alumínio e ferro no sul do país, portos e alfândegas. Desde 2013 foram formadas quatro empresas militares: Banco da Força Armada Nacional Bolivariana (banfanb), a tvfanb (canal televisivo), a Empresa Militar de Transporte (emiltra), e a agropecuária agrofanb.

A presença militar ainda se intensificou a partir do aprofundamento da crise em 2016, em especial na alimentação, no extrativismo e no petróleo. Na alimentação, foi criada em 2016 a *Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro*, coordenada pelo ministro da Defesa, Vladimir Padrino, militar na ativa. Essa política é responsável por importar e distribuir alimentos e medicamentos. No extrativismo, a mineração no Arco Mineiro do Orinoco é realizada por empresas militares venezuelanas associadas com multinacionais chinesas, russas e norte-americanas. Na petroleira PDVSA, cargos chave são destinados a membros do exército.

---

59 Diário do Centro do Mundo. Moro tenta impedir CPI e Maringoni fala da Venezuela. 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hsawMnNVyZA>. Acesso em: 17 jul. 2020.

Apesar do apoio ao governo, a força dos militares na Venezuela não é livre de contradições. Mesmo Santos (2018) afirma que muitos militares, de todas as patentes, já receberam denúncias por associação ao crime organizado e ao narcotráfico, assim como ao contrabando de combustíveis, pessoas e alimentos nas fronteiras. De maneira geral, o poder das forças armadas sobre a economia, política e sociedade venezuelana se mostra bastante intenso e muito mais potente do que um Estado Comunal, defendido pelo bolivarianismo. A posição de apoio dos militares a Maduro, segundo Santos (2018), vai muito além de apenas questões ideológicas ou políticas, podendo supor o autor que militares estiveram entre aqueles que aprovaram a distorção cambial, que apesar de desorganizar a economia, produziu formas de enriquecimento e de poder. Mesmo as sanções econômicas, que impactam fortemente o país e o governo, contribuem para aqueles que controlam a circulação de alimentos e outros bens na crise.

Observa-se, assim, uma contradição, pois ao mesmo tempo que tais sanções impactam o país (e a PDVSA, que tem a produção enfraquecida devido à falta de maquinário e peças para produção), também favorecem interesses de certos setores que formam o governo.

Nesse sentido, a militarização do Estado e do governo venezuelano, observada tanto por Santos (2018) como por López Maya (2016, 2018) e Maringoni (2019), tem se constituído uma parte dessa complexa sociabilidade, e tem se intensificado após o aprofundamento da crise econômica, dificultando a possibilidade de uma associação dos setores militares a um golpe de Estado vislumbrado pela oposição venezuelana.

## **5.2. A migração venezuelana para o Brasil como mobilidade forçada da força de trabalho**

Historicamente, a Venezuela tem sido um país de pouca emigração, se caracterizando como um território com maior incidência de recepção de imigrantes (RODRIGUES, 2006; SILVA, 2018; SILVA; ABRAHÃO, 2018).

Conforme analisam Silva e Abrahão (2018), a Venezuela teve em sua história a construção de algumas políticas migratórias para receber imigrantes, que foram desenvolvidas desde a divisão da Grã-Colômbia. Dois períodos de maior atração de imigrantes na Venezuela são evidenciados pelos autores: entre 1830 e 1963, período



extenso em que a migração era destinada ao povoamento do país, e um segundo entre 1963 e 1992, em que as migrações exprimiam questões econômicas, políticas, laborais e de retorno. Entre alguns movimentos de população, destacam-se os oriundos da Colômbia, país fronteiriço com uma história marcada por conflitos internos, e também países caribenhos. Cunill Grau (1988) observa que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, além dos colombianos (em grande parte destinados a empregos de menor renda), outras nacionalidades que compunham as migrações estrangeiras incluíam espanhóis, italianos, portugueses e sírio-libaneses, destinados sobretudo para cargos mais técnicos nos setores financeiro, comércio e indústria.

Rodrigues (2006), realizando uma comparação com o Brasil, salienta que a Venezuela alternou o papel de receptora de imigrantes nas décadas de 1950 e entre 1970 e 1990, apresentando em 1950 cerca de 4,1% de estrangeiros em sua população total, em 1971 passando para 5,5%, em 1980 para 7,4%, e em 1990 caiu para 5,7%, sendo que 70% dos estrangeiros nesse período eram oriundos da América Latina e do Caribe, a maior parte da Colômbia (51,7% do total de estrangeiros), os brasileiros representavam apenas 0,41% do total de estrangeiros que viviam na Venezuela nessa época.

Desde a década de 1990, contudo, os movimentos de emigração da Venezuela passaram a crescer. Entre 1990 e 2014, cerca de 1 milhão de venezuelanos deixaram o país, em razão principalmente de crises econômicas e políticas, segundo os autores (SILVA; ABRAHÃO, 2018). Devemos ressaltar que esses movimentos estão totalmente imbricados ao contexto histórico do capitalismo tanto na escala nacional como mundial.

Esses processos migratórios tiveram como destino sobretudo países do continente americano. As migrações transfronteiriças também merecem grande destaque, especialmente para a Colômbia, que possui uma história muito vinculada com a Venezuela desde o período colonial (SILVA; ABRAHÃO, 2018), e que também já guardava forte relação com as migrações venezuelanas em períodos anteriores.

Rodrigues (2006), que analisou a fronteira entre Brasil e Venezuela antes da crise de 2007-2008 e de seus desdobramentos, traz uma análise a respeito da problemática das fronteiras, designando a fronteira como:

Um lugar singular de trânsito, mas também de encontros culturais e de jogos de identidades. Essa percepção da fronteira como lugar de contato remete à ideia de movimento e de trocas, o que permite uma compreensão das dinâmicas das migrações sul-americanas e do

processo de integração entre essas duas nações (RODRIGUES, 2006, p. 197-198).

A autora supracitada destaca em seu estudo que as zonas transfronteiriças constituem locais privilegiados para se compreender a lógica das migrações internacionais. Uma característica importante da zona transfronteiriça Brasil-Venezuela observada pela mesma é o fato de ela também ser impactada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e comunicação que intensificam os fluxos de mercadorias (legais e ilegais), pessoas (turistas, imigrantes, trabalhadores), e também imateriais (bilinguismo) em que há um encontro de culturas e identidades, uma mobilidade tanto do capital como da força de trabalho.

A dinâmica fronteiriça entre Brasil e Venezuela – que soma 2.200 km e com a maior parte dessa divisa marcada por áreas florestais e de reservas – tem como principal eixo o dos municípios de Pacaraima e Santa Elena de Uaiarén (DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2018). A cidade venezuelana se encontra no Estado de Bolívar, no sul do país, em uma região de histórica baixa densidade demográfica (CUNILL GRAU, 1988). A região onde encontra-se a divisa brasileira possui características semelhantes, sendo Roraima o Estado brasileiro com menor população.

Rodrigues (2006) também apontou em seu estudo diversas semelhanças entre os estados fronteiriços de Roraima (região Norte do Brasil) e de Bolívar (ao Sul da Venezuela): são considerados espaços vazios – ou *fundos territoriais* (MORAES, 2005, 2011) – por seus estados nacionais e, portanto, destinados aos processos de expansão da fronteira econômica, em que se enfatiza sua ocupação com base na ideia da segurança nacional; apresentam diversos conflitos entre agentes sociais pelo controle de seus recursos naturais (populações indígenas, empresários, garimpeiros, latifundiários, militares etc.); possuem uma população indígena considerável e se situam em uma área de fronteira internacional. A diferença principal entre os estados, conforme ainda aponta Rodrigues (2006), é o fato de Bolívar ser um estado com uma forte presença de indústrias de base – sobretudo a Siderúrgica do Orinoco (SIDOR), localizada em Ciudad Guayana, enquanto Roraima tem sua economia baseada no setor primário e na transferência de recursos federais, no entanto uma das grandes semelhanças entre esses estados é o atrativo de migração regional.

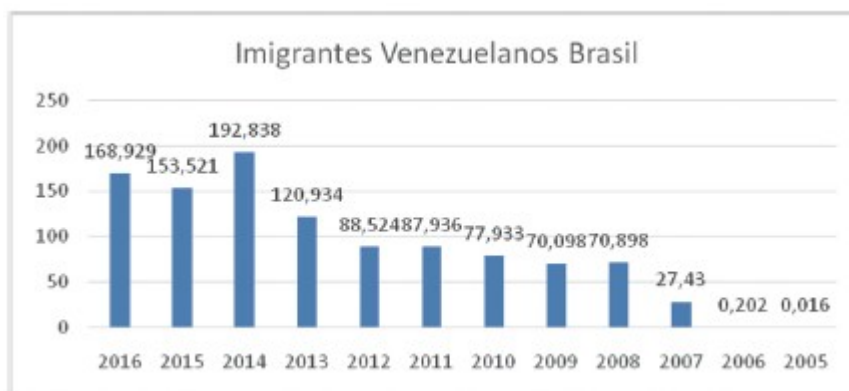
Os municípios na fronteira, Santa Elena de Uiarén – do lado Venezuelano, e Pacaraima – do lado Brasileiro, apresentavam dinâmicas parecidas: ambos estão dentro de projetos de expansão agrícola, têm em sua história processos de exploração mineral e apresentam uma significativa presença de populações indígenas. Além disso, ambos apresentavam uma baixa densidade populacional e grande população flutuante (RODRIGUES, 2006). Nesse sentido, observa-se entre esses dois municípios fronteiriços uma série de formas de mobilidade espacial da força de trabalho.

Santa Elena de Uiarén apresenta uma significativa presença da garimpagem em sua economia, bem como comércio e turismo (com uma maior infraestrutura de entretenimento em relação ao município brasileiro, apresentando restaurantes, boates, casas noturnas etc.). Além disso, essa fronteira também é utilizada como uma rota de tráfico de pessoas (mulheres e adolescentes) que se inicia em Manaus (AM) e termina em Caracas, capital da Venezuela, passando pela rota Manaus (AM) - Iracema (RR) - Boa Vista (RR) - Pacaraíma (RR) - Santa Elena - Puerto Ordaz - Puerto La Cruz - Isla de Margarita - Caracas (RODRIGUES, 2006).

Segundo Lopes (2018) anteriormente à crise na Venezuela, já se estabeleciam relações econômicas e sociais na fronteira Brasil-Venezuela, entre Pacaraima e Santa Elena de Uiarén. Entre essas relações, a autora identifica como exemplos a compra de combustíveis pelos brasileiros na Venezuela (em razão do preço mais barato), o deslocamento pendular de venezuelanos em Pacaraima para o comércio, a mobilidade indígena e a emigração de brasileiros para o garimpo na Venezuela. Ou seja, uma série de manifestações da mobilidade da força de trabalho entre esses espaços.

Rodrigues (2006) ainda apontava que, na época de sua pesquisa, o número de brasileiros na Venezuela era maior do que o de venezuelanos no Brasil, e dois momentos de maior migração de brasileiros se destacavam: em meados da década de 1970 e entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, em ambos os períodos em decorrência, defende ela, do declínio da atividade de garimpagem no território brasileiro e relativa maior estabilidade econômica na Venezuela, que levou muitos brasileiros à se estabelecerem no país vizinho como comerciantes e garimpeiros.

Silva e Abrahão (2018) destacam que a Venezuela historicamente teve pouca presença entre as migrações no Brasil. Dados da Polícia Federal (Gráfico 1) indicam isso, e mostram a mudança que se faz em 2014.



**Gráfico 1: Número de Migrantes Venezuelanos no Brasil 2005-2016**

Fonte: SILVA; ABRAHÃO (2018), dados da Polícia Federal.

Há, contudo, uma reconfiguração dessa dinâmica migratória a partir de 2014 e 2015, quando explode a crise econômica na Venezuela e as migrações passam a se caracterizar, na visão de Baeninger (2017), como migrações de crise – tanto no território de origem como no de destino, passando a ser uma migração dos venezuelanos em busca de oportunidades de vida e trabalho no Brasil – ou seja, sendo mobilizados espacialmente pela necessidade de vender sua força de trabalho para sua própria reprodução.

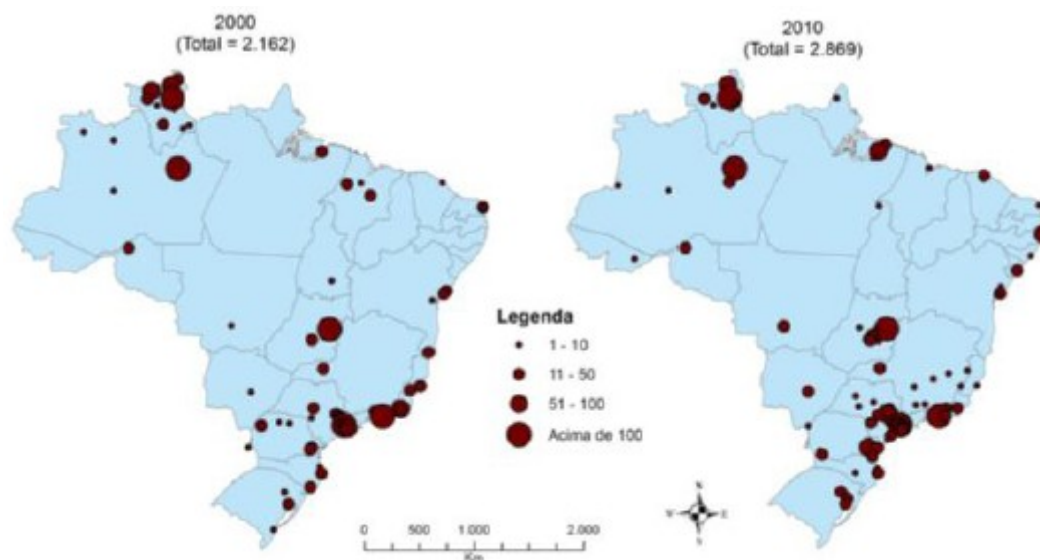
Para Baeninger (2018) a migração venezuelana para o Brasil pode ser entendida como parte de três movimentos importantes que se fazem atualmente presentes nas migrações internacionais contemporâneas: *migrações sul-sul*, *migrações transnacionais de refúgio* e *migrações transnacionais fronteiriças*. No entanto, interessante notar que a autora alerta que deve-se ampliar o entendimento das migrações internacionais contemporâneas, levando em conta a ideia de uma crise migratória origem-destino em que existem, nos movimentos de população, várias origens, etapas, passagens e destinos que podem ser provisórios ou permanentes (BAENINGER, 2018).

Este parece ser o caso das migrações venezuelanas para o Brasil, que se processam entre dois países da periferia do capitalismo, que enfrentam profunda crise econômica e política. Ademais, em se tratando de uma migração sul-sul, característica do fechamento de fronteiras nos países centrais do capitalismo, deve-se levar em conta, inclusive, que o Brasil se coloca como um país *possível* para ser destino dos movimentos migratórios, e não um país *desejável*, como a autora supracitada relembra.

Demétrio e Domeniconi (2018) também seguem esse caminho e evidenciam que a migração venezuelana para o Brasil tem se apresentado através de múltiplas modalidades, com temporalidades e composição sociodemográfica diversas e distintas e também diversificada inserção laboral e distribuição no território brasileiro. Além das características de movimento de fronteira, tal migração também engloba migrações qualificadas (força de trabalho especializada) e, mais recentemente, de refúgio.

Em se tratando de um movimento migratório massivo e bastante heterogêneo, faz-se necessário analisar criticamente as diversas contradições que estão presentes nesse processo e que se expressam em diferentes aspectos, como o perfil das migrações (sobretudo socioeconômico), as rotas de entrada em território brasileiro, a problemática jurídico-política do refúgio, a atuação do Estado brasileiro (com as mudanças na legislação e as políticas concretas realizadas), a distribuição desses imigrantes no território nacional e sua inserção laboral, a xenofobia, a criação de redes entre outros. Buscamos, nesse sentido, trazer alguns apontamentos referentes a esses aspectos que caracterizam o processo migratório venezuelano para o Brasil, sem a pretensão de esgotar a discussão sobre cada um deles, mas reiterando a necessidade de aprofundar a análise crítica e fundamentada dessas diferentes problemáticas que emergem desse complexo processo migratório venezuelano para o Brasil.

Demétrio e Domeniconi (2018) apontam que os Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 indicaram a presença de 2.162 e 2.869 venezuelanos residindo no Brasil, respectivamente (Figura 7). Manaus e o estado de Roraima eram os maiores receptores desses imigrantes. A composição desses movimentos se modificou entre os dois censos, passando da predominância de uma população jovem (e até infantil) para um envelhecimento e masculinização dos imigrantes. No Censo de 2010, mais de 50% da população acima dos 10 anos possuía ensino superior completo e se inseria no setor terciário, especialmente no comércio, administração pública, educação etc. (Tabela 1). No entanto, também se apresentavam imigrantes em atividades mal definidas, agricultura e trabalho doméstico (Tabela 2). Tais dados, conforme as autoras, mostram a desigualdade na inserção laboral dessa população e apontam que parte importante da migração venezuelana no Brasil se associava, até o Censo de 2010, à dinâmica da *migração internacional qualificada*, sendo uma força de trabalho bastante especializada.



**Figura 7: Venezuelanos residentes no Brasil segundo municípios (Censos 2000 e 2010)**

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

**Tabela 1: Venezuelanos maiores de 10 anos de idade segundo nível de instrução no Censo de 2010.**

Instrução	Total	%
Sem instrução e fundamental incompleto	343	12,8
Fundamental completo e médio incompleto	218	8,1
Médio completo e superior incompleto	740	27,6
Superior completo	1.385	51,6
<b>Total</b>	<b>2.686</b>	<b>100,0</b>

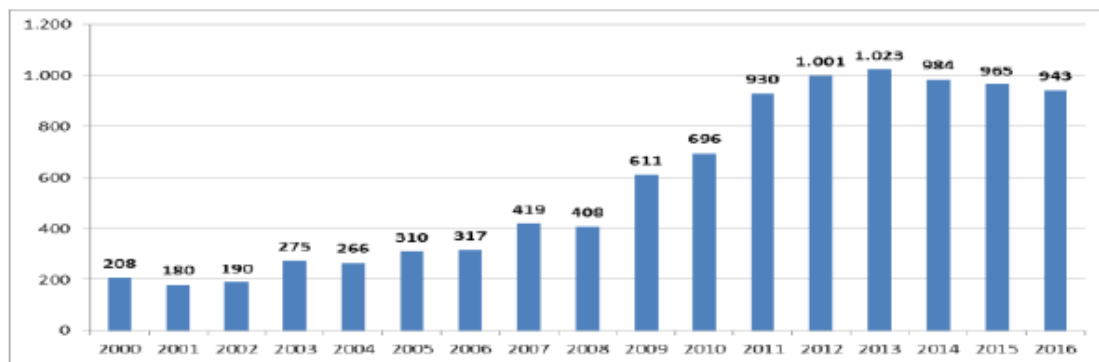
Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

**Tabela 2: Trabalhadores venezuelanos segundo principais setores de atividade no Censo de 2010**

Setor de atividade	Total	%
Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	182	12,6
Atividades mal definidas	156	10,8
Administração pública, defesa e seguridade social	141	9,7
Atividades de atenção à saúde humana	118	8,2
Educação	98	6,8
Atividades de serviços financeiros	94	6,5
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	58	4,0
Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	58	4,0
Extração de petróleo e gás natural	56	3,9
Serviços domésticos	55	3,8
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	50	3,5
Outros setores	562	38,8
<b>Total</b>	<b>1.448</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

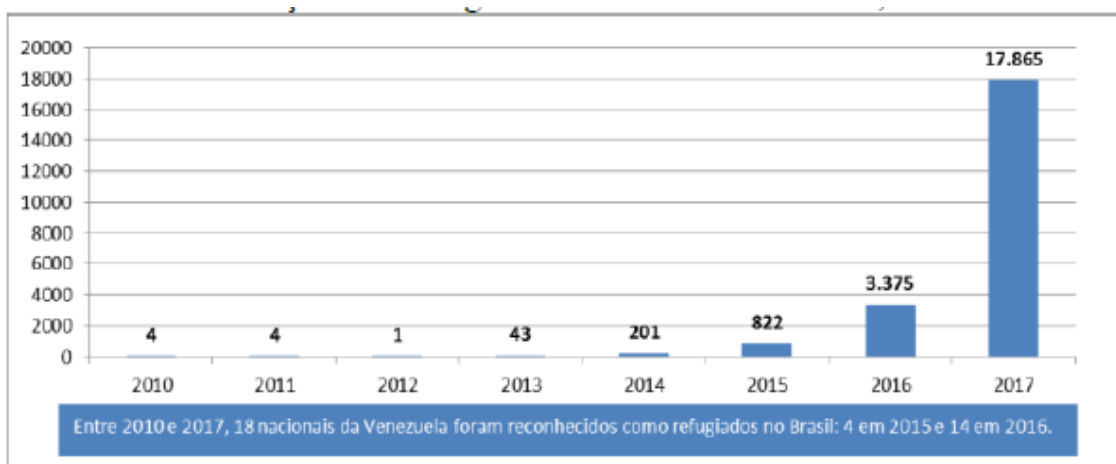
Dadas às mudanças na dinâmica migratória venezuelana na última década, dados além dos produzidos pelos Censos foram analisados pelas autoras. Dados de registros administrativos têm sido mais utilizados no período recente nos estudos migratórios, como os do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), que utiliza dados do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) – renomeado Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) com a Lei de Migração de 2017 – para contabilizar a migração. Contudo, os dados do SINCRE não levam em conta os imigrantes não-documentados e solicitantes de refúgio. Por isso mesmo os dados do SINCRE de 2000 a 2016 (Gráfico 2) apontam que a presença de venezuelanos com RNE teve seu auge em 2012 e 2013, mas a partir de então tais dados sofreram queda, pois a dinâmica migratória foi modificada e nesse novo contexto ela é composta principalmente por imigrantes solicitantes de refúgio.



**Gráfico 2: Venezuelanos registrados através do RNE (2000-2016)**

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

O número de solicitantes de refúgio cresceu vertiginosamente entre 2010 e 2017, passando de 4 para 17.865 (Gráfico 3). Até o período da pesquisa das autoras, apenas 18 do total de 22.315 de refúgios solicitados haviam sido concedidos.



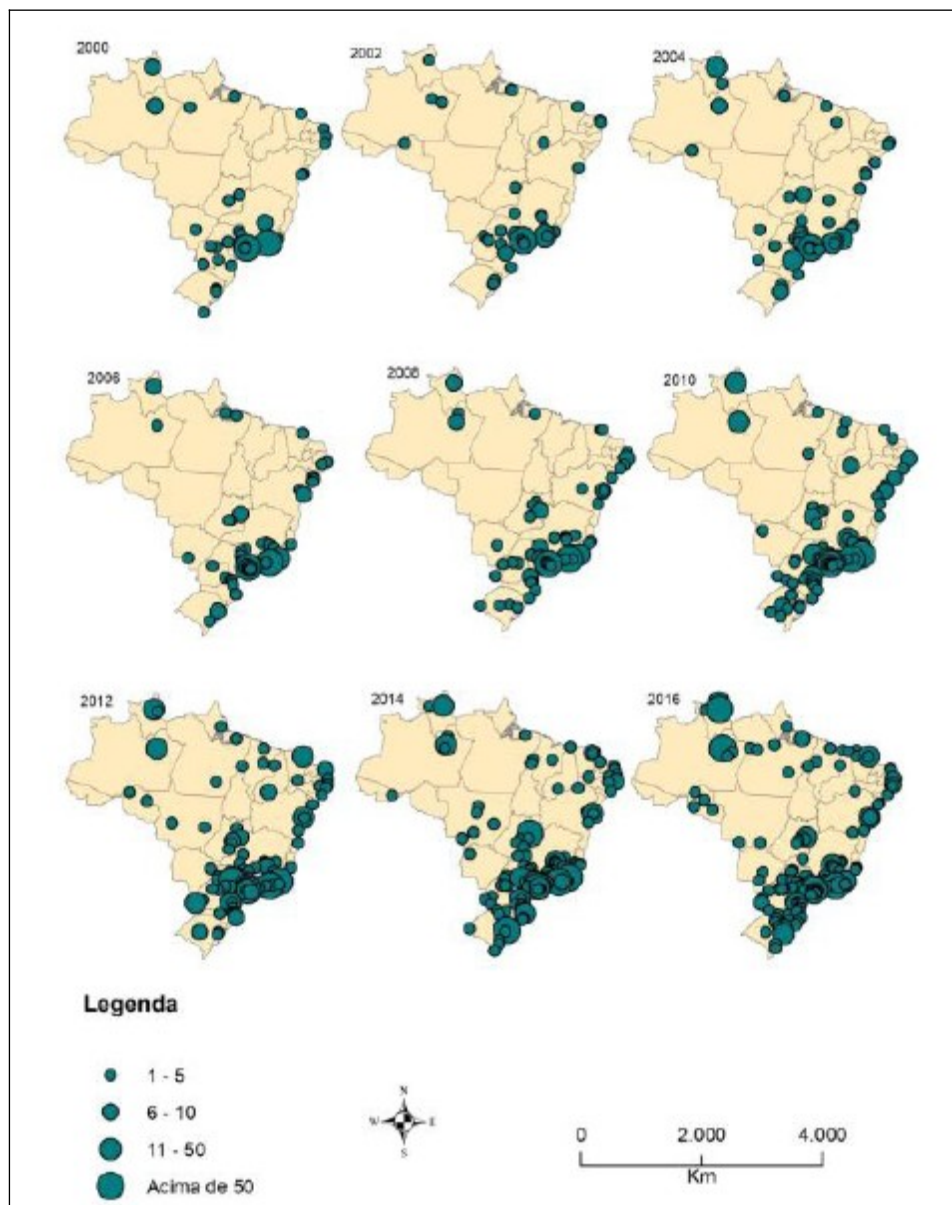
**Gráfico 3: Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil (2010-2017)**

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

Em Roraima, a mobilização de venezuelanos inclui grande pendularidade (entrada e saída de migrantes) e não-documentação, o que significa que boa parte dos imigrantes não são contabilizados. Aqui as autoras trazem o destaque de Baeninger (2017) sobre os problemas referentes à atuação brasileira nas políticas migratórias, que pouco garante o acesso a direitos pelos venezuelanos, constituindo o pedido de refúgio uma das poucas alternativas viáveis para os imigrantes se regularizarem. As autoras ainda trazem o crescimento do número de venezuelanos com o RNE no Brasil em um



mapa (Figura 8), como também em cada estado da federação (Tabela 3). No Brasil, o número de venezuelanos registrados passou de 208 em 2000 para 9.723 em 2016.



**Figura 8: Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil por ano e município de residência (2000-2016)**

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

**Tabela 3: Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil por ano, segundo unidade da federação (2000-2016)**

UF de entrada	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Rondônia	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	5
Amazonas	4	3	4	5	7	2	2	7	11	23	10	13	9	9	17	26	60	212
Roraima	12	12	14	28	27	28	15	35	22	68	57	63	62	29	89	226	253	1.040
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	4
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	13	0	0	1	0	20
Ceará	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	3	3	2	0	14
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	1	2	0	7
Pernambuco	0	0	0	4	2	2	2	0	1	11	5	5	10	15	16	15	17	105
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Bahia	0	0	0	0	0	0	1	5	2	1	3	6	5	8	6	5	7	49
Minas Gerais	6	2	1	0	5	0	1	4	2	4	2	20	8	7	12	10	22	106
Rio de Janeiro	51	57	46	75	71	98	79	105	137	232	242	287	314	225	139	157	123	2.438
São Paulo	122	97	112	150	138	170	210	249	222	250	362	492	509	690	538	414	370	5.095
Paraná	7	2	9	6	5	6	3	4	9	12	6	17	50	11	9	16	20	192
Santa Catarina	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	1	2	0	0	2	0	10
Rio Grande do Sul	3	6	3	5	6	3	3	5	1	4	5	7	6	14	27	57	40	195
Mato Grosso do Sul	1	0	0	0	1	0	1	2	0	2	1	0	0	0	0	2	3	13
Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Distrito Federal	0	0	1	2	3	1	0	1	1	1	2	8	11	9	124	25	24	213
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>180</b>	<b>190</b>	<b>275</b>	<b>266</b>	<b>310</b>	<b>317</b>	<b>419</b>	<b>408</b>	<b>611</b>	<b>696</b>	<b>930</b>	<b>1.001</b>	<b>1.023</b>	<b>984</b>	<b>964</b>	<b>941</b>	<b>9.723</b>

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

Tanto o estado de São Paulo como Roraima (analisados pelas autoras) passaram por transformações sócio-ocupacionais no caráter dos imigrantes nos últimos anos, como apontam as tabelas trazidas pelas autoras (Tabelas 4 e 5).

**Tabela 4: Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil, residentes no estado de Roraima, segundo ocupação (2000-2016)**

Ocupação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estudante	0	1	1	0	1	1	1	7	2	11	5	4	3	3	5	17	11	73
Prendas domésticas (lides do lar)	1	1	0	5	2	2	1	2	2	3	3	4	4	1	1	13	11	56
Diretor, gerente ou proprietário	1	2	1	2	1	3	1	2	1	3	1	2	3	1	3	4	9	40
Médico	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	2	13	8	4	31
Outra ocupação não classificada	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	15	10	29
Vendedor ou empregado de casa comercial	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3	0	1	2	0	1	4	4	18
Professor	2	0	0	4	2	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	5	17
Pedreiro	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	4	5	15
Economista	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	4	14
Sem ocupação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	5	14
Mecânico	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	2	3	12
Engenheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	7	11
Administrador ou funcionário executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	6	10
Sacerdote	1	0	0	0	0	2	1	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0	10
Outras ocupações	3	3	3	1	4	4	0	4	3	9	4	4	4	1	4	24	39	114
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>33</b>	<b>21</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>30</b>	<b>110</b>	<b>123</b>	<b>464</b>

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

**Tabela 5: Venezuelanos registrados (RNE) no Brasil, residentes no estado de São Paulo, segundo ocupação (2000-2016)**

Ocupação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estudante	17	24	21	35	25	27	22	42	43	33	51	66	98	153	96	45	59	857
Médico	16	13	10	4	3	2	5	10	9	23	40	84	89	111	74	20	12	525
Outra ocupação não classificada	1	2	3	4	2	5	6	9	10	11	21	29	28	53	58	60	69	371
Arquiteto	7	7	11	8	17	20	18	16	14	16	24	44	31	32	22	0	0	287
Prendas domésticas (lides do lar)	17	14	15	20	11	19	16	18	7	16	16	15	15	6	7	8	9	229
Dependente de titular	0	0	0	7	6	13	29	19	15	5	7	17	35	16	13	18	0	200
Diretor, gerente ou proprietário	7	6	4	14	9	9	12	17	13	8	15	9	11	10	5	14	8	171
Economista	6	2	5	6	3	4	6	3	4	8	12	13	13	11	10	12	10	128
Menor (criança, não estudante)	5	6	7	6	3	8	7	3	9	1	4	6	3	2	4	6	6	86
Sem ocupação	0	0	0	2	0	0	1	1	1	1	3	13	5	20	9	9	17	82
Oficial	0	0	0	1	0	2	2	0	2	10	4	6	6	8	13	4	6	64
Professor	3	2	1	1	7	2	5	2	3	2	3	4	8	5	5	5	6	64
Administrador ou funcionário executivo	4	1	0	2	3	1	7	3	4	7	2	6	1	1	6	4	1	53
Engenheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	28	21	50
Outras ocupações	14	2	11	13	22	13	18	13	19	27	39	27	28	45	29	49	60	429
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>79</b>	<b>88</b>	<b>123</b>	<b>111</b>	<b>125</b>	<b>154</b>	<b>156</b>	<b>153</b>	<b>168</b>	<b>241</b>	<b>339</b>	<b>371</b>	<b>473</b>	<b>352</b>	<b>282</b>	<b>284</b>	<b>3596</b>

Fonte: DEMÉTRIO; DOMENICONI (2018)

Nesse sentido, Baeninger (2018) observa uma mudança no perfil sociodemográfico dos imigrantes a partir de 2016. Entre 2000-2016, a autora aponta que a migração venezuelana para o Brasil era composta majoritariamente por pessoas com alta qualificação e em cargos de gerência, apresentando visto de trabalho. Eram 9.723 imigrantes, 5.095 tiveram como destino São Paulo e 2.438 o Rio de Janeiro (dados do SINCRE). Havia aqui um perfil migratório venezuelano bastante seletivo, destinado sobretudo às capitais.

Sobre essa migração qualificada, Domeniconi e Baeninger (2016) atestam que os espaços dessas mobilidades foram reconfigurados para além dos grandes centros urbanos no período recente, inclusive em cidades com pouca ou nenhuma presença de venezuelanos historicamente. Entretanto, mesmo em se tratando de uma migração de pessoas qualificadas, existem restrições para seus direitos, circulação e inserção laboral.

Já a partir de 2016, com o aprofundamento da crise econômica, observa-se uma imigração de populações de classe média e pobres para o Brasil sobretudo na fronteira, com forte presença de pedidos de refúgio (BAENINGER, 2018). A mobilidade espacial dessa força de trabalho, nesse sentido, sofre mudanças a partir desse momento, e apresenta como uma de suas particularidades o refúgio.

### 5.2.1. A problemática do refúgio

O refúgio tem sido um dos elementos principais que constituem os movimentos migratórios contemporâneos, e sobretudo o venezuelano. Como vimos anteriormente, o número de solicitações de refúgio realizadas pelos imigrantes venezuelanos cresceu vertiginosamente na segunda metade da década de 2010, acompanhando o crescimento abrupto da migração venezuelana para o Brasil. Até 2016, Silva e Abrahão (2018) apontam que a maior parte dos venezuelanos que adentravam o Brasil obtinham o visto de turista, com poucos solicitando refúgio ou visto de outro tipo (e lembram que o visto de turista garantia uma permanência em território brasileiro de até 90 dias).

Com a chegada de grande contingente de venezuelanos em meados de 2016, a estratégia mais utilizada pelos mesmos para conseguir assegurar seus direitos, ao adentrarem território brasileiro, se deu através da solicitação de refúgio. O crescimento súbito das solicitações de refúgio levou ao Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) a necessidade de analisar e discutir essa problemática que envolve o estatuto jurídico do refúgio. Assim, se estabeleceram discussões entre instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, instituições religiosas e organizações governamentais a respeito da situação migratória, e a forma de como reconhecer esses estrangeiros foi um dos temas.

Vasconcelos e Santos (2018), que realizam uma análise a respeito da utilização do conceito de *refugiado* para se tratar os imigrantes venezuelanos, evidenciam que a utilização de um determinado conceito reflete necessariamente a ordem sociológica corrente, possuindo em sua utilização um caráter político. Nesse sentido, podemos perceber a dimensão política que assume a visão institucional do ACNUR a respeito do refúgio, que vê no processo migratório venezuelano tanto a presença de migrantes do tipo *econômico* como *refugiados*.

Com base na definição da Convenção de Refugiados das Nações Unidas de 1951 (que o Estatuto do Refugiado brasileiro de 1997 está de acordo), a Agência caracteriza o refugiado como: 1) vítima de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política; ou 2) vítima de grave e generalizada violação de

Direitos Humanos<sup>60</sup>. Sendo esse segundo sentido amplo, várias interpretações podem ser feitas.

Conforme Vasconcelos e Santos (2018), concordar com a segunda acepção, que define os imigrantes venezuelanos como refugiados em decorrência de violação generalizada de Direitos Humanos, é como concordar e fortalecer a crítica dos opositores do governo de Nicolás Maduro. Possui, assim, forte caráter político e geopolítico.

Para tratar sobre a questão do refúgio, Moreira e Sala (2018) realizam uma interessante reflexão sobre a construção histórica deste conceito, que está ligado à figura do migrante que teve de deixar seu país em razão de conflitos internos ou externos, instabilidade política, perseguições ou outras formas de violação a seus direitos, sendo necessário a ele a proteção de outro Estado, diferentemente de outros conceitos. Em 1951, em um cenário pós-guerra, foram criados o ACNUR e a Convenção Relativa ao *Status* dos refugiados. O eixo principal que define o conceito de refugiado aqui é o temor de perseguição com base em raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou pertencimento a determinado grupo social. Tais elementos levavam em conta sobretudo o contexto da Guerra Fria, e assim seguiam uma perspectiva eurocêntrica e os interesses dos países que o formularam. Além disso, abria a possibilidade para que apenas pessoas de países europeus pudessem ser consideradas refugiadas (reserva geográfica). Tanto esta reserva como a temporal foram retiradas do texto em 1967.

Como também destacam Rossa e Menezes (2018), a construção desse conceito foi legitimada através de um caráter positivista e sobretudo numa ótica do norte global, que segundo as autoras reflete nas limitações geográficas e temporais do Estatuto de Refugiados de 1951 e Protocolo de 1967. A evolução das discussões a respeito do refúgio passou a incluir em seu escopo cada vez mais situações para além daquelas descritas nesses dois documentos.

Dessa forma, o conceito de refúgio foi ampliado em convenções posteriores, como na Convenção Africana de 1969 e na Declaração de Cartagena de 1984, que correspondiam aos continentes africano e latino-americano, respectivamente. Os regimes europeus, contudo, não realizaram uma ampliação do conceito, assim poucos

60 O Estatuto do Refugiado brasileiro (Lei n.º 9.474/97), além de seguir essas duas definições, também considera como refugiado, em seu artigo 1º, “aquele que não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior”.

avanços foram observados na organização e aplicação do instituto de refúgio pelos países da União Europeia, havendo componentes políticos nessas decisões. No caso brasileiro, o já mencionado Estatuto do Refugiado (Lei n.º 9.474/97) foi adotado em 1997 e seguiu os principais instrumentos internacionais e regionais então existentes.

Esse desenvolvimento do conceito de refúgio deu-se sobretudo com as mudanças geopolíticas internacionais que ocorreram nas décadas seguintes, com a independência de vários países até então colonizados, a reestruturação produtiva, o fim da Guerra Fria e a predominância da globalização neoliberal. Novos processos de mobilidade espacial da força de trabalho emergiram com esse novo contexto mundial, em que a questão política em relação aos países do norte e do sul (centro e periferia capitalista) demonstrou maneiras diferentes de tratar a questão dos refugiados e migrantes a depender de sua origem. Mesmo a criação de categorias de migrantes seguiu padrões diferentes a depender da classe social dos migrantes: *refugiados* e *deslocados* sendo aplicados à imigrantes de baixa renda, enquanto imigrantes ricos eram tratados como *expatriados*, o que reflete a influência econômica e política sobre a governança dos processos migratórios e mostra que tais categorias são elaboradas e utilizadas através de um uso político (ROSSA; MENEZES, 2018).

Nesse sentido, o conceito de refúgio exprime também contradições, possuindo falhas inerentes a ele, como evidencia Souza (2018). Para esse autor, o mecanismo do refúgio é contraditório e a distinção entre quem deve ser ou não refugiado demonstra tal característica. A rigidez da análise dos pedidos de refúgio segue uma lógica de mantê-lo como excepcionalidade, o direito a ele assim é escasso. Os organismos do Estado e agências humanitárias seguem essa lógica, como destaca o mesmo autor (2018, p. 181-182):

o consenso global que sustenta a proteção aos refugiados está baseado naquele regime de escassez, em que é preciso constantemente produzir a distinção arbitrária entre os que merecem e os que não merecem o status de refugiado. A arbitrariedade, neste caso, não incidental. Ela é a peça fundamental. No fundo, se trata de conceber a cidadania e o pertencimento ao Estado como uma escassez. E ainda mais ao fundo, se trata de conceber a vida mesma como escassez. A cidadania somente é possível quando a vida está no limite de sua rarefação. O consenso que permite a proteção é o consenso em torno de um conceito de vida. É, ao final, disso que se trata: a definição do que é a vida.

Nesse sentido, os imigrantes são caracterizados e hierarquizados a partir de um “mérito”: Há os refugiados *verdadeiros*, os refugiados *falsos*, os migrantes

humanitários, econômicos etc. Todos eles são, como continua o autor, subjugados de alguma forma.

Silva e Abrahão (2018), que também debatem sobre o refúgio, atestam para a diferença entre ele e o conceito de asilo:

A grande diferença entre o asilo e o refúgio é natureza do ato de reconhecimento, sendo discricionário no caso do asilo, isto é, cabendo ao Estado decidir usando o poder soberano de conceder ou não. Já no refúgio, o ato é vinculado, isto é, o Estado não tem discricionariedade, deve obrigatoriamente reconhecer tal condição uma vez materializada algumas de suas hipóteses (SILVA; ABRAHÃO, 2018, p. 648).

Em relação à migração venezuelana, Silva e Abrahão discutem sobre a viabilidade jurídica da concessão de refúgio aos venezuelanos com base nos instrumentos legais: raça, religião e nacionalidade são logo excluídas dessa possibilidade. No quesito perseguição política, embora haja venezuelanos que alegam ter deixado seu país em razão de oposição a Maduro, a grande maioria afirmava, à época da pesquisa, ter migrado para o Brasil para sobrevivência, e não por fuga de perseguição política. Já o quesito “pertencimento a certo grupo social” também não se aplica, pois os imigrantes compõem uma grande diversidade de grupos sociais. O quesito “grave e generalizada violação de direitos humanos”, que fora estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984 e pensada no contexto latino-americano de ditaduras da época, pode ser pensado como uma possibilidade para garantir o *status* do refúgio, uma vez que a fome é um problema sério e representa um desrespeito a um direito basilar. Essa decisão, contudo, envolve contextos políticos e diplomáticos, que podem afetar a relação entre os dois países envolvidos.

As decisões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)<sup>61</sup> a respeito dos pedidos de refúgio, até 2017, vinham resultando em baixa quantidade de refúgios concedidos aos venezuelanos – eram apenas 11 venezuelanos com status de refugiado entre os mais de 2.500 solicitantes no início de 2017 – o que significa que o comitê, até então, não considerava que a situação desses imigrantes se enquadrava ao instituto do refúgio (SILVA; ABRAHÃO, 2018).

---

61 Criado em 1997, através da Lei nº 9.474 – Estatuto do Refugiado – o CONARE é uma instância que define normativamente quem possui ou não o direito à condição de refugiado. É ele que autoriza ou não a condição de refúgio. Ele está vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Contudo, o governo brasileiro, através do CONARE, passou a reconhecer em junho de 2019 uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, passando a acelerar o procedimento de concessão de refúgio aos imigrantes venezuelanos, de forma que até 28 de agosto de 2020 o número de venezuelanos considerados refugiados no Brasil passou da marca de 46 mil pessoas<sup>62</sup>, sendo o país latino-americano com o maior número de imigrantes nessa situação. Antes disso, em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, o CONARE já havia concedido em bloco o *status* de refúgio para 21 mil e 17 mil venezuelanos, respectivamente (passando de 11 mil aproximadamente para quase 40 mil em apenas 2 meses)<sup>63</sup>. Isso significa, do ponto de vista geopolítico, reiterar a oposição do governo do Brasil em relação ao governo de Nicolás Maduro, fortalecida com a subida do governo Bolsonaro ao poder em janeiro de 2019. Só no ano de 2019, os venezuelanos corresponderam a 97,2% dos refúgios concedidos pelo Brasil, segundo o Refúgio em Números (2020).

Apesar da visão do ACNUR em relação aos venezuelanos – de defender o reconhecimento dos mesmos como refugiados – Vasconcelos e Santos (2018) apontam que em março de 2017, em um evento na UFRR, uma assessora do ACNUR afirmou que o pedido de refúgio por parte dos venezuelanos se dá sobretudo pela busca dos mesmos por uma regularização migratória. Assim, a solicitação de refúgio, por parte dos imigrantes, é muito mais requerida para garantir regularização no país do que em decorrência das possíveis violações cometidas contra os imigrantes, como vários autores também defendem (SILVA; ABRAHÃO, 2018; SILVA, 2018; BAENINGER, 2018).

Levando em conta o caráter político, podemos afirmar que a concessão do *status* de refugiado, embora possa facilitar o acesso dos imigrantes ao país, exprime também um conteúdo político ao apontar que o país de origem comete violações contra os Direitos Humanos. A própria Cáritas (confederação internacional de 162 organizações vinculadas à Igreja Católica) defendia até 2018 que devia-se ser reconhecida na Venezuela uma situação de violação dos Direitos Humanos, para ser facilitada à concessão da situação de refúgio aos imigrantes venezuelanos (ROSA; MERIGUETI, 2018), assim como o CONARE a partir de 2019.

---

62 Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados. ACNUR Brasil. 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

63 Brasil reconhece, de uma vez, 17 mil venezuelanos como refugiados. G1 e TV Globo. 31 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/31/brasil-reconhece-em-bloco-17-mil-venezuelanos-como-refugiados.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2021.



Souza (2018) também aponta para a retórica de *crise de refugiados* que é utilizada para definir os fenômenos decorrentes desse contexto. Segundo ele:

A retórica da crise é o pretexto para a ampliação dos investimentos em segurança e repressão nas fronteiras, mas, principalmente, para a construção e ampliação das fronteiras: os traços de “anormalidade” também justificam a ampliação da definição do que é risco e de quais são as figuras que hoje representam riscos. A crise é a própria retórica, ou melhor, o recrudescimento da violência. Neste sentido, é a justificativa para ampliar a própria definição de migrante, de refugiado ou de terrorista, ou melhor, da anormalidade que tais figuras portam e das linhas de anormalidade presentes em tantas outras formas de insubordinação. É preciso, contudo, insistir que não se trata apenas de criar barreiras, mas produzir saber e verdade (SOUZA, 2018, p. 183).

Esta retórica tem sido utilizada frequentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e agências associadas (ACNUR<sup>64</sup>, OIM) para apontar a existência de uma *crise humanitária* na Venezuela. A própria ONU em vários momentos tentou investigar possíveis crimes cometidos pelo Estado venezuelano<sup>65</sup> e pelo governo Maduro, apontando a prática de crimes contra a humanidade por parte do presidente venezuelano<sup>66</sup>.

### 5.2.2. A xenofobia

Um outro elemento fundamental da migração venezuelana se trata da xenofobia e sua vinculação com o aspecto político e de governança sobre esse movimento migratório.

Em um mundo dominado pela expansão do capitalismo, se expressam diferenças entre as possibilidades de mobilidade espacial da força de trabalho entre os países dominantes e os países periféricos. No Brasil, como exemplo, há um considerável número de imigrantes de países do norte (Portugal, Japão, EUA), mas não há discussão a respeito desses movimentos na narrativa dominante, que frequentemente considera apenas a entrada de migrantes do sul como um incômodo. Esse incômodo, como destacam Rossa e Menezes (2018), demonstra como o racismo, xenofobia e outros preconceitos têm forte influência sobre a discussão pública (e ação do Estado) a respeito das migrações recentes no Brasil, que criminaliza os imigrantes de países periféricos (como exemplos trazidos pelas autoras, Angola, Bangladesh e Haiti).

64 ONU News. Acnur: Venezuela tem segunda maior crise de refugiados do mundo após Síria. 29 outubro 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1692471>. Acesso em: 14 jan. 2021.

65 DW Brasil. ONU pede investigação internacional contra Venezuela. 22 junho 2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3078g>. Acesso em: 14 jan. 2021.

66 CHADE, J. ONU implica Maduro em crimes contra a humanidade. UOL. 16 setembro 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/16/inquerito-criado-pela-onu-implica-maduro-em-crimes-contra-a-humanidade.htm>. Acesso em: 14 jan. 2021.

A narrativa política e econômica dominante, expressa nos meios de comunicação hegemônicos e nos discursos das classes políticas alinhadas à burguesia nacional, defende que não é possível qualquer política pública de desenvolvimento social. Essa narrativa visualiza que apenas o mercado pode ser o motor do desenvolvimento e, assim, apenas os estrangeiros solicitados pelo mercado seriam considerados necessários para o país (LOPES, 2018). Ou seja, apenas a mobilidade espacial de uma parte da força de trabalho seria requerida pelo mercado.

Os imigrantes não “desejados” pelo mercado causariam sobrecarga nos recursos do Estado, uma vez que tais recursos são considerados “escassos”. Os empregos, equipamentos públicos de saúde e educação seriam assim sobrecarregados pela presença dos imigrantes indesejados, segundo o ponto de vista da narrativa reacionária e neoliberal que assume o poder a partir do golpe de 2016 (LOPES, 2018) e que se reafirma e se aprofunda com as eleições de 2018, quando vence o processo eleitoral um candidato de extrema-direita abertamente defensor da ditadura militar, de posição anti-migração e reprodutor da narrativa de Donald Trump.

Essa mesma autora observa que se vive, no atual momento, no Brasil o apogeu de um neoliberalismo em que tudo que fora construído pelo Estado Social é destruído. O imigrante é, nesse momento, colocado como ameaça à estabilidade econômica, e a repressão à imigração se torna uma prática do Estado. A noção de *nacionalismo* passa a ser utilizada como arma ideológica para justificar tal rejeição ao imigrante, todavia focaliza sua atenção ao imigrante pobre e de países da periferia capitalista.

Esse enrijecimento do discurso anti-migratório ocorre ao mesmo tempo em que, no Brasil, é aprovada uma mudança vital em sua legislação migratória, com a Lei de Migração de 2017, considerada por vários autores (LOPES, 2015; OLIVEIRA, 2017; BAENINGER, 2018) como uma vitória democrática de uma legislação avançada em relação ao Estatuto do Estrangeiro. Mais a frente retomaremos esta questão.

No caso da migração venezuelana para o Brasil, vários casos de xenofobia foram observados e registrados pela imprensa, especialmente na cidade fronteira de Pacaraima e na capital de Roraima, Boa Vista. Como bem visualizaram Sarmiento e Rodrigues (2018), o preconceito aos venezuelanos, que tornou-se intenso em Boa Vista, baseia-se num discurso de que os mesmos estariam causando impactos negativos para a cidade e o estado de Roraima por supostamente roubarem empregos dos locais e

trazendo violência. É frequente a associação dos venezuelanos ao crescimento da crise local e outros problemas que ocorrem localmente, argumento utilizado tanto por classes pobres (cooptadas pelo discurso de ódio propagado pela elite) como pela classe média e elite (essas duas em maior grau).

Nesse sentido, parte da sociedade civil e da classe política (sobretudo conservadores)<sup>67</sup> se posicionam contra a entrada e estadia dos imigrantes, defendendo fechamento de fronteiras e medidas duras contra a imigração, e discordando de qualquer atuação do Estado para amparar tais populações. Essa fatia frequentemente caracteriza os venezuelanos como potenciais criminosos e promove uma desumanização dos mesmos.

Como ainda pontuam Sarmiento e Rodrigues (2018), o discurso de ódio aos imigrantes é quase sempre formulado em círculos da classe média e da elite, que instigam a opinião pública (cooptando a classe trabalhadora) a acreditar que tais imigrantes estão roubando empregos e direitos da população mais pobre. Esse contexto de crescente perda de direitos pela classe trabalhadora, com o enfraquecimento do Estado e crescente precarização do trabalho, leva a um apoio a partidos e políticos de extrema-direita, que se colocam frequentemente contrários à migração e a favor de políticas de controle migratório.

O ódio aos imigrantes, sobretudo pobres, se aproxima, nesse sentido, do próprio ódio das elites sobre as populações pobres nacionais, que exprime a luta de classes existente dentro de uma sociedade capitalista, como é o caso brasileiro.

### **5.2.3. A lei de migração de 2017 e as mudanças em relação ao Estatuto do Estrangeiro**

A maior parte dos autores estudados, entre eles Oliveira (2017), concorda que o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980, vigente entre 1980 e 2017) em muitos pontos não estava em concomitância com a questão dos Direitos Humanos presente na Constituição de 1988, uma vez que o mesmo foi promulgado em um contexto de ditadura militar no Brasil e interpretava a imigração como uma questão de segurança

---

67 Durante as eleições de 2018, a questão da imigração esteve presente nos debates e campanhas, tendo candidatos da direita e extrema-direita lançado a retórica anti-migração para cooptar apoio das classes subalternas e atacar aqueles que defendem os Direitos Humanos e associar os defensores da migração, sobretudo a venezuelana, à esquerda e ao governo Maduro. Muitos políticos de direita, especialmente em Roraima, foram eleitos através desse discurso anti-migração.

nacional (explícita já em seu artigo 2), tratando os imigrantes como possíveis ameaças. Já a nova lei traz um avanço em relação a essas interpretações:

Apesar dos vetos, a nova Lei de Migração, que substituirá o Estatuto do Estrangeiro, é considerada um avanço, principalmente ao se analisar a conjuntura mundial em que muitos países têm endurecido suas regras contra os imigrantes. Dentre as principais alterações introduzidas, estão o tratamento do imigrante a partir de uma perspectiva humanitária, como indicado no artigo 3º,4 e não mais como ameaça à soberania nacional, a institucionalização da política de vistos humanitários e a instituição do repúdio à xenofobia e ao racismo (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 148).

Nesse sentido, com a adoção da Constituição de 1988, que institui o Estado Democrático de Direito e elenca como princípio a afirmação e garantia de direitos – equiparando a garantia de vários direitos entre os brasileiros e estrangeiros, o Estatuto do Estrangeiro teve partes de seus artigos discordantes em relação à nova legislação. Como exemplo, um desses artigos do Estatuto é o 48 – correspondente ao exercício do direito à educação por parte dos imigrantes, que exclui imigrantes indocumentados da possibilidade de matrícula em instituições de ensino, o que viola o direito à educação estabelecido no artigo 205 da constituição, que coloca a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Em relação ao artigo 48 do Estatuto do Estrangeiro:

Art. 48. Salvo o disposto no §1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicarão, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso.

Como vimos anteriormente em Alves (2015), a vigência do Estatuto do Estrangeiro por décadas, mesmo em discordância à Constituição de 1988, permitiu ao capital uma exploração da força de trabalho imigrante, sobretudo daquela indocumentada, que têm sido característica dos movimentos migratórios para o Brasil desde as últimas décadas do século XX.

A aprovação da nova Lei de migração – Lei n.º 13.445/2017 – se deu após um longo período de mobilização de setores da sociedade, como grupos associados aos migrantes, pesquisadores, instituições que trabalham com a temática migratória entre

outros, que ansiavam por uma lei que encarasse as migrações na perspectiva dos direitos humanos. A aprovação da lei foi marcada pela oposição de políticos e partidos de direita<sup>68</sup>, assim como em manifestações de grupos conservadores<sup>69</sup>.

Em relação à política migratória brasileira e aos principais direitos estabelecidos, a nova lei traz seus princípios em seu artigo 3º da seguinte forma:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI - acolhida humanitária;
- VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII - garantia do direito à reunião familiar;
- IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
- XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
- XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
- XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;
- XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
- XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;
- XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;
- XVIII - observância ao disposto em tratado;
- XIX - proteção ao brasileiro no exterior;
- XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;
- XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e
- XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.

68 DELFIM, R. B. Nova Lei de Migração é aprovada pelo Senado e segue para sanção presidencial. Brasil de Fato. 19 abril 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/19/nova-lei-de-migracao-e-aprovada-pelo-senado-e-segue-para-sancao-presidencial/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

69 SABOYA, E. Protesto da direita anti-lei de migração incorreu em crime, diz especialista. El País. 03 maio 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938\\_726291.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938_726291.html). Acesso em: 29 jun. 2021.

A garantia de direitos também se faz presente no artigo 4º da legislação, equiparando o trabalhador imigrante ao nacional:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

- I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- II - direito à liberdade de circulação em território nacional;
- III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
- IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
- V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;
- VI - direito de reunião para fins pacíficos;
- VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
- VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;
- XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- XIV - direito a abertura de conta bancária;
- XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e
- XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

Ainda que a lei de migração garanta essa equiparação de direitos entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, devemos lembrar que se trata de uma legislação recente e instituída em um contexto de endurecimento da atuação dos Estados nacionais quanto a mobilidade da força de trabalho, que têm a restringido. Devemos nos atentar, ademais, que o Estado capitalista atua no sentido de regulamentar, através da legislação, a mobilidade da força de trabalho para o interesse da acumulação do capital. Além disso, ainda que a nova legislação traga avanços na garantia de direitos aos imigrantes, sua aplicabilidade plena dependerá sobretudo do contexto político, como veremos no caso da migração venezuelana.

#### 5.2.4. O papel do Estado brasileiro e o processo de interiorização

Em relação às ações concretas do Estado brasileiro no que diz respeito à governança migratória, muitos autores (ARAÚJO, 2018; SAMPAIO; SILVA, 2018) concordam que elas se pautam muito mais em reação a situações específicas e emergenciais das migrações (como as haitianas e venezuelanas) do que em uma estruturação sólida. Nesse sentido, as políticas públicas – que Araújo prefere considerar como *ações estatais* – em relação às migrações pouco possuem fundamentos e práticas presentes em políticas públicas de fato.

Nesse sentido, o Estado brasileiro é pouco capacitado para lidar com situações mais complexas e isso mostrou-se na entrada intensa de venezuelanos em Roraima. Há sobretudo impasses na articulação entre os diferentes entes federativos do país na condução da questão migratória. Não havia perspectiva, para Araújo (2018), de uma organização de uma Política Pública ordenada para tratar dessa problemática, visto que a instabilidade institucional brasileira vinha se tornando ainda mais profunda especialmente a partir do golpe de 2016. Devemos atentar, contudo, que essa falta de uma estruturação sólida para uma política migratória não é decorrente de uma suposta inabilidade ou incompetência do poder público, mas guarda contornos políticos.

No caso da migração venezuelana, é interessante abordar o programa de interiorização promovido pelo Estado brasileiro, que é para Araújo (2018) e outros autores (BAENINGER, 2018; PACÍFICO, SANTANA, SILVA, 2018; SAMPAIO; SILVA, 2018) uma expressão da atuação do Estado brasileiro baseada em reação a situações específicas, como já havia ocorrido com a concessão de visto humanitário aos imigrantes haitianos.

No início de 2018, com o crescimento da presença de venezuelanos, inicialmente no Estado de Roraima, o governo federal brasileiro, através do Exército, federalizou a gestão da imigração venezuelana. Foi criado um Comitê Federal de Assistência Emergencial – a Operação Acolhida – para acolher os migrantes em situação de vulnerabilidade, contando com a participação de várias agências da ONU, especialmente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da Organização Internacional para as Migrações (OIM), do Fundo de População da ONU (UNFPA), e do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), atuando com

diversos municípios brasileiros, Organizações Não-Governamentais (ONGs) entre outros agentes.

Segundo a própria página da Operação Acolhida, a mesma é organizada através de três eixos:

- 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro;
- 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde;
- 3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

Em razão de o Estado de Roraima ser o menos populoso do Brasil e com pouca infraestrutura para absorver a força de trabalho venezuelana, o Comitê de Assistência criou um Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes no Estado de Roraima, sendo a OIM a agência que coordena a interiorização (DEL VECCHIO; ALMEIDA, 2018). Esse processo se iniciou em 05 de abril de 2018, sendo realizado pela Casa Civil em parceria com as Forças Armadas e a ONU, tendo como objetivo ajudar os venezuelanos a encontrar melhores condições de vida e inserção no trabalho em outros estados brasileiros (PEREIRA, CARVALHO, PARISE, 2018).

Como destacam Pacífico, Santana e Silva (2018), o Programa Nacional de Interiorização (PNI) é uma das ações da Operação Acolhida, e cada uma das agências da ONU possuem diferenciados papéis:

O ACNUR auxilia as entidades locais com melhorias na infraestrutura e com os custos operacionais; a OIM orienta previamente os venezuelanos, para que tomem decisões voluntárias, e os acompanha durante o trajeto; o UNFPA dialoga com mulheres e população LGBTI para fortalecerem estes vulneráveis durante o processo; e, por fim, o PNUD atua junto ao setor privado, conscientizando-os a absorvê-los como mão-de-obra (PACÍFICO, SANTANA; SILVA, 2018, p. 271).

Além desses agentes, Pereira, Carvalho e Parise (2018) destacam que a Força Aérea Brasileira (FAB) é quem providencia o deslocamento dos imigrantes com seus aviões e ônibus até os locais de destino. Tanto o governo como as agências da ONU se



articulam com os municípios (que recebem recursos) e entidades da sociedade civil e privadas para receber os imigrantes.

Quatro principais modalidades de interiorização são tomadas pelo Estado e pelas entidades colaboradoras, como trazem Sampaio e Silva (2018, p. 393):

- 1)** a abrigo a abrigo facilitada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com quatro agências das Nações Unidas, seus parceiros implementadores e a Força Aérea Brasileira (FAB);
- 2)** a reunião familiar com apoio da OIM e da FAB (quando da disponibilidade de vagas em seus voos);
- 3)** a modalidade de trabalho promovida pelo Exército brasileiro com apoio da FAB;
- 4)** e, por último, os vários modelos de deslocamento assistidos por distintas organizações da sociedade civil brasileira com fontes de recursos variadas.

Os venezuelanos, para serem selecionados para o processo de interiorização, são submetidos a exames de saúde, atualizam cartão de vacinação e regularizam documentos como RG, CPF, CTPS e cartão do SUS, sendo obrigatório cumprir esses requisitos para que possam participar do programa. Posteriormente, são enviados para entidades da sociedade civil para proteção humanitária emergencial (habitação, recebimento de alimentos, roupas, remédios, integração laboral e de crianças em escolas, aprendizado de português etc.). A Igreja Católica é uma das instituições que colaboram nesse processo (PACÍFICO, SANTANA, SILVA, 2018), através principalmente da Cáritas (ROSA; MERIGUETI, 2018). Entre outros agentes, a Missão Paz foi uma das primeiras organizações sociais a se colocar para acolher os imigrantes (PEREIRA, CARVALHO, PARISE, 2018). Ambas se colocam como redes de apoio e acolhimento para os imigrantes.

Segundo os autores supracitados, a Missão Paz se constitui um centro integrado de serviços, que vai desde a acolhida e garantia de acesso a alimentação e estadia (através da Casa do Migrante) até auxílio no processo de integração dos imigrantes ao mercado de trabalho e outros serviços (através de eixos de ação). A missão também participa de processos ligados à elaboração de leis e medidas para os imigrantes, tendo contribuído para a elaboração e aprovação da Lei de Migração de 2017 e também da Lei Municipal Para a População Imigrante (Lei 16.478/16) de São Paulo. A missão também participou de vários eventos, palestras e encontros sobre a questão migratória em vários países e ao lado de vários outros organismos.

A acolhida dos imigrantes, no pensamento da Missão Paz, engloba muito mais que apenas dar um lugar para dormir ou ensinar a língua portuguesa, pois também inclui a cooperação entre diferentes agentes (governo, ONGs, instituições) para garantir o acesso dos imigrantes à saúde, educação, trabalho, incidência política para os mesmos atuarem no sentido de buscar seus direitos e mudanças na legislação para garantir tais direitos, bem como políticas públicas específicas. Além disso, os autores ainda destacam que a Missão Paz teve contato com imigrantes que passaram por situação de trabalho análogo à escravidão, principalmente em oficinas de costura onde tanto adultos como crianças trabalham forçadamente e são explorados.

Em relação à Cáritas, Rosa e Merigueti (2018) destacam que a Cáritas Brasileira (associada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) em São Paulo atua há mais de 40 anos para acolher refugiados, possuindo mais de 17 mil pessoas cadastradas. Possui capacidade para acolher em média 16 novas pessoas por dia e já havia anteriormente atendido a migrações como a haitiana e a síria. O impacto migratório dos venezuelanos em São Paulo, segundo os autores, foi menos forte do que de movimentos de refugiados anteriores (Haiti e Síria), talvez pelo fato de ser um fluxo bastante controlado pelas instituições que o gerem (em especial devido à projetos de controle do fluxo como o de interiorização); mas também pela experiência adquirida pelo Cáritas após ter lidado com os movimentos migratórios de Haiti e Síria.

A Cáritas também evidencia a presença de imigrantes profissionalizados (com ensino superior) que são obrigados a trabalhar em empregos informais e mesmo forçados, tendo como um de seus desafios garantir que tais pessoas possam ter acesso a melhores empregos e condizentes à sua formação.

Contudo, existem problemas em relação à política de interiorização. Silva (2018) aponta que a maior barreira para tal política, em seus primeiros meses, era seu alcance, já que apenas pouco mais de 5% dos venezuelanos que haviam entrado em contato com a Polícia Federal tinham sido interiorizados até junho de 2018. Além disso, Domeniconi e Baeninger (2018) apontam que mesmo com a aprovação da Lei de Migração de 2017, o Brasil possui historicamente um caráter seletivo em relação à entrada, permanência e inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho. A própria governança da migração venezuelana através da interiorização é seletiva, uma vez que seleciona aqueles que irão passar pelo processo, como pudemos ver anteriormente nas obrigações que devem ser cumpridas para que o imigrante possa ser mobilizado.

Segundo dados da Operação Acolhida, até 16 de novembro de 2020, 43.994 venezuelanos haviam sido interiorizados e mais de 400 municípios haviam recebido esses imigrantes. No ano de 2019, foram interiorizados mais de 22 mil desses imigrantes. Todavia, devemos lembrar que em julho de 2020 o número de venezuelanos no Brasil era maior que 264 mil (R4V, 2020), o que significa que por volta de apenas 16% dos venezuelanos no Brasil haviam sido interiorizados por essa política até o final de 2020. Além disso, Sampaio e Silva (2018) atentam que existem também venezuelanos que se interiorizam de maneira espontânea.

O que vemos, de fato, é que a atuação do Estado brasileiro (através do Exército) referente ao processo migratório venezuelano, via Operação Acolhida, é expressão de uma militarização e securitização das políticas migratórias do Estado que se fortalece nesse contexto de crise capitalista, em que a mobilidade do capital é promovida e a mobilidade da força de trabalho, sobretudo dos imigrantes pobres e de países da periferia, é controlada. Ao mesmo tempo, a operação se realiza através da articulação do Estado com organizações internacionais associadas à ONU e ligadas aos interesses de corporações financeiras, que além disso, atuam no sentido de garantir, através do controle das migrações, o processo de acumulação do capital.

A Operação Acolhida tem sido inclusive alvo de críticas em razão de sua militarização, indo em direção oposta à própria legislação migratória brasileira presente na Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), em que a migração se guia pela lógica dos Direitos Humanos. Pelo contrário, a operação tem como base o paradigma da Segurança Nacional, que esteve presente no Estatuto do Estrangeiro de 1980 e que fora substituído em 2017. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)<sup>70</sup> e organizações ligadas à assistência humanitária<sup>71</sup> também trazem várias críticas a essa medida, que também foi debatida em sessões da ONU, como na 38ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2018, na qual uma ativista venezuelana denunciou a violação de direitos de mais de 1,6 milhão de imigrantes venezuelanos vivendo em países da América Latina<sup>72</sup>.

---

70 ARAGÃO, T. Operação militarizada dificulta a integração de migrantes em Roraima. Brasil de Fato. 22 outubro 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/operacao-militarizada-dificulta-a-integracao-de-migrantes-em-roraima>. Acesso em: 13 jan. 2021

71 KWEITEL, J.; CERIANI, P. A militarização da acolhida humanitária no Brasil é um erro. Nexo Jornal. 10 abril 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/A-militarizacao-da-acolhida-humanitaria-no-Brasil-e-um-erro>. Acesso em 13 jan. 2021.

72 Conectas. Confira como foi a 38ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. 23 julho 2018. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/confira-como-foi-38a-sessao-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 13 jan. 2021.

Além disso, a Operação Acolhida também tem impedido ocupações autônomas autogeridas pelos imigrantes, desarticulando essas ocupações e incorporando os venezuelanos a abrigos da operação, alvos de queixas de imigrantes dado às condições precárias que esses locais apresentam. Mesmo ocupações de imigrantes indígenas são desfeitas sem qualquer consulta aos mesmos. Muitos imigrantes também alegam autoritarismo dos que coordenam a operação, que ignoram o posicionamento e decisões dos próprios abrigados<sup>73</sup>.

Em relação às redes de acolhimento que vêm sendo constituídas para imigrantes (além das já mencionadas Casa do Migrante e Caritas), vários novos serviços foram abertos a partir de 2018, com a maior entrada de venezuelanos no Brasil. Entre eles, podem ser destacados o IMDH Solidário em Boa Vista-RR, que atendem mulheres e crianças venezuelanas; Centro de Referência para Refugiados e Migrantes da UFRR; Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante em Florianópolis-SC e também em São Paulo-SP; Abraço Cultural no Rio de Janeiro-RJ entre diversos outros. Estas redes desempenham diferentes papéis para integrar os imigrantes venezuelanos, desde oferecimento de cursos de português e outras línguas, integração cultural, assistência jurídica até atendimento psicológico.

Dessa forma, estas redes são compostas por vários tipos de iniciativas de instituições públicas (federais, estaduais e municipais), organizações da sociedade civil (incluindo iniciativas da própria população migrante) e organizações internacionais.

### **5.2.5. A integração ao mercado de trabalho e a superexploração da força de trabalho venezuelana mobilizada**

A respeito da integração dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho brasileiro, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP aponta que os principais dificultadores para a inserção laboral dos venezuelanos são a ausência de documentação migratória; o desconhecimento da língua portuguesa; a dificuldade para abrir contas em banco; dificuldade para revalidar diplomas; a xenofobia e preconceito; o desconhecimento da legislação trabalhista brasileira; e o desconhecimento da legislação migratória por parte das empresas e instituições que virão a empregá-los.

---

73 ARAGÃO, T. Operação militarizada dificulta a integração de migrantes em Roraima. Brasil de Fato. 22 outubro 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/operacao-militarizada-dificulta-a-integracao-de-migrantes-em-roraima>. Acesso em: 13 jan. 2021.

Segundo relatório da FGV de 2020, o número de carteiras de trabalho emitidas para imigrantes venezuelanos entre 2016 e outubro de 2019 (período de maior entrada desses imigrantes em território brasileiro) foi de 96.459. Embora o mesmo relatório aponte que obter tal documento não necessariamente signifique arrumar um emprego imediatamente, sinaliza a intenção do imigrante de ao menos temporariamente permanecer no país e se inserir em seu mercado de trabalho. O crescimento significativo do número de carteiras de trabalho emitidas aos venezuelanos se deu sobretudo entre os anos de 2017 e 2018, com Roraima e Amazonas constituindo as unidades da federação com o maior número (Tabela 6).

**Tabela 6: Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para os venezuelanos, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019**

UF	2016	2017	2018	2019*
Roraima	152	6.320	28.550	35.542
Amazonas	115	1.036	5.032	6.792
Paraná	6	144	519	1.128
São Paulo	12	159	636	1.075
Santa Catarina	4	115	401	577
Rio Grande do Sul	3	86	306	564
Rondônia	1	35	243	474
Mato Grosso	0	18	191	404
Minas Gerais	1	70	174	351
Pará	1	23	136	307
Rio de Janeiro	25	168	297	256
Distrito Federal	2	62	122	233
Mato Grosso do Sul	0	7	44	192
Goiás	0	43	95	182
Bahia	1	18	161	105
Ceará	1	35	73	92
Acre	0	3	25	77
Pernambuco	2	23	54	73
Espírito Santo	0	13	34	45
Paraíba	1	3	17	33
Rio Grande do Norte	0	26	17	27
Maranhão	0	6	22	18
Alagoas	0	1	12	13
Tocantins	0	1	13	10
Amapá	1	0	6	7
Sergipe	0	8	35	5
Piauí	0	1	9	4
Não especificado	1.897	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.225</b>	<b>8.424</b>	<b>37.224</b>	<b>48.586</b>

Fonte: Relatório FGV (2020)

Entre os países de origem dos imigrantes, o Haiti apresentou a maior quantidade de carteiras de trabalho emitidas em 2016 e 2017, sendo superado pela Venezuela em 2018 (Tabela 7).

**Tabela 7: Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por ano, Brasil, segundo principais países de origem 2016 a 2018**

Principais Países	2016	2017	2018
Venezuela	2.225	8.424	37.224
República do Haiti	13.556	11.232	14.392
Argentina	1.569	1.477	1.568
Paraguai	1.382	1.181	1.295
Colômbia	1.031	1.147	1.326
Bolívia	1.286	1.109	1.028
Uruguai	868	882	970
Peru	926	814	793
Portugal	592	458	362
Senegal	363	550	252
Outros	8.265	8.441	9.776
<b>Total</b>	<b>32.063</b>	<b>35.715</b>	<b>68.986</b>

Fonte: Relatório FGV (2020)

Em relação aos imigrantes que já estão inseridos no mercado de trabalho formal, o mesmo relatório traz o movimento de admissões e desligamentos de trabalhadores venezuelanos no mercado brasileiro (Tabela 8), apontando que o saldo entre as admissões e demissões foi positivo ao longo dos anos, embora o número tenha sido de apenas 9.167 pessoas no ano de 2019 (janeiro a outubro) se compararmos com os dados de venezuelanos que possuem a carteira de trabalho.

**Tabela 8: Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019**

UFs	2016			2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
RR	360	155	205	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915
SP	266	210	56	485	259	226	1.118	503	615	2.177	1.000	1.177
SC	59	39	20	176	72	104	625	255	370	2.043	601	1.442
AM	152	62	90	375	187	188	1.085	401	684	1.896	855	1.041
PR	75	41	34	169	90	79	597	224	373	1.852	739	1.113
RS	40	24	16	68	36	32	412	130	282	1.414	521	893
MS	4	3	1	3	4	-1	49	15	34	919	198	721
MG	32	21	11	55	32	23	192	69	123	721	249	472
MT	5	8	-3	10	5	5	173	64	109	527	234	293
RJ	125	149	-24	190	148	42	285	151	134	390	206	184
DF	15	12	3	42	22	20	104	42	62	312	121	191
GO	7	11	-4	29	15	14	108	31	77	261	119	142
RO	2	2	0	10	5	5	114	40	74	229	122	107
BA	9	10	-1	17	9	8	59	16	43	177	50	127
PE	8	8	0	17	10	7	41	20	21	165	46	119
CE	12	7	5	18	11	7	48	27	21	90	43	47
PB	3	1	2	2	2	0	43	9	34	77	44	33
PA	8	6	2	13	7	6	70	42	28	71	35	36
ES	6	3	3	10	7	3	26	15	11	57	25	32
RN	1	1	0	12	7	5	21	18	3	50	8	42
SE	0	1	-1	3	1	2	12	4	8	19	7	12
AL	0	0	0	2	1	1	6	3	3	13	3	10
MA	2	3	-1	2	1	1	9	7	2	12	5	7
AC	1	0	1	0	0	0	5	1	4	12	7	5
PI	2	1	1	2	4	-2	11	3	8	9	8	1
AP	1	2	-1	1	2	-1	4	1	3	8	5	3
TO	2	1	1	3	0	3	7	4	3	6	4	2
<b>Total</b>	<b>1.197</b>	<b>781</b>	<b>416</b>	<b>3.003</b>	<b>1.518</b>	<b>1.485</b>	<b>7.485</b>	<b>3.228</b>	<b>4.257</b>	<b>15.960</b>	<b>6.793</b>	<b>9.167</b>

Fonte: Relatório FGV (2020)

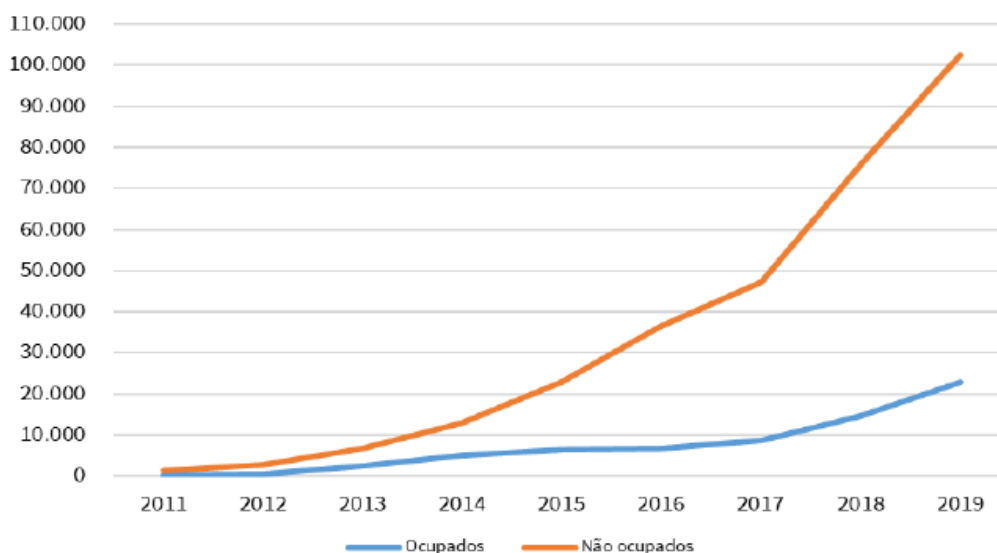
Entre os setores de atividade econômica, os imigrantes venezuelanos têm se inserido sobretudo no comércio em geral e no setor de restaurantes, mas também nos setores de construção de edifícios, hotéis, padarias e confeitarias, limpeza de prédios e domicílios entre outros. Além disso, se até 2016 havia pouca ou nenhuma presença de



venezuelanos nas atividades ligadas à indústria, o relatório apontou que no ano de 2019 houve grande movimentação dos mesmos no setor do agronegócio, sobretudo na atividade de frigorífico – abate de suínos, que também é uma das principais áreas que contratam imigrantes haitianos (FGV, 2020).

Já em relação aos imigrantes considerados refugiados e solicitantes de refúgio, o relatório *Refúgio em Números* de 2020 traz dados referentes ao perfil socioeconômico e à inserção desses imigrantes no mercado formal. No período 2011-2019, foram emitidas 115.165 carteiras de trabalho para solicitantes de refúgio e refugiados, contudo os venezuelanos passam a integrar os países com maior participação a partir de 2016. Em 2019, ano com maior número de carteiras emitidas – 38.541 – os venezuelanos correspondiam a 22.667 delas.

Em se tratando dos refugiados e solicitantes de refúgio ocupados ou não no mercado formal de trabalho, o relatório aponta que em 2019 um total de 22.807 imigrantes (de todas as nacionalidades) possuíam ocupação formal, enquanto 102.569 estavam fora do mercado formal. O gráfico elaborado pelo mesmo relatório (Gráfico 4) mostra uma subida significativa da quantidade de imigrantes refugiados e solicitantes de refúgio de fora do mercado formal, ainda que o número de ocupados também tenha crescido.



**Gráfico 4: Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, por condição de ocupação, Brasil, 2011 - 2019**

Fonte: Refúgio em Números – 5º edição (2020).

Entre esses 22.807 imigrantes ocupados no mercado formal em 2019, os venezuelanos eram 8.333, e dentre os 102.569 fora desse mercado, eram 45.940 venezuelanos, em ambos os casos ocupando a primeira posição entre as nacionalidades (Tabelas 9 e 10).

**Tabela 9: Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados ocupados, segundo principais países, Brasil – 2019**

Principais países	Ocupados
<b>Total</b>	<b>22.807</b>
Venezuela	8.333
Haiti	7.657
Senegal	1.753
Cuba	1.161
Angola	598
Bangladesh	489
Gana	392
Guiné Bissau	298
R.D. Congo	195
Síria	192
Outros	1.739

Fonte: Refúgio em Números – 5º edição (2020).

**Tabela 10: Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados não ocupados, segundo principais países, Brasil – 2019**

Principais países	Não ocupados
<b>Total</b>	<b>102.569</b>
Venezuela	45.940
Haiti	28.727
Cuba	5.656
Senegal	5.133
Bangladesh	2.436
Angola	1.895
Gana	1.557
Síria	1.217
Nigéria	1.141
Paquistão	869
Outros	7.998

Fonte: Refúgio em Números – 5º edição (2020).

Os dados acima analisados, vale lembrar, dizem respeito apenas aos imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho. Assim, devemos destacar que, na prática, a inserção laboral envolve sobretudo o mercado informal, em que muitos imigrantes são

obrigados a se inserir em empregos sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas e com altas taxas de superexploração para sobreviver<sup>74</sup>, em um contexto em que a legislação trabalhista está mais flexibilizada e as novas formas de precarização do trabalho abarcam a maior parte dos imigrantes, sobretudo pobres. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a inserção dos imigrantes se dá principalmente no comércio e na indústria têxtil, com forte precarização do trabalho, com jornadas de trabalho extensas – 12 horas diárias ou mais na maioria dos casos – e baixa remuneração (MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018). Mesmo trabalhos análogos à escravidão incorporam venezuelanos, além de bolivianos e outros imigrantes pobres.

Mesmo a narrativa do *empreendedorismo migrante*, promovida sobretudo por parcerias entre instituições estatais, privadas e organismos internacionais – como o *Projeto Refugiado Empreendedor*, promovido em São Paulo em parceria entre o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – acaba por mascarar a inserção precária dessa força de trabalho no mercado.

Esses imigrantes venezuelanos, para retomar Gaudemar (1977), compõem um proletariado tanto empregado como não empregado, uma superpopulação que constitui um exército industrial de reserva e que busca um emprego a todo custo. Uma força de trabalho forçadamente disposta a se vender para o processo de produção de mais-valia. Constituindo-se uma mercadoria, ademais, essa força de trabalho também entra em circulação como as demais mercadorias. O que observamos, nesse sentido, é uma força de trabalho precarizada e forçada a se submeter a uma superexploração para garantir sua própria sobrevivência.

Interessante retomar aqui uma outra ideia de Gaudemar (1977), anteriormente tratada nesta pesquisa, na qual ele destaca que para a produção de mais-valia absoluta, a mobilidade da força de trabalho corresponde ao tempo, e uma das formas de mobilidade que se manifestam no tempo diz respeito ao prolongamento máximo da jornada de trabalho, podemos a partir dessa ideia também pensar que a superexploração da força de trabalho imigrante através das novas reformas neoliberais (que desregulamentam entre outras coisas a jornada de trabalho) também corresponde à mobilidade da força de

---

74 HIRABAHASI, G. Venezuelanos buscam sobrevivência no Brasil com trabalhos precários. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/venezuelanos-buscam-sobrevivencia-no-brasil-com-trabalhos-precarios/>. Acesso em: 13. jan. 2021.

trabalho no tempo, e não apenas no espaço. Os imigrantes, neste sentido, para venderem sua força de trabalho, devem se adaptar também para a produção de mais-valia absoluta, sendo mobilizados no espaço e no tempo.

Ao longo deste capítulo, pudemos perceber que a classe trabalhadora venezuelana é quem sofre concretamente os impactos de uma crise econômica e política que, embora possua determinantes externos relacionados à crise estrutural e inerente do capitalismo, como também problemas internos relacionados à histórica dependência econômica do petróleo, também decorre de uma ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos e apoiada por governos aliados (como o Brasil nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro) e por organizações internacionais (como a ONU) para atender aos interesses associados à expansão territorial da acumulação do capital.

A ofensiva imperialista, devemos lembrar, guarda fortes relações com a crise capitalista global que se manifestou em 2008, e tem se intensificado, na América Latina, a partir de meados da década de 2010. A ofensiva tem se manifestado de diferentes maneiras nos territórios da região, através de golpes de Estado (como no Brasil e na Bolívia) e adoção de reformas econômicas neoliberais, associação com os meios de comunicação hegemônicos e com as classes dominantes desses países e seus representantes na política, e mesmo através dos mecanismos de Justiça (como no caso da Operação Lava Jato no Brasil). Na Venezuela presidida por Hugo Chávez (1999-2013) e desde 2013 por Nicolás Maduro, a ofensiva tem se manifestado, como vimos anteriormente, na aproximação com grupos e partidos políticos associados aos interesses da burguesia interna e opositores do chavismo, associação com os meios de comunicação privados e também com as burguesias e governos que as representam nos outros países do continente (com o Grupo de Lima como exemplo).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, podemos evidenciar, a partir do que fora discutido anteriormente, que o desenvolvimento das principais abordagens sobre as migrações têm forte relação com a evolução do pensamento econômico. Também podemos afirmar que os movimentos migratórios têm se complexificado na medida em que o capitalismo apresenta novas características em seu movimento de acumulação expandida. Autores como Becker (1997) e Lussi (2015) destacam a importância de se estudar os fenômenos migratórios, especialmente na realidade atual do modo de produção capitalista, que desde meados da década de 1970 passa por um período de crise de acumulação que evidencia uma crise *estrutural* desse modo de produção.

Como vimos no segundo capítulo, o período de hegemonia do neoliberalismo como modelo econômico, a partir da década de 1970, trouxe profundos impactos para o mundo do trabalho, que sofre uma série de mudanças e retrocessos que podem ser vistos na flexibilização do trabalho e em outros mecanismos para garantir maior exploração do trabalho e aumento da acumulação de mais-valia, processos de mudança que Antunes (2015) identifica como metamorfoses no mundo do trabalho e que vários autores (IANNI, 2001; ALVES, 2009; HARVEY, 2013) estudam. Gaudemar (1977), na década de 1970, já observava o crescimento dessas reformas trabalhistas dentro de mudanças econômicas neoliberais que vinham sendo adotadas na época.

Dessa maneira, a migração (mobilidade espacial da população) é um dos mecanismos essenciais na lógica de reprodução do capital (BECKER, 1997). As migrações, nesse sentido, têm relevado destaque para se compreender as dinâmicas de acumulação de capital que se realizam no atual período de reprodução ampliada do capital, e que revelam as relações imperialistas entre Estados do centro e da periferia do capitalismo. O papel do Estado também segue essa lógica, atuando no sentido de promover movimentações da força de trabalho que garantam maior valorização do capital (GAUDEMAR, 1977; MASCARO, 2013).

Se a mobilização das forças de trabalho, como bem nos lembra Gaudemar (1977) e como analisamos nos primeiros capítulos, é uma característica das sociedades regidas pelo sistema produtor de mercadorias, uma vez que o trabalho – tornado a mercadoria *força de trabalho* no capitalismo – possui como característica a mobilidade (temporal e espacial), com a intensificação da crise do capitalismo (anteriormente

analisada), essa mobilização também se intensifica, e se acentua de tal sorte que extrapola os interesses da própria gestão migratória por parte do Estado (que atua para atender à acumulação capitalista).

Os imigrantes, devemos evidenciar, não se deslocam, de forma alguma, de maneira espontânea (como defenderiam os teóricos burgueses), mas são mobilizados espacialmente e temporalmente pela necessidade de sobreviver em um mundo tomado pela lógica da reprodução do capital, tendo como única opção se deslocar para espaços onde possam vender sua força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência e, uma vez inseridos sobretudo num mercado de trabalho informal e precarizado, garantir através da superexploração de seu trabalho uma maior acumulação de capital. A contribuição do conceito marxista de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977) é assim vital para que possamos interpretar esse processo migratório enquanto expressão dessa lógica de intensificação da exploração do trabalho pelo capital que tem sido ainda mais desenfreada nas últimas décadas e sobretudo no início do século XXI, com as reformas neoliberais como uma de suas expressões concretas.

Quando estudamos a realidade concreta da crise econômica e política da Venezuela, podemos notar que a atuação da ofensiva imperialista objetiva sobretudo promover nesse território um cenário de crise econômica e política que enfraqueça o governo de Nicolás Maduro e que facilite para o capital financeiro internacional e seus aliados (externos e internos) retomar o controle sobre os recursos naturais (principalmente o petróleo) desse território e também da gestão dos mesmos. Este objetivo tem sido claramente exposto por lideranças e nomes associados à burguesia e ao aparato de Estado dos Estados Unidos, que historicamente possuiu forte controle sobre a economia venezuelana (e como nos mostra a história, sobre a economia da América Latina também), e que após a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999, seguido por vários outros governos mais alinhados aos interesses populares na América Latina, perdeu força sobre tais territórios.

A ofensiva, por outro lado, também tem contribuído para intensificar os movimentos migratórios para além da mobilização de força de trabalho requerida pelo mercado e seus interesses. Assim, através da violência – considerada por Vainer (1998) um fator migratório e expressa nesta ofensiva do capital, as forças de trabalho são mobilizadas espacialmente em enorme grau e deslocadas para outros territórios.

O próprio Vainer (1998) evidencia o papel da violência e da coerção tanto na mobilização (através das guerras e da própria dinâmica do capitalismo, que deslocam forçadamente populações) e na imobilização (através de políticas migratórias restritivas) das populações. É um processo que ao mesmo tempo mobiliza e busca imobilizar a força de trabalho, e que se dá através de relações de poder que expressam o imperialismo. As afirmações de Vainer vão ao encontro do que Gaudemar (1977) destaca ao identificar a existência, no atual período do capitalismo, de esferas de acumulação primitiva concernentes às relações geopolíticas entre os países centrais e os periféricos, em que a migração aparece como componente.

Nesse sentido, podemos interpretar que no caso venezuelano essa violência, promovida pelos interesses imperialistas, se materializa, entre outros aspectos, na imposição das sanções econômicas pelos Estados Unidos à Venezuela, um dos processos que contribuiu para o acirramento da crise econômica nesse país e que leva ao desabastecimento de alimentos e conseqüentemente à fome que, combinados a outros tipos de violência impostas e tratadas anteriormente, cumprem um papel vital no processo de emigração dos venezuelanos.

É nessa tomada que Kurz (2005) observa, ao estudar a ofensiva dos Estados Unidos sobre os países do Oriente Médio, que tanto as guerras como as migrações internacionais do atual período apresentam uma mesma raiz: “A mesma desertificação econômica que, de um lado, impulsiona grandes massas a procurar sua salvação nos “oásis” de rentabilidade, por outro lado, provoca, nas sociedades das zonas em colapso, guerras civis sem fim” (KURZ, 2005, p. 6). Sendo assim, ao mesmo tempo que os Estados Unidos provocam guerras em países do Oriente Médio e diversas formas de pressão (econômica, política) sobre países da América Latina, e nesse caso da Venezuela, ele também controla e impede a entrada de imigrantes que fogem da guerra em seu território, imigrantes obrigados a se deslocar de seus territórios de origem por causa de guerras, sanções e vários tipos de pressão promovidas por aqueles que irão negar sua entrada. Todos esses fenômenos integrados em uma realidade de crise profunda do sistema produtor de mercadorias. O caso venezuelano, como analisado anteriormente, apresenta muitas características semelhantes ao de outros países nos quais se dá a investida imperialista, ainda que apresente particularidades, como vimos anteriormente.

À luz das análises que buscamos realizar na pesquisa, podemos evidenciar que o processo migratório venezuelano para o Brasil pode ser interpretado enquanto um processo de mobilidade espacial da força de trabalho, uma vez que são imigrantes obrigados a se deslocar para um outro espaço pela necessidade de venderem sua força de trabalho para que possam sobreviver e ao mesmo tempo para garantir a acumulação do capital. Podemos dizer, dessa forma, que a força de trabalho venezuelana é mobilizada espacialmente para no Brasil ser incorporada – ou não – ao mercado (formal e informal) como força de trabalho facilmente superexplorada, em um processo que atende a necessidade do capital de se acumular com maior intensidade no Brasil em um contexto de precarização estrutural do trabalho, expressa pelas reformas neoliberais que têm sido aplicadas especialmente após o golpe de Estado de 2016. Podemos evidenciar, ademais, e diante do exposto anteriormente, dentro da relação fundamental trabalhada nesta pesquisa – a relação entre trabalho e capital – uma intensificação da exploração do trabalho pelo capital, sobretudo do trabalho imigrante.

Além disso, ainda que a adoção da Lei de Migração de 2017 possa trazer avanços no sentido de diminuir a desigualdade de direitos entre a força de trabalho imigrante e a nacional, e possa evitar abusos e problemas recorrentes nas legislações anteriores, tanto a força de trabalho nacional como a imigrante se encontram dentro de um sistema produtor de mercadorias – o capitalismo – que tem como relação fundamental a exploração do trabalho pelo capital.

Devemos lembrar que o processo migratório venezuelano é evidentemente complexo, e expressa uma série de contradições e particularidades, entre elas podemos citar o papel do Estado brasileiro referente à política migratória, a questão do refúgio e outras categorias migratórias, as diversas formas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e os problemas decorrentes das mudanças promovidas pelas reformas neoliberais nessa inserção, as alterações legislativas proporcionadas pela superação do Estatuto do Estrangeiro e adoção da Lei de Migração e os desafios para implantar de fato essa nova legislação, as diversas redes que se formam entre os imigrantes, a problemática da migração de populações indígenas, a questão de gênero e das migrações lgbtqia+ entre diversos outros temas que não foram possíveis de serem abarcados na presente pesquisa pois demandam estudos muito mais aprofundados em cada temática e de longa duração, algo que não é possível de ser realizado em uma pesquisa de mestrado apenas.



Ressaltamos, assim, a importância de novos estudos, em escala interdisciplinar, que possam se debruçar com maior profundidade sobre cada uma dessas temáticas que emergem do estudo desse processo de mobilização espacial da força de trabalho venezuelana. Acreditamos que este trabalho possa ser mais um entre diversos outros que contribuam para que seja possível um verdadeiro entendimento da problemática das migrações internacionais nesse período do capitalismo e que, munidos desse conhecimento, possamos vislumbrar um futuro em que os trabalhadores de todas as nacionalidades possam de fato serem livres para se deslocar, em que seja totalmente superado o exploratório sistema produtor de mercadorias.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. A condição de proletariedade: A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6. 2009.

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil: perspectivas para a década de 2020. *In: Margem Esquerda – revista da Boitempo*. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.

ALVES, P. V. M. Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

ANDERSON, P. Brasil à parte: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. A vigência (e a vingança) de Marx: o novo proletariado de serviços, valor e intermitência. *In: Margem Esquerda – revista da Boitempo*. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARAÚJO, J. R. C. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: os venezuelanos no Brasil. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 349-354.

ARENDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAENINGER, R. (Org.). Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do Sul. *In: BAENINGER, R. et al. Migrações Sul-Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2º edição). p. 17-22.

BAENINGER, R. et al. (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, R. et al. Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2º edição).

BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 135-138.

BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). Migrações Fronteiriças. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.

BASTOS, P. P. Z. Que horas ela volta? - Economia política e política econômica de Lula a Dilma. *In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.)*. Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: Conceitos, tipologias, contextos. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas: Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *In*: Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - p. 126-145.

BOITO JR., A. O legado dos governos do PT. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Brasil fecha fronteira terrestre com a Venezuela por ordem judicial que veta entrada de novos imigrantes. El País. 06 Agosto 2018. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969\\_507654.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969_507654.html).

Acesso em: 16 Jan. 2019.

BRUMES, K. R. Movimentos migratórios em cidades médias: o caso de Uberlândia-MG (1970-2000). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2003.

CALEGARI, M. PANORAMA DO REFÚGIO NO SÉCULO XXI: OS REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL E NO MUNDO. *In*: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2018.

CALEGARI, M.; JUSTINO, L. REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO: O DIREITO À INTEGRAÇÃO. *In*: Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Especialistas divergem sobre causas da crise na Venezuela. Agência Câmara de Notícias. 28 Agosto 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/577435-especialistas-divergem-sobre-causas-da-crise-na-venezuela/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMPOS, L. A. Venezuela à beira da tormenta. Pragmatismo Político. 14 Janeiro 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/venezuela-a-beira-da-tormenta.html>. Acesso em: 10 Set. 2018.

CANALES, A. E pur si muove – Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, MAPorrúa Editor, 2015.

CAPRIGLIONE, L. Mídia hegemônica mente e esconde crimes dos EUA contra a Venezuela. *Jornalistas Livres*. 07 Maio 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/midia-hegemonica-mente-e-esconde-crimes-dos-eua-contra-a-venezuela/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. *In*: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAVALCANTI, L. *et al* (org.) *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CEPIK, M. O COROLÁRIO TRUMP E A AMÉRICA LATINA. *Revista tempo do mundo*. v. 5 n. 1. jan. 2019.

CIPOLLA, F. P. A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx. *Crítica Marxista*, n.37, p.67-90, 2013.

CUNILL GRAU, P. *Venezuela I: el medio y la historia*. Madrid: Ediciones Anaya, 1988.

CUNILL GRAU, P. *Venezuela II: el espejismo petrolero*. Madrid: Ediciones Anaya, 1988.

CURCIO, P. *Hiperinflación: arma imperial*. Caracas: Editorial Nosotros Mismos, 2018.

DEL VECCHIO, V. A.; ALMEIDA, V. B. F. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 158-163.

DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. Imigração venezuelana no Brasil: O espaço da fronteira e o espaço da metrópole. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 187-200.

DOMENACH, H. Sobre la “migratología”. *In*: *Notas de población*. V. 26, n. 67-68, 1998, p. 101-118.

DOMENICONI, J.; BAENINGER, R. A imigração qualificada venezuelana do século XXI: um estudo a partir dos espaços da migração de trabalhadores do conhecimento da Venezuela no Brasil. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 333-346.

DUPAS, E. *NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: a possibilidade de reconhecimento do imigrante como sujeito de direitos humanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

DUPAS, E.; BOTELHO, T. R.; ROMERO, T. G. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E O VETO À LIVRE CIRCULAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS TRANSFRONTEIRIÇAS. *In*: *Anais do XIV Congresso Internacional de Direitos Humanos*. 2017. Disponível em <http://cidh.sites.ufms.br/mais-sobre-nos/anais/>.

Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2019-2020. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil. OPOVO Online. 05 Março 2018. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

EUA impõem sanções econômicas totais contra o governo da Venezuela. G1. 05 Agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/05/eua-impoe-sancoes-economicas-totais-contra-o-governo-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, D. M.; SÁ, P. R. C. O Brasil no Mapa da Migração: aspectos históricos e atuais. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 579-610.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *In*: R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017.

FERREIRA, R. H. O fenômeno de kassegui como mobilidade espacial do trabalho: O caso de Itapetininga. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. UNESP. Rio Claro. 1997.

FORMENTI, L. Brasil estuda nova fase do programa de interiorização dos migrantes venezuelanos. Estadão. 11 Abril 2018. Disponível em:

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-estuda-nova-fase-do-programa-de-interiorizacao-dos-migrantes-venezuelanos,70002264532>. Acesso em: 21 jan. 2019.

Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GODOY, P. R. T. CATEGORIAS MARXISTAS E ANÁLISE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO. *In*: Revista Formação (ONLINE), v. 25, n. 45, maio-ago/2018, p. 35-50.

GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: Trabalho e organizações na era neoliberal. *In*: Revista de Sociologia Política. Curitiba. v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDEMANN, H. D. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. *In*: SILVA, S. A. (Org.). Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: FAPEAM, EDUA, 2010.

IANNI, O. A era do globalismo. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

IANNI, O. Imperialismo na América Latina. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1988.

IORIS, R. R. A América Latina e o Brasil na era Trump: desafios e oportunidades. *In*: BERRÓN, G.; MOURA, K. H.; RIBEIRO, L. (orgs.). Os impactos da eleição de Trump para a América Latina e o Brasil. ANÁLISE Nº 27/2017. Friedrich Ebert Stiftung Brasil / Fundação Perseu Abramo. 2017.

ITPS (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social) 2019 Dossiê nº 17. Venezuela e as guerras híbridas na América Latina. Disponível em: [https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604\\_Dossier-17\\_PT\\_Web-Final.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf).

KLUCK, E. G. J. O trabalho vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da modernização. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial: Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. *In*: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

LAMAS, I.; FINAZZI, J.; NASSER, R. Entre Porto Alegre e Davos. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEITE, A. C. G. L.; GIAVAROTTI, D. M.; KLUCK, E. J. G.; BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. A.; A MOBILIDADE REVISITADA: CAPITAL, TRABALHO E SUBJETIVAÇÃO. *In*: Geografares, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. p. 5-21. Julho-Dezembro, 2017.

LEIVA, O. C. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. *In*: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo, 2009.

LENIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, C. M. S. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 104-125.

LÓPEZ MAYA, M. El colapso de Venezuela. ¿qué sigue?. Pensamiento Próprio 47. V. 23. n. 1. jan. - jun. 2018. p. 13-36.

LÓPEZ MAYA, M. El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

LUSSI, C. Teorias da mobilidade humana. *In*: DURAND, J.; LUSSI, C. Metodologia e teorias no estudo das migrações. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 43-116.

LUXEMBURG, R. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Migrantes e refugiados sul-sul na cidade de São Paulo: Trabalho e espacialidades. *In*: BAENINGER, R. *et al.* Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2º edição). p. 402-419.

- MANDEL, E. A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARCO, D. G. Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?. BBC Mundo. 26 Agosto 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- MARINGONI, G. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MARINGONI, G. Ascensão e queda de uma utopia tropical. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARINGONI, G. Como e por que Maduro se sustenta e não dá sinais de cair no curto prazo. Diário do Centro do Mundo. 15 Setembro 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-e-por-que-maduro-se-sustenta-e-nao-da-sinais-de-cair-no-curto-prazo-por-maringoni-da-venezuela/>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- MARTÍNEZ, A. J. G.; PEDROSO, C.; FRANZONI, M. Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México. MUNDO E DESENVOLVIMENTO: Revista do Instituto de Estudos Economicos e Internacionais. v. 1 n. 1. 2018.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 33° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 36° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- MASCARO, A. L. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASSEY, D. S. *et al.* Worlds in motion: Understanding international migration at the end of the millennium. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.
- MAZZEO, A. C. Notas sobre autocracia burguesa, modernização reacionária e transição de *longue-durée*. In: Margem Esquerda – revista da Boitempo. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.
- MENDES, F. S. Hugo Chávez em seu labirinto: O movimento bolivariano e a política na Venezuela. São Paulo: Alameda, 2012.
- MENDONÇA, H. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua 'crise de refugiados'. El País. 18 Fevereiro 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071\\_492585.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html). Acesso em: 15 Jan. 2019.
- Migration Data Portal. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- MOLLO, M. L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. Crítica Marxista, n.37, p.47-66, 2013.
- MORAES, A. C. R. Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. Geografia crítica: A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec. 1984.

MOREIRA, J. B.; SALA, J. B. Migrações Forçadas: categorização em torno de sujeitos migrantes. *In: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 15-42.*

O'CONNOR, H. Venezuela: Um estudo sobre o imperialismo. *In: SWEEZY, P. M. et al. Perspectivas da América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1964.*

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. *In: OLIVEIRA, L. A. P. & OLIVEIRA, A. T. R. (org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.*

OLIVEIRA, A. T. R. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. P. *In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.*

OLIVEIRA, A. Território e mercado de trabalho: Discursos & teorias. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, F. Brasil: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Glossário sobre migração. n° 22. 2009. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>> Acesso em: 1 julho 2020.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. *In: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo, 2009.*

PACÍFICO, A. P.; SANTANA, M.; SILVA, S. F. L. A proteção aos refugiados na Paraíba: uma análise descritiva do Programa Nacional de Interiorização (PNI) dos venezuelanos. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 271-275.*

PAULANI, L. M. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. *In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.*

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. OBAMA E A AMÉRICA LATINA (2009/2016): ESTAGNAÇÃO OU AVANÇOS?. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun. 2017.*

PELIANO, J. C. Acumulação de trabalho e mobilidade do capital. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

PEREIRA NETO, C. Estudo migratório e teoria econômica neoclássica: equívocos e acertos de classificação. *Terra Livre, v. 1, n. 52, p. 474-496, jan.-jun./2019.*

PEREIRA, J. C.; CARVALHO, L.; PARISE, P. Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência política e inserção social. *In: BAENINGER,*



- R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 293-303.
- PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho vivo no deserto verde: Mobilidade espacial da força de trabalho na produção de celulose e papel em Três Lagoas/MG. In: THOMAZ JUNIOR, A. et al. *Geografia E Trabalho No Século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004.
- Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (R4V). Disponível em: <http://R4V.info>. Acesso em: 27 jul 2020.
- PORTES, A. Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. In: *International migration review*. v. 31, n. 4, 1997, p. 779-825.
- PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. *Revista Experimental*, n. 2, pp. 11-24, março 1997.
- PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (org.) Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- PRADO JR., C. História Econômica do Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- REIS, R. R. Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998). São Paulo: Hucitec, 2007.
- REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. In: CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 33, n. 1, janeiro/junho 2011.
- ROCHA, M. M. Mobilidade forçada - a economia política dos deslocamentos humanos. In: *Acta Scientiarum* 21(1):153-161, 1999.
- RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: *Revista Estudos Avançados* n° 20 (57), 2006, São Paulo-SP.
- ROSA, W. T. L.; MERIGUETI, D. S. O Atendimento a venezuelanos realizado pela Cáritas de São Paulo em contexto de controle do fluxo migratório. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 304-310.
- ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, R. et al. *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2° edição). p. 383-401.
- SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Anais, vol. 3, Campinas: ABEP, 1992, pp. 119-144. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>
- SAMPAIO, C.; SILVA, J. C. J. Complexidade x Singularidade – a necessidade de outras soluções duradouras. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 391-394.
- SAMPAIO, C.; SILVA, J. C. J. O Brasil precisa de um plano para os venezuelanos que chegam. *El País*. 10 Abril 2018. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/10/opinion/1523393064\\_479158.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/10/opinion/1523393064_479158.html). Acesso em: 23 nov. 2019.

SANTOS, F. L. B. Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016). São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, R. S. Venezuela: breve história e análise da Revolução Bolivariana. *In*: BORÓN, A.; KLACHKO, P.; OSORIO, J.; SANTOS, R. S.; PERALTA, R.; VILLARREAL, M.; RUAS, L. E. M.; GAMBINA, J. C.; ELIAS, A.; VUYK, C.; FIGUEROA, M. O.; QUINTERO-LONDOÑO, S.; JIMÉNEZ, R.; PALAZUELOS, A.; PITILLO, J. C. América Latina na Encruzilhada: Lawfares, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SARMENTO, G. G. S.; RODRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 242-249.

SILVA, C. R. Migração de venezuelanos para São Paulo: Reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. *In*: BAENINGER, R. *et al.* Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018a (2ª edição). p. 356-367.

SILVA, C. R. Sínteses, reflexões e perspectivas sobre a política de interiorização no acolhimento de venezuelanos em 2018. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018b. p. 322-332.

SILVA, F. T. R. A política de Estado sobre os recursos do petróleo: O caso venezuelano. São Paulo: Pillares, 2016.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Refúgio em Números, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, I. C. A. A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, J. C. J.; ABRAHÃO, B. A. Migração pela Sobrevivência – o Caso dos Venezuelanos em Roraima. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 636-661.

SILVA, S. A. (org.) Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012.

SIMÕES, G. F. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. *In*: CIERCO, T. *et al.* Fluxos migratórios e refugiados na atualidade. Relações Brasil-Europa, vol. 7. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

SIMÕES, G. *et al.* Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana: Resumo Executivo. *In*: Refúgio, Migrações e Cidadania: Caderno de Debates, vol. 12, n. 12. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Dezembro 2017.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. *In*: MOURA, H. A. (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do

Brasil – BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. *In*: LÓPEZ, E. (Org.) As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 33-74.

SOARES, A. G. O Brasil na Irlanda: vidas em deslocamento na mobilidade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SOUZA, F. T. Os Refugiados Decidem Viver: a geografia da desigualdade e a fuga como resistência. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). Migrantes forçados: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 175-195.

TELES, L. J. S. Modernização e mobilidade do trabalho: Migrantes qualificados como tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia (1990 a 2012). Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

TINKER SALAS, M. Una herencia que perdura: petróleo, cultura y sociedad en Venezuela. Caracas: Editorial Galac, 2014.

VAINER, C. B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *In*: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. 1998.

VALENCIA, A. S. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. *In*: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo, 2009.

VALENTE, I. O colapso da conciliação de classes. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

VASCONCELOS, I. S.; SANTOS, S. M. A. Refugiados em Roraima? Instituições, papéis e a competição pelas categorias. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 250-256.

VENEZUELANOS NO BRASIL. G1. 03 Setembro 2016. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/rr/roraima/2016/venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em: 10 Set. 2018.

VIELMA, F. “Razones y factores que explican el aumento de los precios em Venezuela”. 2018. Disponível em: <https://kaosenlared.net/venezuela-razones-y-factores-que-explican-el-continuo-aumento-de-precios/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. *In*: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo, 2009.

ZLOTNIK, H. Théories sur les migrations internationales. *In*: CASELLI, G; VALLIN, J; WUNSCH, G. (eds.). Démographie: analyse et synthèse. IV. Les déterminants de la migration. Paris: Editions de l’Institut National d’Etudes Démographiques, 2003, p. 55-78.